Álvaro Teixeira Soares

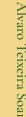
Álvaro Teixeira Soares nasceu em 10 de outubro de 1903, no Rio de Janeiro, e formou-se em 1925 em ciências jurídicas pela Universidade do Rio de Janeiro.

Ingressou por concurso no Itamaraty em 1929, tendo servido em Lisboa (1934-36), Washington (1936-39), Montevidéu (1942-48), Nova York (1950-52), La Paz (1954-58), Atenas (1958-59), Bogotá (1960-64) e Tóquio (1964-65). Na Secretaria de Estado, foi oficial de gabinete dos ministros Afrânio Mello Franco e Oswaldo Aranha, duas vezes chefe da Divisão Política e chefe do Departamento Político e Cultural. Notabilizou-se, na carreira, pelo grande conhecimento sobre as fronteiras brasileiras e sobre relacionamento político do Brasil com os países vizinhos.

Atuou por vários anos na imprensa como colunista do Diário de Notícias, de A Nação e do Jornal do Commercio, onde fundou, em 1939, a seção "Política internacional".

Foi autor de 41 livros, opúsculos e monografias. Destacam-se, além desta obra, *Diplomacia do Império no Rio da Prata: até 1865* (1955), *O drama da Tríplice Aliança: 1865-1876* (1956), *O Marquês de Pombal* (1961), *Um grande desafio diplomático no século passado: navegação e limites na Amazônia, missão de Nascentes de Azambuja a Bogotá: 1840-1928* (1971), *História da formação das fronteiras do Brasil* (1972), *O Brasil no conflito ideológico global: 1937-1979* (1980), e *Organização e administração do Ministério dos Estrangeiros* (1984). Faleceu em março de 1988.

A Portaria nº 270 do Ministério das Relações Exteriores, de 22 de março de 2018 (modificada pela Portaria nº 1.011, de 16 de outubro de 2019), criou o Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência, incumbido de, entre outras atividades, promover a publicação de obras alusivas ao tema.

Foi no contexto de planejamento da importante efeméride que, no âmbito da FUNAG, criou-se a coleção "Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022", abrangendo publicações inéditas e versões fac-similares. O objetivo é publicar obras voltadas para recuperar, preservar e tornar acessível a memória diplomática sobre os duzentos anos da história do país, principalmente de volumes que se encontram esgotados ou são de difícil acesso. Com essa iniciativa, busca-se também incentivar a comunidade acadêmica a aprofundar estudos e diversificar as interpretações historiográficas, promovendo o conhecimento da história diplomática junto à sociedade civil.

ISBN 978-65-87083-14-8

O Drama da Tríplice Aliança (1865-1876)

Álvaro Teixeira Soares

O Drama da Tríplice Aliança (1865-1876)

Edição fac-similar

Fundação Alexandre de Gusmão

Em obra anterior, *Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)*, também publicada pela FUNAG, Álvaro Teixeira Soares apresentou os antecedentes e o início da chamada Guerra do Paraguai, também denominada de Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Em *O drama da Tríplice Aliança (1865-1876)*, ele dá continuidade ao tema, ao apresentar o que denomina de "período mais belo, mais movimentado, mais soberbo da diplomacia brasileira": a ação do país no Prata da celebração do Tratado da Tríplice Aliança entre Uruguai, Argentina e Brasil, em maio de 1865, até 1876, quando Argentina e Paraguai assinam o tratado definitivo de paz e as tropas brasileiras se retiraram definitivamente do Paraguai.

A obra abrange a condução da guerra e a posterior construção da paz, processo complexo que quase levou a uma forte tensão: entre o Brasil e Argentina em decorrência das discordâncias sobre os limites entre a Argentina e o Paraguai na região do Chaco.

A abordagem historiográfica de Teixeira Soares é nacionalista e focada na política de gabinete. Sua pesquisa ainda guarda o ineditismo e a relevância de quando o livro foi lançado em 1956, em especial seu argumento de que um dos principais desafios brasileiros não foi antes ou durante a guerra, mas sim a reconstrução do sistema regional do Prata após o conflito.

Teixeira Soares traça excelentes perfis dos atores principais da crise, particularmente do Visconde do Rio Branco e do Barão de Cotegipe, em suas respectivas missões ao Prata representando o Brasil, e de Carlos Tejedor e Bernardo de Irigoyen, ministros das Relações Exteriores argentinos.

O Drama da Tríplice Aliança (1865-1876)

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência
Portaria nº 270 do Ministério das Relações Exteriores, de 22 de março de 2018 (modificada pela Portaria nº 339, de 26 de janeiro de 2021)
O grupo de trabalho é coordenado pelo Secretário de Comunicação e Cultura e conta com representantes das seguintes unidades:
Gabinete do Ministro de Estado;
Secretaria-Geral das Relações Exteriores;
Cerimonial; e
Fundação Alexandre de Gusmão.

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.
A FUNAG, com sede em Brasília-DF, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

Álvaro Teixeira Soares

O Drama da Tríplice Aliança (1865-1876)

Edição fac-similar

Brasília, 2020

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo II, Térreo
70170-900 Brasília–DF
Tel.: (61)2030-9117/9128
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Denivon Cordeiro de Carvalho
Eliane Miranda Paiva
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Ricardo Macedo Padue
Rogério de Sousa Farias

Programação Visual e Diagramação:

Maria Luiza Rodrigues dos Anjos

Apoio:

Biblioteca Azeredo da Silveira do Ministério das Relações Exteriores

Capa:

Oscar Pereira da Silva. Cópia do original de Vitor Meirelles: *a Batalha Naval do Riachuelo* (1882). Tinta à óleo, tela. de Palácio Pedro Ernesto.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S676 Soares, Álvaro Teixeira

O drama da Tríplice Aliança (1865-1876) / Álvaro Teixeira Soares. – Brasília: FUNAG, 2021.

362 p. – (Bicentenário: Brasil 200 anos – 1822-2022)

Fac-sím. da: O drama da Tríplice Aliança (1865-1876) 1956

ISBN 978-65-87083-14-8

1. Relações internacionais. 2. Tratado. 3. Tríplice Aliança. Brasil-Uruguai-Argentina. 4. Diplomacia brasileira. 5. Império. I. Título.

CDD 327.81
CDU 327(81)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei no 10.994, de 14/12/2004.
Bibliotecária responsável: Raimunda Lima Evangelista, CRB-1/3382

TEIXEIRA SOARES

O DRAMA DA TRÍPLICE ALIANÇA

(1865 - 1876)

EDITÔRA BRAND LTDA.
RIO DE JANEIRO
1956

OBRAS DO AUTOR:

"NOITES DE CALIBÁN", contos, Rio, 1923.
"VIDA DRAMÁTICA", ensaio de sociologia, Rio, 1929.
"FATÔRES HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DA UNIDADE BRASILEIRA", Coimbra, 1935.
"MÁGICA", romance, Lisboa, 1935.
"IMAGENS DE MACHADO DE ASSIS", Coimbra, 1936.
"MACHADO DE ASSIS" (ensaio de interpretação), Rio, 1936.
"BRAZILIAN HISTORIANS" (no "Bulletin of the Pan American Union", August, Washington, 1938).
"MACHADO DE ASSIS E O SEU TEMPO", Rio, 1939.
"O PESSIMISMO DE MACHADO DE ASSIS", Rio, 1939.
"WALT WHITMAN, POETA E PROFETA", Rio, 1939.
"DAS ORIGENS DO PAN-AMERICANISMO À UNIÃO PAN-AMERICANA, Rio, 1940.
"A MENSAGEM DE GRAÇA ARANHA", Rio, 1941.
"ROTEIRO DE UMA VIAGEM", Rio, 1942.
"AS MODERNAS TENDÊNCIAS DA LITERATURA BRASILEIRA", Montevidéu, 1944.
"O BARÃO DO RIO-BRANCO E A DIPLOMACIA BRASILEIRA", Pôrto Alegre, 1946.
"A SIGNIFICAÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DA PRATA NOS SÉCULOS XVIII E XIX", Montevidéu, 1948.
"MAUÁ, O URUGUAI E O BRASIL", Rio, 1952.
"DIPLOMACIA DO IMPÉRIO NO RIO DA PRATA" (História diplomática do Brasil, 1.º volume), Rio, 1955.

À memória de um grande Chefe

"Passou pela nossa frente animado, erecto no cavalo, o boné de capa branca com tapa-nuca, de pala levantada e prêsa ao queixo pelo jugular, a espada curva desembainhada, empunhada com vigor e prêsa pelo fiador de ouro, o velho general-chefe, que parecia ter recuperado a energia e o fogo dos vinte anos. Estava realmente belo. Perfilámo-nos como se uma centelha elétrica tivesse passado por todos nós. Apertávamos o punho das espadas, ouvia-se um murmúrio de bravos ao grande marechal. O batalhão mexia-se agitado e atraído pela nobre figura, que abaixou a espada em ligeira saudação a seus soldados. O comandante deu voz firme. Daí a pouco o maior dos nossos generais arrojava-se impávido sôbre a ponte, acompanhado dos batalhões galvanizados pela irradiação da sua glória. Houve quem visse moribundos, quando êle passou, erguerem-se brandindo espadas ou carabinas para caírem mortos adiante".

(GENERAL DIONÍSIO CERQUEIRA)

e

para

ELMANO CARDIM
grande mestre do jornalismo brasileiro

EMBAIXADOR PIMENTEL BRANDÃO
mestre na ciência diplomática e antigo Chanceler

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA SOARES
irmão, amigo, companheiro de lutas

GUSTAVO BARROSO
admirável escritor de "Heróis e Bandidos", "Terras de Sol" e "Ao som da viola"

NOTA

ESCREVI êste trabalho, com imenso sacrifício, mas com enorme entusiasmo, em horae subsecivae, *tendo de compulsar quantidade grande de fontes históricas e documentos existentes no precioso Arquivo Histórico do Itamaraty.*

O livro está feito. Por certo, terá lacunas. No entanto, representa um esfôrço, porque foi escrito no Brasil e no estrangeiro. Creio haver traçado um quadro bastante complexo dêsse período atormentado de 1865 a 1876.

Talvez seja êste o período mais belo, mais movimentado, mais soberbo da diplomacia brasileira, através de seus fastos históricos.

Onze anos de lutas diplomáticas incessantes num panorama internacional fluido — e adverso ao Brasil.

Onze anos de mutações imprevistas, quer nos gabinetes diplomáticos, quer nos campos de batalha.

Onze anos de incessante peleja diplomática em várias frentes, para evitar uma aliança militar multilateral contra o Brasil.

Onze anos de porfia amarga em que a Chancelaria imperial põe à prova dialética, recursos diplomáticos, cultura, num afã de vencer.

E vencerá brilhantemente em tôdas as frentes.

Salvará o Uruguai da anarquia. Enfrentará o Paraguai que atacara o Brasil à falsa fé. Vencê-lo-á. Instalará o primeiro govêrno democrático da história paraguaia. Defenderá o Paraguai, vencido, das ambições territoriais da Argentina. Defenderá os direitos históricos da Bolívia ao Chaco.

Evitará possível conflito armado com a Argentina, depois da desastrosa missão Tejedor.

Nessa quadra de 65 a 76, a gigantesca figura diplomática, o incomparável negociador, o mestre consumado da diplomacia, aquêle a quem a vida devorava, mas o repouso matava, para parafrasear o que Keyserling disse de Bismarck, é o Visconde do Rio-Branco.

A essa figura soberba, materializada no belo monumento do Rio de Janeiro, representando-o sentado na curul de Presidente do Conselho de Ministros, fardado e condecorado, numa atitude nobre e vigilante de quem ouve um adversário, — a admiração comovida de alguém que deseja assinalar-lhe (o brasileiro esquece-se tão depressa...) os méritos de excepcionais vitórias, na guerra e na paz, no tratamento humano dispensado ao vencido e no aprumo com que enfrentou adversários em conferências internacionais.

I

"LIMEN"

> "Não tomarei por conta de meu juízo os secretos dos Príncipes; nem por ostentar mistérios, inteligências e confianças, passarei do necessário ao incompetente. Não digo, nem há para que dizer, mais que o tocante à inteira relação dos sucessos, contra o litígio da malícia e curiosidade, que já vejo, sôbre qual primeiro faz anatomia dos segredos dêste negócio. Eu conto os casos como êles foram, pela pauta da verdade; não como quererão que fôssem a adulação ou a queixa. Quem se não satisfizer do que refiro, per si mesmo se informe; e se crer antes o seu discurso que a minha pena, em nada me deixa enganado; êle pode ser que se engane".
>
> (DOM FRANCISCO MANUEL DE MELO, **"Epanáfora Triunfante")**.

SENDO a História fundamentalmente um processo crítico, ela é também uma esplêndida lição a respeito do sinergismo orgânico, — racional ou racionalizado, brutal ou brutalizado —, dos processos políticos de imperialismo, expansionismo e armamentismo. Em suma, de tudo que *desborda* na órbita internacional.

Ernest Lavisse, um dos mestres da História e da Geografia de França, disse estas verdades que merecem meditação, porque foram postas em altíssimo nível da filosofia da História: *"Toute force s'epuise; la faculté de conduire l'histoire n'est point une propriété perpétuelle. L'Europe, qui l'a héritée de l'Asie il y a*

trois mille ans, ne la gardera peut-être pas toujours". [1] Jacob Burckhardt, em sua obra clássica sôbre a filosofia da História, afirmou que *"das Wesen der Geschichte ist die Wandlung"* — a essência da História é a Mutação [2].

O grande historiador de Basiléia, um dos renovadores gigantescos da História moderna, a despeito de seu pessimismo sôbre a civilização do seu tempo, isto é, do século XIX, esquadrinhou magistralmente os motivos do processo do desenvolvimento do Estado: examinou as chamadas "formas impostas pela Necessidade" — *"Notformen des Staates"* —, cujo mecanismo íntimo nem sempre é fácil de se compreender. Contudo, é sempre numa "filosofia de ação" que se encontra a motivação específica que leva um Estado ao extravasamento para além de suas fronteiras, sob a *forma de necessidade* de uma política de agressão, ou, quando não de agressão, de intimidação.

A História apresenta numerosos exemplos que provam como os apetites de um Estado, quando em jôgo uma política de oportunismo imediato, procuram canais de extravasamento.

Nesse jôgo de uma política de oportunismo imediato, a "filosofia de ação" é, por assim dizer, a "central elétrica". Essa filosofia de ação pode ser obra de um só homem, ou pode ser obra de um grupo executivo, dotado de despotismo integral. Ninguém poderia prever no seu tempo que Frederico da Prússia, cético, displicente, amante das letras e da música, desiludido dos humanos, hermético em seus desígnios, se transformasse, da noite para o dia, num extraordinário estrategista e num monarca de apetites insaciáveis. Por conseguinte, o militarismo prussiano encontrou no Grande Frederico seu verdadeiro autcr, seu verdadeiro motor. Um e único, o Grande Frederico pôs em propulsão a feroz máquina militar da Prússia, criada pelo pai, mas que êste não soubera utilizar. O "Rei Sargento" foi sempre um soldado quadrado, bronco e brutal. O egoísmo ofídico e racionalista do filho justificou a conquista da Silésia por meio de motivos fúteis e cínicos.

---

(1) Citado por RENÉ GROUSSET, "Bilan de l'Histoire", Paris, 1946, pág. 261.

(2) JACOB BURCKHARDT, "Weltgeschichtliche Betrachtungen", Berna, 1947, pág. 72.

Outro exemplo, de que uma "filosofia de ação", propulsora de uma política de agressão e de imperialismo, possa ser obra de um grupo hermético ou aberto, se encontra no nazismo.

Antes de Hitler, o instrumento de ação e os mananciais criadores do pensamento nazista se encontram na obra de Moeller van den Bruck, especialmente em seu livro *"Die Deutschen"*, publicado de 1904 a 1910. No seu livro *"Der Preussische Stil"*, êle se deu à tarefa de glorificar a Prússia. Êsse livro apareceu em 1916. Causou um frêmito geral, não durante a primeira guerra mundial, mas depois da derrota da Alemanha nessa pugna. O livro transformou-se numa espécie de "pequena bíblia" dos patriotas alemães. A obra seguiu a tradição de Hegel e Clausewitz, divinizadores da potência soberana do Estado, em sua apoteose de Fôrça. Quando afirmou que a Prússia estava sem um mito — "Preussen ist ohne Mythos" —, Moeller van den Bruck se deu à tarefa de lhe infundir um mito. (1) Êsse mito gigantesco, essa criação proteiforme mas agressiva no seu imperialismo militarista, êsse pensamento filosófico transformado em dinamismo será o nazismo.

Através do curso da História verificar-se-á que todos os processos de imperialismo são desgastes de energia. Repetem, em ponto muito menor, o fenômeno das Culturas históricas que, morfològicamente, nascem, crescem, estabilizam-se e entram depois em declínio inevitável. O que nas morfologias históricas leva séculos a operar-se, nos processos de imperialismo tem um ritmo por vêzes vertiginoso: nascimento, apogeu e declínio. Tolstoi, na *"Guerra e Paz"*, sustentou lição diferente, ao dizer: "Mas se a fôrça, que move os povos, reside não nas personagens históricas mas nos próprios povos, qual é, pois, a significação dessas personagens históricas? As personagens históricas, dizem êsses historiadores, exprimem a vontade das massas; a atividade das personagens históricas serve para representar a atividade das massas". Reagindo contra a divinização das grandes figuras históricas, Tolstoi sustenta que, a valer êsse critério, haveria duas histórias: uma, de monarcas e escritores;

---

(1) S. D. STIRK, **"The Prussian Spirit"**, Londres, 1941, pág. 46.

e outra, a história da vida dos povos, que não seria aquela história.

A multiplicidade de conceituação, a respeito não apenas da filosofia da História, mas também do papel ativo que na História possam ter grandes figuras, serviu para justificar uma "história dirigida", tendente a provar a oportunidade ou mesmo a justiça de uma "política de ação". Assim aconteceu com o fascismo e o nazismo. Assim acontece com o expansionismo soviético.

Desta ou daquela forma, em todo o processo de imperialismo há uma figura central. Dos humores ou apetites dessa figura depende muito acontecimento importante. Luís XIV já foi considerado sob duplo aspecto: antes e depois da fístula.

Há também figuras centrais naquela forma de poder que Bertrand Russell chamou *"Naked Power"*. Afirmou o filósofo inglês que os períodos de *"naked power"* são em geral breves. ([1]) O despotismo integral, promovido por um homem ou um grupo, procura satisfazer não apenas as apetências do Estado, mas também as do seu chefe. Então, a filosofia do Estado confunde-se com a filosofia do chefe (quando êste a tiver...). O despotismo encontra no chefe de Estado a mesma divinização que teve Dario o Grande em Persépolis. Tudo se anula ante a vontade do chefe. Cria-se um nível de absoluta subserviência. Desaparecem as resistências de grupos ou de indivíduos. Oblitera-se a vontade da massa (sempre estúpida e covarde) ante os arreganhos ou o fascínio do chefe. No entanto, o chefe tanto pode ser Napoleão, como pode ser Francia, López ou qualquer outro ditador latino-americano. A vida do Estado ficará dependendo dos bons ou maus humores do chefe. Neste particular, as próprias enfermidades do chefe (sífilis, câncer ou loucura) podem ter influência decisiva sôbre os acontecimentos de sua pátria. Assim, nas formas de despotismo integral (baseadas no domínio de um só partido ou na ascendência do chefe), o grande perigo reside nisto: o chefe, desorbitado em sua política interna ou externa e não podendo resistir à pressão inexorável dos acontecimentos — Anankè e Némesis, ao mesmo tempo —, enveredará por caminhos estranhos. Êstes

(1) BERTRAND RUSSELL, "Power", Londres, 1948, pág. 97.

caminhos levarão à criação de situações imprevistas, dotadas de ímpeto indomável. Mas, tôdas as formas de imperialismo e de despotismo levam no seu bojo o germen de sua destruição. *Die Macht ist böse an sich...* Êsse germen misterioso e palúdico é o gigantismo. Descompassado, o gigantismo escapa ao domínio dos que o criaram. Se Bismarck soube conter-se em plena vitória, seguindo o exemplo do Grande Frederico, — os déspotas, em geral incapazes de dominar os acontecimentos, foram levados pela caudal violenta que cresceu sem cessar.

A atitude do déspota, em sua programação específica, é duplamente violenta: primeiro, porque todo o alargamento do Poder, em nome de uma mística, leva a um imperialismo, que se traduz em guerra. Segundo, porque o déspota só encontra na guerra o ambiente propício, o clima político e espiritual, para justificar violações do Direito internacional, bem como para realizar seu imperialismo.

A fôrça de propulsão de qualquer processo de imperialismo se encontra sempre nas *formas de Necessidade,* criadas por um déspota.

Pode suceder que uma política de imperialismo tenha êxito ocasional. A História o prova. Contudo, o despotismo político, em suas projeções internacionais, tende sempre à criação de "estados de tensão", que possam justificar uma guerra. O imperialismo, em sua progressão geométrica, necessita de motivos fúteis. É o caso de Agadir, nas relações entre a França e a Alemanha, antes da guerra de 1914.

Por outro lado, todo imperialismo baseia-se na Fôrça e no culto da Fôrça. Isto é, em poderio armamentista. Ora, a Fôrça corrompe. A Fôrça *necessita* ser utilizada. Para que empilhar armamentos caríssimos, se êstes, ao cabo de pouco tempo, ficarão obsoletos? Nas projeções de imperialismo, os armamentos representam sempre papel muito importante. O déspota necessita do aparato policial e militar para *perdurar*. E só perdura à custa da Fôrça.

Nada disso acontece nos regimes democráticos, onde um sistema de pesos e contra-pesos limita o poder do presidente ou do monarca. As democracias são em geral avessas aos pro-

cessos de imperialismo. São avessas, porque não há *poder pessoal* do presidente ou do monarca.

Nas formas nuas de despotismo, o poder pessoal é o fecho da abóbada. O chefe impõe-se e impõe sua vontade ao povo. As massas, como sempre estúpidas e covardes, seguem o chefe e obedecem à vontade do chefe. Um capricho do chefe ou um êrro de observação, na órbita internacional, pode causar crises graves. A História apresenta numerosos exemplos, que constituem ensinamentos importantes. Os déspotas, conhecendo ou não os fastos históricos, aprendem à custa própria...

A ilusão da Fôrça, no processo de imperialismo e despotismo, tem levado muito ditador ao abismo da guerra. Hitler constituiu exemplo característico dessa ilusão de Estado. Sua política internacional de violências, baseada no culto da Fôrça, suscitou resistências e precipitou as grandes nações na maior guerra de tôda a História.

*
* *

Tôdas essas considerações constituem o pano-de-fundo para o estudo, que se enceta, dos acontecimentos que levaram à celebração do Tratado da Tríplice Aliança, de 1.º de maio de 1865, em face da agressão de Francisco Solano López ao Brasil e à Argentina; e ao drama militar e diplomático subseqüente.

No estudo das causas remotas ou próximas de todos êsses acontecimentos, é preciso considerar que o imperialismo de Francisco Solano López se traduziu no binômio: — Prestígio + Fôrça.

Antes de ir adiante, é preciso atentar no processo *hérmetico* da formação do Estado, no Paraguai.

Sem o estudo dêsse processo, não se podem compreender certas orientações verificadas no desenvolvimento da política internacional daquele país.

O Paraguai teve uma formação política singular, obra de um homem: Francia.

Na formação tumultuosa e violenta dos Estados hispano-americanos, há lugar excepcional para os déspotas. Se bem

não possam ser todos medidos pelo mesmo gabarito, contudo seu despotismo, baseado no poder pessoal, tem formação semelhante.

Das convulsões da guerra surgiram os Estados hispano-americanos. A independência fêz-se à custa de sangue. As desigualdades sociais, então existentes nas coletividades hispânicas da América, foram motivos geradores de intenso descontentamento. Os conquistadores constituíram uma casta, a casta dominante. Donos da terra, das minas e dos índios, criaram um feudalismo econômico, que durou muito tempo. Como população marginal, viviam os nativos, escravizados e explorados. Assim, na formação das nacionalidades hispano-americanas o contraste, o negro-e-branco, existente entre a casta dominante e conquistadora e os nativos, representou uma fonte tremenda de injustiças sociais. As "encomiendas" e os "repartimientos" dos tempos coloniais transformaram-se nas "haciendas". O velho "encomendero" transformou-se no fazendeiro ou no latifundiário. Juan Manuel de Rosas, o famoso ditador de Buenos Aires, aristocrata e latifundiário, foi no seu tempo um dos maiores proprietários rurais da Argentina. Dentro de suas estâncias teve um verdadeiro exército de gaúchos, devidamente armados. A casta dominante, nos países hispano-americanos, foi detentora do poder civil e do poder militar. Daí, pois, a galeria de generais ou caudilhos, homens de fôrça, empenhados em levar por diante escassos ideais políticos, na realidade seus apetites pessoais. Tiveram de estribar-se na fôrça para poderem dominar. Como não elaborassem programas políticos próprios, seu poderio foi efêmero. As supostas instituições democráticas, criadas pelos generais ou caudilhos, transformaram-se na *pior forma de despotismo*. E o despotismo imperou em nome da liberdade, da justiça e da democracia... Examinem-se as figuras e os feitos de todos êsses generais e caudilhos e verificar-se-á que o poder pessoal foi sempre a fonte de injustiças, prepotências e dramas políticos. Em sua mor parte ignorantes da ciência política (paupérrimos em cultura geral), êsses generais e caudilhos atropelaram a liberdade, pela qual se haviam batido, para impor sòmente seus apetites pessoais. Procuravam dar um cariz despótico a tôdas as formas de atividade do Estado. À tirania reduziram tôdas as atividades do

Estado. Bruscos, toscos e brutais, êsses generais e caudilhos semearam ódios, quando deveriam pensar no magnetismo do afeto, do amor e da humanidade. Deixaram, por isso mesmo, um estendal de matanças, rebeliões, quarteladas, fuzilamentos e ruínas. A essas matanças, rebeliões, fuzilamentos, quarteladas e ruínas se reduziu paradoxalmente o seu sentido de democracia. Cometeram crimes terríveis, inexoràvelmente condenados pela História. Veja-se Rosas, com sua política audaz de prepotência e desrespeito aos direitos constitucionais e humanos. Encheu as enxovias de culpados e inocentes; mandou fuzilar em grande; desafiou a Inglaterra e a França; transformou-se num espantalho para os países vizinhos. Durante longos anos, sua tirania encheu de espanto os povos americanos. Julgou-se vencedor em tôda a linha. Contudo, o despotismo de Rosas foi a causa de sua ruína definitiva.

Os generais e caudilhos hispano-americanos não tiveram originalidade em seus processos despóticos. Nem mesmo, nos seus crimes. As brutalidades, que cometeram, se encheram os povos de espanto, terminaram sempre na ignomínia, com a queda ou a fuga do ditador.

Francia escapou, de certa forma, a essa regra geral hispano-americana. Sendo um civil, enfronhado em leis, pôde dar azo à preocupação de criar um Estado, dos alicerces à cumieira. Fê-lo de acôrdo com um padrão pessoal. Por isso mesmo, a figura de Francia vem desafiando a História. Em sua personalidade, tudo desconcerta o historiador. Êsse homem indevassável transformou o mistério em sua segunda natureza. José Gaspar Rodriguez Francia (1746-1840), que, no entender de alguns historiadores, tinha nas veias sangue luso-paulista do capitão Rodrigues de França, singularizou-se por uma vontade de aço e um sombrio despotismo de senhor feudal, de baraço e cutelo. Subordinou a vida do Paraguai ao seu ânimo resoluto de administrador, organizador e político. Através de longos anos de govêrno, procedeu com singular energia, contra tudo e contra todos. Não se enfeudou a Buenos Aires. Não se deixou dominar por qualquer potência americana ou européia. Entendeu que todo paraguaio devia ser-lhe obediente. Cegamente obediente. Jamais compreendeu que a justiça fôsse mais

forte que a injustiça. Sua personalidade misteriosa, se representa o meio físico em que viveu, representa mais que isso: provou que o despotismo acaba por ser uma aberração mental daquele que o exerce sôbre um povo. Por isso mesmo, a formação política do Paraguai foi *hermética*, porque Francia assim o quis. Os processos administrativos e o mistério de Francia impressionaram Carlyle. No entanto, Robertson, que conheceu pessoalmente o déspota, em seu livro *"O reinado do terror"*, proporcionou informações terríveis a respeito do Paraguai no tempo de Francia. De hábitos espartanos e misteriosos, frugal, tenaz, ativo, o ditador do Paraguai criou uma "obra política" — sua pátria — em têrmos ao mesmo tempo reais e abstratos. Quis afeiçoar a sociedade jesuítico-guarani a um padrão político, imaginado por sua cabeça. Teve de vencer resistências opostas pela rotina. Esmagou-as. Teve de escravizar indivíduos dotados de certa cultura. Realizou-o. Perseguiu e encarcerou, em nome da salvação do Estado. Isolou o Paraguai do resto do mundo. Fazendo-o, procedeu também em nome da salvação do Estado, para que êste não fôsse contaminado por idéias estrangeiras. Chegou ao ponto de mandar encarcerar viajantes estrangeiros que penetraram no território nacional. Implacável com todos, fôssem do país ou da estranja, Francia realizou o milagre de criar um Estado *estático*, e não dinâmico. Subordinando tôdas as atividades estatais ao padrão ideal que havia criado, Francia teve o singular mérito de haver sido um ditador sombrio a proceder em nome de conceitos abstratos. Evidentemente não se lhe pode negar a façanha de haver transformado o Paraguai em Estado independente. Como também não se lhe pode negar um talento político, por vêzes de primeira ordem, pôsto ao serviço de um estatismo absolutista. Sua ditadura cinzenta e drástica não olhou a meios e modos para levar por diante a função *tutelar* do Estado, de conformidade com o padrão mental criado por Francia. A perseverança, posta no cumprimento dessa tarefa, ainda hoje espanta o historiador. Num meio social atrasado e pobre, o ditador paraguaio realizou uma obra administrativa que teve indiscutìvelmente seu mérito. Francia foi, assim, ao cabo de contas, um milagre de equilíbrio e de energia. Impôs o Paraguai à consideração dos estran-

geiros. Não se deixou enlear por alianças comprometedoras. Altivo e enérgico, desdenhou das ameaças feitas por Buenos Aires. O senhor da chácara de Ytapeia jamais teve familiaridades fôsse com quem fôsse: êste é outro traço curioso da personalidade de Francia. Traço contrário à formação psicológica hispano-americana. Jamais teve confidentes ou conselheiros. Foi sempre, na realidade, um grande solitário.

José Gaspar Rodriguez Francia, na galeria dos caudilhos hispano-americanos, tem lugar de destaque, não apenas pela obra levada a cabo, mas também por sua refolhada personalidade. Longchamp e Rengger elogiaram-lhe o zêlo com que defendeu o erário. Outro viajante estrangeiro afirmou que qualquer pessoa, mesmo uma criança, poderia viajar do rio Paraguai ao rio Paraná, através de selva, na maior segurança. A polícia, política ou militar, foi grande preocupação de Francia. Severo com os criminosos, o ditador foi intransigente na punição das mais leves transgressões. Seu aspecto infundia terror: moreno, de feições finas, com uma grande cabeleira natural à moda do século XVIII, Francia tinha um olhar firme, duro e penetrante. Seus olhos negros pareciam dois carvões acesos, segundo depoimento de outro viajante. Sua severidade era de tal ordem que, de uma feita, censurou pùblicamente a irmã por haver mandado cortar certa lenha, "lenha do Estado", segundo a alegação do ditador. Dotado de verdadeira paixão pela polícia e processos policiais (inclusive a espionagem), Francia mandou prender o naturalista Bompland, sob a leve suspeita (afirmou-se) de pretender retirar espécimens botânicos do Paraguai. Mesmo apoiado pelas solicitações de Humboldt, Bompland ficou para sempre encerrado em lôbrega enxovia... Assim, na personalidade de Francia tudo é desconcertante: ela é um jôgo de luzes e sombras, uma mistura de qualidades e defeitos, de idéias adiantadas e retrógradas, de feudalismo e enciclopedismo.

Tivesse ou não sangue luso-paulista, fato é que Francia manifestou certo pendor pelos brasileiros, os "Portuguêses americanos do Brasil", como diziam os documentos oficiais do tempo. Contudo, alimentou singular prevenção contra correntinos, santafecinos e entrerrianos, conforme afirmou um historiador

paraguaio. [1] Os brasileiros foram os únicos que puderam percorrer o território nacional, armados.

O Império procurou tratar com Francia. E mais que isso: procurou conquistar-lhe a amizade. Durante a guerra da Cisplatina já com o govêrno de Buenos Aires, Correia da Câmara recebeu instruções para propor uma aliança ao Paraguai inicialmente defensiva, para transformar-se depois em ofensiva. [2] Em troca da aliança, o Império ofereceu vantagens para o comércio paraguaio pelo pôrto de Montevidéu. No entanto, a despeito de sua predileção pela gente brasileira, Francia foi duro em suas relações com o Império. Duro e severo, porque foi ciúmento da obra política que havia criado. Sua atitude com o govêrno de Buenos Aires foi enérgica. Rompeu as amarras que pudessem prender o Paraguai às Províncias Unidas do Rio da Prata. A energia de Francia desconcertou os notáveis das Províncias Unidas. Julgaram-no conformado, condescendente e neutro, quando na realidade depararam com um jaguar, de olhos em chispas, atitudes agressivas, garras de fora...

Francia morreu em 1840. Legou à posteridade uma obra política perfeitamente acabada. Num tempo em que só havia ditadores militares através da América espanhola, de uniformes coruscantes, Francia singularizou-se por haver sido um ditador civil, feroz no desenvolvimento de sua obra política, implacável na aplicação dos métodos policiais e ríspido na apreciação dos defeitos do seu povo. O Estado, criado *hermèticamente* por Francia, foi um modêlo frio e lógico de tirania. Mas, uma tirania que tivesse simultâneamente certo *Aufklärung* e muito das monstruosidades de Assurbanipal. Na órbita internacional, o Paraguai, criado por Francia, foi respeitado até mesmo por Juan Manuel de Rosas, grão-senhor do Pampa e ditador de Buenos Aires.

Carlos Antônio López sofreu a influência dos processos administrativos e políticos de Francia. Se êsses processos haviam dado resultado, por que motivo não os seguir? As tiranias

---

(1) R. ANTONIO RAMOS, "La Politica del Brasil en el Paraguay", Buenos Aires, 1944, pág. 51.

(2) Ibid., pág. 145.

só têm uma vantagem: simplificam os processos de administração e de política, — para o bem ou para o mal. As tiranias são a glorificação do Poder. Entendeu, pois, Carlos Antônio López que, pôsto mitigasse o efeito de certas medidas estabelecidas por Francia, conviria seguir o padrão estatuído pelo criador do Paraguai.

Ao subir ao poder, Carlos Antônio López viu-se desde logo alvo da má vontade e mesmo rancor de Rosas. Uma verdadeira guerra de nervos. Os dois ditadores eram figuras estranhas, no físico e no moral. Carlos Antônio López, atarracado e grosso, com sua cabeça curiosa em forma de pêra ou nabo, um pouco semelhante à de Luís Filipe de França, tinha um olhar vidrado e gestos de homem permanentemente cansado. Contudo, era enérgico, desconfiado e prudente. Através de seu govêrno, revelou sentido político, às vêzes de primeira ordem, em suas relações com o Império e a Confederação Argentina. Administrador tenaz e ponderado, dedicou-se ao bem público. Meditou grandes reformas. Algumas foram postas em prática e com êxito. Criou um exército e uma marinha, cujo vulto era desproporcionado com as exigências de defesa do Paraguai; o que vale dizer, um exército e uma marinha de primeira ordem. Soube, contudo, resistir à embriaguez de usar a fôrça armada. Confiou na prudência diplomática. Nesse modo de pensar e proceder, acertou. Ajudado por conselheiros hábeis, imersos na penumbra, soube evitar conflitos externos, acreditando na ação da diplomacia e do próprio tempo. Sentindo as farpas que lhe eram enviadas pelo ditador de Buenos Aires, López procurou um apoio externo, e êste foi o Império.

Rosas era completamente diferente de López, tanto no físico como no moral. Alto, forte, desempenado, gaúcho perfeito, dotado de grande energia física, Rosas, como foi pintado por Monvoisin, lembraria algo de uma escultura grega. Uma cabeça perfeita, de traços finos e fortes ao mesmo tempo, olhos muito azuis de um brilho firme, uma bôca bem traçada, tudo isso era realçado por uma cabeleira loira que flamejava ao sol do Pampa. Êsse aristocrata, que passou a vida inteira dominado, portas adentro, pela mulher e pela filha, foi, no mundo político, uma fôrça impetuosa e diabólica. Magistral urdidor de intrigas,

possuidor de verdadeiro exército de gaúchos dentro de suas estâncias, dissimulador espantoso, tais circunstâncias criou que o poder lhe foi às mãos. Tornou-se necessário à vida política nacional. Confundindo energia com crueldade, fêz-se temido. Frio e inexorável em seus processos de desagregação e de corrupção, Rosas transformou-se numa potência maléfica. Desde o instante em que entrou em campo com seus *"colorados del monte"* (assim se chamavam as milícias rosistas, de uniformes escarlates), Rosas foi vencendo, um a um, seus adversários. Gaúcho, grande latifundiário e aristocrata, Rosas pretendeu ser uma fôrça de reação à demagogia democrática. E em certo sentido, foi. Acostumado a mandar sôbre centenas e milhares de peões, Rosas transformou a Confederação em *coisa sua*: governou-a de chicote na mão, fazendo funcionar o pelotão de fuzilamento e enchendo os cárceres de culpados e inocentes. Estabeleceu uma ordem feroz, que não impediu a rebelião permanente de caudilhos das províncias. Transformou Buenos Aires em grande empório comercial, senhora das chaves dos rios. Tratou as províncias com rancor e desprêzo, a chibata e a escopeta. Obrigou-as ao pagamento de pedágio ao pôrto de Buenos Aires. Cruel, enérgico e despótico, praticou crimes monstruosos em nome da legalidade, o que acontece com todos os ditadores através da História. "Restaurador da Constituição", no conceito de seus partidários, dela desdenhou, havendo-a na conta de papelucho desnecessário. Falou sempre na lei; mas, foi o mais monstruoso violador dos estatutos legais, a despeito de bater-se por "la santa causa de la Federación". Egoísta cruel (*"the Egoist is the son of Himself. He is likewise the Father"*, disse Meredith no seu famoso romance), Rosas pensou em si — e no enriquecimento de Buenos Aires, onde todos iam deferir como a um grande empório. Rosas e seu aliado, Oribe, decidem conflagrar o cenário platino. Deflagram ambições terríveis. Na realidade, Oribe não passava de joguête de Rosas. Aliado secundário, aliado ancilar, instrumento. O plano do ditador de Buenos Aires consistiu na incorporação do Uruguai à Confederação Argentina. É a *Guerra Grande,* com os dois governos, o de Montevidéu, reconhecido pelo Império, e o de Cerrito, instituído por Manuel Oribe. Em relação ao Paraguai,

os planos de Rosas consistiram simplesmente em não lhe reconhecer a independência, à espera de momento azado para anexá-lo.

Rosas é um arsenal de burlas, mentiras, defeitos, tudo isso em traços fortes. *"Muchos creen que soy federal, se equivocan. Yo no soy de partido alguno sino de la patria"*. Dissimulador prodigioso, usa de tôdas as armas, mesmo as defesas pela lei. Que lhe importa? Lei não existe. Lei é sua vontade. É capaz de tudo. Vive numa exaltação permanente de energia, despotismo e crueldade. Pensa em planos mirabolantes. Começa a importunar os países vizinhos.

As intrigas de Rosas causaram muita perturbação à Chancelaria imperial.

Em 1835, começou na Província de São Pedro do Rio Grande a "Guerra dos Farrapos". O famoso senhor da estância de Palermo resolveu intervir na contenda doméstica brasileira, ora procurando aliar-se aos insurrectos rio-grandenses, ora oferecendo-lhes material bélico e mesmo soldados. Êle quer *intervir*, mandar, dispor. Espera agravar a situação reinante naquela região do Império, para depois tirar a *fatia do leão*. Essa intervenção foi feita, ao mesmo tempo, com sinuosidade e atropêlo. Rosas quer dar ao Império a impressão de que tem todos os trunfos na mão, mesmo em assunto doméstico brasileiro... A Regência imperial estava tolhida pela revolução no Rio Grande. Os estadistas da Regência porfiavam em vencer dificuldades através do Império. No Paço de São Cristóvão, um Imperador-Menino era o símbolo augusto da unidade do Brasil. Rivera aproxima-se dos revolucionários rio-grandenses. Em 41, Rivera assinou com êles uma convenção de auxílios. Em 42, Bento Gonçalves, chefe dos revolucionários, pensa libertar a província de Entre-Rios do despotismo de Rosas. De dia para dia, os planos de Rosas adquirem maior voadura. Incomodam o Império, como uma farpa metida na sua ilharga. O ditador de Buenos Aires, senhor das "chaves dos rios", que recatava contra tudo e contra todos, ia de assomo em assomo, levando a perturbação aos países vizinhos. Era uma fôrça em plena expansão: violenta e indomável. Audaz e amoral em seus processos políticos, o ditador de Buenos Aires não olhava a meios e modos.

Através da campina uruguaia, impera o crime. Cometem-se selvagerias incríveis. O general César Diaz, participante de tôdas essas campanhas, contou em suas *Memórias* que Oribe mandou degolar mais de 400 soldados de Rivera. Há requintes monstruosos: o coronel Henestrosa, depois de lhe terem cortado as orelhas e retalhado o corpo, foi castrado vivo... A castração é uma sobrevivência mosárabe... Os costumes deformes do viver gaúchesco transformavam-se, nas guerras civis, em sadismo coletivo, cada qual porfiando em inventar novas formas de martírio. Rosas, na Argentina, e Oribe, no Uruguai, estabelecem verdadeira emulação na arte de matar com fúria — e matar maciçamente... Os dois monstros serão capazes de todos os crimes e de tôdas as infâmias... O tenente Acosta foi *desossado*, vivo. [1] Oribe, com seus pálidos olhos azuis e seu ar de vestal, será sempre acusado de crimes nefandos. No entanto, não se lhe pode negar a glória de haver fundado, a 27 de maio de 1838, quando chefe do govêrno, a Universidade de Montevidéu. A degola dos prisioneiros é traço característico das guerras gaúchas. Felix de Azara, em seu livro, "*Voyages dans l'Amérique méridionale*", já havia notado êsse traço tenebroso dos gaúchos: "acostumados desde a infância a degolar animais, parece-lhes natural fazer o mesmo com os homens; a morte é-lhes indiferente". Rosas podia tudo fazer: tanto o bem como o mal. Prefere sempre o mal. Internamente, faz uma política de terror. Externamente, faz uma política de ameaças, o que não impediu fôsse derrotado por Santa Cruz, ditador da Bolívia, em campos de batalha... Não podendo expandir-se pela Bolívia adentro, procurou outro horizonte: o Uruguai. O Paraguai ficaria para depois... Os caudilhos das províncias davam-lhe trabalho. Como os caudilhos da províncias dependessem de Buenos Aires, grande empório comercial, seria questão de tempo o domá-los, como potros bravos, potros *cimarrones*... "Caudillos de la anarquia", como disse Benjamin Rattenbach.

É interessante assinalar que, referindo-se à guerra entre a Argentina e o Brasil, Enrique de Gandía tenha sustentado opi-

---

(1) General CÉSAR DIAZ, "Memórias", Buenos Aires, 1943, pág. 90.

niões muito curiosas que merecem ser reproduzidas, como prova de falta de critério histórico e ao mesmo tempo de paixão:

> "En síntesis concretamos que la oposición de los caudillos hizo fracasar una guerra que pudo haber significado, para la Argentina, no solo la reconquista del Uruguay, para siempre, sino la anexión de regiones importantísimas, como Rio Grande del Sud, zonas próximas a las Misiones, etcétera. La oposición de los federales debilitó el gobierno de Rivadávia y lo llevó a buscar una paz apresurada. Más tarde, el gobierno de Dorrego tampoco pudo intensificar la guerra por las cuestiones internas. El choque de unitarios y federales representó para la Argentina la pérdida de la única ocasión en que habria podido extender sus fronteras sobre la costa atlántica del Uruguay y gran parte del Brasil actual". (1)

O que Henrique de Gandía deplorou com *tanto sentimento* que não se houvesse realizado, Rosas pretendeu executá-lo. Disse Nabuco que "a fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com êles é impossível governar". O pensamento do grande escritor condensa uma filosofia política, que encontrou na América espanhola cabal demonstração. Rosas compreendeu que não poderia governar com exaltados. Por isso, deu-lhes implacável perseguição: torturou-os, castrou-os, fuzilou-os, enforcou-os. O ditador de Buenos Aires prezava a obra bem feita. Por conseguinte, não tinha meias medidas. Através da campanha uruguaia, cujos logarejos viviam assustados, Oribe, o "puro", seguindo o exemplo de Rosas, ia ao extremo. As brutalidades cometidas por Oribe eram tão monstruosas que chegaram a ter eco no Império. Atente-se para as instruções passadas pela Chancelaria imperial, em agôsto de 1844, ao Visconde de Abrantes: "O Govêrno imperial pensa que a humanidade, cuja causa deve ser advogada pelos governos cristãos, não sòmente no velho, como em o novo mundo, e que os interêsses comerciais que estão ligados ao progresso da civilização e aos benefícios da paz, exigem imperiosamente que

---

(1) GENERAL TOMÁS DE IRIARTE, "Memórias — Rosas y la desorganización nacional", Buenos Aires, 1946, pág. CII do prefácio de Enrique de Gandía.

se fixe um têrmo à guerra encarniçada que se agita sôbre o território e as águas do Estado Oriental".

A missão de Pimenta Bueno a Assunção constituiu um dos maiores golpes sofridos pelo ditador de Buenos Aires. O futuro Marquês de São Vicente desenvolveu no Paraguai uma ação diplomática de primeira ordem. Neutralizou o desenvolvimento dos planos de Rosas, quanto ao Paraguai. Ao Brasil ficou o Paraguai a dever sua independência. Contudo, Carlos Antônio López não será agradecido ao Império. Rosas dispõe de grande poderio militar. Péssimo soldado, não sabe utilizar as fôrças de que dispõe. Seu instrumento, Oribe, como militar, sabe sangrar, sabe fuzilar, nada mais... Não é homem para dirigir grandes massas de infantaria ou cavalaria. Dirá um biógrafo de Urquiza: "Otras incidencias ahondaron el resentimiento del gobernador de Entre Ríos contra Rosas. En la batalla de Arroyo Grande, tuvo que intervenir Urquiza a la cabeza de milicias mal armadas, haciendo un papel deslucido, porque Oribe, cumpliendo las instrucciones del dictador, no le suministró los pertrechos indispensables". [1] Êsses caudilhos viviam em traições permanentes. Depois da negociação de Alcaraz, em que Urquiza fingiu submeter-se a Rosas, Florêncio Varela recebeu a seguinte carta de Juan A. Gelly, então no Rio de Janeiro: "Urquiza, que apareció como um astro de esperanza en medio de la tormenta se eclipsó y desapareció repentinamente. Aquí hay gente de alto coturno que aun cuentan con él; no sé sobre qué datos; por lo que puede importar escribo a Chain". Antes de Monte Caseros, Rosas tinha um exército de 18.000 homens, afora milícias volantes ou fôrças irregulares. Oribe dispunha, no Uruguai, de quase 11.000 homens. Assim, ambos poderiam opor redobrada resistência às fôrças dos aliados, que se aproximavam. Que aconteceu? Pôsto à prova, o talento militar de Rosas foi uma verdadeira pilhéria. Conta Octavio Amadeo a seguinte cena: "La tarde de Caseros, al volver de la batalla, Rosas se refugió en casa del ministro inglés, y se durmió profundamente. Mr. Gore, al entrar, lo despertó alarmado:

---

(1) GENERAL JOSÉ MARIA SAROBE, "Urquiza", Buenos Aires, 1941, vol. I, pág. 16.

"V. E. corre peligro". "Amigo, no tenga cuidado... A este pueblo, yo he montado, le he apretado la cincha, le he clavado las espuelas; ha corcoveado; no es él que me ha volteado; son los *macacos*. Déjeme, voy a bañarme. Avísele a la "niña". Esta noche me embarcaré". (1) E fugiu covardemente.

Carlos Antônio López, livre do espantalho de Rosas, passou a fazer uma política de fintas com o Brasil, deixando mesmo de cumprir tratados solenemente assinados. Em seu discurso de 11 de junho de 1862, na Câmara dos Deputados, Paranhos historiou minuciosamente as diversas etapas do proceder de Carlos Antônio López em relação ao Império. O maior negociador imperial, que fôra *magna pars* nas diversas transações com Assunção, não deixou de assinalar certa perfídia do ditador paraguaio em suas relações com a Côrte de São Cristóvão. Nesse discurso admirável, Paranhos previu mesmo a guerra entre o Paraguai e o Brasil.

Quando Rosas deu asas ao plano da reconstituição do Vice-Reinado do Prata, o que constituia ameaça direta à Bolívia, Paraguai, Uruguai e ao Brasil, Carlos Antônio López procurou e obteve o apoio do Brasil. Pimenta Bueno e Bellegarde desenvolveram em Assunção um trabalho diplomático de alto mérito. O ditador paraguaio sentiu-se então amparado pela diplomacia brasileira. Depois, seu temperamento de homem despótico e desconfiado passou a alimentar-se de prevenções absurdas contra o Brasil.

Em 10 de setembro de 1862 morreu Carlos Antônio López. Subiu ao poder o filho, Francisco Solano López.

A personalidade dêste ditador, muito mais que a de Francia ou de Carlos Antônio López, tem contôrno sinistro. Invejoso, cruel, pérfido, impressionado por exterioridades, Francisco Solano López andara pelo estrangeiro, a título de fazer estudos. Do estrangeiro trouxera a amante, Mme. Elisa Lynch. Esta mulher exercerá influência nefasta sôbre o feitio psicológico de Francisco Solano López. Ambiciosa e avara, a Lynch quer enriquecer à custa do Estado paraguaio. Bela e vaidosa,

---

(1) OCTAVIO R. AMADEO, "Vidas argentinas", Buenos Aires, 1934, pág. 290.

canaliza para seu toucador dinheiros e dinheiros do Estado. Diziam os antigos que a nau e a mulher nunca se dão por bastantemente equipadas... Francisco Solano López é um conjunto estranho de defeitos: culto, mas voluntarioso e mau; péssimo observador, mas pérfido e megalomano; destituído de dotes de administrador, no que se diferenciava do pai, mas confiante na fôrça que Carlos Antônio López criara na sombra; idealizador infeliz de um plano de conquistas territoriais que levasse a soberania de sua pátria ao estuário do Prata, — uma espécie de Vice-Reinado de âmbito mais limitado; — Francisco Solano López, desde o primeiro momento de govêrno, deu provas de singular inépcia no lidar com assuntos internacionais. Verdadeiro tarado, dominado por um processo de degenerescência orgânica, o ditador verá os acontecimentos e as personalidades através de vidros deturpadores. Poucas vêzes a História contou em suas páginas uma figura que, podendo ter dado provas de alto espírito político, se deixou enlear por visões fantásticas, qual novo Doutor Fausto, transformando tais visões em falsas realidades. Tendo tudo nas mãos (poderio militar, finanças desafogadas, tranqüilidade pública, prestígio internacional), como um jogador ébrio, López atirou todos êsses trunfos numa partida inverossímil, que haveria de criar a situação mais dramática até hoje presenciada pelos povos da América latina.

Mal subido ao poder, Francisco Solano López, instigado por Mme. Lynch e por conselheiros oportunistas, mostra as garras afiadas. Aperta as cravelhas do regime recebido do pai. Despotiza integralmente. Revela-se de uma crueldade de Heliogábalo para com seus patrícios. Se Francia condenara à morte apenas 40 indivíduos através de seu longo "reinado"; se Carlos Antônio López tivera um registro menor nesse particular; Francisco Solano López foi bestializado pelo ódio e pela crueldade. O Paraguai sentiu seu punho duro e paroxístico de tirano, com manifesto pendor pelas vinganças pessoais. Chegou ao ponto de mandar encarcerar e torturar mulheres da sociedade de Assunção que, muitos anos antes, não haviam condescendido em ser pasto de sua luxúria. Doentiamente desconfiado, incapaz de separar a realidade de suas fantasias subjetivas, Francisco Solano López imaginou-se *árbitro* dos destinos da América do

Sul. O *"naked power"* dêsse ditador sinistro e transviado por falsas concepções de política internacional transformou-se em *arma de guerra*. O despotismo de López chegou a tal ponto que transformou o Paraguai num imenso "campo de concentração", durante a Guerra da Tríplice Aliança. Os crimes monstruosos, por êle cometidos, contra o povo paraguaio, ainda hoje apavoram o mais objetivo dos historiadores. Diferentemente do pai que, em sua política internacional, procurou "ganhar tempo", revelando-se oportunista e precavido, Francisco Solano López, mal aconselhado e acreditando na linguagem dobrada dos "blancos" de Montevidéu, resolveu jogar a espada na balança — e criar uma guerra em duas frentes distantes, contra o Império e a Argentina. Diferentemente do pai, que jamais se utilizou da fôrça armada que criara, Francisco Solano López cometeu delitos muito destravessados e graves quer contra seu povo, quer contra o Brasil e a Argentina, no emprêgo pérfido dêsse poderio militar. No entanto, teve todos os trunfos nas mãos, para poder exercer uma *função de paz*, altamente fecunda. Não se fiou na diplomacia. Recorreu à guerra, causando por sua falta de visão a maior crise dos povos da América do Sul.

O despotismo e a fôrça militar corromperam Francisco Solano López, já de si nevrozado e emocionalmente desequilibrado, como se uma enfermidade o houvesse corroído até a medula. Numa quadra incerta, de acontecimentos políticos de alta fluidez, de correntes e contracorrentes perigosas, de alçapões criados pelos patrões do partido "blanco", — Francisco Solano López revelou singular ausência de ponderação e de observação. Iludiu-se com fantasias ou supostas realidades. Não teve discernimento para separar o trigo do joio. Não teve plasticidade política para encarar problemas e personalidades. Não soube ajuízar da exatidão das observações e alvitres que lhe foram apresentados por conselheiros ou por emissários do partido "blanco". Não deu o devido mérito às palavras do pai, em seu leito de morte: *"Tenemos muchas cuestiones que arreglar, especialmente con el Brasil, pero será mejor arreglarlas con la pluma y no con la espada"* (depoimento do padre Fidel Maíz). Seu espírito de déspota foi enrançado por visões subjetivas dos problemas internacionais, completamente alheias à dura realidade.

Julgando-se estribado em poderio militar de primeira ordem e tendo como soldados um povo batalhador, Francisco Solano López enveredou pelo pior dos caminhos: a política de ameaças. Acreditou (não se sabe até hoje por que motivos) que tanto o Império como a Argentina se curvassem a seus ditames. Quando um déspota tem a fôrça a seu serviço e julga tudo poder resolver pela fôrça, perde o sentido das perspectivas, desorienta-se em planos mal arquitetados, transvia-se em fantasias perigosas. É como um alienado, prófugo do hospício, que pretende dinamitar uma cidade inteira... Exercendo um despotismo incontrastável em sua pátria, dispondo de poderio militar, mal aconselhado por óraculos aterrorizados, Francisco Solano López resolveu jogar, em momento pouco azado, a cartada definitiva. Jogou-a, por certo. E desencadeou a guerra, em duas frentes distantes (êrro estratégico de grande monta), criando assim uma situação gravíssima para a Argentina, o Brasil, o Uruguai e para sua pátria.

Ver-se-á, através da crise dramática de 1864-65, que, a todo o instante, reponta a *responsabilidade* de López e dos agentes "blancos", que procederam como marotos, na urdidura sinistra dos acontecimentos. Tanto em feitos como em palavras, o ditador de Assunção, julgando-se predestinado a um *papel arbitral,* esquece-se das realidades e joga com fantasias ou com os alvitres falazes dos emissários "blancos" de Montevidéu.

Numa quadra singularmente flutuante e imprevistamente tempestuosa, havia necessidade de domínio de nervos, ponderação e objetividade. Foi o que López não teve. Deixou-se iludir por informações falsas, prestadas pelos emissários "blancos". Engolfou-se em devaneios, que foram miseràvelmente explorados por seus conselheiros. Os agentes do partido "blanco" segredaram-lhe palavras de ódio ou conselhos perigosos, que calaram fundo na sua memória. Seus conselheiros imediatos, com exceção de Berges, bichanaram-lhe palavras de rancor em relação aos vizinhos, Argentina e Brasil. Seus conselheiros militares garantiram-lhe que o poderio militar do Paraguai pudesse varrer quaisquer obstáculos. Internamente, López iniciara o govêrno com espantosa denegação de justiça a seus compatriotas. "Tirai a justiça (disse Santo Agostinho), e os reinos ficarão uns latrocínicos grandes, porque os latrocínios que são,

senão uns reinos pequenos?" Sua concepção despótica do Estado — baseada na crueldade e no poderio militar —, foi o motor de uma política expansionista, desencadeada com brutalidade e perfídia incomensuráveis. Não contente com essas façanhas, o déspota nevrozado transformou o Paraguai inteiro num "campo de concentração". Não contente com haver transformado sua pátria num "campo de concentração", deu pasto a crimes monstruosos contra homens e mulheres, soldados e civis, ministros e generais. A paranóia negrejante, traiçoeiramente, cravou as garras aduncas no cérebro do tirano sanguinário. A loucura de um chefe levou um povo nobre, sóbrio e batalhador a sacrifícios incríveis nos campos de batalha. López criara uma política de ameaças, entretecida de ódio e de expansionismo. López tivera ante seus olhos a prudência do pai — e a queda de Rosas. Podendo escolher, elegeu o modêlo pior. Quis imitar Rosas. Aspirou à reconstituição de um Vice-Reinado do Prata menos vasto, mas onde houvesse o predomínio do Paraguai. Articulou planos, pensando numa soberba campanha, fulminante e decisiva. Havia uma idéia no ar: *"la idea de la creación del gran Estado mesopotámico, independiente de Buenos Aires, y con la accesión o protección del Paraguay venia flotando en el ambiente desde mucho tiempo atrás"*. [1] Essa idéia fôra exposta pela primeira vez por Artigas. Herrera, ministro das relações exteriores do govêrno "blanco" de Montevidéu, em suas instruções a Octavio Lapido, formula hipóteses a respeito do jôgo que Entre-Rios e Corrientes podem representar nesse plano, com predomínio do Paraguai. A isca é apetitosa... Desdenhando dos mais elementares conselhos de prudência, López atirou-se à aventura, disposto a jogar tudo por tudo. Com um desalmamento absoluto, mal começada a política de agressão contra dois países vizinhos, perseguiu paraguaios prudentes e objetivos, pondo-os em tortura. Desprezou os processos diplomáticos aconselhados por Berges, seu ministro das relações exteriores. Desprezou-os, porque confiou na fôrça e no plano

---

(1) EFRAÍM CARDOZO, "Vísperas de la guerra del Paraguay", Buenos Aires, 1954, pág. 37. Trabalho excelentemente documentado e com insights novos.

de combater sôbre duas frentes distantes, dividindo efetivos militares. Encheu-se de ilusões a respeito da política de Mitre. Se teve motivos para desconfiar de Mitre, não procedeu com prudência. Entendeu que o Império estava de alcatéia para dar um bote fatal no Paraguai. No entanto, o Império tinha menos poderio militar que o Paraguai. Mais que a Argentina, foi o Paraguai a *pedra central* da política do Império no Prata. López não compreendeu a política do Brasil. Errou funestamente.

Quase cem anos depois, ao proceder-se ao exame histórico-crítico de todos êsses acontecimentos, causa espanto que Francisco Solano López se houvesse deixado enlear por informações falsas, alvitres traiçoeiros e fantasias absurdas. O ditador cultivou a fôrça. Pensou em nova modelação dos destinos da bacia do Prata. Seria êle o *artífice* dessa grande obra. À sua disposição tinha um excelente exército. Por conseguinte, poderia jogar os dados sôbre o taboleiro internacional do Prata. Tudo lhe parecia fácil: as intrigas dos "blancos" ofereciam-lhe planos sedutores e miragens perigosas. Mitre procedia com certa sinuosidade em relação ao Uruguai e Paraguai. Elizalde, ministro das relações exteriores de Mitre, fôra admirador de Rosas. Os "blancos" gritavam por socorro. O momento era azado para um plano gigantesco..

II

LEVANTA-SE O PANO...

"By such despair, I should accuse myself.
An by despairing shalt thou stand excused,
For doing worthy vengeance on thyself,
That did'st unworthy slaughter upon others".

(SHAKESPEARE, "**Richard the Third**")

EM 1.º de março de 1860, Bernardo Berro foi eleito Presidente da República Oriental do Uruguai, por 47 votos.

Berro, pertencente ao partido "blanco", sucedera a Pereyra, cujo govêrno fôra atormentado por lutas intestinas e pela matança de Quinteros.

O novo Presidente do Uruguai era uma personalidade muito conhecida. Fôra ministro de Manuel Oribe e de Giró. Dotado de grande experiência dos assuntos públicos, caracterizava-se pela inteireza moral, por seu espírito democrático e por seu devotamento ao bem público. Era um homem digno, de viver espartano e de boas intenções.

Mal subido ao poder, Bernardo Berro compreendeu as dificuldades que lhe oporiam os caudilhos civis e militares. Fumegava ainda o rescaldo das sangrentas lutas intestinas do tempo de Pereyra. Os "colorados", de Flores, mantinham-se esquivos e encaravam Berro com muito suspicácia. A despeito de haver Pereyra concluido o mandato presidencial em ambiente de calma relativa, a situação política interna não era nada boa.

Berro aspirava a conciliar a família uruguaia, então dividida por fundos ódios partidários. Era seu máximo desígnio. Conseguido o congraçamento do povo uruguaio, esperava então dedicar-se a uma obra administrativa de saneamento financeiro e de renovação econômica. Berro tinha sólidos créditos para poder realizar tal obra. Precisava, no entanto, conseguir o congraçamento da família uruguaia e aquietar os caudilhos militares e os caciques políticos. Fácil não era a tarefa que Berro se propunha cumprir. Os caudilhos militares teriam em Flores seu protótipo. Valente e desinteressado, Flores era impetuoso e apaixonado. Como todo o gaúcho, punha a amizade acima de tudo. Era fiel aos amigos, mesmo que êstes fôssem tratantes. Mal aconselhado por vêzes, Flores deixava-se levar por idéias absurdas. Através da campina uruguaia havia numerosos caciques que obedeciam cegamente a Flores. Que não lhe tocassem nesses caciques; que não os molestassem; que não os perseguissem, porque êle, Flores, sairia a campo, de lança empunhada, montado em fogoso cavalo, seguido de numerosa hoste de gaúchos, disposto a defender os "amigos"... Flores seria sempre assim: voluntarioso, valente, leal, impetuoso.

Berro tinha um feitio inteiriço e altivo. Enfronhado em leis, aspirava a governar o Uruguai de acôrdo com os princípios e ditames constitucionais. Aborrecia as querelas partidárias. Sabia que os "blancos" haviam cometido muitos erros, desde o momento em que Oribe se aliara a Rosas. A "Guerra Grande" causara imensos prejuízos materiais. Estancara a vida econômica do país. Matara muita gente. Cavara ódios terríveis. Por conseguinte, era necessário ter muito prumo na administração. E êste prumo só lhe poderia ser dado pelo respeito às leis. Esta era a concepção jurídico-administrativa, muito louvável, aliás, do Presidente Berro.

Aos caciques "colorados" não agradou o feitio pouco plástico do novo Presidente. Ademais, era homem do partido contrário. Por conseguinte, os caciques desde logo se entraram de dúvidas quanto às verdadeiras intenções de Berro. Transformaram aparências em realidades.

Muitos emigrados "colorados", então vivendo na Argentina, haviam participado das fôrças da Província de Buenos Aires,

chefiadas por Mitre, contra a Confederação, presidida por Urquiza. A batalha de Cepeda, de 23 de outubro de 1859, selara a derrota de Mitre. Em 10 de novembro dêsse ano, assinou-se em San José de Flores um acôrdo de paz, o chamado "Convênio de União". Mercê dêste ajuste, a Província de Buenos Aires voltou à Confederação Argentina.

No entanto, o ambiente na Argentina não apresentou a tranqüilidade desejada por Urquiza. A diplomacia imperial acompanhou os acontecimentos com sumo cuidado. Bem informada, sentiu que nas duas ribas do Prata a ordem não se havia consolidado. Afirmou Oneto y Viana, com manifesta injustiça: *"La diplomacía imperial, hábil y previsora, nos sacrificó en la negociación relativa á Martin Garcia para ganarse la voluntad del gobierno argentino"*. [1] No entanto, enquanto a diplomacia brasileira procurava, tanto no Uruguai como na Argentina, dar uma palavra de confiança aos caudilhos inquietos, eis surge nova luta entre Urquiza e Mitre. A guerra civil teve desfecho na batalha de Pavón (1861). Urquiza é derrotado. Mitre consolida a unidade nacional e faz-se eleger Presidente da República. O prestígio de Urquiza é definitivamente derrocado.

Com Mitre surge a "nova federação" argentina. Era nessa federação que Sarmiento havia pensado em 1853, ao escrever a Mitre, de Yungay:

> "El triunfo de Buenos Aires es el triunfo de la república y el de las instituciones; pero para mi, no debiéramos salir del programa que traíamos hasta Caseros: ennoblecer y realizar la federación. Yo soy federal de convicción. Mis viajes, mi familiaridad con las instituciones norteamericanas, me llevan a desear esta forma de gobierno en cuanto se posible. Nuestras masas simpatizan con la palabra y nuestra tarea debe ser sólo elevarla de preocupación a institución".

---

(1) ONETO Y VIANA, "La diplomacia del Brasil en el Río de la Plata", Montevidéu, 1903, pág. 139.

No ano de 1861, a diplomacia do Império viu-se a braços com os seguintes problemas: no Uruguai, o advento do partido "blanco", que fôra quase sempre hostil ao Brasil. Bernardo Berro era ainda uma incógnita, que precisava ser decifrada. Os "colorados" procuravam aproximar-se do Brasil, porque eram inimigos dos "blancos". No Paraguai, Carlos Antônio López criara um estado de tensão, nas relações com o Brasil, por causa da questão de limites. Na Argentina, Urquiza, aliado do Império, fôra derrotado na batalha de Pavón. Mitre conhecia as ligações existentes entre Urquiza e o Império. Por conseguinte, a diplomacia brasileira teria de envidar esforços para grangear as simpatias de Mitre. Inicialmente, o xadrez era complicado, porque apresentava situações desfavoráveis à política externa do Brasil. Essas situações demandavam observação e prudência. O proceder de Mitre traduzia-se numa palavra: esquivança. Esquivança em relação ao Império.

Diferentemente do que afirmaram de maneira leviana historiadores hispano-americanos, o Império não procurou "forçar a mão", como se costuma dizer, em suas relações com os países platinos. Os agentes diplomáticos do Brasil, nesse ano de 1861, de acontecimentos tão imprevistos na Argentina, mantiveram uma atitude de prudência e de alheiamento. Limitaram-se a observar. Mas, assim fazendo-o, trabalharam incansàvelmente por transformar situações adversas em situações favoráveis. Êste é o grande mérito da diplomacia: observar, ganhar tempo, atar amizades e modificar cenários. Nisto, os diplomatas brasileiros tiveram êxito.

Contudo, a ação diplomática brasileira tinha limites. Os agentes diplomáticos do Império não podiam modificar acontecimentos, criados por facções partidárias, tanto na Argentina como no Uruguai. Neste último país, o govêrno de Berro começou a tropeçar em dificuldades crescentes, criadas pelos "colorados", aspirantes ao poder. A situação chegou a tal ponto que o Presidente Berro se viu obrigado a tomar providências contra o regresso dos emigrados "colorados", de Buenos Aires. A linguagem da imprensa desmandou-se em excessos. A oposição atacou Berro com rudeza. O jornal *El Comercio del Plata,* de Montevidéu, afirmou que "los jefes de la emigración oriental

tienen una posición bastante favorable en Buenos Aires para que necesiten comprometerse en una revolución dudosa, por el mero hecho de reconquistar un grado y un sueldo que tienen con usura en un país vecino y hospitalario. Tienen sobrado patriotismo para no sacrificar la tranquilidad y el progreso de su pais a intereses personales..."

A palavra — revolução — andava no ar.

E essa palavra procedia de Buenos Aires.

E Flores andava por Buenos Aires.

Empenhado na obra de regeneração financeira, Berro contara com o apoio decidido do Banco Mauá & Cia., de Montevidéu. As relações pessoais entre Berro e o Barão de Mauá foram excelentes. Por haver dado apoio financeiro ao govêrno "blanco", Mauá arcará mais tarde com a má vontade de Flores, Batlle, Ellauri e Latorre, todos do partido "colorado".

Emissários "colorados" estabeleciam, numa obra de leva-e--traz, os fios da intriga através de ambas as margens do Prata. Dizia-se abertamente em Montevidéu que os emigrados eram bem recebidos por Mitre. Falava-se em compra de armamentos para um golpe a ser desfechado contra o govêrno de Montevidéu. Alegava-se que, na Argentina, já se havia constituído um "quartel-general", integrado por prestigiosos elementos "colorados", preparados para desencadear um movimento revolucionário no Uruguai. Os boatos eram muitos. A imprensa de Montevidéu reproduziu-os, aumentando-os ou deturpando-os ao calor das paixões partidárias. Nessas condições, fácil era imaginar que o govêrno de Berro apertasse as providências para impedir que os emigrados cruzassem o rio.

No dia 15 de abril de 1863, Flores deixou Buenos Aires, sendo acompanhado pelo coronel Carballo e dois ajudantes-de-ordens. No dia 19, desembarcou no Rincón de las Gallinas. Seguiu imediatamente para o norte, isto é, para a fronteira com o Brasil.

Desencadeara-se, de novo, a guerra civil. Num relance d'olhos, apareceram armamentos para Flores. E também num relance d'olhos, a gaúchada "colorada" alçou as armas.

É preciso assinalar que o govêrno de Berro procedeu com imensa inabilidade ao lidar com os "colorados", aparentemente vencidos. Aferrado aos textos legais, o govêrno de Montevidéu

quis negar ao partido opositor legítimos direitos democráticos. Jornais "colorados" foram perseguidos. No interior, autoridades menores perseguiram com aspereza famílias tradicionais pertencentes àquele partido. Tais perseguições redundaram em incidentes entre a polícia e estancieiros prestigiosos. A fronteira sôbre o rio Uruguai foi cuidadosamente vigiada. Efetuaram-se prisões. O exército ficou de sôbrerolda. O govêrno parecia tomado de histeria. Afirmou Oneto y Viana: "El *cacicazgo* tenía carta blanca siempre que su acción tendiese á vigorizar el poder del gobierno".

Se as intenções de Berro eram honestas, o mesmo não se podia dizer dos conselhos de alguns ministros. O partido "blanco" acreditou que com uma ação policial intensa pudesse evitar a revolta dos "colorados". No entanto, enganou-se redondamente, porque o movimento revolucionário se iniciou com ímpeto surpreendente. Flores, um grande caudilho, tinha prestígio imenso no seio da massa gaúcha da campina uruguaia. Logo de entrada, o combate de Coquimbo foi funesto às tropas legalistas. Os *sableadores* "colorados" derrotaram o coronel Olid. Em junho, as hostes de Flores tomaram Florida e atacaram Rocha. A brigada do coronel Diego Lamas foi dispersa em Las Cañas. Em diversos recontros menores, os "colorados" derrotaram tropas governistas.

As autoridades de Montevidéu, no afã de combater a revolução "colorada", *obrigaram* brasileiros, residentes no Uruguai, a prestar serviço militar. Os estancieiros de nacionalidade brasileira, residentes acima do Rio Negro, tiveram suas propriedades invadidas, taladas e mesmo destruídas por destacamentos "blancos", irritados com sua posição de "neutralidade". Súditos do Império, não pretendiam envolver-se em contendas domésticas uruguaias. No entanto, seus bons propósitos de neutralidade foram diversamente interpretados pelas autoridades militares de Berro. É muito importante ter tais fatos em mente, porque exercerão influência sôbre as relações entre o Uruguai e o Brasil, durante o período de Berro.

Outro êrro cometido pelo govêrno "blanco" foi o de não haver procurado angariar a simpatia do Brasil. O govêrno de Berro acreditou que, com as enérgicas providências postas em

prática pelo general Medina, pudesse vencer Flores. Desinteressado da simpatia ou mesmo do apoio do Brasil e arcando com a antipatia de Mitre, Berro confiou numa solução de fôrça. Não era mistério para ninguém que Flores e os emigrados "colorados" tinham em Buenos Aires bom acolhimento. Oneto y Viana dirá: "Flores y muchos de los suyos habían sido de los vencedores de Pavón, y contaban con el apoio moral de Mitre y la protección decidida y abierta del pueblo porteño".

A responsabilidade de Mitre nos acontecimentos verificados no Uruguai cresce à medida que se vão concatenando os fatos e articulando documentos. Vencido Urquiza, a passar dias melancólicos em Entre-Rios, Mitre dedica-se à tarefa de reorganizar e arejar a Argentina. Emigrados "colorados" haviam batalhado em suas tropas na batalha de Pavón. Os "blancos" não eram do seu agrado. Ademais, sinceramente democrata, Mitre sentia repugnância pelos métodos drásticos postos em prática pelo govêrno de Berro. Guido y Spano, em seu folheto *"El Gobierno y la Alianza"*, publicado em 1866 durante a Guerra da Tríplice Aliança, disse que ao partido unitário, vencedor em Buenos Aires, repugnava que os "blancos" de Berro governassem em Montevidéu. Daí, pois, a boa acolhida que Flores e os emigrados orientais encontraram na capital argentina por parte de Mitre. "La suerte del gobierno de don Bernardo Berro ya está echada. Tiene para el mitrismo, un mal de origen: su blanquismo". (1) Era, pois, uma tirania que se formava em Montevidéu, entre *montoneras* na campanha uruguaia e crimes nas cidades, cometidos por prepostos de Berro. Se a ordem se mantinha em Montevidéu e noutras cidades, a campanha estava entregue aos caudilhos e aos caciques, empenhados numa obra de despotismo e devastação.

A diplomacia imperial acompanhava os acontecimentos com apreensão, especialmente os verificados no Uruguai. Receiava-se no Rio de Janeiro que Mitre tivesse desígnios de estabelecer contrôle sôbre o Uruguai, com a criação de um govêrno fantoche. Por outro lado, dada a esquivança de Mitre, pensava-se na possi-

(1) JULIO CÉSAR VIGNALE, "Consecuencias de Caseros", Montevidéu, 1946, pág. 188.

bilidade de uma aliança de Buenos Aires com o Paraguai. Num e noutro caso, o Brasil ficaria isolado e perderia o prestígio alcançado no Prata, desde Caseros. Era uma situação muito delicada, agravada ademais pelo fato de brasileiros estarem pelejando, uns em defesa de suas propriedades, nas hostes de Flores, e outros, coagidos, nas fôrças governamentais. Os brasileiros residentes no Uruguai sofriam tôda sorte de vexames físicos e morais. Não tinham a menor garantia. Suas propriedades eram invadidas e confiscadas. Seus bens móveis eram roubados. Em muitos casos, súditos do Império foram assassinados dentro ou fora de suas propriedades rurais. Tais ocorrências, levadas ao conhecimento do Parlamento, suscitaram indignação no seio da opinião pública. A imprensa do Rio de Janeiro, ao comentá-las, irritava-se com a negligência do Govêrno imperial, taxando-a de fraqueza insólita.

Também, de dia para dia, crescia o tom pouco amistoso da Chancelaria "blanca" em sua correspondência diplomática com a Legação do Império em Montevidéeu. Os emigrados "colorados", espoliados de legítimos direitos democráticos, despertavam fundas simpatias em Buenos Aires, estabelecendo-se, assim, uma afinidade de tendências entre portenhos e uruguaios exilados.

A diplomacia brasileira acompanhava êsses acontecimentos bem como o jôgo, que se fazia em Buenos Aires entre os partidários de Flores e os elementos de Mitre. Ao mesmo tempo afligia-se com o curso dos acontecimentos no Uruguai, onde os prepostos truculentos de Berro, empenhados em *resistir* a todo transe, criavam circunstâncias perigosas de vida, não apenas para os brasileiros, mas também para os estrangeiros.

OS VERDADEIROS DESÍGNIOS DE MITRE

A incógnita a decifrar era Mitre. Eis a grande tarefa da diplomacia imperial.

Subido ao poder, Mitre não se esquece, ante os aviva, dos compromissos solenes havidos entre Urquiza e o Império. O só lembrar-se de tais compromissos já constitui fator desfavorável para a ação da diplomacia brasileira. Mitre sabe que o Brasil teve em Urquiza, seu inimigo, um aliado sincero. Mitre sabe

que os compromissos celebrados entre os governos de Paraná e Rio de Janeiro tiveram grande latitude. Mitre sabe que, verificado o dissídio entre Buenos Aires e a Confederação, o Ministro do Império Silva Pontes recebeu ordem para recolher-se a Paraná. Mitre sabe que, na época, se inventou uma mentira: que Urquiza teria celebrado um ajuste secreto com o Império mercê do qual fôrças argentinas e brasileiras fôssem sufocar a rebelião de Buenos Aires... Êsses e outros fatos, de um passado distante ou do presente imediato, pesam no pensar de Mitre. O Presidente da Argentina mostra-se distante, esquivo, indiferente em relação aos movimentos da diplomacia brasileira, sempre atilada.

Os acontecimentos têm um ritmo irresistível. Francisco Solano López já começa a entremostrar algo do seu jôgo. Aspira a assumir papel preponderante no Prata. Como? ainda ninguém sabe. Contudo, suas ambições tomam corpo. O Paraguai dispõe de grande poderio militar. Nenhum dos vizinhos se lhe pode avantajar em fôrças armadas. O estado de tensão, criado pelo primeiro López nas relações entre o Império e o Paraguai a propósito do litígio de limites, é agravado pelo segundo, em suas relações com os agentes diplomáticos do Brasil. Francisco Solano López timbra em ser grosseiro com êsses agentes. A guerra civil no Uruguai desencadeia um estado psicológico: em Assunção e Buenos Aires há partidarismo. Se Buenos Aires tem manifesto pendor pelos "colorados", em Assunção há preferências pelos "blancos". Isto já é mau sinal. Com seu fino sentido político, Mitre sopesa as circunstâncias de um panorama político extremamente fluido. Daí, pois, suas *hesitações*. Desconfia da existência de um pacto secreto ajustado entre Urquiza e Francisco Solano López, tramado contra sua obra de criador da "nova Federação". As idéias políticas de Urquiza tinham-se arcaízado. Elas já não correspondiam às necessidades imediatas da nova geração argentina, que encontrara em Mitre seu patrono político e mesmo cultural. Não é preciso cavar muito, como diz o padre Manuel Bernardes, para verificar que Mitre se mostrasse esquivo ao Brasil. Por conseguinte, em face de tais circunstâncias e de fatôres tão adversos, terá a diplomacia brasileira de trabalhar incansàvelmente para

grangear a simpatia de Mitre. A cada investida corresponderá um recuo ou uma esquivança do Presidente argentino. O terreno que os diplomatas brasileiros pisavam em Buenos Aires era sumamente movediço. Dunas diplomáticas.

Que Mitre, nessa altura, não tivesse simpatia pelo Brasil, a respeito não podem subsistir dúvidas. O melhor depoimento no particular se encontra numa das cartas de Rufino Elizalde, Ministro das Relações Exteriores de Mitre e negociador do Tratado da Tríplice Aliança, dirigidas a José Mármol, ministro da Argentina no Rio de Janeiro durante a celebração daquele importante ato internacional. Da carta de 21 de dezembro de 1869 (escrita durante a guerra da Tríplice Aliança), de Buenos Aires, se transcreve o seguinte trecho claríssimo:

> "El Gobierno del Brasil no era ni podía ser el amigo del Gobierno Argentino que surgia de la revolución de Buenos Aires.
>
> Lejos de eso lo considerábamos y lo habíamos considerado nuestro enemigo.
>
> Por mi parte, le tenía todas las prevenciones consiguientes a la lucha en que había tomado parte, y en la que nos había acompañado nuestro amigo Gómez (refere-se a Juan Carlos Gómez, o grande jornalista uruguaio), con quien estábamos de perfecto acuerdo sobre las apreciaciones que hacíamos de la política del Brasil.
>
> Nuestro partido convertido en Gobierno Argentino después de Pavón, había protestado contra el acto nulo e inícuo del General Urquiza, director provisorio de la Confederación, que se hizo instrumento del Brasil en los tratados con el Gobierno de Montevideo, constituyéndose garante de esos tratados, que eran una flagrante violación de los derechos de la República Argentina, consignados en el tratado de 1828, y confirmados por infinitos actos solemnes del Gobierno Imperial, sin perjuicio del mérito que en sí tuviesen esas estipulaciones, que también condenábamos.
>
> El Brasil, que ningunas relaciones tenía con la Provincia de Buenos Aires, y que independientemente de sus conexiones con el General Urquiza, necessitaba cultivar las que existían con la Confederación, retiró su ministro de Buenos Aires, y lo acreditó en el Paraná.
>
> Más tarde celebró con aquel Gobierno, en que se comprometió a no reconocer como estado independiente a la provincia de Buenos Aires, ni a ninguna otra provincia que quisiese segregarse de la Confederación".

O depoimento de Elizalde não pode ser mais claro e mesmo mais drástico. Note-se que essa carta foi tornada pública, como as demais, pela imprensa de Buenos Aires e que, nesse ano de 69, o Brasil agüentava, quase só, a guerra contra o ditador López. Depoimento muito curioso, porque demonstra o quilate dos amigos que tinha então o Brasil no Prata.

Através dos acontecimentos que se verificavam no Uruguai a partir do movimento revolucionário de Flores, a Chancelaria imperial sentia que Mitre simpatizava com o caudilho uruguaio e lhe dava apoio. Nessa conjuntura, como proceder, se estava sendo surdamente hostilizado pelos "blancos"? Dois caminhos havia, pois, a seguir: primeiro, procurar obter do govêrno de Berro tratamento justo para os brasileiros residentes no Uruguai, com respeito às suas pessoas e resguardo dos seus bens. Nisso vinha a Chancelaria imperial insistindo, pôsto sem resultado prático. Em segundo lugar, era preciso alcançar a simpatia do Presidente da Argentina. Também nisso porfiava a diplomacia brasileira. Mitre, no entanto, guardando ressentimentos, mais imaginários que reais, se esquivava a um entendimento claro com os agentes diplomáticos do Império. E, como sôbrecarga, o Brasil arcava com o "estado de tensão", suscitado pelo Paraguai. Os acontecimentos de 1863, como disse Oneto y Viana, colocaram a diplomacia imperial na contingência de pôr em prática habilidade e talento para "vencer os inúmeros obstáculos que conspiravam contra a estabilidade e o porvir do Império". O mesmo historiador uruguaio assinala que a "afinidade de tendências" criou certa "solidariedade entre o ditador paraguaio, a caudilhagem provinciana representada por Urquiza e os homens do govêrno de Montevidéu, herdeiros de Rosas e Oribe". (*"La diplomacia del Brasil en el Río de la Plata"*, pág. 140).

Mitre, guardando uma posição fria, ou mesmo gelada, em relação ao Brasil, em última análise estaria trabalhando, voluntária ou involuntàriamente, pelo declínio do prestígio do Brasil no Uruguai. Incapacitada de tomar uma atitude decisiva, a Chancelaria imperial confiou na ação do tempo, pôsto no Rio de Janeiro se avolumassem, na Câmara e na imprensa, os protestos contra o abandono dos súditos do Império no Uruguai.

Por conseguinte, os esforços da diplomacia brasileira teriam de exercer-se em Buenos Aires, contra vento e maré.

A inabilidade de Berro avultava de dia para dia. Depois da missão contraproducente, confiada a Florentino Castellanos, enviado de Berro, que estêve em Buenos Aires para impedir a revolução dos emigrados, as providências postas em prática pelo govêrno de Montevidéu não só irritaram os "colorados" como lhes deram ânimo para precipitar a revolução (*"la inícua revolución del general Flores contra el mejor de los gobiernos que ha tenido la República Oriental..."*, como disse então Mármol, Ministro no Rio de Janeiro, em carta assinada sob o pseudônimo de X. X., de 14 de dezembro de 1869, dirigida a Mitre e a Juan Carlos Gómez. No entanto, Mármol fôra pessoa de confiança de Mitre).

Mitre estava por detrás de Flores. Isto era evidente. Os emigrados uruguaios tinham quartel-general em Buenos Aires. Foi um verdadeiro alívio para Mitre, quando os emigrados partiram, acaudilhados por Flores, para o grande golpe de 19 de abril de 1863. O govêrno argentino viu-se livre dos conspiradores que lhe enchiam a capital. Contudo, Mitre não deixou de sentir satisfação pela campanha a ser desfechada contra os "blancos".

O triângulo Urquiza-López-Berro tornou-se ingrato e perigoso a Mitre. Êste ficou exasperado com as montoneras feitas pelos caudilhos entrerrianos Telmo López, Nadal e Waldino Urquiza, em nome da defesa do govêrno de Montevidéu. Teriam sido êsses caudilhos industriados por Urquiza? Parece que sim. Ora, nessas condições era fácil imaginar que as simpatias e o apoio de Mitre fôssem para um partido uruguaio que se preparava para liquidar os "blancos".

As hesitações de Mitre eram grandes. Internamente, seu prestígio não estava de todo consolidado. Urquiza, amargurado pela derrota, era ainda uma fôrça. Em certas províncias, lavrava agitação intermitente. Ainda havia muito chefete, muito caudilhete, muito cacique, da velha situação, em oposição a Mitre. Por conseguinte, Mitre não queria levar lenha à fogueira... Externamente, as relações com o Paraguai, também por causa da questão de limites, não eram boas. Seriam, pelo menos, melhores que as relações entre Assunção e o Rio de

Janeiro. Se Flores vencesse no Uruguai, Mitre aí teria um aliado, e um aliado forte. Finalmente, quanto ao Brasil, Mitre tinha opiniões baseadas em ressentimentos. Ressentimentos imaginários, dir-se-á. Contudo, eram fatôres que influiam no seu modo de pensar. As hesitações de Mitre resultavam, pois, da observação de fatos e personalidades.

No ambiente tumultuoso da Argentina, verificaram-se acontecimentos estranhos. Durante a presidência de Mitre, Sarmiento, governador da província de San Juan, teria mandado perseguir e matar o caudilho local El Chacho, caudilho de Los Llanos. Essa mancha ficou na brilhante carreira de Sarmiento. O mesmo eminente argentino, às voltas com uma rebelião na província natal, decretou estado de sítio, conseguindo fôsse a medida aprovada pela legislatura provincial. O govêrno de Buenos Aires desautorizou a decisão, taxando-a de inconstitucional. Tal fato motivou polêmica epistolar entre Sarmiento e Guillermo Rawson, ministro do Interior. Mitre foi acusado sèriamente de crimes praticados por seus prepostos nas províncias, como Arredondo, Rivas, Sandes e outros. As intervenções militares em La Rioja, Santa Fé e Cuyo motivaram violências e atentados cometidos pelos lugares-tenentes de Mitre. A pureza dos seus ideais democráticos estava manchada por tais violências, não ordenadas por Mitre evidentemente, mas consumadas por procônsules arbitrários.

Os verdadeiros desígnios de Mitre iam surgindo, iam tomando corpo. Seu apoio a Flores transformou-se em realidade Contudo, é preciso dar-lhe uma atenuante: no entender de Oneto y Viana, o govêrno de Montevidéu procedeu com suma inabilidade. *"Había provocado á Mitre, cuya neutralidad en los asuntos nuestros era evidente, sólo por satisfacer pasiones anacrónicas"*. O vapor argentino "Salto" foi alvo de uma agressão "blanca". Mitre retaliou com o apresamento do "General Artigas".

Tais incidentes levaram o presidente Berro a tomar medida ainda mais exasperante: por decreto de 23 de julho de 1863, o govêrno "blanco" declarou oficialmente rôtas as relações com a Argentina.

Se tomou uma medida forte, logo a seguir fraquejou. Andrés Lamas, que tanta injúria sofrera dos "blancos" ao tempo de Ministro brilhante no Rio de Janeiro, foi incumbido de missão em Buenos Aires, para resolver as desinteligências surgidas da ruptura das relações entre os dois governos.

Por essa providência, se vê a *desorientação* dos "blancos" de Montevidéu.

Lamas desobrigou-se da missão em Buenos Aires. Assinou com Rufino de Elizalde, Ministro das Relações Exteriores, o protocolo de 20 de outubro de 1863. O artigo III rezava o seguinte: "las ulteriores divergencias que ocurriesen entre ambos gobiernos se deferirán á la decisión de Su Majestad don Pedro II, emperador del Brasil".

Lapido, representante de Berro em Assunção, trabalhou de forma insólita: *trabalhou ativamente junto a López para que a cláusula III do protocolo fôsse combatida pelo ditador do Paraguai.*

A História não apresenta caso semelhante: um govêrno legal dá instruções a representante seu para celebrar um acôrdo com um país com o qual se desentendeu. Ao mesmo tempo, outro representante dêsse mesmo govêrno legal, acreditado junto a outro govêrno estrangeiro, industria o chefe dêste govêrno a combater uma cláusula do ajuste feito para liquidar desinteligências internacionais.

A singular perfídia de Lapido (homem inteligente, mas atrabiliário) deu resultado: o nome de Dom Pedro II foi rejeitado por López.

Êste episódio é de alta valia. Demonstra ao mesmo tempo a desorientação de Berro; o proceder monstruoso do seu representante em Assunção; as intrigas crescentes do ditador López; e a singular descortezia feita ao Imperador do Brasil.

Mauá, que nesse tempo trabalhava com amigos uruguaios numa mediação, que pusesse ponto final à sangrenta luta intestina no Uruguai, escreveu altivamente a Juan José de Herrera, Ministro das Relações Exteriores de Berro, a seguinte carta admirável, a propósito da insolência cometida por López, Lapido e outros (inclusive o próprio Herrera) à pessoa de Dom Pedro II:

"Desgraçadamente o Sr. Loureiro (refere-se a João Alves Loureiro, depois Barão de Javari, então em missão especial no Prata) é de opinião que a rejeição do nome do Imperador do Brasil, depois de inserido no protocolo, importa em uma ofensa pessoal e direta ao magnânimo monarca que em obséquio à paz das Repúblicas do rio da Prata se prestava a ceder ao desejo manifestado nesse protocolo de servir de árbitro entre as duas nacionalidades. O que parece que será a *conseqüência* dêste procedimento é que a República Oriental *substitui* a aliança do Brasil pela do *Paraguai*, o que me parece seria prenda de paz enquanto que a outra poderá sê-lo para que a guerra se atice. O govêrno da República porém está em seu direito escolhendo o que melhor lhe agrade". (1)

Que tinha o ditador do Paraguai com os acontecimentos verificados em 63 no Uruguai? Nada. Que interferência poderia êle ter num protocolo ajustado entre os governos de Buenos Aires e Montevidéu? Nenhuma. Por que o fêz então? Porque os agentes "blancos" já haviam iniciado intrigas junto ao ditador de Assunção. Por conseguinte, a responsabilidade dos agentes "blancos" cresce de instante a instante, à medida que transcorrem os acontecimentos.

Lamas, perplexo com o proceder de Lapido e mesmo com o comportamento do seu govêrno, que não *desautorizou* a diligência do ministro uruguaio em Assunção, trabalhou por convencer os homens de Montevidéu a seguir outro caminho. Alegou que pretender converter o ditador López em árbitro das relações entre os dois países era algo de parecido como "ir buscar a la China el verbo del derecho". (2) Malograram-se os esforços de Lamas, sempre patriota e bem intencionado. Reabriu-se o conflito com Buenos Aires, devido à intransigência do govêrno de Montevidéu.

---

(1) TEIXEIRA SOARES, "Mauá, o Uruguai e o Brasil", in "Rev. do Inst. Hist. e Geográfico", Rio, 1950, vol. 209, pág. 126.

(2) ANDRES LAMAS, "Tentativas para la pacificación de la República Oriental del Uruguay", pág. 21.

Vendo-se numa encruzilhada, e bastante difícil, — com Urquiza à sua ilharga; com López participante insólito de querela que lhe era estranha; com Berro, desorientado e intransigente; com o Império, neutro e expectante —, Mitre tomou a decisão de apoiar Flores. Derrubados os "blancos", Mitre teria então um grande esteio no Uruguai. E a guerra civil seguia no Uruguai com atropelos, matanças e destruições. Súditos do Império eram vil e cruelmente assassinados por prepostos de Berro.

O caudilhismo nas províncias argentinas ainda era infrene, a despeito da ação do govêrno de Mitre. A psicologia dêsses chefes é um dos fenômenos mais estranhos da formação dos povos hispano-americanos. "Caudillo quiere decir fuerza propia, autoridad propia, y por lo tanto, autonomia. Donde aparece un caudillo es que hay un pueblo que responde..." — afirmou Alberto Zum Felde. (1) A época, sem dúvida alguma, é fértil de atitudes insólitas e de violências dos caudilhos do interior, que ainda não haviam sentido a ação *regeneradora* de Mitre. Os ditames dos caudilhos contra Buenos Aires — e neste particular Mitre continuará a política de dar à capital as "chaves dos rios" — representavam sempre atitudes de passadismo e de insubordinação. Mitre se inquietava com os movimentos dos caudilhos, esperando com habilidade fortalecer seu poder.

Eminente publicista argentino, referindo-se à política internacional de Mitre, sentenciou: "La sagacidad política de Mitre, superior en este caso a la de Sarmiento, defiende el interés argentino contra un candoroso sentimentalismo continental, que nos pone em conflicto con los Estados Unidos, España y el Brasil. Y es superior también su visión política a la de Alberdi cuando mantiene el 'jus soli" que ha de triunfar como derecho americano". (2)

Não há dúvida que, em matéria de política externa, Mitre foi superior a Sarmiento. Contudo, é preciso ponderar que, nesse ano de 63, o Presidente da Argentina e chefe do partido

---

(1) ALBERTO ZUM FELDE, **"Processo histórico del Uruguay"**, Montevidéu, 1919, pág. 66.
(2) OCTAVIO R. AMADEO, **"Vidas argentinas"**, Buenos Aires, 1934, pág. 231.

constitucional ou liberal se sentia enleado por várias dificuldades de monta. À vista delas, justificar-se-iam suas hesitações. Nos quatro pontos do quadrante, Mitre julgava encontrar ou dificuldades ou mesmo inimigos. Forçoso se torna reconhecer que, procedendo com habilidade, Mitre se transformou num catalizador de energias no panorama instável de sua pátria. Os velhos arroubos líricos dão lugar a um sentido realista. Sua oratória perde aquêle desperdício de palavras que a caracterizou noutros tempos. Arguto e dinâmico, Mitre vai congregando fôrças e, o que é mais importante, transformando-se num *leader*. Em relação ao Império, cerra-se em reservas e procura dar a impressão de que não lhe interessam os movimentos da diplomacia brasileira... Desconfia dêsses movimentos, porque sua visão política está deturpada por supostos ressentimentos e prevenções que datam do tempo áureo de Urquiza. Isso não impedirá que, pouco tempo depois, o poeta Olegário Andrade escreva estas palavras de fogo: *"Ayer los empujaba Rosas con el rebenque de la Mazorca; hoy los empuja Mitre con el látigo de los capatàces del Imperio. Ayer caían bajo el hacha del verdugo; hoy caen vara de los Lictores del César. La estirpe de los héroes de la homérica lucha va desapariciendo poco a poco"*. Andrade referia-se aos jovens argentinos que eram levados à guerra da Tríplice Aliança. Outro acusador de Mitre foi Miguel Navarro Viola. Afirmou êste que Mitre vendera as fôrças da República ao ouro do Brasil...

III

OS FIOS DA DIPLOMACIA DO IMPÉRIO

"Men ought not to suffer from disenchantment: they ought to know that ideals in politics are never realised".

(GLADSTONE)

O QUE caracterizou fundamentalmente a ação da diplomacia do Império no Prata foi a sagacidade. Esta será a tônica principal. Lidando con caudilhos voluntariosos, diplomatas versáteis, chefes de Estado sinuosos ou vesânicos, ministros proteladores, os diplomatas do Império aprenderam a interpretar tipos humanos em função de diferentes meios sociais e políticos. Assim, com argúcia, êsses agentes diplomáticos souberam analisar personalidades e acontecimentos, não se deixando iludir por circunstâncias enganadoras. Herdeiros de uma tradição — a tradição diplomática, de primeira ordem, de Portugal —, os diplomatas do Império, em suas relações com os governos dos países platinos, impuseram-se como negociadores hábeis, observadores finos e *senhores* de alto prumo moral. Jamais recorreram à mentira, pôsto Napoleão houvesse dito escandalosamente de Metternich: *"il est tout près de devenir un homme d'État: il ment très bien"*. Para homem de Estado já não lhe falta quase nada: mente muito bem... Tratando com governos incertos e turbulentos, chefiados por déspotas melindrosos ou por presidentes suspicazes, os diplomatas do Império se convenceram de que viviam num meio extremamente fluido, onde os bons ou maus humores faziam lei e a versatilidade de

opiniões era regra comum. Os motins, quarteladas, conspirações e golpes de Estado eram parte do viver diário dêsses países em contraste com a ordem consolidada do Brasil. O personalismo gerava aventuras políticas estranhas que terminavam em revoluções. O poder pessoal transformava-se ràpidamente em tirania absurda e desorbitada. Os déspotas desmandavam-se em violências por vêzes desnecessárias. Crimes tenebrosos eram cometidos em nome de uma legalidade precária ou imposta pela fôrça. O ditador julgava-se mais divino que Luís XIV. Para perdurar, utilizava-se de todos os meios legais ou extra-legais: desde a mentira até o punhal e ao pelotão de fuzilamento. Nessas condições, fácil era imaginar que os diplomatas do Império tivessem de proceder a um trabalho de observação, entretecido de sagacidade, prudência e previsão. Sabiam muito bem que a palavra de honra de alguns caudilhos nada mais eram que palavras... Por conseguinte, as negociações diplomáticas faziam-se sôbre um terreno movediço e traiçoeiro.

Exemplo muito curioso do que acaba de ser dito se encontra nas relações do Império com o Paraguai, no tempo dos dois López. A diplomacia brasileira fêz o possível e o impossível por grangear a confiança do primeiro López. Sentindo-lhe o feitio arredio e escorregadiço, os grandes diplomatas do Império em Assunção trabalharam por convencê-lo da sinceridade dos propósitos da política brasileira. E esta muito fizera pela independência do Paraguai. O Império tratou o primeiro López não apenas como chefe de Estado, mas como aliado e amigo. Quando o filho estêve no Rio de Janeiro, o Imperador o recebeu em audiência e com êle conversou a respeito das relações entre os dois países. (O "Jornal do Comércio", de 25 de dezembro de 1854, noticiou: "O Sr. General D. Francisco Solano López, filho do Sr. Presidente da República do Paraguai, foi recebido ontem em audiência particular por S.M. o Imperador"). No entanto, a despeito da boa vontade do Império, manifestada numerosas vêzes, Carlos Antônio López deixou de cumprir tratados solenemente assinados com o Brasil. E mais que isso: criou um estado de tensão nas relações com o Império que foi agravado perigosamente pelo filho.

Terminado no Uruguai o govêrno de Pereyra, empanado pela tragédia de Quinteros, verificaram os agentes diplomáticos do Império em Montevidéu que já havia numerosas reclamações de brasileiros, lesados em seus direitos e espoliados de seus bens. Na fase final do govêrno de Pereyra, estourara a guerra civil. Os brasileiros residentes no Uruguai muito sofreram com os desmandos da revolução. Essa situação representou um dos motivos que induziram o govêrno brasileiro a suspender o tratado de comércio de 1857, assinado com o govêrno de Pereyra, a despeito do trabalho diplomático realizado por Andrés Lamas no Rio de Janeiro.

É curioso assinalar que a figura sinistra do govêrno de Pereyra, Antônio de las Carreras, ministro da Justiça e das Relações Exteriores, solicitara o apoio do Império para combater o movimento revolucionário que teve o triste desfecho no campo de Quinteros. Pois bem: Antônio de las Carreras foi um dos intrigantes junto a Francisco Solano López na obra de levar o ditador do Paraguai à decisão trágica da guerra. Vázquez Sagastume e Juan José de Herrera, "causantes de la catástrofe en que se veia envuelta la República" (como disse Oneto y Viana), solicitaram em 1854 e 1857 a intervenção militar do Brasil para fortalecer o govêrno de então...

Desencadeada a guerra por Flores à testa de seus gaúchos, os brasileiros residentes no Uruguai vão pagar com desbarato de sua fazenda e efusão do seu sangue as brutalidades do govêrno de Berro. Acende-se um estendal de violências através do Uruguai. O govêrno, empenhado em combater a revolução, não tem tempo ou não quer ter tempo para atentar nos desmandos cometidos pelas fôrças legalistas. Tais fatos iam criando no Rio de Janeiro um ambiente adverso ao govêrno oriental. Contudo, a posição do Império se pautava por estrita neutralidade. Neutralidade tão estrita que a imprensa brasileira a considerava *covardia*. Vencendo em Coquimbo e Las Cañas, Flores estava certo de que entraria em Montevidéu. O desastre de Rocha não lhe abateu o ânimo. Contudo, sentiu que a guerra civil pudesse durar. A 9 de setembro de 1863, escreveu uma carta ao presidente Berro, sugerindo-lhe as bases de uma paz honrosa: respeito pelos direitos de todos os cidadãos e respeito pelos direitos

do partido "colorado". O mais importante da carta de Flores era o seguinte: "quiero abiertas las puertas del país para mis correligionarios". Berro desatendeu a nobre oferta de Flores e resolveu continuar a perseguição implacável, através de coxilhas e campinas, às hostes gaúchas do chefe "colorado". Berro perdeu, assim, esplêndido ensejo de pacificar a família uruguaia...

Para se ter prova clara do proceder do Brasil, bastará dizer que em 63 o govêrno brasileiro, além de neutro, não externara a menor simpatia pelo movimento revolucionário de Flores. Alheiara-se completamente ao mesmo. Mantinha relações cordiais com o govêrno de Berro, pôsto sentisse que as dificuldades diplomáticas aumentassem. Confiava na ação suasória dos processos diplomáticos, esperando que o govêrno oriental atendesse aos reclamos do Brasil.

Recorde-se que o Império não tinha nehuma vinculação com Flores. Há importante precedente histórico a respeito: em 1855, Flores caiu, porque o govêrno imperial não atendeu ao apêlo por êle feito para que houvesse intervenção brasileira no Uruguai. A despeito disso, continua a afirmar-se que Flores estivera em entendimentos com o Brasil em 63 e antes de 63.

A neutralidade do Império era exemplar. Era uma neutralidade que só lhe acarretava dissabores, internos e externos. Juan José de Herrera, ministro das Relações Exteriores de Berro, fêz diversas reclamações diplomáticas contra a entrada e permanência de elementos revolucionários na Província de São Pedro do Rio Grande. Essas reclamações foram atendidas e a tal ponto (atente-se bem) que, em nota de 8 de outubro de 1863, Herrera fazia *"justicia debida á la honradez y lealtad de la política del Brasil para con este país"*. Quando as colunas do norte, das fôrças de Flores, comandadas por Marcos Salvatella e Pedro Algañaraz, foram batidas e se acoitaram no Rio Grande, sendo desarmados e internados seus componentes, o mesmo Herrera, em nota de 12 de novembro, declarou que o govêrno da República não duvidou por um só instante da sinceridade "y celo con que el Imperio se esfuerza por hacer guardar la neutralidad por las autoridades de la frontera".

Quando o Marquês de Abrantes, Ministro dos negócios estrangeiros, ordenou, por aviso de 22 de dezembro de 1863, ao

presidente da Província de São Pedro do Rio Grande que tomasse providências para impedir que brasileiros participassem da luta armada no Uruguai, Herrera, por nota de 31 de dezembro à Legação imperial, reiterou agradecimentos enfáticos.

Que fazia o govêrno de Montevidéu? Tendo dificuldade com Mitre, aproximava-se do govêrno de Assunção. Ao invés de aproximar-se do Brasil, isolava-se, porque *acreditava* no poderio militar de Francisco Solano López. Se o Império houvesse ajudado Flores, a guerra civil no Uruguai não teria durado tanto tempo. Flores teria vencido num abrir e fechar d'olhos. Esta é que é a verdade. Oneto y Viana reconhece a situação ao dizer incisivamente:

> "Nada más esperaba la diplomacia imperial que el momento propicio para acercarse á la República. Ahí estaba, pues, la obra que competía á la República: facilitar la realización de los deseos que animaban á los políticos de Río para ganar-se un aliado y dar el golpe de gracia á los revolucionarios, que, á su cortejo de males, hubieran tenido que agregar la pérdida del concurso moral de la población brasileña y la protección efectiva de algunos soldados. Sin embargo, no lo entendieron así los políticos blancos".

Anteriormente, em agôsto de 1863, Juan José de Herrera se dirigira à Legação imperial, perguntando-lhe qual a atitude que assumiria o Império em face da ingerência argentina; e dizia: "La República Oriental ve en la guerra que le ha traido don Venancio Flores una amenaza argentina contra su autonomia, una amenaza que ya se traduce claramente y que adelanta en los medios prácticos de hacerse efectiva".

Assim, o govêrno de Montevidéu reconhecia a neutralidade do Brasil e o apoio estrangeiro dado a Flores.

No relatório de 1864, da Repartição dos Negócios Estrangeiros, dirigido à Assembléia geral legislativa, o Marquês de Abrantes dizia que a política do Império continuava "a ser a da mais absoluta abstenção e imparcialidade, tanto nas desavenças e conflitos externos, como nas lutas intestinas dos Estados vizinhos, sem prejuízo dos bons ofícios e apoio moral que estejam os seus agentes, no caso de poder prestar, no interêsse da paz, e sem prejuízo também de seus compromissos internacionais e

da proteção que devem ter as vidas e propriedades dos súditos do Império, residentes naqueles Estados".

Enquanto a diplomacia brasileira observava cautelosamente os acontecimentos, os "blancos" desmandavam-se em violências e erros diplomáticos de grande porte.

Faltou-lhes um sentido plástico e realista. Não estiveram à altura da situação. Iludiram-se com as promessas de López, que foi trabalhado por agentes "blancos", destituídos de poder de observação. Tudo isso se deu, porque o govêrno de Berro imaginou que pudesse com sua atividade diplomática não só neutralizar o Império, bem como derrotar a diplomacia brasileira no Prata. Oneto y Viana afirmou: *"El Presidente Berro y sus ministros llegaron hasta creer que havia sonado la hora de poner término á la acción brasileña en el Plata"* (pág. 155). A despeito de sua inteireza moral, Berro subira ao poder alimentado de ressentimentos contra o Brasil. No entanto, não se esquecera do Banco Mauá & Cia., que lhe sustentou o govêrno. A trama dos agentes "blancos" estribava-se em dois pontos: Urquiza e López. O govêrno de Montevidéu acreditou que Urquiza flanquearia suas tropas contra Mitre; e que López investiria contra o Império. Quem se desse ao trabalho de reduzir o problema da diplomacia "blanca" a um mapa, verificaria sem demora que Urquiza, desmoralizado pela derrota de Pavón, não estaria em condições de levantar um exército. Poderia levantar uma gaúchada. Os acontecimentos se encarregaram de provar que, vigiado por Mitre, Urquiza acabou por prometer a constituição de uma fôrça divisionária de quase 10.000 homens, a fim de seguir para os campos de batalha do Paraguai. Essa fôrça nem chegou a operar, porque se dissolveu em Basualdo, desmoralizando completamente o antigo diretor da Confederação Argentina. López, a despeito de industriado e açulado pelos agentes "blancos", hesitou muito em desfechar o golpe; e quando o desfechou, o fêz sôbre duas frentes de batalha distantes...

À medida que transcorria a guerra civil no Uruguai, o govêrno de Berro se tornava mais intransigente e mais exaltado. A tragédia de Quinteros estava presente à lembrança de todos. No entanto, nem mesmo êsse exemplo demovia Berro do prosseguimento de operações militares, inconclusivas. A paixão po-

lítica dominara de tal maneira o govêrno de Montevidéu que seus integrantes já não ouviam os mais elementares conselhos de prudência. Repetia-se, em ponto menor, o caso de Rosas... Enrique de Arrascaeta, ministro de Berro, incumbira Juan José de Herrera de uma missão junto a Francisco Solano López, no ano de 1862. Foi então que López declarou a Herrera que o Paraguai tinha o perigo bem perto de suas fronteiras: de um lado, "*a los más incorregibles anarquistas, y de otro a los macacos, siempre alevosos y llenos de doblez*". [1] Era simplesmente incrível que Francisco Solano López, mal aconselhado, suspeitasse ao mesmo tempo do Brasil e da Argentina e procurasse reduzir seus devaneios políticos a têrmos de fôrça. O ditador paraguaio estava à espreita de um *motivo* para poder lançar-se à formulação de um papel arbitral decisivo (a seu entender) nos destinos dos países do Prata.

As barbaridades cometidas pelas autoridades "blancas" contra os brasileiros residentes no Uruguai aumentavam. Na campanha uruguaia não existia contrôle de ninguém. Era o regime sanguinário da degola. Era o regime da destruição. Os reclamos da Legação imperial ficavam sem solução. Eram desatendidos. Berro, apoiado nos recursos do Banco Mauá & Cia., prosseguiu implacàvelmente na guerra, esperançado de vencer. Terminou o mandato sem ter dominado o movimento revolucionário de Flores...

* * *

Cabe aqui uma informação curiosa: nas lutas intestinas brasileiras no tempo do Império, legalistas e rebeldes não conheceram o fuzilamento, a degola e o enforcamento. A Guerra dos Farrapos durou dez longos anos. Durante a luta na Província de São Pedro do Rio Grande só se verificou um caso dessa ordem, o assassinato do coronel Albano de Oliveira Bueno, confiado à guarda de soldados de maus instintos. No entanto, a

---

(1) PIVEL DEVOTO, "**História de la República Oriental del Uruguay**", pág. 344.

situação mudou muito durante a Guerra federalista, ou dos Maragatos, de 1893. E mudou, porque nela intervieram gaúchos orientais, alistados nas hostes de Gumercindo Saraiva. Pela primeira vez na história das lutas intestinas brasileiras, aparece a degola e com esta o *carcheio* dos mortos em campo de batalha. Eram êstes despojados de tudo: vestimentas, botas, ceroulas e até mesmo de dentes de ouro, como aconteceu com o almirante Saldanha da Gama, heròicamente tombado em Campo Osório. O *carcheio* era costume das lutas intestinas uruguaias, inteiramente desconhecido no Brasil até 1893. Castilhos Goycochêa, em seu livro *"Gumercindo Saraiva na Guerra dos Maragatos"* (Rio, 1943), defendeu o caudilho de Santa Vitória do Palmar da acusação de haver introduzido os "processos selvagens das refregas castelhanas". Desta ou daquela forma, as monstruosidades cometidas em 1893 foram estigmatizadas num ensaio magistral de Carlos Dante de Moraes, intitulado "Trinta e Cinco e Noventa e Três" (publicado na "Província de São Pedro", n.º 17, de 1952). Assim terminou o ensaista riograndense seu estudo:

> "O que mais fere, porém, a nossa visão histórica é a atitude dos elementos dirigentes. Ao invés de subjugar os impulsos anárquicos, de frear a rebelião dos instintos, como em Trinta e Cinco, êles se acumpliciam com os mesmos, tolerando-os indiferentes, quando não os utilizam ou estimulam abertamente. À sombra ou no resguardo dessa cumplicidade tácita ou deliberada, é que Noventa e Três se torna a foz, o imensurável estuário da libido homicida, dos apetites de sangue, de violação e massacre, de tudo o que destrói a pessoa humana e o seu prolongamento patrimonial. Nesse ambiente de desregramento sem peia, de crua volúpia de fazer o mal, irrompem todos aquêles instintos de ferocidade que fazem retroceder o homem à qualidade de monstro, de verdugo implacável, associando a fôrça da bestialidade à inteligência pervertida. Daí aquêle desrespeito absoluto à criatura humana, martirizada na carne e na alma, torturada à maneira oriental, maculada e seviciada nos sentimentos mais caros e mais puros. Aquela vontade canibalesca de chupar o sangue do adversário; de degolar com requintes inauditos; de retirar homens da mangueira, às dezenas, como gado impotente, e decepar-lhes a cabeça; de cortar as orelhas, de esquartejar, de estaquear, de desenterrar

> os cadáveres e profaná-los, de saquear, de roubar e incendiar, de estuprar perante os pais e irmãos amarrados, tremendo de ódio e horror..."

O que se deu no Rio Grande em 1893 ocorreu muitas e muitas vêzes nas lutas intestinas da Argentina e Uruguai. O que Carlos Dante de Moraes descreveu tão magistral e incisivamente foi invenção dos caudilhos do Pampa. Recorde-se que Rosas se divertia, punindo os ladrões de gado com o "encouramento", isto é, o indivíduo era metido numa bôlsa de couro, depois cuidadosamente costurada e deixada ao acaso... Os caudilhos do Pampa foram os *faeneros* (magarefes) da guerra.

* * *

A 1.º de março de 64, Atanásio Aguirre, até então presidente do Senado, assumiu a presidência da República Oriental do Uruguai.

Era Ministro residente do Império em Montevidéu, desde 30 de maio de 63, João Alves Loureiro, depois Barão de Javari. Loureiro havia começado a carreira em 49, como adido de 1.ª classe na Inglaterra. Servira em Londres, Paris, Munich, Stutgart e Berna. Excelente observador, era um espírito ponderado e pouco inclinado a aventuras. Loureiro estivera em Buenos Aires, onde se entrevistara com Mitre. Levara o encargo de aconselhar Mitre a manter-se neutro, em face dos acontecimentos verificados no Uruguai. À chancelaria imperial pareceu ser essa a eqüidade mais racionável. Ademais, Loureiro fôra incumbido de proceder não apenas a sondagens, mas também de realizar um trabalho de observação, que pudesse servir, como elemento informativo à Chancelaria imperial, dirigida então pelo Conselheiro João Pedro Dias Vieira.

Sabendo da missão de Loureiro, o presidente Berro procurara utilizar-se do diplomata brasileiro como elemento de pressão junto a Mitre. O depoimento de Andrés Lamas é concludente: "Al encaminarse el señor Loureiro á Buenos Aires, se me dió orden para hacer reclamos que conducían á una ruptura formal con el gobierno argentino, y esta ruptura hecha al amparo de la sombra brasileña, iba por esa y otras circunstan-

cias á crear serias dificultades" (*"Tentativas para la pacificación"*, pág. 11). Loureiro deu seu recado a Mitre, mas não se deixou instrumentalizar pelo govêrno de Montevidéu. Sentiu desde logo quantas e grandes dificuldades iria encontrar pelo caminho.

Em seu primeiro manifesto, Atanásio Aguirre declarou que combateria a revolução até completo esmagamento ou completa submissão à lei. No entanto, o panorama militar já era adverso ao govêrno. Logo depois da posse de Aguirre, Flores ocupou Florida, Durazno e Porongos, cidades situadas a pouca distância de Montevidéu. O caudilho dos "colorados" preparava-se para assediar a capital. Flores tinha então vários pontos importantes para o abasto cotidiano de suas tropas e sua cavalhada. Pràticamente, era senhor de quase tôda a campanha uruguaia.

Aguirre ensaia piimeiro e depois aprofunda uma ação diplomática junto ao govêrno de Assunção. Recordava-se do malôgro das conversações mantidas em 62 e 63, em Buenos Aires, com Mitre, por enviados de Berro, como Andrés Lamas, Octávio Lapido, Florentino Castellanos e Mariano Espina. Quando, a 23 de junho de 63, Berro rompeu com Mitre, os "blancos" se certificaram de que nada poderiam obter do govêrno argentino. Fôra um êrro surpreendente, cometido pelo presidente Berro.

A situação agravava-se de dia para dia. Tanto "blancos" como "colorados" cometiam violências incríveis contra brasileiros residentes no Uruguai. No entanto, o Império continuava a observar rigorosa neutralidade. Tratava-se de uma neutralidade, que já irritava a opinião pública brasileira.

Zacarias, então à testa do govêrno, procurava contornar a situação, adotando o expediente de conselhos irônicos, réplicas sarcásticas e anedotas de autores célebres. Amargo e amargurado, Zacarias confiava em seus dotes de parlamentar exímio, temido e terrível. Recorrendo ao seu arsenal de sofística, Zacarias pensava assim capear a tempestade. Enganou-se, porque os acontecimentos se atropelavam, escapando ao seu contrôle. A linguagem da imprensa tornara-se desabrida. A oposição ululava, fremente. Os acontecimentos verificados no Uruguai ocupavam a primeira plana nos jornais brasileiros. O Império sofrera os vexames criados pela Questão Christie.

O pôrto do Rio de Janeiro fôra abusivamente bloqueado por navios de guerra da rainha Vitória. Além disso, a imprensa, bem informada, não deixava de assinalar os desígnios misteriosos de López e a posição esquiva de Mitre em relação ao Brasil. Buenos Aires continuava a recatar as chaves dos grandes rios. A situação interna do Uruguai, muito delicada, acabaria por transvazar ao plano internacional.

O Govêrno imperial não se mexia. Brasileiros eram impunemente assassinados no Uruguai. O escudo do Império era enxovalhado. As propriedades dos brasileiros eram saqueadas e ocupadas por valdevinos armados. E o Govêrno imperial de braços cruzados, atado a uma neutralidade absoluta...

1864 é um ano trágico. As reclamações do Brasil, vindas de longe, não eram atendidas. É a mesma linguagem dos relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros, desde 52. Em 59, Paranhos, Ministro daquela pasta, assinala no relatório: "A despeito de incessantes diligências e reiteradas reclamações da Legação imperial, estão ainda impunes vários assassinatos de súditos brasileiros cometidos no Estado Oriental". Em 60, Sinimbu diz no relatório do Ministério dos Negócios Extrangeiros: "Continuam os assassinatos de súditos brasileiros no Estado Oriental". E o govêrno de Montevidéu não respondia, não cumpria um dever de cortezia convencional despachando, pelo menos, uma nota interlocutória sôbre o assunto... Berro e Aguirre adotavam um proceder muito curioso, sob o ponto de vista internacional.

No relatório de sua repartição, o Marquês de Abrantes, Ministro dos Negócios Estrangeiros, assinalou: "Os fatos levados ao conhecimento do govêrno da República eram de natureza que, reconhecendo não ser possível a continuação de um tal estado de coisas sem grave comprometimento das relações entre os dois países, resolveu o mesmo govêrno, por decreto de 12 de junho último, demitir o chefe político que ao invés de os prevenir, os acoroçoava com seu espírito de hostilidade ao Império". O Marquês de Abrantes referia-se a incríveis ações cometidas por autoridades do departamento de Tacuarembó contra brasileiros, em 62.

Por conseguinte, as reclamações feitas por via diplomática não tinham resultado prático.

O govêrno de Montevidéu não lhes fazia caso. No interior do país, as autoridades "blancas" entregavam-se a tôda sorte de excessos contra os infelizes brasileiros, gente próspera, que contribuia para o enriquecimento da gleba uruguaia. A diplomacia brasileira, arguta e prudente, arcava com dificuldades com vários países. Estavam rôtas as relações com a Inglaterra, então a potência mais forte do tempo. Na Bolívia, a missão Vieira Monteiro fracassara, devido à intransigência do chanceler Bustillo, homem espartano mas desconfiado, que assinara com o Chile o infeliz tratado de *"mancomunidad"* sôbre certo trecho do litoral boliviano sôbre o Pacífico. (Argüiu-se que êsse tratado fôra assinado por Melgarejo e seu ministro das relações exteriores, Mariano Donato Muñoz. É falso o que sustentaram historiadores que não se deram ao trabalho de fazer a indispensável contrastação dos quilates históricos. O tratado foi assinado por Bustillo. Êsse tratado deu origem à questão do Pacífico e depois à guerra, mercê da qual a Bolívia perdeu todo o litoral). Ademais, em dezembro de 1863, o govêrno boliviano mandara fundar duas colônias à margem direita do rio Uaporé, a primeira na cachoeira de Guajará, chamada Achá; e a segunda, na cachoeira de Lajes, chamada Loras. O Govêrno imperial vira-se obrigado a tomar as providências necessárias para a desocupação daqueles sítios. Com o Peru, o Império tivera também dificuldades de fronteiras. Francisco Adolfo de Varnhagen, depois Visconde de Pôrto Seguro, Ministro junto ao Equador, Peru e Chile, por notas de 27 de outubro, 4 e 24 de novembro de 1864, protestara contra a falta de garantias individuais que sofreram brasileiros residentes no departamento de Loreto. A indefinição da fronteira levara o Govêrno imperial a propor ao de Lima em 1860 a conveniência de se fixarem definitivamente as lindes divisórias, de conformidade com o art. 17 da Convenção fluvial de 22 de outubro de 1858, ratificada e declarada lei no Peru.

Costa Azevedo (depois Barão do Ladário) foi nomeado comissário para tão importante serviço. O Peru nomeou o almirante Mariategui, substituído logo depois por Francisco Carrasco. Verificara-se também o conflito entre a Espanha e o Peru:

fôrças navais espanholas apoderaram-se das ilhas de Chincha, pertencentes ao Peru. Finalmente, o fato mais escandaloso dera-se na Bahia: a 14 de outubro de 1864, o navio de guerra norte-americano "Waschussetts", violando a neutralidade das águas em que se encontrava, a horas mortas da noite abordou de assalto e se apoderou do vapor armado em guerra, "Florida", dos Confederados. A Chancelaria imperial protestou enèrgicamente contra o proceder do comandante do "Waschussetts". E ainda havia o Paraguai, chefiado por López, com sua política sinuosa e agressiva; sobrecrescendo a tudo isso, a situação complicada do Uruguai...

Como se vê, grandes eram os encargos. A Chancelaria imperial não poderia ficar adicta a praxes rotineiras. Tinha de encarar situações que reclamavam dinamismo. Nessas emergências difíceis, ela procedeu com tato, habilidade e segurança.

A situação tornou-se particularmente difícil para o govêrno de Zacarias, quando o general Netto apareceu no Rio de Janeiro, como intérprete consagrado dos estancieiros da fronteira e dos proprietários brasileiros residentes no Uruguai. Desencadeou-se então terrível tormenta sôbre o gabinete de Zacarias. Numerosas foram as interpelações feitas, na Câmara ao govêrno. Viu-se êste em sérias dificuldades para fazer face às acusações de desleixo e desinterêsse pela sorte dos brasileiros que então viviam no país vizinho. Compreendendo a gravidade da situação, Zacarias acreditou na possibilidade de um remédio diplomático. E êste só poderia vir de uma mudança de posição por parte do govêrno uruguaio. Já se havia contemporizado muito, alegava a oposição. O govêrno de Aguirre seria igual ao de Berro... Aguirre não poderia vencer a revolução de Flores com escritos, leis, editais: teria de prosseguir na violência contra a violência. De dia para dia, Flores tornava-se mais forte. Ferreira da Veiga, Teófilo Ottoni, Ribeiro da Luz, Pimenta Bueno e outros incitavam o govêrno a abandonar a atitude de neutralidade absoluta, a defender os brasileiros e a reclamar castigo para os autores dos crimes contra súditos do Império, no Uruguai. A despeito de seu prestígio, Zacarias compreendeu não ser mais possível proceder com mezinhas e panos quentes, maximé depois da sessão de 5 de abril, da Câmara. Nessa sessão, vozes inflamadas che-

garam mesmo a falar em guerra. Eram vozes do partido conservador, contra os liberais no poder.

Antes, porém, de dar a cartada definitiva, isto é, de recorrer à guerra — como queriam os conservadores—, Zacarias teve uma idéia bastante hábil: o envio de uma missão especial ao Uruguai para entender-se com o govêrno de Aguirre. Com isso, mostrou-se prudente. Zacarias acreditou que, despachando uma missão especial ao Uruguai, pudesse resolver os assuntos pendentes com a república. Imaginou que o govêrno de Aguirre, pautando seu proceder pelas regras consagradas do Direito internacional e da própria moral internacional, recebesse a missão especial com tôda a deferência e ao mesmo tempo fizesse esforços por encontrar uma solução *mínima* para as dificuldades existentes nas relações entre o Uruguai e o Brasil.

Não poderia ter sido mais feliz a escolha do representante do Império para tão delicada incumbência. Zacarias escolheu o Conselheiro Saraiva. Nascido em 1823 em Santo Amaro, na Bahia, a "Virgínia dos estadistas", José Antônio Saraiva fêz brilhante carreira. Comendador das Ordens da Rosa e Cristo, dignitário da Ordem do Cruzeiro do Sul, grã-cruz da Ordem dinamarquesa de Dannebrog, Saraiva foi juiz municipal, procurador fiscal da Fazenda, deputado provincial, deputado geral às 9.ª e 13.ª legislaturas do Império, Senador em 69. Presidiu as províncias do Piauí, Alagoas, Pernambuco e São Paulo. Foi Ministro da Marinha no gabinete de 4 de junho de 57. Foi Ministro do Império no gabinete de 12 de maio de 65. Será Presidente do Conselho de Ministros em 29 de março de 80, ocupando a pasta da Fazenda. Será, de novo, Presidente do gabinete de 6 de maio de 85.

Prudente, circunspecto e hábil, Saraiva era avêsso a fanfarronadas. Um govêrno, realmente animado de propósitos conciliadores, que tivesse de lidar com Saraiva, encontraria metade do caminho feito. Saraiva seria o primeiro a facilitar os entendimentos.

Ver-se-á, no entanto, que as esperanças de Zacarias vão receber contratempos imprevistos.

IV

SARAIVA EM MONTEVIDÉU

"Du, danke Gott, wenn er dich presst,
Und dank' ihm, wenn er dich wieder entlässt".

(GÖETHE, "Divan")

EM obra anterior, *"Diplomacia do Império no Rio da Prata"*, o autor do presente trabalho ocupou-se dos pródromos da Guerra da Tríplice Aliança.

O autor, nesta altura, retoma o fio da narração, encetada naquele trabalho e neste prosseguida.

Entra-se agora numa fase realmente dramática. Fatôres complexos darão aos acontecimentos um ritmo imprevisto que, como torrente, arrastará as personalidades nêle engolfadas. O panorama internacional do Prata adquire uma sensibilidade e uma fluidez impressionantes. Se certas personalidades podem ser *autoras* de acontecimentos, ver-se-á, no entanto, que os acontecimentos acabarão por subvertê-las, como náufragos a se debaterem em águas procelosas. Numa quadra sumamente perigosa, que requeria domínio de nervos e muita ponderação, eis surgem figuras desarvoradas por estranho nervosismo. Fatôres pessoais, derivados do apêgo ao poder, contribuirão para agravar o curso dos acontecimentos. A impulsividade, decorrente de um falso patriotismo, servirá para caldear os assuntos, dando-lhes um sinete de inapelação. Ambições desvairadas deturpam a visão daqueles que tinham o direito de ver claro e preciso. Paixões de baixa política, açuladas por demagogos, irrompem

com a fôrça de gêisers. Para cúmulo dos males, verdadeiros vampiros sanguissedentos, como se fôssem *phyllostomas*, empenham-se na obra de matar e destruir, em nome da lei. Por tôda a parte, o histerismo de sentimentos contraditórios, desencadeados ora pela populaça, ora pelo parlamento. No Rio de Janeiro, a paixão política irrompera, tumultuosa. Em Montevidéu, os "blancos" haviam criado ambiente de verdadeiro nervosismo.

Em Buenos Aires, crepitava intenso partidarismo, transformando Mitre em alvo de violenta campanha de críticas e doestos. Numa hora grave, em que se precisava de serenidade, não havia serenidade. Através da tormenta, que engrossava, a *única* pessoa serena era o Conselheiro Saraiva.

Apesar de nascido na Bahia, terra tropical, Saraiva foi sempre um perfeito domínio de nervos. Generoso e equânime, teve certo feitio evangélico. Algo cético dos homens, sabia que nada poderia fazer sem êles. Por isso, procurava entendê-los humanamente, interpretando-os em seus defeitos e seus erros. Confiava na bondade e na inteligência. Por tôdas essas qualidades, Saraiva foi um modêlo de compostura, sobriedade de gestos e palavras, generosidade. Essas qualidades de boa lei aliavam-se a um profundo espírito de observação.

O Conselheiro José Antônio Saraiva era, em primeiro lugar, portador de um apêlo amigável ao govêrno da República "para tomar na consideração que mereciam e atender devidamente às nossas justas reclamações contra as graves ofensas feitas aos súditos brasileiros ali residentes, e cuja propriedade, honra e vida não encontravam a proteção devida, que aliás lhes era afiançada pela Constituição da mesma República, mediante a qual haviam o Brasil e a Confederação Argentina consentido na sua existência política". Essa é a linguagem oficial do Conselheiro Dias Vieira, Ministro dos negócios estrangeiros do Império.

Por conseguinte, Saraiva não levava uma missão de guerra. Levava uma *missão de paz*.

O Govêrno imperial acreditou piamente que, dadas as qualidades morais e intelectuais do Enviado especial, realçadas por perfeita ponderação ante fatos e personalidades, os assuntos a

serem postos em debate num ambiente de cordialidade fôssem liquidados, honrosamente para ambos os governos.

Saraiva chegou a Montevidéu e desde logo encontrou uma atmosfera de suspicácia, criada pelo govêrno "blanco".

Era evidente que o govêrno da República, pôsto não o recebesse de má sombra, contudo não lhe dava uma acolhida prazenteira. Saraiva sentiu essa acolhida. Animado de propósitos pacíficos e humanos, enfrentou a situação. No dia 12 de maio apresentou credenciais ao presidente Aguirre. Nessa ocasião, pronunciou um discurso, claro e preciso, vazado em têrmos altamente conciliatórios:

> "A carta de S.M. o Imperador do Brasil, meu augusto soberano, que tenho a honra de entregar a V. Excia. me acredita como seu Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao govêrno da República Oriental do Uruguai. Conseguir que por meio de uma política previdente, e com perseverança executada, sejam garantidos os direitos e os interêsses legítimos dos meus concidadãos domiciliados no interior da República, tal é, Sr. Presidente, o objeto especial da minha missão e o vivo desejo do govêrno de Sua Majestade. Só a adoção dessa política dissipará tôdas as causas próximas ou remotas que de futuro possam perturbar as relações de perfeita cordialidade que S.M. o Imperador do Brasil tem muito a peito cultivar com esta República. Não há esfôrço que demasiado seja, Sr. Presidente, para conciliar os interêsses de dois Estados limítrofes e americanos e assentar as suas relações internacionais em bases sólidas e permanentes. Pela minha parte dar-me-ei por feliz se, grangeando a benevolência de V. Excia., puder eu tornar bem patente tôda a nobreza dos sentimentos do Imperador, que não cessa de fazer votos pela paz e prosperidade da República Oriental do Uruguai".

A êsse discurso modelar, Aguirre respondeu em palavras mais extensas, dizendo:

> "Entendo, como V. Excia., que não se deve omitir esfôrço algum da parte de ambos os governos para que os interêsses dos dois Estados limítrofes e amigos sejam firmemente garantidos por meio de relações internacionais fundadas no franco e efetivo acatamento à justiça e ao direito recíproco, com respeito aos princípios de ordem e autoridade,

> únicas bases sólidas de uma amizade sincera e permanente. Não pode haver dificuldade nem perigo para os direitos e interêsses legítimos dos cidadãos dos dois países, nem causas próximas ou remotas capazes de perturbar as relações de perfeita cordialidade entre ambos os povos e governos, se êstes se inspirarem de uma política baseada naqueles princípios, se essa política fôr leal e perseverantemente executada".

As palavras pronunciadas na cerimônia da entrega de credenciais, tanto por Saraiva como pelo Presidente Aguirre, seriam, no entanto, defraudadas pelos fatos.

Juan José de Herrera, ministro das Relações Exteriores, tomado de nervosismo incompreensível, procurava criar dificuldades à missão especial de Saraiva. Herrera já estava em conluio com o govêrno paraguaio.

A 26 de abril (antes da chegada de Saraiva a Montevidéu), Herrera passou nota a Loureiro, indagando, para efeitos de confirmação ou de retificação, se tinha fundamento a informação verbal do Ministro residente do Império de que o govêrno brasileiro mandara estacionar um exército na fronteira com o Uruguai. A 4 e 13 de maio, Herrera insistiu, por nota, no assunto. Loureiro não respondeu a essas notas.

No dia 14, Herrera, Saraiva e Loureiro tiveram uma conferência. Herrera insistiu no assunto que motivara suas notas a Loureiro. Saraiva declarou então que, a despeito da dificuldade de prever sucessos que poderiam futuramente verificar-se, podia, no entanto, assegurar que não era intenção do Govêrno imperial fazer seu exército ultrapassar a raia fronteiriça. Eram palavras francas e leais, as de Saraiva. O exército estva dentro do território brasileiro. Se Herrera se alarmava, alarmava-se sem razão.

Saído da entrevista, Herrera foi ao presidente Aguirre, a quem tudo comunicou, como era do seu dever.

No dia 16 de maio, Saraiva recebeu nota de Herrera, na qual se encontra escrito o seguinte:

> "Ao referir a conferência tida com V. Excia., S. Excia. o Sr. Presidente da República, que ficara satisfeito do espírito de que V. Excia. se tem mostrado animado, orde-

nou-me, não obstante, relativamente ao ponto de que me ocupo, que fizesse antes de tudo saber a S. Excia. o Sr. Conselheiro Saraiva que, em qualquer circunstância, a passagem não consentida de tropas brasileiras pelo território oriental seria considerada como um ultraje à soberania e independência da República. Essa passagem pelo território oriental de fôrças do Império do Brasil seria um passo mais grave quanto mais difíceis são as circunstâncias em que o país se acha por causa da invasão Flores, especialmente quando ainda não têm sido satisfeitas e estão sem resposta as sérias queixas e reclamações, que por motivo dessa invasão e para prevenir suas fatais conseqüências em prejuízo de todos os habitantes da República, incluída a população brasileira, foram dirigidas reiteradamente pelo govêrno da República ao de S.M. o Imperador do Brasil".

A linguagem desta nota merece especial atenção. Saraiva apresentou credenciais a 12 de maio. A 16, recebeu a nota de Herrera, redigida num "estilo forte", o estilo que o ministro das relações exteriores empregava na correspondência com a Legação imperial. Estilo pouco amável, ríspido, violento por vêzes. A primeira impressão que se colhe da leitura dessa nota: Herrera estava "prevenido" contra Saraiva e começava a prejulgar. Assumindo uma posição quadrada, Herrera fazia sentir a Saraiva que a "passagem não consentida de tropas brasileiras pelo território nacional seria considerada como um ultraje à soberania e à independência da República". No entanto, Saraiva não pensava nisso, porque levava uma "missão de paz". Há, contudo, um elemento novo nessa nota, a saber: Herrera irrogava ao Govêrno imperial queixas e reclamações desatendidas, no seu entender, pela Côrte do Rio de Janeiro. Se antes Herrera *elogiara* a atitude de absoluta neutralidade do Brasil, abrira depois suas baterias, justamente quando Saraiva se encontrava em Montevidéu em missão de congraçamento. Ao invés de ser cauto, moderado e previdente, Herrera tomara a iniciativa de *estabelecer* uma situação que não correspondia à verdade. Nem o Império pretendia invadir o Uruguai, nem o Império deixara de atender reclamações de Herrera. Herrera ia de justa, isto é, de lança em riste, contra Saraiva. A nota do ministro das relações exteriores só poderia ter sua origem num nervosismo inqualificável.

Saraiva respondeu, por nota de 18 de maio. Começou por dizer que não se tratava de assunto novo, o qual vinha merecendo desde 1852 a atenção da Legação imperial. O propósito desta foi sempre "obter para os cidadãos brasileiros residentes no Estado Oriental a segurança e a proteção que as leis da república dispensam a todos, nacionais o uestrangeiros". Nessa nota, Saraiva atacou frontalmente o problema doloroso da situação dos brasileiros residentes no Uruguai. Afirmou que cada reclamação ficou desatendida, cada abuso de autoridade, impune, o que deu motivo a novos e numerosos atentados, muitos de natureza ainda mais grave. "Tudo isso gerou no espírito dos brasileiros domiciliados no interior da República a convicção de que os esforços do seu govêrno eram ineficazes para garantir-lhes a vida, a honra e a propriedade"; e acrescentou: "Tal foi, Sr. Ministro, a conseqüência deplorável da imprevidente política observada pelos agentes do govêrno da República". Salientou que as constantes reclamações do Govêrno imperial ficaram sempre sem atendimento e que os sofrimentos da população brasileira, agravados pela guerra civil, foram suportados com "patriótica e nobre resignação". Referindo-se à neutralidade do Império, Saraiva afirmou: "O govêrno oriental está bem informado de que o Govêrno imperial, observando a mais escrupulosa neutralidade na lutas intestinas dêste país, há sido incansável em recomendar à presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul medidas que obstem à passagem, pela fronteira, de tropa em auxílio da rebelião que domina uma parte da República. Não obstante essas providências, crescido número de brasileiros apóia e auxilia a causa do general D. Venâncio Flores, exibindo perante o Govêrno imperial, como motivos do seu procedimento, não simpatia por um dos partidos políticos dêste Estado, mas a necessidade de defenderem a sua vida, honra e propriedade contra os próprios agentes do govêrno da República. O grito dêsses brasileiros repercute por todo o Império, e principalmente na província vizinha de São Pedro do Rio Grande do Sul; e o Govêrno imperial não pode prever, nem poderá talvez evitar o efeito dessa repercussão, se para remover-lhe as causas indicadas não contribuir prontamente o govêrno da República com franqueza e decisão".

A seguir, disse: "O Govêrno imperial, Sr. Ministro, acha-se no firme propósito de evitar que os brasileiros residentes neste Estado, recorram à bandeira de partidos para tornar efetivas as garantias a que têm direito, seguro como está de que não necessitam êles de outra proteção além da do seu govêrno e das leis da República, perfeita e sinceramente executadas. Com esta segurança, o Govêrno imperial ordenou-me que solicitasse do govêrno da República, como as únicas providências eficazes para remover os males que afligem aos seus compatriotas, as seguintes: 1.º) que o govêrno da República faça efetuar o devido castigo, se não de todos, ao menos daqueles dos criminosos reconhecidos que passeiam impunes, ocupando até alguns dêles postos no exército oriental, ou exercendo cargos civis do Estado; 2.º) que sejam imediatamente destituídos e responsabilizados os agentes de polícia que têm abusado da autoridade de que se acham investidos; 3.º) que se indenize completamente a propriedade que, sob qualquer pretexto, tenha sido extorquida aos brasileiros pelas autoridades militares ou civis da República; 4.º) finalmente, que sejam postos em plena liberdade todos os brasileiros que houverem sido constrangidos ao serviço das armas da República". Saraiva também solicitou outras providências complementares, tais como o cumprimento do acôrdo sôbre certificados de nacionalidade (notas reversais de 28 de novembro e 3 de dezembro de 1857) e o respeito aos agentes consulares brasileiros.

À nota de Saraiva, Herrera respondeu com a de 24 de maio, muito longa, com acentos por vêzes dramáticos, redigida ora numa linguagem altiva, ora numa linguagem violenta. Herrera começou por afirmar que a situação da República tivera sua origem na invasão dos revolucionários, "meditada, organizada e armada em territórios argentinos e brasileiros", sem que as autoridades dêsses territórios houvessem pôsto paradeiro a tal estado de coisas. Referiu-se às amarguras do govêrno uruguaio ao lidar com uma "guerra destruidora", "que o espírito hostil, a inércia ou incúria dos governos vizinhos nos têm ocasionado". E acrescentou: "A República poderia, mostrando o sangue de seus filhos e a ruína de seus habitantes, dizer ao Império: Acima do vosso direito de reclamar está o direito de satisfazer; vêde o

sangue que a vossa imprevisão tem feito e faz derramar; vêde a ruína que vossa incúria produziu e produz, o atraso a que me condena a conivência de vossos caudilhos; lembrai-vos de que quando estávamos em harmonia, confiados na lealdade recíproca, pedi-vos respeito ao menos para o meu direito e conjurei-vos a que, do vosso seio, armados e com desígnio formado, não surgissem impunes os meus algozes; lembrai-vos de que me desatendestes, que deixastes impassível afiar essas armas, hoje em mãos de vossos filhos, destinadas a derramar êsse mesmo sangue, a conculcar êsse mesmo direito; lembrai-vos que impassível em deixar premeditar o crime, impassível tendes estado para deixá-lo consumar-se; lembrai-vos, enfim, de que sou vossa vítima e respeitai-me, não me lançando imputações, não me acusando, nem justificando os meus verdugos; em uma palavra, não mudeis os papéis que a cada um de nós cabe pelos sucessos que aí estão". Após êsse quadro de sentimentos alcandorados, verdadeiro painel de Calderón de la Barca, com suas tônicas altas e apaixonadas, Herrera afirmou: "V. Excia está animado do espírito de conciliação; o govêrno oriental o está também. S. Excia. (*sic*) aspira a alcançar resultados de utilidade prática para o seu país; é essa também a aspiração do govêrno oriental com relação ao seu". Herrera procurou rebater as reclamações imperiais "motivadas umas vêzes por abusos de autoridade subalterna policial, outras por crimes ou delitos particulares contra pessoas ou propriedades brasileiras situadas no país" (linguagem do ministro das Relações Exteriores do Uruguai). Sustentou êle, numa linguagem vaga, que "tôdas essas reclamações, à exceção de uma ou outra, são anteriores à época da invasão".

Herrera afirmou que "está provado que as autoridades imperiais da fronteira nada fizeram de eficaz para prevenir o atentado, quando em território brasileiro era êle meditado e levado a efeito e nada fizeram também para reprimí-lo no desenvolvimento que ulteriormente teve". Afirmou que era difícil que o govêrno do Brasil se pudesse eximir da responsabilidade que lhe cabia pela ineficácia de sua ação sôbre aquelas autoridades. Referindo-se à situação em que viviam os brasileiros no

Uruguai desde 1852, Herrera afirmou (e note-se o subterfúgio empregado):

> "Em doze anos 40.000 habitantes da República, sujeitos a perseguições diárias não interrompidas, teriam dado lugar, por motivo, note-se, dos infinitos acidentes da vida social, entre indivíduos e governantes e governados, a 63 reclamações por parte do Govêrno imperial? Em uma população de mais de 40.000 almas, espalhada, limítrofe, mais exposta que as demais a atos injustos de autoridades subalternas, afastadas do govêrno central, se teriam dado 63 reclamações (5 por ano), que, por estarem ainda pendentes de solução, demonstrariam uma situação intolerável e tornariam forçosa uma invasão e um levantamento!"

Os argumentos de Herrera eram capciosos. As 63 reclamações do Govêrno imperial, num total de mais de 40.000 brasileiros residentes no Uruguai, referiam-se em grande parte a atos de vandalismo e a *assassinatos* vis de súditos do Império. Quando Herrera achava pouco cinco reclamações por ano (e a palavra "reclamações" aí estava empregada num sentido muito geral), se esquecia de que se tratava de confisco de propriedades, destruição de casas e gado, incêndio de residências — e matança de brasileiros que haviam ficado *neutros* nas lutas entre "blancos" e "colorados".

Argumentando nesse sentido, Herrera afirmou que se a população brasileira era vítima das autoridades orientais, também o seriam os 50 ou 60.000 estrangeiros que habitavam o território da República. "O abaixo assinado — escreveu Herrera — não trepida em invocar o testemunho dêsses 50 ou 60.000 estrangeiros contra a falsidade da acusação que se faz à República". Reconhece, no entanto, que não foram sòmente turbas brasileiras as que formaram e formam o grosso das fôrças de Flores. Essas turbas eram também constituídas por orientais. Insistiu, porém, em que Flores procedera "em conivência, indubitàvelmente, com caudilhos brasileiros e argentinos". Afirmou que Flores, saído de Buenos Aires, se dirigiu em busca da confluência das fronteiras do Brasil com a Argentina e o Uruguai (isto é, a zona de Cuaraim). Canavarro e Cáceres ali o esperavam, cada qual com seu contingente pronto — e pronto "para o que essa

gente chama *califórnias sôbre o Estado Oriental,* voz esta que, na significação que lhe dão, é indígena, circunstância para a qual se permite o abaixo assinado chamar a atenção de S. Excia. A voz *califórnia,* bastante significativa, aplicada às incursões sôbre o Estado Oriental, tudo nos diz. Ela confirma, por sua origem e por sua aplicação brasileira, a asserção anterior do abaixo assinado e revela, pelo seu laconismo e sua vulgaridade, o motivo que trouxe às fileiras de D. Venâncio Flores o contingente brasileiro com que contou e conta êste caudilho para perpetrar a guerra". E mais adiante, com manifesta injustiça, Herrera esclarece seu pensamento: "Por *califórnia* entende-se nas fronteiras, desde Jacuí até o seu têrmo, *invasão no Estado Oriental,* com o propósito de enriquecer-se com pouco custo, por meio do saque da propriedade particular indefesa, seja esta brasileira, ou de qualquer outra nacionalidade. É uma mina a República Oriental; transposta a fronteira, encontra-se logo o tesouro: é brasileiro; não importa; não importa, fôrça é que se explore, pois que está situado em território oriental". (Maneira chocarreira de argumentar num assunto tão sério, que dizia respeito a 63 reclamações formuladas pelo Govêrno imperial, em sua mor parte constituídas por assassinatos cometidos por autoridades subalternas uruguaias...). Referindo-se ao general Netto, disse Herrera: "O general brasileiro Netto, conspirador conhecido, ambição ainda não saciada, que contribuiu com seu dinheiro, ganho, graças à proteção da autoridade oriental, que contribui com suas calúnias e com seus conselhos para que se levantem os elementos de perturbação; interessado em que cada dia sejam mais ameaçadores os chefes e oficiais do exército imperial que cederam aos conselhos e afagos dêsse general, e de algum outro caudilho brasileiro, de quem são satélites, desistirão porventura de seus propósitos, se o govêrno oriental, por solicitação do do Império, adotar novamente algumas medidas favoráveis à população brasileira?".

Em sua nota, Herrera concluiu propondo o seguinte: "O meio eficaz de bem servir o interêsse do Brasil e da República, que é o mesmo sob mais de um aspecto político e econômico, é inaugurar-se de uma e outra parte, sincera, leal e enèrgicamente, a prática do direito nos confins de um e outro território, repri-

mindo-se todo o elemento de perturbação que conspire de um e de outro lado da linha divisória contra as altas e duradouras conveniências de ambos os países e de ambos os governos".

À nota apaixonada, por vêzes dramática, mas em geral destemperada de Herrera, — Saraiva respondeu por meio de outra, datada de 4 de junho. É um documento admirável de lógica. O Enviado especial do Império não se utilizou de argumentos chocarreiros ou improcedentes como fêz Herrera, que concluiu sua argumentação em generalidades, quando se tratava de fazer face a acusações, estribadas em fatos, de atentados comprovados contra brasileiros. Disse Saraiva: "Para demonstrar que a participação dos brasileiros no movimento político dirigido pelo general Flores não se pode explicar pelas referidas violências, o Sr. Ministro observa que, atingindo a 40.000 o número dos meus concidadãos domiciliados na República, são apenas 63 as reclamações recordadas pelo abaixo assinado, o que equivale a cinco por ano no período de 1852 a 1864. Parece, pois, Sr. Ministro das Relações Exteriores, um êrro da diplomacia brasileira, de deduzir das mencionadas reclamações argumento para explicar o desvio de alguns centenares de bandidos sem lar e sem vínculo algum social. Entre os brasileiros e os argentinos da fronteira, dos quais se compõe o grosso das fôrças do general D. Venâncio Flores, S. Excia. o Sr. Ministro diz que há um vínculo poderoso, que tem operado a sua aliança e fusão das raças, tão difíceis de compreender para quem conhece seu antagonismo tradicional. O Sr. Ministro acredita que o govêrno da República tem interêsse em elucidar esta questão e espera encontrar nesse estudo o auxílio do abaixo assinado. Invocando a história de invasões anteriores, observando que foram efetuadas por caudilhos militares das fronteiras riograndense e correntina, personagens tôdas de tipo semelhante, como lhe parecem ser Flores, Cáceres, Jacuí, Canavarro, V. Excia. Sr. Ministro, assevera que a invasão argentino-brasileira de 1863 não teve como razão de ser mais do que a perspectiva, infelizmente coroada de êxito, de roubos no território da República. Descrevendo a prosperidade do Estado Oriental quando o general Flores invadiu o seu território, o Sr. Ministro das Relações Exteriores demorou-se em assinalar as tendências do elemento bárbaro da

fronteira, caracterizando essa invasão com as expressões vulgares — *califórnias orientais* —; e acredita que não se pode assim reconhecer-lhe as condições de guerra civil. Isto pôsto, declara V. Excia que não é possível ao govêrno oriental aceitar a proposição da missão especial do Brasil, quando dá a entender que, para serem desarmados os brasileiros que acompanham o general Flores, é necessário que desapareçam as causas que os determinaram a sublevar-se, isto é, as injustiças e violências praticadas por autoridades orientais. E referindo-se às providências reclamadas pelo govêrno imperial, o Sr. Ministro das Relações Exteriores profere as seguintes palavras: "O que se pede, e na ocasião em que se pede, seria a imolação do princípio de ordem e de autoridade, e o govêrno da República o há de salvar ou perecerá com êle" ". Assim, o govêrno oriental não podia aderir ao reclamo das providências solicitadas pelo Império; porquanto, em presença de uma rebelião urdida e armada em país estrangeiro, lhe cabia o dever de respeitar-se a si próprio e respeitar o princípio da autoridade. Êsse era o pensamento de Herrera.

As "*califórnias*" eram reais. Em 55, verificaram-se as famosas, de Chico Pedro, atos de verdadeira selvageria, cometidos ao longo da fronteira, quer contra estancieiros brasileiros, quer contra fazendeiros uruguaios, em sortidas gaúchescas. Naquele tempo, a fronteira, de 1.003 quilômetros de extensão, era mal vigiada, tanto dum como doutro lado. As "califórnias" eram feitas, tanto em território uruguaio como em território brasileiro, tanto por gaúchos orientais como por gaúchos brasileiros. O homem da fronteira, naquela época, largado de tudo e todos, dedicava-se ao contrabando, prezava as armas brancas e tinha um sentimento de honra tosco, primitivo e altivo. Ainda hoje o tem. Qualidades heróicas, que representam uma ancestralidade de lutas permanentes, de viver duro e de injustiças sociais.

Para manter a discussão "no tom mais respeitoso e cortez", Saraiva esqueceu "algumas apreciações injustas e inconvenientes, que com pezar" lera na nota de Herrera. Alegou fatos pelos quais se verificava que as autoridades imperiais estavam exercendo vigilância sôbre movimentos de gentes na fronteira. E tanto assim fôra que Herrera, por nota de 14 de abril de 63, re-

conhecera a inveracidade de uma reunião de grupos, no município de Alegrete, para se unirem a Flores. A 28 de abril de 63, Herrera, em nota dirigida à Legação imperial, dissera: "Cumpre o abaixo assinado com o grato dever de agradecer a S.S. os louváveis sentimentos de *amizade* e *boa vizinhança* que *com aquêle motivo manifestou a Legação imperial, fazendo-se* intérprete sem dúvida dos princípios que guiaram o govêrno de Sua Majestade". A 8 de maio, Herrera, em nota dirigida à Legação imperial, afirmou enfàticamente: "O govêrno da República, fazendo a devida justiça à honradez e lealdade da política do Brasil para com êste país, está bem persuadido de que as anteriores exigências serão devidamente atendidas pelo Govêrno imperial". Note-se que Herrera emprega a palavra dura, "exigências"...

O Enviado do Império em missão especial afirmou que as autoridades da Província de São Pedro do Rio Grande puseram o máximo zêlo em fiscalizar a fronteira; e que o Govêrno imperial tomou no devido mérito as queixas do govêrno da República. Houve rigoroso inquérito para apurar os fatos denunciados, responsabilizar e punir os que se achassem culpados da possível proteção à guerra civil no Uruguai. Tais providências foram comunicadas a Herrera por nota de 13 de junho de 63 da Legação do Império em Montevidéu. Além disso, as fôrças dos revoltosos Salvatilla e Algañaraz, que haviam penetrado em território brasileiro, foram desarmadas e postas em estado de incomunicabilidade.

Ao acusar o general David Canavarro, um dos comandantes da fronteira, na zona de Cuaraim, de ser aliado de Flores, — Herrera esquecera-se de que, a 12 de novembro de 63, em nota dirigida à Legação imperial, reconhecera o zêlo com que o comandante da fronteira naquele setor (o mesmo Canavarro) e o Presidente da Província haviam desarmado os bandos de Salvatilla e Algañaraz. E o mesmíssimo Herrera escreveu naquela nota: "O govêrno da República não duvidou por um só instante da sinceridade e zêlo com que o do Império se esforça por fazer guardar a neutralidade pelas autoridades da fronteira, e é sem dúvida por êsse mesmo zêlo que se logram algumas vêzes resultados como o de que se ocupa o abaixo assinado. Ao pedir

a S.S. se sirva transmitir ao seu govêrno os agradecimentos do da República, não pode deixar de lamentar o abaixo assinado que os chefes Salvatilla e Algañaraz tenham podido evadir-se da sorte que tiveram seus sequazes, não obstante haverem passado com êles para o território brasileiro; confia, porém, o abaixo assinado que uma vez descobertos pelas autoridades da fronteira, terão êles o mesmo destino que os seus soldados".

Há mais: a 7 de novembro de 63, Herrera passou nota à Legação imperial em que disse o seguinte: "Tive ordem para manifestar a V. Excia que S. Excia., o Sr. Presidente há experimentado a maior satisfação pela prova que a nota de V. Excia., e mui particularmente o despacho, por cópia a ela junto, de S. Excia., o Sr. Marquês de Abrantes subministram da atenção e do respeito que merece da parte do govêrno de S.M.I. o direito da República, às vêzes desconhecido nas fronteiras terrestres nas atuais circunstâncias. Queira V. Excia. transmitir a seu govêrno esta manifestação e permita-me congratular-me pela ocasião que a nota de V. Excia. e a cópia referida me proporcionam de afirmar a crença, que alimenta o meu govêrno, de que os fatos verificados na fronteira do Brasil com êste país contrariam a *honrada política imperial* e serão devidamente reprimidos segundo as ordens explícitas e categóricas que V. Excia. serviu-se comunicar-me".

Mais ainda: a 22 de dezembro de 1863, o Marquês de Abrantes, Ministro dos Negócios Estrangeiros, dirigiu-se ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande para reiterar ordens anteriores no sentido de evitar, com rigorismo, tôda intervenção de súditos brasileiros na contenda doméstica uruguaia. A Legação imperial comunicou o assunto a Herrera. Êste, por nota de 31 de dezembro daquele ano, afirmou o seguinte: "O Presidente da República, a quem me apressei em dar conhecimento do referido importante despacho, viu com prazer confirmado nêle o juízo que tem feito da *altura e cordialidade do procedimento* do Govêrno imperial para com esta República... ...O Govêrno do Império, manifestando-se ao da República como um amigo sincero, serve ao mesmo tempo aos interêsses brasileiros, e qualificando a invasão de Flores com o único nome que lhe corresponde, o de rebelião, é conseqüente

com os princípios de direito, e com a política de ordem que sem dúvida inspira sempre ao gabinete imperial quando se trata dos governos legais desta República e dos anarquistas que os hostilizam. Assim, pois, o govêrno da República confia que as autoridades subalternas da Província do Rio Grande do Sul, interpretando fielmente os sentimentos do Govêrno de Sua Majestade, porão têrmo à proteção que brasileiros irrefletidos (como muito bem os qualifica o despacho de que me ocupo) prestam às fôrças anarquistas. Um procedimento tão justo não poderá produzir senão grandes vantagens aos próprios súditos brasileiros que povoam os vastos territórios da fronteira e evitar complicações que seriam mui penosas ao meu govêrno".

No entanto, depois dêsses reiterados protestos de admiração e elogio às autoridades brasileiras, eis que, em 64, Herrera muda radicalmente de bordo. Rebatendo as jogralices da nota de Herrera, de 24 de maio, Saraiva assinalou muito bem: "Só agora denomina V. Excia. a guerra civil *invasão brasileiro-argentina*; antes de haver o Império assumido a posição que incomoda o govêrno da República, nem a guerra chamava-se invasão, nem se colocava no Brasil sua sede".

Saraiva acrescentou: "Tais erros, provações fatais por que as instituições livres costumam passar, pertencem naturalmente a todos os partidos dêste país; mas por sua gravidade e reincidência, criaram para o Estado Oriental, para o Brasil e para a República Argentina a presente deplorável situação, cuja responsabilidade V. Excia. pretende devolver aos Estados vizinhos. São êsses erros os que o ilustre presidente da Confederação Argentina indicava há pouco na sua mensagem ao congresso, por estas nobres palavras: "Señalo como uno de los peligros mas inmediatos de esta situación, ese sentimiento de intolerancia política, que envenena con sus rencores el aire de la patria, y niega el agua y el fuego al hermano dissidente..." Não me cabe articular a responsabilidade do govêrno da República por semelhantes erros. Assinalo sòmente o exclusivismo ardente e a intolerância política do país, como causas da guerra civil, que V. Excia. qualifica de invasão brasileiro-argentina para harmonizar tôdas as partes do seu modo de explicar a situação, imputando aos Estados vizinhos a culpa dos males produzidos

pelos desacertos do govêrno oriental. Não admira, porém, que V. Excia. explique assim a luta presente, quando se permite qualificá-la de *roubo organizado*. Vendo-a interpretar dêste modo, posso descrer do têrmo da guerra civil, que aliás não pôde ser reprimida por meio das armas e lamentar o prolongamento de uma situação fecunda de aflições e vexames para nacionais e estrangeiros".

O período, acima transcrito da nota de Saraiva, tem algo de Tácito e põe na devida luz as verdadeiras causas da guerra civil no Uruguai, bem como as imprevistas mudanças de Herrera, já *participante secreto* da intriga "blanca", urdida silenciosamente entre Montevidéu e Assunção. Por conseguinte, a verdade dos fatos era um justilho que apertava as carnes de Herrera... Sabia êste muito bem que, ao lidar com Saraiva, estava também lidando com inverdades e burlas, porque já estava comprometido até o pescoço na intriga entre López e Aguirre. Saraiva articulava fatos positivos: "Agora mesmo sou informado de que se está processando ao general Netto pelo crime certamente de ir ao Rio de Janeiro representar ao seu govêrno contra os abusos de autoridade de que são vítimas os brasileiros. Em Durazno, há poucos dias, foram bàrbaramente assassinadas uma brasileira com sua filha de 16 anos de idade, o que seguramente não pode acreditar o sistema de proteção de que gozam na República os meus concidadãos. A fraqueza do poder supremo da República, proveniente algumas vêzes do estado político do país, e atualmente da guerra civil, é o motivo invocado constantemente para justificar a ineficácia das providências adotadas pelo govêrno, o desleixo e abuso das autoridades locais e o escândalo dos julgamentos".

Saraiva protestou, nessa nota, contra as argüições feitas por Herrera aos generais Jacuí, Canavarro e Netto, "distintos chefes do exército brasileiro" que se achavam acima "de quaisquer acusações injuriosas". "Ao terminar a resposta que tenho a honra de dar a V. Excia., direi ainda que não foi nem é intenção do meu Govêrno colocar o govêrno oriental sob a pressão de ameaças, caso em que, no conceito de V. Excia., um povo pundonoroso não deve vacilar nem mesmo perante a certeza de sua ruína. A política esclarecida do Império não concorrerá

jamais, Sr. Ministro, para a ruína desta República, assim como o apêlo ao pundonor nacional, com o motivo de recusar-se o govêrno oriental a satisfazer nossas justas e moderadas reclamações, não demoverá o meu Govêrno do propósito de conseguir, como já tive a honra de declarar a V. Excia., que os brasileiros gozem da proteção, ainda que débil, das leis da República. Respondida por esta forma a nota de V. Excia., dou-me por inteirado de não poder e de não estar disposto o govêrno oriental, nas atuais circunstâncias, a satisfazer às solicitações amigáveis que o Govêrno imperial lhe fêz por meu intermédio".

O descalabro interno era completo. Aguirre não podia pôr côbro à guerra civil, que se alastrava com seu estendal de crimes e violências. Os "colorados" replicavam com violências aos atentados dos "blancos": degolas, fuzilamentos, incêndios, chacinas, esquartejamentos. Tinha, nesse tempo, o Uruguai população de mais de 500.000 habitantes, dos quais 40.000 brasileiros e 50 a 60.000 estrangeiros. Para defenderem seus haveres, muitos dêsses estrangeiros foram obrigados a alistar-se num ou noutro bando.

Para resguardar a ordem, Aguirre recorria a quaisquer violências. Sentindo, porém, que o terreno já lhe ia faltando aos pés, procurou apoio no estrangeiro, isto é, no Paraguai, então senhor do maior poderio militar da América do Sul.

Saraiva comunicara suas impressões ao Rio de Janeiro. Houve, primeiro, uma sensação de estupor, ante a posição assumida pelo govêrno "blanco" que fechava as portas a qualquer processo de conciliação. Logo a seguir, em conseqüência da linguagem exaltada da imprensa, alastrou-se uma onda de revolta. A neutralidade absoluta do Império, que não sentia nenhuma simpatia por Flores, era menosprezada por Herrera; e mais que isso, era considerada como algo de parecido com um trapo sujo, que se pisa aos pés...

A pacificação do país se tornava impossível, porque os acontecimentos se agravavam. E se agravaram de tal maneira que Thornton, ministro de S.M.B., Saraiva e Rufino de Elizalde, ministro das Relações Exteriores da Argentina em missão especial em Montevidéu, procuraram o presidente Aguirre e tiveram

com êle três conferências muito importantes. Thornton iniciara, em dezembro de 63, diligências mediatórias.

Nessas conferências o assunto versado foi a pacificação do Uruguai.

Aguirre ficou impressionado pelas diligências interpostas pelos representantes estrangeiros. Trabalharam êstes por um fito nobilíssimo: a cessão da guerra civil que anemiava a vida econômica do país e desmoralizava o govêrno de Aguirre.

Historiadores hispano-americanos, quase sempre orientados por evidente má fé em relação ao Brasil, passam por alto, deixando de referir-se à gestão amistosa de Thornton, Saraiva e Elizalde. Fazem-no, porque evidentemente não lhes convêm historiar o assunto. No entanto, tratava-se de um elo importantíssimo para a perfeita interpretação dos acontecimentos verificados no Uruguai e que tiveram transcendência internacional, aproveitados como foram maquiavèlicamente pelo ditador López.

As conferências mantidas com Aguirre tiveram efeito, pelo menos momentâneo. A 10 de junho de 1864, Herrera passou nota a Thornton, Saraiva e Elizalde.

É preciso recordar que, no ano de 63, Mauá, secundado por cidadãos uruguaios eminentes, como Samuel Lafone, Juan Quevedo e Juan Pedro Ramírez, levara por diante um processo de mediação entre Berro e Flores. Tudo parecia haver chegado a uma base mínima de entendimentos quando, imprevistamente, Flores, a 14 de setembro de 1863, atravessou o rio Santa Lúcia, investindo contra a capital. Por conseguinte, a mediação de Mauá se malograra devido ao estranho proceder de Flores.

Por nota de 10 de junho de 64, Herrera enviara a Thornton, Saraiva e Elisalde o texto do decreto daquela mesma data, baixado por Aguirre, por intermédio do Ministério da Guerra e da Marinha, em cujo preâmbulo se faziam referências à ação dos três mediadores, havendo sido declinado seus nomes. Constante de seis artigos, o decreto concedia anistia geral e irrestrita a todos os que se achassem em armas contra a autoridade do govêrno ou estivessem comprometidos por atos políticos, dentro ou fora do país, contra o mesmo govêrno; os cidadãos, que depusessem as armas, seriam restituídos aos postos que haviam

adquirido no serviço da República; efetuado o desarmamento, o govêrno tomaria as medidas mais eficazes para garantir a todos os cidadãos, sem exceção alguma, o pleno gôzo dos direitos civis e políticos; o govêrno comprometia-se a proceder a eleições dos membros do poder legislativo; finalmente, o decreto estabelecia um armistício nos campos de batalha.

Trata-se, pois, de uma grande conquista, alcançada por Thornton, Saraiva e Elizalde.

Dêste ponto em diante, os acontecimentos devem ser observados com o máximo cuidado. Entra-se na *área crítica* de ocorrências que irão ter um ritmo violento e imprevisto. Por isso mesmo, há que repartir graves responsabilidades.

Andrés Lamas e Florentino Castellanos foram encarregados pelo presidente Aguirre de levar ao caudilho Flores o texto do decreto. Chegados a Punta del Rosario, quartel-general dos "colorados", entraram em fala com Flores. É curioso assinalar que Andrés Lamas, soldado da resistência do govêrno de Montevidéu durante a *Guerra Grande,* notável representante diplomático junto à Côrte de São Cristóvão, atacado e enxovalhado pelos "blancos", atendera ao apêlo dêsses mesmos "blancos" para cumprir missão altamente patriótica...

A 18 de junho, Flores aceitou as condições de paz dos mediadores. Eis o documento firmado por Flores:

> "Os Exmos. Srs. Ministros das Relações Exteriores da República Argentina D. Rufino de Elizalde, de S.M. o Imperador do Brasil D. José Antônio Saraiva, S.M.B. junto ao govêrno da República Argentina D. Eduardo Thornton, animados do vivo desejo de ver pacificada a República Oriental do Uruguai, se serviram indicar as seguintes condições para alcançar tão importante propósito: — 1.ª. Todos os cidadãos orientais ficarão desde esta data, na plenitude de seus direitos políticos e civis, quaisquer que tenham sido suas opiniões anteriores; 2.ª. Por conseqüência, o desarmamento das fôrças se fará de modo e forma que o poder executivo resolver, concordando com o brigadeiro-general D. Venâncio no meio de praticá-lo, com as fôrças que estarão sob seu comando; 3.ª. Reconhecimento dos postos conferidos pelo brigadeiro-general D. Venâncio Flores durante o tempo da luta, daqueles que estivessem nas atribuições do poder executivo conferir e a apresentação ao senado, por parte do

poder executivo da República, pedindo autorização para reconhecer os que necessitarem êste requisito, pela Constituição da República; 4.ª. Reconhecimento como dívida nacional, de tôdas as despesas feitas pelas fôrças do brigadeiro-general D. Venâncio Flores, até a soma de 500.000 pesos nacionais; 5.ª. As somas arrecadadas por ordem do brigadeiro-general D. Venâncio Flores, procedentes de contribuições, patentes e qualquer outro impôsto, se considerarão como entradas no tesouro nacional. Punta del Rosário, 18 de junho de 1864. a) Rufino de Elizalde. José Antônio Saraiva. Eduardo Thornton. **Aceito.** a) Venâncio Flores. **Aceitamos ad referendum.** a) Andrés Lamas. Florentino Castellanos".

No mesmo dia, Flores dirigiu carta reservada a Aguirre, na qual disse o seguinte: "Depois de haver dado por minha parte as mais positivas provas do meu ardente anelo pela pacificação do nosso país, aceitando as condições que me foram apresentadas pelos Exmos. Srs. Ministros da República Argentina, do Brasil e da Inglaterra, creio do meu dever fazer presente a V. Excia. que consenti nessas condições, convencido de que V. Excia. em seu patriotismo compreenderá que elas seriam estéreis e dariam lugar a novas discórdias, se não prevalecesse no ânimo de V. Excia. a idéia de que necessitam, como garantia de seu fiel cumprimento, a organização de um ministério que, secundando a política de paz que iniciamos, aquiete os espíritos e prepare o caminho para chegar à livre organização dos poderes públicos que devem reger o país segundo a nossa Constituição".

Depreende-se, pois, que Flores desejava um ministério novo, ou pelo menos, a mudança de alguns ministros. Delegados "blancos" e "colorados", durante alguns dias, tiveram a sensação de que a paz, proposta pelos Ministros da Argentina, Brasil e Inglaterra, se transformasse em esplêndida realidade. O govêrno de Aguirre aceitou a 23 de junho de 64 o projeto dos mediadores com algumas modificações. É o chamado "Acôrdo", baixado por intermédio do Ministério de Govêrno, que diz na parte final o seguinte: "O Presidente da República, em conselho de ministros, resolve aceder por sua parte às bases da proposta feita por SS. EE. os Srs. Ministros da Inglaterra, do Brasil e da República Argentina, nos têrmos que forem ajusta-

dos para a nota, que a êste respeito tem de ser-lhes dirigida, devendo-se expedir pelos ministérios respectivos as ordens necessárias para o cumprimeito da presente resolução, que se comunicará também aos srs. D. Andrés Lamas e D. Florentino Castellanos, agradecendo-se-lhes os serviços que nesta ocasião prestaram ao govêrno".

No mesmo dia 23, Herrera passou nota a Saraiva, dando-lhe ciência do ocorrido: "As razões que induziram o govêrno a adotar a referida resolução, resolução que teve a fortuna de ser bem apreciada, encontram-se nas bases de pacificação apresentadas por V. Excia. e os Srs. Ministros Dr. Elizalde e D. Eduardo Thornton, se bem que com alguma alteração quanto aos meios de conseguir-se o fim desejado".

A essa nota, Saraiva respondeu a 25, dizendo o seguinte: "A pacificação da República Oriental do Uruguai é um acontecimento tanto mais feliz, quanto vem criar uma situação que permite um êxito próximo, por meio de ajustes dignos e amigáveis, às desgraçadas emergências que tornaram embaraçosas as relações da mais sincera e cordial amizade, que o meu Governo deseja cultivar com o da República. E me é sobremaneira agradável exprimir de novo a V. Excia. que estou muito disposto a ocupar-me, com a maior brevidade possível, dêsses ajustes".

A alegria de Saraiva era perfeitamente justificada. Mas, iria durar pouco.

*
* *

Dá-se, então, um episódio realmente estranho. Assentes as bases e *aceitas* com algumas alterações pelo govêrno, em virtude do Acôrdo de 25 de junho, — Aguirre, nesse mesmo dia, visitou Saraiva. Estavam então com o Enviado especial do Império Elizalde e Thornton. Agradeceu-lhes o esfôrço feito em prol da paz. A notícia espalhara-se pela capital e causara enorme contentamento. "Sem embargo, dentro de poucos dias tudo isso se malogrou. Por que? Porque Aguirre não quis cumprir pontualmente o que havia combinado. Moveu-o pro-

vàvelmente a isso a intransigência dos seus correligionários e quiçá a esperança de uma intervenção do Paraguai, que a República Oriental havia muito solicitava". [1]

A respeito da mudança de ministros, há uma informação admirável de Nabuco, que convém repetir, tão iluminativa ela é quanto às lutas intestinas do govêrno de Aguirre, bem como à atuação de Saraiva nesse momento crucial:

> "Para tanto (isto é, mudança de ministros) não tinha Aguirre fôrça; êle era o instrumento do seu partido, receiava ser abandonado, e até uma revolta do exército legal, separando-se dos ministros em quem êste confiava. Saraiva teve então um dêsses rasgos de iniciativa, uma dessas audácias de decisão, imprevistas e de improviso, que o caracterizam na política interna: oferece-se a Aguirre para sustentá-lo, "se êle organizasse logo um ministério superior às facções". Certo da pureza de sua intenção, do que havia de intuitivamente patrótico e sensato na atitude que aconselhava a Aguirre, não hesitava, não se detinha pela dúvida ou escrúpulo de se estar envolvendo na política oriental, e a sua sinceridade tornava-se contagiosa, comunicava-se a Elizalde e a Thornton; deve tê-la sentido o próprio Aguirre, sentiram-na de certo Lamas e Castellanos".

Nabuco reproduziu grande parte do ofício que Saraiva dirigiu à Chancelaria imperial a 5 de julho sôbre sua importante diligência (ver *"Um Estadista do Império"*, II, pág. 173). Antes, no dia 2, Saraiva, Elizalde e Thornton avistaram-se de novo com Aguirre. Chamaram a atenção do presidente para a carta de Flores, passo necessário à pacificação geral do país. A princípio hesitante e depois irritado, Aguirre afirmou que pretenderia modificar o ministério. Nesse momento, ter-se-ia afigurado a Aguirre que o remédio fôra pior que a enfermidade... As divergências no gabinete de Aguirre eram profundas. Os chefetes militares aspiravam a ter voz e voto nas decisões do govêrno. Elementos moderados, como Lamas e Castellanos, chocavam-se com os exaltados. As hesitações e os repentes de Aguirre complicavam ainda mais o panorama político. Daí dizer Saraiva

---

(1) TASSO FRAGOSO, "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", vol. I, pág. 120.

com agudeza: "Esta necessidade de tomar conselhos com homens presos à situação por suas malversações ou cego espírito de partido é o que faz do Sr. Aguirre *o homem mais indeciso e fraco que a desgraça desta República colocou sôbre a cadeira da Presidência*".

Mais tarde, no mesmo dia 2 de julho, Aguirre dirigiu a seguinte carta ao Ministro de S.M.B., Edward Thornton: "Pesadas as indicações que, em apoio das pretensões do Sr. General Flores, se serviram V. Excia. e seus ilustres colegas fazer-me em sua visita de hoje, não é possível deixar de considerá-las como um atentado ao princípio da autoridade, princípio que tenho o dever de respeitar e conservar. É neste sentido que me honro de declarar a V. Excia. não me ser permitido aceder àquelas indicações, nem fazer a semelhante respeito outra coisa mais do que cumprir religiosamente as bases que, propostas por V. Excia. e pelos Exmos. Sr. Ministros de S. M. o Imperador do Brasil e da República Argentina ao General Flores, foram por êste aceitas e depois pelo govêrno da República".

Thornton respondeu, no dia 3, ao presidente Aguirre com as seguintes palavras: "Sentimos profundamente que V. Excia. tenha julgado não lhe ser permitido aceder às indicações feitas em nossa visita de ontem, que acreditámos poderiam salvar a República, sem menoscabo do princípio nem ainda da dignidade da autoridade. Entretanto, ao mesmo tempo que respeitamos os escrúpulos de V. Excia., fazemos os mais ardentes votos para que V. Excia. em sua sabedoria encontre algum meio para dar à sua pátria os estimáveis benefícios da paz e salvá-la das complicações e da desolação que a ameaçam". Thornton, nessa carta, estava falando em nome de Saraiva e Elizalde.

Por nota de 4 de julho, dirigida a Rufino de Elizalde, Herrera explicou (algo confusamente, aliás) o proceder do govêrno de Montevidéu. Elizalde e Thornton haviam combinado uma viagem até ao quartel-general de Flores naturalmente para lhe dar conhecimento do andamento da mediação. Diz Herrera: "Mas, como o govêrno tinha dúvida se esta viagem tinha simplesmente por objeto notificar ao general Flores a aceitação do govêrno das sobreditas bases, ou se também consideravam EE. SS. possível que se procedesse imediatamente em convir no

modo do desarmamento e a entregar alguma soma de dinheiro, conforme o convencionado, tive a honra de ver S. Excia. o Sr. Dr. Elizalde e soube por S. Excia. que nenhum objeto teria a viagem projetada do que fazer conhecer ao general Flores a aceitação, por parte do govêrno, das bases propostas, e trabalhar por convencê-lo de que devia aceitar as indicações que haviam V. Excia. e seu colega feito no sentido de submeter-se ao que o govêrno havia observado". Então, segundo Herrera, o coronel Pérez foi, sem instruções, para efetuar o desarmamento, ou melhar, convencionar a forma de desarmamento. E continua Herrera: "Regressando SS. EE. à capital em a noite do dia 1.º do corrente, e desejoso o govêrno de que o conhecimento do ocorrido na entrevista que acabava de ter lugar entre SS. EE. e o general Flores o tirasse de dúvidas cruéis que assaltavam a sua mente à vista do procedimento seguido pelo dito general, depois de ajustados os têrmos da suspensão de hostilidades, recorreu por nota dêste ministério a V. Excia. e a S. Excia o Sr. Thornton para saber se, em presença do que ocorria e segundo o resultado da recente entrevista com o general Flores, assistia a S. Excia a segurança de que teria execução o que por meio de SS. EE. se havia concordado. O govêrno ficou surpreendido com a resposta que recebeu da parte de SS. EE. à minha nota de anteontem. Vê-se dela que, por não ter sido o coronel Pérez portador da resolução, em forma de decreto, expedida pelo govêrno sôbre as condições de pacificação, e por não se lhe haver comunicado por essa forma aquela resolução nem a V. Excia. nem ao general Flores, viram-se obrigados a regressar sem ter podido preencher o fim de sua viagem, não lhes sendo naturalmente possível tratar de coisa alguma relativa ao conteúdo de minha nota do dia 2". A nota de Herrera finalizava da seguinte maneira: "Mas, para que não se mantenha por longo tempo a situação de perigosa indecisão em que o estado atual de coisas coloca o govêrno, cumpro o dever em que me colocam as ordens de S. Excia. o Presidente da República de suplicar a V. Excia. e a seus colegas que não demorem a convencionada comunicação ao general Flores ou que manifestem com franqueza, e com a urgência que o assunto requer, se depois do que houver ocorrido na última entrevista, confiam em que

o general Flores e as fôrças às suas ordens se submeterão à execução do que, por intermédio de SS. EE., está ajustado".

A nota de Herrera, a despeito de estar redigida num estilo vago e por vêzes confuso, merece atento exame. Ajustado o pacto de pacificação, incumbiria ao govêrno enviar um delegado especial, munido de plenos poderes, para cuidar com Flores do desarmamento. No entanto, foi despachado o coronel Pérez, *sem plenos poderes*. À vista dessa falha singular, Herrera, que insistira na "situação de perigosa indecisão em que o estado atual de coisas coloca o govêrno", instou com os mediadores para que não demorassem a "convencionada comunicação" ao general Flores. Por que motivo não a fizera o govêrno diretamente a Flores? O govêrno não baixara o decreto de 10 de junho? Tem-se a impressão de que Herrera pretendeu levar os mediadores a terreno que lhes era defeso. Na verdade, atirou sôbre os mediadores a responsabilidade das comunicações oficiais, que deveriam ser feitas pelo govêrno. Tudo isso parece profundamente irregular, tanto da parte de Aguirre, como da parte de Flores. Ambos, nessa emergência particularmente perigosa, sabendo que os representantes da Inglaterra, Brasil e Argentina trabalhavam honradamente pela pacificação, procederam como verdadeiros *ciganos*. Num assunto de excepcional gravidade, em que cumpria proceder com clareza e lealdade, Flores, no seu quartel-general, ficou à espera de uma comunicação do govêrno, uma "resolução do executivo" (quando já existia o decreto de 10 de junho); e Aguirre, do outro lado, ciúmento da legalidade, rejeitou dramàticamente sugestões transmitidas pelos três mediadores. E os mediadores a andar de um lado para o outro, tendo de resolver questiúnculas de papelório e de proceder (não sabendo como) ao desarmamento dos rebeldes...

O govêrno de Aguirre, que inicialmente tão bem acolhera a mediação da Inglaterra, Brasil e Argentina, na fase final do processo mediatório estava tratando os mediadores com insólita desconsideração.

É possível imaginar que, de acôrdo com informações procedentes de Assunção, Aguirre se houvesse *arrependido* de ter aceitado a mediação da Inglaterra, Brasil e Argentina. Acre-

ditou que a mediação pudesse debilitar-lhe o govêrno. Então, à vista das comunicações chegadas, Aguirre, Herrera e outros membros do govêrno, teriam pensado: "Fizemos um máu negócio. O Paraguai vai encarregar-se de liquidar Flores..." Por outro lado, Flores, a despeito do decreto de 10 de junho, permaneceu numa *expectativa armada,* não dando mostras de ter pressa em desarmar sua gaúchada. Curioso processo de pacificar um país... Nem Flores confiava em Aguirre, nem Aguirre confiava em Flores. Queriam ambos divertir-se à custa dos mediadores, que haviam tomado o assunto a sério. Herrera, a seu turno, queria enredar os mediadores em matérias que pertenciam ao govêrno, tais como comunicações escritas, desarmamento, dinheiro, alimentação, etc. Quer dizer: os mediadores teriam de arcar com responsabilidades que diziam respeito ùnicamente ao govêrno da República. E tudo isso dizia Herrera naquele seu estilo dramático, plangente, lacrimoso, que muito lhe convinha, porque êle sabia ser vago e confuso quando lhe fôsse necessário, como sabia ser brusco e violento também quando julgasse conveniente.

Êsses deploráveis acontecimentos, que revelavam versatilidade e falta de pudor de ambas as parcialidades, demonstravam que, ao cabo de contas, os mediadores estavam sendo atirados de um lado para o outro com singular desfaçatez. Aguirre e Flores procediam como jogadores afeitos a trapacear, à moda gaúcha num *boliche* de campanha. Dizem os franceses: *"Chassez le naturel, il revient au galop"*. Nada de mais exato. Pouco afeitos a lidar com diplomatas estrangeiros, maximè em assunto que requeria honradez inteiriça, Aguirre e Flores revelavam que eram feitos da mesma massa sem tirar nem pôr; tinham os mesmos complexos e vícios; procuravam burlar-se mùtuamente e zombar dos mediadores estrangeiros... Exemplo deplorável tão completo não poderiam os dois inimigos dar à opinião pública européia e americana.

* * *

Estabelece-se, pois, uma síncope dramática nas negociações dos mediadores, atônitos com a versatilidade de Aguirre e Flores.

Sua tarefa estava terminada. Nada mais poderiam fazer. Haviam chegado à baliza extrema. Se depois de todo o trabalho feito com sinceridade e honradez pelos representantes da Inglaterra, Brasil e Argentina, as partes desavindas não se compunham, que se poderia esperar? Essa pausa dramática convinha a Flores. Refazendo-se das últimas refregas violentas, Flores aumentou suas hostes com elementos novos e se preparou para o que desse e viesse.

É verdade que Flores bem poderia ter dado provas materiais de que pretendesse sinceramente fazer a pacificação do país, talado pela guerra civil.

Que fêz então? Manteve-se, armado, no seu quartel-general, à espera de comunicações oficiais.

A seu turno, Aguirre bem poderia, por atos e não palavras, ter tomado a iniciativa no assunto, despachando uma delegação a Flores para com êle entender-se. Num transe terrível, que reclamava desprendimento e nobreza de caráter, Aguirre ficou fermentando seus ódios, indiferente aos acontecimentos e recebendo os mediadores com suspicácia.

A 5 de julho, Herrera passou nota a Saraiva para lhe comunicar o seguinte: "Segundo afirma explícita e categòricamente D. Venâncio Flores ao general-chefe do exército nacional, êle procede em virtude de notícia que lhe foi transmitida por V. Excia. e pelos Sr. Ministros da República Argentina e Inglaterra, em que SS. EE. lhe faziam saber, por comunicação que haviam tido no dia 4, que estavam rôtas as negociações que até êste momento seguiam SS. EE. com o govêrno, tendentes à pacificação interior do país. À vista desta afirmação da parte do chefe da rebelião, que surpreende o meu govêrno, S. Excia. o Presidente da República ordenou-me que solicitasse uma explicação de V. Excia., como tenho a honra de fazê-lo pela presente nota".

Esta nota de Herrera é um modêlo de insinceridade. Mais uma vez, êle irrogava aos mediadores o mau caminho da situação. E, fingindo ignorância (quando, ao contrário, estava de tudo muito bem informado pelos próprios mediadores), Herrera pede *uma* explicação a Saraiva, por ordem do presidente Aguirre. Explicação de que? pergunta-se. Não havia nada a explicar.

Os acontecimentos davam a explicação solicitada à última hora pelo presidente Aguirre e pelo ministro das Relações Exteriores. Lucas Moreno, general-chefe das fôrças legalistas, recebera no dia 4 de julho uma comunicação de Flores em que lhe anunciava o rompimento das hostilidades para as 10,30 horas do dia 6. Lucas Moreno enviou imediatamente a comunicação de Flores ao brigadeiro Diego Lamas, ministro da Guerra e Marinha. Nada mais.

O proceder de Herrera, nessa crise dramática, é realmente incrível.

As hostilidades haviam sido reiniciadas por Flores. Que mais poderia Herrera esperar dos mediadores em passo tão imprevisto e deplorável? A responsabilidade pelo reinício da guerra civil caía sôbre os ombros de Flores. Os representantes da Inglaterra, Brasil e Argentina não haviam influído na decisão do caudilho "colorado"; pelo contrário, haviam-lhe dado conselhos sensatos.

A 7 de julho, Saraiva respondeu à nota de Herrera de maneira lapidar: "S. Excia. o Sr. Presidente da República Oriental do Uruguai teve a bem declarar-me que não se prestava às indicações que lhe haviam sido feitas por S. Excia. o Sr. brigadeiro-general D. Venâncio Flores, e em conseqüência ficava concluída a negociação de paz, denunciando-se, portanto, a suspensão de hostilidades; e, em vista disso, assim o fêz constar a S. Excia. o Sr. brigadeiro-general D. Venâncio Flores. Julgo satisfazer com esta comunicação aos desejos de V. Excia., manifestados em sua nota de 5 do corrente. Havendo-se malogrado as esperanças, concebidas posteriormente, de alcançar-se a pacificação do país, pois que S. Excia. o Sr. Presidente entendeu dever insistir em idéias que não tornam possíveis aquelas esperanças, parece-me completamente inútil apreciar o que V. Excia. expõe em outra nota de 4 do corrente, nem retificar alguns dos pontos indicados nessa mesma nota. Ao dar por concluída a minha oficiosa participação a bem da paz desta República, que lamento não se haja conseguido, tenho a honra de reiterar a V. Excia. as expressões da minha mais alta e distinta consideração".

Pela nota de Saraiva depreendem-se duas circunstâncias importantes: a primeira, que o presidente Aguirre rejeitou de maneira radical as indicações feitas por Flores, à última hora, é certo; e que declarou estar concluída a negociação de paz com a denúncia da suspensão das hostilidades; a segunda, que mandou comunicar tudo isso a Flores. Por conseguinte, a intransigência de Aguirre tornara-se incompreensível. Flores já era senhor de dois têrços do território nacional. E Aguirre continuava a ser mal aconselhado, esperando algum milagre militar.

A guerra civil recrudesceu com ímpeto espantoso. Durante o armistício, Flores cuidara de melhorar as tropas. Aproveitou-se do ensejo para fazê-lo com muita esperteza. Aguirre e seus maus conselheiros não procederam dessa forma, porque no govêrno de Montevidéu já se manifestavam sinais de *deterioração*. Elementos ponderados sentiram que Aguirre repelira o último ensejo de restituir a concórdia à família uruguaia.

Agravada a situação interna do Uruguai, agravou-se também a posição da Argentina e do Brasil. Na Argentina, houve censuras amargas ao govêrno de Aguirre que não dera o devido crédito ao fato de o govêrno argentino haver enviado a Montevidéu Elizalde, ministro das Relações Exteriores. Encarecia-se, em Buenos Aires, que Elizalde fôr tratado com frieza durante a mediação em prol da pacificação do Uruguai.

O malôgro da mediação estarreceu o Govêrno imperial. Em ofício confidencial de 10 de julho, dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Saraiva não ocultou pessimismo em relação à marcha dos acontecimentos e da mediação, salientando as mudanças imprevistas do govêrno de Aguirre (*Arquivo Histórico do Itamaraty*).

A imprensa do Rio de Janeiro, ao assinalar o fracasso da mediação, censurou acerbamente o proceder de Aguirre, que deixava assim de dar cumprimento às reclamações apresentadas pelo Govêrno imperial

A 21 de julho, Saraiva, então em Buenos Aires, recebeu despacho da Chancelaria imperial. Nesse despacho, Dias Vieira lhe dizia: "De tudo inteirado, cabe-me em resposta dizer a V. Excia. que, visto terem-se malogrado inteiramente os esforços empregados para a paz, mediante a qual, restituindo o sos-

sêgo à República Oriental, podíamos melhor conseguir do seu govêrno as satisfações e reparações a que temos direito pelas ofensas ali praticadas contra súditos brasileiros, entende o Govêrno imperial, que estando e como está o govêrno da República Argentina, certo de nossas boas intenções, nada mais resta a fazer do que regressar V. Excia. a Montevidéu e aí, reatando a negociação que encetara, e na qual, por amor das esperanças da paz, se sobresteve, marcar ao govêrno da República um prazo mais ou menos breve, segundo as circunstâncias aconselharem, dentro do qual o mesmo govêrno possa dar as satisfações exigidas na forma das instruções de que foi V. Excia. munido, sob a cominação nela estabelecida de passarmos a fazer pelas nossas próprias mãos a justiça que nos é negada, visto não têrmos outro recurso e não ser possível o Govêrno imperial tolerar por mais tempo os vexames e perseguições feitas aos súditos de sua nação. Julga o govêrno imperial conveniente que o Sr. Barão de Tamandaré tome desde já posição no Uruguai, a fim de impor ao govêrno de Montevidéu o respeito devido aos nossos nacionais; sendo que nessa conformidade receberá aquêle chefe as precisas instruções do Ministério da Marinha. É necessário que na apresentação do ultimátum, fique bem patente que das conseqüências supervenientes só terá o govêrno da República de queixar-se de si próprio, não tendo o Govêrno imperial em vista senão um único interêsse, e é que os brasileiros, como estrangeiros que são na República, gozem de tôdas as garantias que a Constituição confere aos que habitam o seu território. Entende também o Govêrno imperial que a Legação permanente de S.M. em Montevidéu deve ali continuar, dado mesmo o rompimento das represálias por nossa parte, pois que não significam estas necessàriamente a guerra, caso único em que deve verificar-se a retirada da mesma Legação, porque importa a interrupção das relações diplomáticas".

O admirável espírito de moderação de Saraiva, à vista do despacho de Dias Vieira, em têrmos tão positivos, deveria ter sentido que a tormenta, iniciada em 62, iria transformar-se em abalo sísmico. Na realidade, desde 52, vinha a Chancelaria imperial solicitando providências do govêrno de Montevidéu para os inúmeros casos de atentados cometidos contra brasileiros

domiciliados no Uruguai. Os governos anteriores davam respostas prometedoras de providências, redigidas em estilo convencional e amável. Contudo, Herrera tomara a deliberação de quebrar o fraseado diplomático, fazendo-o com intempestividade, rispidez, truculência e mesmo violência. As notas de Herrera constituem, de um modo geral, um péssimo modêlo de linguagem diplomática. Ademais, na crise internacional que os "blancos" haviam criado com a Argentina, e depois com o Brasil, o govêrno de Montevidéu se notabilizara por singular falta de tacto no lidar com os dois países. Examinando-se êsses acontecimentos verificados há quase cem anos, causa espanto que Aguirre não se tivesse compenetrado da necessidade de fazer uma política plástica e esclarecida com ambos os vizinhos.

Desencadeara-se a paixão política em Montevidéu, Buenos Aires e no Rio de Janeiro. E essa paixão política era agravada pelos erros sem conta cometidos pelo govêrno de Aguirre, cujos membros pareciam tomados de verdadeiro furor mavórtico.

Saraiva, a partir de 7 de julho (data de sua última nota enviada a Herrera), só encontrou má vontade por parte do ministro das Relações Exteriores. Seus esforços em prol de uma *missão de paz* foram acintosamente neutralizados pela política truculenta de Herrera. Nada mais havia a fazer.

O passo que o Govêrno imperial ia dar era arriscado; mas, constituía a única saída para um estado de coisas, que era explorado na imprensa brasileira como demonstração de fraqueza do Império.

Quase cem anos depois dêsses acontecimentos, o historiador deve fazer uma pausa para meditar sôbre o quadro geral do Prata, no período de 62 a 65. Essa pausa tem de ser feita em função dos três países, Argentina, Uruguai e Paraguai, em face da política imperial.

Com a derrota de Rosas em Caseros e a queda definitiva do ditador de Buenos Aires, o Império adquirira no cenário geral do Prata uma *preeminência* de títulos e de política geral. No entanto, não abusou dessa situação privilegiada. Fazendo-se respeitado, confiou em que pudesse resolver seus litígios com os países vizinhos por meio dos recursos diplomáticos. Não teve aspirações a realizar uma política expansionista. Pelo contrá-

rio: derrocado Rosas, a política imperial consistiu em tratar os países vizinhos como iguais, ajustando tratados de vária índole para estreitar relações políticas e comerciais com seus governos. Isto sempre, de igual para igual. Nem sempre os esforços da Chancelaria imperial foram bem interpretados em Assunção, Montevidéu e Buenos Aires. Em primeiro lugar, o Brasil era regido por instituições imperiais estáveis, em contraste com a anarquia reinante na bacia do Prata. Em segundo lugar, o Brasil "falava", enquanto os paízes vizinhos "hablaban"... Velhos ressentimentos, herdados dos Castelhanos, permeavam as relações políticas dêsses estados com o Brasil. Em geral, qualquer diligência da diplomacia imperial era, desde logo, encarada como um movimento suspeito. É preciso ver o que o Império propõe... aí há dente de coelho... O simples fato de ter o Brasil um Imperador, uma excepcional figura ademais, já distanciava o Império da convivência sul-americana, não porque o Império o quisesse; mas, porque os hispano-americanos o queriam. Assim, o Brasil não entrava na "familiaridade" hispano-americana, *compadrona* e caudilhesca. No século passado, quase tôdas as chancelarias hispano-americanas (com exceção do Chile) alimentavam ressentimentos ocultos, pregoeiros de um conceito: má vontade. A verdade tem de ser dita como cumpre a um historiador fazê-lo. Ora, nessas condições fácil é imaginar que a diplomacia imperial tivesse de fazer esforços dobrados para esclarecer seus propósitos e angariar amizades, o que também não era fácil, dado o ambiente de suspicácias latentes em relação ao Império.

Outro fator importante, de natureza política e psicológica, residia nisto: — O Império representava a ordem e a estabilidade, tanto interna como externamente. As nações hispano-americanas estavam debilitadas por uma espécia de anarquia orgânica, um *tetanismo* revolucionário permanente. Nações enfraquecidas pela instabilidade política, só tendiam a unir-se contra o país que, além de territorialmente vasto, tinha tranqüilidade, democracia e govêrno. O Império foi mais *democrata* e mais *americanista,* no sentido moderno dêsses conceitos, que qualquer república hispano-americana. No século XIX, muitas dessas repúblicas não passavam de verdadeiras satrapias, submetidas

a despotismos monstruosos. Sendo um Império, o Brasil jamais concertou alianças com países europeus. Viveu dentro da América, interessou-se pelos problemas americanos, cuidou de fomentar uma política americana, enquadrada por princípios generosos de boa vizinhança, amizade e entrelaçamento de interêsses mútuos. Podendo ter jogado com a fôrça, o Império jamais o fêz. E só enfrentou Rosas, porque êste lhe lançou a luva, por diversas vêzes.

Para a gente do Prata, o Império era o Império dos escravos negros, dos *macacos* e dos diplomatas perigosos... No conceito dessa gente, o Império não era uma democracia. Democracias eram os Estados hispano-americanos, onde havia degola, enforcamento e fuzilamento.

Muito tempo e muita cordura se precisava para mostrar às nações hispano-americanas que o Brasil era coisa diferente. E mais ainda: que sua política internacional se pautava pelo amor à paz, à justiça e ao direito.

No Uruguai, então desgovernado e corroído por lutas intestinas, se estabelecera um govêrno "blanco". Os "blancos" eram herdeiros diretos da tradição de Rosas e de Oribe, que se traduzia num conceito: ódio ao Império. Isto era patente, através do proceder de Oribe, Berro e Aguirre. As contas que os "blancos" têm a pagar no *"tribunal da eterna justiça"*, como diria Nietzsche da História, são muitas. Contudo, Aguirre e Herrera as aumentaram extraordinàriamente com uma política insólita e mesmo pérfida com o Brasil, que guardara absoluta neutralidade em face da luta entre "colorados" e "blancos". No caso das reclamações pendentes (num total de 63), pouco faltou ao govêrno "blanco" dizer a Saraiva: que se retirassem os brasileiros do Uruguai; que vendessem tudo; que fôssem bugiar macacos. No entanto, acima do rio Negro eram os brasileiros, nesse tempo, os únicos elementos de progresso, numa quadra entrecortada por motins, quarteladas e revoluções. Aguirre e Herrera esqueciam-se de que a função moral do Estado, a função primeira, consiste em dar e fazer justiça. Era o que não havia então no Uruguai, porque de dia para dia os "blancos" se enfraqueciam mercê dos seus desmandos e violências. Por outro lado, ao Império cabia o dever primordial da proteção de seus filhos no

estrangeiro. Se êstes, no Uruguai, eram vítimas de atropelos, desmandos, atentados e crimes, nada mais justo que o Império reclamasse — e o govêrno "blanco" soubesse dispensar-lhes a proteção da justiça. O govêrno de Aguirre, composto em sua mor parte por nervosos, assim não o entendeu. Adotou uma atitude desafiadora, que impossibilitou qualquer entendimento amistoso com o Brasil.

Na Argentina, Mitre tomara a decisão de apoiar Flores, o que o Brasil até então não fizera. Todavia, o Brasil se via ante Mitre em grandes embaraços, porque sabia que o presidente da Argentina guardava ressentimentos em relação à política do Império, no Prata. Mitre mantinha-se impenetrável em seus desígnios. Refugava pretextos oferecidos pela diplomacia brasileira para um entendimento franco e amistoso.

Quanto ao Paraguai, Francisco Solano López, mal subido ao poder, se deu ao trabalho de tratar mal os agentes diplomáticos do Império, como aliás fêz com Thornton, representante da rainha Vitória. A Chancelaria imperial convenceu-se desde logo que teria muito de lidar com o ditador do Paraguai, diferente do pai, e cheio de melindres de *prima donna*.

Assim, de Montevidéu, Buenos Aires e Assunção sopravam terrais incômodos, pressagiando tempestades. Prevenções e suspeitas militavam fortemente em Montevidéu, Buenos Aires e Assunção, contra os propósitos pacíficos do Império.

A "zona crítica" imediata estava, contudo, em Montevidéu. A Chancelaria imperial sabia dos fios que se urdiam entre Montevidéu e Assunção. Mas, jamais imaginou que o ditador López imolasse seu povo à guerra.

* * *

Após o malôgro lamentável da mediação, que fechou tôdas as portas a um processo de pacificação do Uruguai, viu-se o govêrno do Império defraudado, por um golpe de mágica, na questão das reclamações. A imprensa do Rio de Janeiro, atacando de rijo o govêrno, apontou que a missão especial de Saraiva fôra duplo fracasso: falhara na mediação e falhara nas

reclamações. Como sair dessa situação lamentável, que requeria prodígios de habilidade diplomática? Contemporizar, diziam uns, e já se havia contemporizado muito. — Esperar que a guerra civil terminasse no Uruguai, para ver a quem caberia o poder, diziam outros. — Fazer uma política firme para por côbro a uma situação que remontava a 52, diziam vozes autorizadas no Parlamento e na imprensa.

Tal foi a pressão da imprensa e dos conservadores que o Govêrno imperial optou pela última alternativa. Mas, fazendo-o, despachou a Montevidéu uma missão especial chefiada por Saraiva, que era modêlo de paciência, cordura e plasticidade. Se os "blancos" não se entendessem com Saraiva, então não poderiam entender-se com nenhum outro negociador. Foi o que se deu, infelizmente. O govêrno "blanco" ficou surdo a conselhos sensatos, a alvitres prudentes e a sugestões amistosas. Destituído de visão política, o govêrno de Montevidéu, naquela quadra atormentada, não teve sagacidade e maleabilidade para arcar com uma situação que se agravava de dia para dia. Parecia que um destino trágico fadejava os movimentos do govêrno de Montevidéu: de um lado, às voltas com sangrenta guerra civil, em que ia perdendo terreno paulatinamente. Do outro, de candeias atravessadas com Mitre e depois com o Império. E não havia de parte dos "blancos" uma aberta, um oferecimento, uma tratação conciliatória. O govêrno de Montevidéu estava empedernido numa *política de ódio*, tanto interna, como externamente.

A "GRAVE DELIBERAÇÃO" DO IMPÉRIO

A 4 de agôsto, Saraiva, ainda à testa da missão especial, passou importante nota ao govêrno uruguaio.

Nota que contém a *grave deliberação* do Govêrno imperial.

Nesse documento, Saraiva historiou os motivos que haviam levado o Govêrno imperial a despachar missão especial a Montevidéu: — as violências, extorsões, roubos e assassinatos perpetrados, no território da República desde 1852, em que figuravam como cúmplices, mandantes e até mesmo executores os próprios agentes do poder; a impunidade concedida a tais

criminosos; a "indiferença do govêrno supremo que não escutava com interêsse as queixas dos representantes do de S.M.I., nem procedia com decisão a respeito dos delinqüentes, ou das autoridades, seus patronos"; a gravidade de tal situação, especialmente nos departamentos limítrofes com o Brasil; os efeitos desastrosos de uma guerra civil que já vinha durando 15 meses; a impotência do govêrno para reprimir a luta intestina e muito menos para proteger os estrangeiros; — tudo isso exigia que o Govêrno imperial formulasse o "último apêlo amigável" ao govêrno da República. Através dêsses dias atormentados, Saraiva procedeu com absoluto aprumo moral. Êle mesmo o disse na nota: "Preferindo sempre o emprêgo dos meios dignos de povos vizinhos e amigos, não precipitei os acontecimentos e em diversas conferências com V. Excia. e com o Presidente da República procurei patentear a legitimidade de minhas reclamações. Foi-me, porém, indispensável muita prudência para superar os embaraços criados pela imprensa oficial, fecunda na exploração de terrores fantásticos, incansável em desvairar a opinião pública e em emprestar ao meu govêrno intenções ocultas, numa linguagem impossível de qualificar sem ofensa para o govêrno oriental, que não permite publicações contrárias à sua política".

Essa era a linguagem de *El Siglo* (de Nicolás Herrera e Adolfo Vaillant)), de *Aurora* (jornal dos partidários "blancos" mais exaltados) e de *La Nación*. Êstes jornais defendiam o governo — e atacavam de maneira soez o Imperador, sua política e o Conselheiro Saraiva. Não havia mais jornais "colorados". O govêrno de Aguirre os fechara ou os empastelara.

Nessa nota, Saraiva apresentou os sete pontos que o Govêrno imperial julgava necessário fôssem observados pelo govêrno da República:

> 1.º — Que o govêrno da República faça efetivo o castigo, se não de todos, ao menos daqueles dos criminosos reconhecidos que passeiam impunes, alguns ocupando até postos no exército oriental, ou exercendo cargos civis no Estado.
>
> 2.º — Que sejam imediatamente destituídos e responsabilizados os agentes de política que têm abusado da autoridade de que se acham revestidos.

3.º — Que se indenize competentemente a propriedade que, sob qualquer pretexto, tenha sido extorquida aos brasileiros pelas autoridades civis ou militares.

4.º — Que sejam postos em plena liberdade todos os brasileiros constrangidos ao serviço das armas.

5.º — Que o govêrno da República expeça, dando-lhes tôda a publicidade, ordens e instruções aos seus diversos delegados, nas quais, condenando solenemente os aludidos escândalos e atentados, recomende a maior solicitude e desvêlo na execução das leis da própria República, cominando as penas por essas mesmas leis impostas aos transgressores, de modo a tornar efetivas as garantias nelas prometidas aos habitantes do seu território.

6.º — Que expeça do mesmo modo ordens e instruções para que se cumpra fielmente o acôrdo celebrado e subsistente pelas notas reversais de 28 de novembro e 3 de dezembro de 1857, no sentido de serem recìprocamente respeitados os certificados de nacionalidade passados pelos competentes agentes dos dois governos aos seus respectivos concidadãos.

7.º — Finalmente, que empregue os meios precisos para que os agentes consulares brasileiros sejam tratados com a consideração e deferência devidas ao lugar que ocupam, respeitando-se as atribuições e regalias que lhes são próprias, já pelos estilos consagrados entre nações civilizadas, já pelo direito convencionado entre o Império e a República.

Noutras considerações importantes entrou Saraiva em sua nota. Assim, disse: "A política intolerante do govêrno oriental forçara alguns dos meus compatriotas a recorrer às armas para se defenderem a si e às suas famílias; e é notável, Sr. Ministro, que, partindo dêsse fato sem assinalar-lhe a causa, V. Excia. pretendesse acusar o meu Govêrno de concorrer para o triunfo da rebelião. Isto dava-me a medida das paixões que dominavam o govêrno da República, vítima da mais inexplicável alucinação".

Concluiu a nota, dando o prazo de seis dias para que o govêrno oriental atendesse aos reclamos do Govêrno brasileiro. Se essas reclamações não fôssem atendidas, então "as fôrças do exército brasileiro estacionadas na fronteira receberão ordem para procederem a represálias, sempre que forem violentados os súditos de S.M. ou fôr ameaçada sua vida e segurança, incumbindo ao respectivo comandante providenciar, pela forma mais conveniente e eficaz, a bem da proteção de que êles carecerem;

— que também o almirante Barão de Tamandaré receberá instruções para do mesmo modo proteger, com a fôrça da esquadra às suas ordens, os agentes consulares e os cidadãos brasileiros ofendidos por quaisquer autoridades ou indivíduos incitados a desacatos pela violência da imprensa ou instigação das mesmas autoridades. As represálias e as providências para garantia dos meus concidadãos, acima indicadas, não são, como V. Excia. sabe, atos de guerra; e eu espero que o govêrno da República evite aumentar a gravidade daquelas medidas, impedindo sucessos lamentáveis, cuja responsabilidade pesará sôbre o mesmo govêrno".

Saraiva, impressionado com o ambiente tumultuoso de Montevidéu, havia passado dias em Buenos Aires, que foram proveitosos, porque estêve em contacto com personalidades argentinas. Em seu fôro íntimo, Saraiva acreditara que a sua missão especial pudesse haver chegado a resultados práticos. Sua decepção foi grande. Os ataques da imprensa de Montevidéu feriram sua alma susceptível e generosa.

Herrera respondeu à nota de Saraiva. Começou por lembrar a marcha das negociações de pacificação. (Incidentalmente, é preciso dizer mais uma vez que a pacificação falhou, porque Aguirre, além de revelar má fé no trato com Flores, não aceitou as indicações feitas à última hora pelo caudilho "colorado", que eram adjetivas, e não substantivas). Afirmou o ministro das Relações Exteriores que, ao mesmo tempo que se anunciava a missão de Saraiva a Montevidéu, chegavam notícias ao Rio da Prata de que o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, falando no Parlamento, divulgara que se faziam aprestos de fôrças de terra e mar, com o propósito de apoiar a missão especial. Essa missão deveria ser o último apêlo amigável feito ao govêrno oriental. Os debates verificados na Câmara brasileira eram do conhecimento do govêrno de Montevidéu. O Ministro Loureiro fizera a Herrera o anúncio de que Saraiva iria ao Uruguai para inaugurar uma nova política do Império em relação à República, "política mantida até então em têrmos cordiais". Afirmou Herrera que êsse anúncio e os debates parlamentares verificados no Rio de Janeiro "fizeram com que tanto o govêrno da República como a opinião pública em todo o Rio

da Prata se preocupassem da missão do Conselheiro Saraiva como de um acontecimento grave. Impressionado da mesma maneira o ministro argentino no Rio de Janeiro, entendeu pedir explicações ao Govêrno de S.M.I. O govêrno da República, por sua vez, pediu ao Ministro residente do Brasil em Montevidéu esclarecimentos e explicações sôbre os preparativos e movimento de fôrças com os objetos indicados na declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, explicações que não pôde obter de S. Excia. o Sr. Loureiro, que, guardando silêncio, apesar de reiteradas solicitações, obrigou o meu govêrno a dirigir a V. Excia. a nota de 16 de maio". Herrera afirmou que "os principais elementos da rebelião dirigida por D. Venâncio Flores eram, como são hoje, brasileiros, considerados pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros de S.M. o Imperador do Brasil como o principal contingente para a invasão e que mesmo no parlamento brasileiro se fazia subir, sem contestação, a 2.000 homens".

Nessa mesma nota (de 9 de agôsto), o ministro das Relações Exteriores do Uruguai declarou que, com a nota de 18 de maio, Saraiva apresentara um quadro de reclamações por sucessos ocorridos desde o ano de 1852, "em sua quase totalidade anteriores à guerra atual e por conseqüência muito anteriores à época da atual administração". Assinalou Herrera que êsse quadro era acompanhado das mais desfavoráveis e injuriosas apreciações para os governos, que se sucederam na República desde 1852 até aquela data. Segundo Herrera, Saraiva escreveu em sua nota de 4 de junho "as mais intoleráveis apreciações sôbre as coisas do país e até sôbre o regime interno dêste". Baseando-se na nota de Saraiva de 6 de junho, o govêrno da República nomeara Andrés Lamas e Candido Juanicó para estabelecerem as bases de um ajuste preliminar referente às reclamações do Império. Saraiva aceitara Lamas; mas o nome de Candido Juanicó fôra impugnado pelos Ministros Elizalde e Thornton em representação feita ao Presidente Aguirre e por Loureiro em declaração feita a Herrera. "Teve S. Excia. o Sr. Presidente da República a condescendência de retirar a nota em que se havia feito a notificação dos plenipotenciários ao Sr. Conselheiro Saraiva, suspendendo a execução do decretado nesse dia, com

o que julgou dar testemunho, que se manifestou agradecer, do espírito de conciliação e da sua reconhecida consideração para com o Enviado extraordinário de S.M. o Imperador". No entanto, Herrera reconheceu que "apresentada fora das condições convencionadas com S. Excia. e seus honrados colegas a exigência de uma mudança ministerial, e havendo-se também prestado a isto S. Excia. o Sr. Presidente da República, sobreveio o rompimento por que o Chefe do Estado não aceitou os candidatos que nominativamente apresentava S. Excia. o Sr. Conselheiro Saraiva com o apoio de seus colegas, não tanto como uma exigência de D. Venâncio Flores, senão como uma garantia para o Brasil". (Neste ponto, Herrera deturpou os fatos. Flores alvitrara a mudança de dois ministros, cujos nomes foram apresentados pelos mediadores a Aguirre. Não foi Saraiva quem *apresentou* pessoalmente os nomes dos candidatos de Flores; foram os *três* negociadores; e tampouco houve por parte de Saraiva o pedido ou imposição de uma garantia para o Brasil. Tudo isso foi deturpado expressamente por Herrera, com o fito oculto de atirar o rompimento das negociações sôbre Saraiva... Herrera, que sabia escrever torrencialmente, sabia também deturpar os fatos...).

A nota de Herrera concluiu da seguinte maneira: "Recebi ordem de S. Excia. o Sr. Presidênte da República de devolver a V. Excia., por inaceitável, a nota ultimátum que dirigiu ao govêrno. Ela não pode permanecer nos arquivos orientais". Além disso, sugeriu o submetimento, de comum acôrdo, das diferenças entre ambos os governos, ao arbitramento de uma ou mais potências das representadas em Montevidéu pelos Ministros de Espanha Carlos Creus, de Itália Raphael Ulysses Barbolani e os Encarregados de negócios de Portugal Leonardo de Souza Leite e Azevedo, de França Martin Maillefer, da Prússia Hermann von Gulich e de Inglaterra William G. Lettson.

A 10 de agôsto, Saraiva respondeu à nota de Herrera, na qual começou por afirmar que o govêrno oriental deliberara desatender ao último apêlo amigável do govêrno de S.M.I. E acrescentou: "Para que V. Excia. fique plenamente informado da deliberação do govêrno de S.M., cabe-me acrescentar que êle julga do seu dever permanecer nessa atitude enquanto o

govêrno oriental não adotar as providências e não der as satisfações reclamadas nem reparar as ofensas praticadas contra a nação brasileira. Outrossim, pôsto que o desígnio principal do meu govêrno seja garantir por si mesmo a segurança pessoal e a propriedade dos seus concidadãos, até que se torne efetivo o cumprimento das leis da República, não duvidará, contudo, proceder a represálias especiais a respeito de cada um dos casos ocorridos e mesmo aumentar a gravidade das medidas que vão ser autorizadas, se a atitude que assume fôr insuficiente para alcançar tudo quanto em nome dêle solicitei pela nota referida de 18 de maio. Tal é, Sr. Ministro, a deliberação do meu Govêrno em vista da resposta negativa do govêrno oriental, constante da nota datada de ontem, a qual devolvo a V. Excia., não só pela razão que V. Excia. invocou para justificar igual procedimento, isto é, por ser formulada em têrmos que não desejo qualificar, mas por conter estranhas inexatidões de fato, que fôra ocioso elucidar".

No mesmo dia 10 de agôsto, Saraiva passou nota circular aos ministros estrangeiros (Espanha, Itália e aos Encarregados de negócios de Portugal, França, Inglaterra e Prússia), dando-lhes ciência da nota de 4 de agôsto dirigida ao govêrno oriental, na eventualidade de medidas que houvessem de tomar as fôrças brasileiras de mar e terra.

Devido à política maquiavélica de Aguirre e Herrera, o povo uruguaio se vira confrontado com uma situação gravíssima, que, no entanto, rejubilaria os "colorados". Se nessa emergência, Herrera houvesse possuído dotes de verdadeiro negociador diplomático (que não era, pois se tratava de um político facundo, impulsivo e apaixonado), a situação teria chegado a bom têrmo. Um negociador plástico e inteligente poderia ter vencido a tormenta e reduzido o problema a um esquema prático. Teria mesmo tirado proveito de certos elementos de molde a serem apresentados contra o Império. Teria capeado a tempestade. Teria sabido conduzir as negociações da mediação a resultado feliz, sem desdouro para o govêrno legal. Mesmo que não pudesse ou não quisesse dar solução imediata ao caso das reclamações do Império, poderia conseguir uma demora no estudo do assunto, alegando a situação decorrente da própria guerra civil.

Nunca poderia ter-se dado ao luxo de, em correspondência diplomática sôbre assunto sério, permitir-se jogralices e deturpar escandalosamente fatos a que haviam assistido os demais mediadores com manifesto propósito de desconsiderá-los. Saraiva foi, por vêzes, tratado desabridamente. O mais espantoso foi que Herrera houvesse procedido insòlitamente com Elizalde, ministro das relações exteriores da Argentina, quando tudo o aconselharia a tratá-lo, naquele momento, com deferência, na esperança de transformá-lo de inimigo potencial em amigo do govêrno "blanco". Poucas vêzes os fastos diplomáticos registaram tão singular exemplo de inépcia, como o de Herrera, homem inteligente e culto, mas apaixonado e arrebatado.

Era evidente que, depois da nota de Saraiva de 4 de agôsto, todos os fatôres estivessem militando contra Aguirre. Em desespêro de causa, Aguirre, atendendo a uma sugestão feita por Mauá por intermédio do seu gerente em Montevidéu, o Comendador Guimarães, resolveu dar à questão um caráter internacional. À última hora, incumbiu Cândido Juanicó de missão especial junto aos govêrnos de Londres, Paris, Turim e Madrid, no sentido de conseguir o apoio dessas potências. Mauá não havia proposto essa missão inútil e desesperada a côrtes européias, que pouco ou nada tinham que ver com assuntos políticos do Uruguai. O que Mauá pretendia, por amor à terra uruguaia convulsionada por uma guerra civil de 15 meses, e havia sugerido a Aguirre, era uma *tentativa de mediação especial e urgente* junto aos governos interessados, Brasil e Argentina, no sentido de evitar nova convulsão dos destinos políticos do Uruguai. Note-se que Mauá fôra atacado pelos "colorados" emigrados em Buenos Aires nas colunas de *"La Nación Argentina"*. Por causa dos ataques dos "colorados", Mauá estampou naquele jornal, a 20 de novembro de 63, um longo artigo, no qual disse: "Es público y notorio que he prestado dinero *a todos los Gobiernos legales* (o grifo é do próprio Mauá) que han existido en la República vecina, desde el de Don Joaquin Suárez hasta el del señor Berro, sin preocuparme en tiempo alguno de averiguar la opinión política del que gobierna". Era uma resposta altiva, dada aos "colorados" inquietos. Aliás, tudo na vida de Mauá será altivez espontânea. O empreendedor gigantesco, que havia

iniciado no Uruguai uma obra de grandes realizações materiais, doía-se com o espetáculo da guerra civil.

O govêrno de Montevidéu não soubera tirar partido de fatôres que lhe poderiam ser favoráveis, se no seu seio houvesse ponderação, sentido diplomático e *amor* à verdade. Os "blancos" procederam com leviandade incompreensível num assunto que requeria habilidade, prudência e prumo. Se entre êles houvesse um temperamento diplomático, real e eficiente, poderiam ter transformado condições adversas em fatôres favoráveis; e, mais que isso, poderiam ter negociado com o Império numa base mais segura. Tal foi a paixão, que os possuiu, que jogaram todos os trunfos como verdadeiros loucos, sem dar atenção às conseqüências dêsse jôgo.

Há, a respeito, um depoimento admirável, o de Saraiva, muitos anos depois, em 1894. O govêrno uruguaio teve a idéia muito curiosa (para não dizer, estranha) de despachar Vásquez Sagastume, como seu ministro ao Rio de Janeiro, já no tempo da república. Ninguém se lembrou que êle fôra encarniçado inimigo do Brasil. Certo dia, o *"Jornal do Comércio"* estampou um trabalho do Barão do Rio-Branco a respeito das origens da guerra da Tríplice Aliança. O nome de Vásquez Sagastume saiu a público nesse artigo. O ministro do Uruguai, para rebater a opinião do Barão do Rio-Branco, disse, numa carta publicada em "O País", que a crise de 64 se devera à vaidade do Conselheiro Saraiva. Vásquez Sagastume pensou que Saraiva já houvesse falecido. Da Bahia, Saraiva replicou em 1894 com uma série de artigos, estampados no "Jornal do Comércio" e no "Diário da Bahia", subordinados ao título — "Resposta que em vários artigos deu ao Sr. Dr. Vázquez Sagastume, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Estado Oriental junto ao govêrno do Brasil, sôbre os prolegômenos históricos da guerra do Paraguai". Num dêsses artigos há êstes conceitos de Saraiva:

> "Resigne-se, portanto, V. Excia. a carregar sòzinho com a responsabilidade que assumiu, indo ao Paraguai, em 1864, como enviado do presidente Aguirre, intrigar o Brasil com López e convencê-lo da existência de um tratado secreto do Império com a Confederação Argentina. Não é, porém, essa a menor falta do Sr. Sagastume, como chefe da facção mais

> exaltada do partido "blanco". Os meetings numerosos, que lhe valeram a dominação temporária da cidade de Montevidéu e constrangeram o Sr. Presidente Aguirre a romper o acôrdo com Flores, constituem a sua maior responsabilidade para com a sua pátria, para com o seu partido e para com o Brasil, de cujas intenções, então como hoje, não podia duvidar".

Que admiráveis estadistas e diplomatas, eram êsses diplomatas, eram êsses homens do Império. Estavam sempre na estacada. Defendiam a verdade com um entusiasmo elevado. Não se curvavam diante de ninguém. O Marquês de Paraná rompeu violentamente com o Imperador em 44. Mais tarde, o Imperador o chamou para formar o famoso ministério da *Conciliação*. A situação dramática que Saraiva enfrentou tem de ser exaltada. Revelou-se êle um modêlo de plasticidade e generosidade até ao ponto extremo a que poderia ir. As manobras para *ganhar tempo,* interpostas pelo govêrno de Montevidéu, como a última proposta de mediação a ser feita pelos agentes diplomáticos estrangeiros, era inoperante por si mesma. Poderia ter sido explorada? Que resultaria dela? Os mesmos argumentos de Aguirre, a mesma política de retardamento, a mesma política de burlas e sofismas, para esperar que o govêrno de Assunção se decidisse ao grande golpe... Nabuco sintetizou de maneira magistral a ação de Saraiva nessa quadra crítica:

> "Pode-se dizer que foi graças a Saraiva que a nova combinação de fôrças no Rio da Prata se fêz em tôrno do Império, e não contra êle; que veio a haver uma Tríplice Aliança brasileira, e não hostil ao Brasil".

Ao mesmo tempo que se deve exaltar Saraiva, tem-se de rebaixar Vázquez Sagastume ao nível de um leviano, um intrigante que não soube entender os verdadeiros interêsses de sua pátria, transformando-os em matéria de escambo em conluios feitos nos bastidores diplomáticos. O Uruguai, que é orgulho da América, pela voz dos seus historiadores, deve ter o nome de Vásquez Sagastume no "livro negro" da História.

V

O DRAMA DA GUERRA

"Depone magnitudinem tuam absque tribulatione, et omnes robustos fortitudine".

(JOB, XXXVI, 19)

NAS grandes crises políticas, há fatôres imponderáveis que sùbitamente escapam ao domínio das personagens do drama. Muitas vêzes, ocorre que os acontecimentos se agravam, porque nêles se infiltra o fator pessoal. Aguirre e Herrera não souberam ter prumo através dos acontecimentos turbulentos verificados em sua pátria. Não souberam auscultar os anseios populares, favoráveis à cessação da guerra civil. Não souberam encarar os acontecimentos com frieza e objetividade. Tornaram-se *parcelas apaixonadas* dêsses acontecimentos. Note-se que Herrera, não sendo diplomata e não possuindo temperamento de diplomata (poderia não o ser, mas o possuir), era indiscutìvelmente um homem inteligente, prejudicado em seu proceder por um temperamento intensamente passional. Já o mesmo não se poderia dizer de Aguirre. O presidente "blanco", além de hesitante era teimoso e por vêzes obtuso mesmo em sua teimosia. Fizera a carreira como um político de segunda ordem e, por isso mesmo, ou talvez contra isso, chegara à presidência do Senado e, depois, à presidência da República.

O fator pessoal, tanto no passado como no presente, teve papel perturbador, mas importante, nas grandes crises de política internacional. Se Berchtold não fôsse Chanceler do Império

austro-húngaro em 1914, a crise de Seravejo poderia ter outro desfecho. A vaidade, as idéias absurdas, a falta de objetividade de Berchtold o induziram a cometer o êrro monstruoso da declaração de guerra à Sérvia, início da catástrofe de 1914.

Atente-se bem que, pela nota de 4 de agôsto, Saraiva comunicou ao govêrno uruguaio que o Império adotaria represálias, se a República, findo o prazo estabelecido, não desse as satisfações solicitadas. E tanto assim foi que nas comunicações de Saraiva a Tamandaré (que mais tarde exorbitará das instruções recebidas) não se fala em estado de guerra, mas sim na proteção dos brasileiros contra agravos. No ofício de 11 de agôsto, dirigido a Tamandaré, Saraiva dirá: "Para corresponder às vistas do Govêrno imperial, parece-me conveniente haver em Paisandu, Salto e Colônia estacionados navios de guerra e que êstes, além da proteção devida aos nossos concidadãos, não devem tolerar que os dois vapores de guerra do govêrno oriental, e quaisquer outros, levem tropas para os pontos indicados e enquanto V. Excia. não julgar preciso apressar a execução de represálias ou dar outro destino a êsses navios. Julgo ocioso dizer mais, porque o patriotismo e a ilustração de V. Excia. dispensam quaisquer esclarecimentos".

As represálias não foram postas em prática imediatamente. Houve mesmo certa *margem de tempo* de que o govêrno "blanco" poderia ter-se valido para reconsiderar sua atitude.

Saraiva, que muitos políticos brasileiros consideravam um contemplativo, revelou nessa perigosa emergência altos dotes de negociador, observador e chefe. Em Buenos Aires se entendeu com as personalidades mais importantes e com Mitre (11 de julho). Recebido a princípio com reservas, não tardou a impor-se pela clareza do reciocínio e pela honestidade dos propósitos. Foi um excelente intérprete da política do Império, nessa quadra tormentosa do Prata.

As conversações mantidas com Elizalde, chegando a bom têrmo, foram materializadas no Protocolo de 22 de agôsto, assinado na capital argentina.

Ambos os governos reconheciam, no texto daquele importante documento, que a paz da República Oriental do Uruguai era "a condição indispensável para solução completa e satisfa-

tória de suas questões e dificuldades internacionais com a mesma República; e que, auxiliando e promovendo essa paz sempre que ela seja compatível com o decôro de seus respectivos países e com a soberania da República Oriental, julgam praticar um ato proveitoso não só para essa República, como aos países limítrofes, que têm com ela relações muito especiais".

O artigo 2.º, muito importante, rezava o seguinte: "Tanto a República Argentina como o Império do Brasil, na plenitude de sua soberania como Estados independentes, podem em suas relações com a República Oriental do Uruguai, *igualmente soberana e independente,* proceder nos casos de desinteligência como procedem tôdas as nações, servindo-se para extinguí-la dos meios, que se reconhecem lícitos pelo Direito das gentes, com a única limitação de que, qualquer que seja o resultado que o emprêgo dêstes meios produza, serão sempre respeitados os tratados que garantem a independência, a integridade de território e a soberania da mesma República".

Pelo artigo 3.º, ambos os governos tratariam do ajuste de suas respectivas questões com o govêrno oriental, auxiliando-se mùtuamente por meios amistosos como prova do seu sincero desejo de ver terminada a situação, então existente no Prata.

Onde se encontra no Protocolo de 22 de agôsto qualquer indício de que a Argentina e o Brasil pretendessem lesar a integridade territorial do Uruguai, como afirmaram "blancos" e agentes do govêrno de Francisco Solano López? Oneto y Viana, referindo-se aos sete pontos da nota de Saraiva, de 4 de agôsto, afirmou injustamente (e êle considerou o Enviado especial do Brasil *"la figura más simpática y noble de la diplomacia brasileña en el Plata"*): "La enormidad de estas reclamaciones revela las viejas tendencias absolutistas de la diplomacia imperial, que siempre supo aprovechar nuestra incurable anarquía, nuestros errores y nuestros excessos para imponer á la República trances dolorosos" (pág. 163). O Império não arrancou do Uruguai um milímetro quadrado de terras. O Império não impôs servidões ao Uruguai. O Império salvou o Uruguai da anarquia, pelo menos durante algum tempo. Onde, pois, as "velhas tendências absolutistas da diplomacia imperial"? O

Protocolo de 22 de agôsto, assinado em Buenos Aires, desmente claramente o que Oneto y Viana escreveu em 1903.

Desta ou daquela forma, o Protocolo de 22 de agôsto foi deturpado escandalosamente em seu texto e em suas finalidades pela propaganda que se desencadeou. Aguirre, o mesmo Aguirre que Oribe enviara em 1846 ao Rio Grande como espião comissionado, conforme afirma Titára em suas *"Memórias do Grande Exército Libertador*, para aproveitar o rescaldo da Guerra dos Farrapos, estava transformado em Aguirre-Mêdo, diante da situação dramática. Se Herrera teve *fibra* através dos acontecimentos que virão, Aguirre procederá como um medroso.

Saraiva, dando como encerrada a Missão especial em Montevidéu em nota de 10 de agôsto dirigida a Herrera, partiu para Buenos Aires. Loureiro arcará com a situação resultante da ameaça de cumprimento de represálias. Teve desde logo de rebater uma argumentação especiosa de Barbolani, Ministro da Itália. Loureiro não perdeu tempo e, como bom observador, nada escapava à sua atenção, porque mantinha contactos úteis com elementos moderados do govêrno (como Vilalba e outros) e personalidades do partido "colorado", que o procuravam.

O PROCEDER DE TAMANDARÉ

Grande marinheiro, padrão de bravura e honestidade, homem de hábitos espartanos, Tamandaré recebera um encargo sumamente difícil. Recorde-se, a respeito, o ofício de Saraiva, de 11 de agôsto, anteriormente citado. Para o cumprimento das instruções contidas naquele ofício, requeria-se plasticidade. Tamandaré (conforme se depreende do ofício de 22 de agôsto, dirigido a Loureiro) viu-se na mesma situação em que se viram, durante a Guerra do Prata, os almirantes Rodrigo Lôbo e o Barão do Rio da Prata (Pinto Guedes). As represálias, a serem exercidas no rio Uruguai e no estuário do Prata, poderiam equivaler, se a situação se complicasse, a verdadeiro bloqueio. Ora, essa não era a intenção do Govêrno imperial: fazer cerrado bloqueio aos portos uruguaios.

Tamandaré procedeu com suma habilidade na fase inicial das providências que teve de tomar. Esperou que, com a presença de navios de guerra do Império, a situação se acalmasse.

No ofício, anteriormente citado e dirigido a Loureiro, Tamandaré declarou: *"Por muitas vêzes tenho manifestado a V. Excia. o desejo que nutro de poupar, quanto me fôr possível, que êste Estado sofra, ainda de leve, a menor humilhação da parte das fôrças de meu comando"*. Tamandaré reconheceu que, na fase inicial, houvera exigido pouco do govêrno oriental para desagravo das ofensas feitas. Esperava Tamandaré que as autoridades "blancas" patenteassem algo que denotasse reparação. Por isso mesmo, Tamandaré reconhecia ser "melindrosa" sua posição. "Porque a vontade que tenho de proceder para com o dito govêrno como se estivéssemos no estado normal de relações amigáveis é contrariada pelo dever que tenho de fazer represálias para satisfação de nossos concidadãos prejudicados". À vista, pois, dessa situação, Tamandaré exortava o Ministro Loureiro a fazer diligências junto ao govêrno oriental para que as reparações fôssem feitas oficialmente. O pedido de Tamandaré era desnecessário: Loureiro trabalhava afanosamente no sentido de obtê-las. O chefe da esquadra brasileira, sopesando os prós e os contras, reconhecia ser obrigado a sair do *estado de espectativa pacífica,* porquanto os navios "General Artigas" e "Villa del Salto" se mantinham armados e dispostos a reagir.

Daí, pois, o ofício dirigido por Tamandaré a Leandro Gómez, chefe militar do departamento de Paisandu, perguntando-lhe se os súditos do Império naquela zona poderiam contar com a proteção que lhes ofereciam as leis da República; e se estava resolvido a mandar desarmar e reduzir a estado de imobilidade o navio de guerra "Villa del Salto".

Leandro Gómez respondeu, a 30 de agôsto, que, desde o momento que assumira a chefia das armas naquele departamento, jamais tomara para o serviço militar um só brasileiro; e que não existia brasileiro detido nem prêso, para pô-los em liberdade. "Mas, no caso em que a autoridade militar tivesse isso por conveniente, por motivos políticos, achando-se como se acha, a República em estado de sítio, certamente que não acederia ao pedido do Sr. Vice-almirante, pois que o comandante militar do departamento de Paisandu não reconhece outra autoridade além do govêrno da República, e firme no cumprimento de seus deveres, a fôrça material, a ameaça enfim, não

lhe causam outro efeito senão o de uma profunda e terrível indignação; e neste caso nem êle nem a fôrça às suas ordens se amedrontariam jamais".

Quanto ao desarmamento do navio de guerra "Villa del Salto", Leandro Gómez rebateu enèrgicamente o pedido de Tamandaré, dizendo: "Não será estranho, Sr. Comandante, que, no ato de querer apresar o vapor de guerra nacional "Villa del Salto", as águas do rio Uruguai se tinjam de sangue oriental e brasileiro, porque o pavilhão da República não há de ser humilhado impunemente, assistindo-me a confiança de que me assiste, de que se hão de cumprir pelo chefe daquele navio as terminantes e enérgicas instruções que lhe expedi na situação atual".

Assim, enquanto o govêrno "blanco" em Montevidéu se desorientava e procedia com hesitação e mesmo mêdo, Leandro Gómez, com altivez e coragem, iria cumprir o dever. Se Leandro Gómez fôsse presidente da República em lugar de Aguirre, a situação poderia ter-se desanuviado, porque era homem digno, reto e valente. Numa situação grave, mais valia lidar com um homem dessa espécie, que com um indivíduo refolhado em suspicácias e temores, como era Aguirre.

Tamandaré compreendeu, então, que teria de recorrer ao emprêgo da fôrça. Sentia fazê-lo, mas não havia outro remédio. (É curioso assinalar que Tamandaré foi a Buenos Aires entender-se com o Conselheiro Saraiva e com o Ministro Pereira Leal sôbre o assunto. Quer dizer: procurou acobertar-se com o mérito de uma autoridade superior, porque nesse tempo Saraiva *era quem dirigia tôda a política ativa do Império no Prata*). Verificou-se, então, a 24 de agôsto, o primeiro conflito entre a canhoneira "Araguaí" e o navio de guerra "Villa del Salto", devido à perseguição daquela ao vapor oriental, que se abrigou no pôrto argentino de Concórdia. No dia 6 de setembro, verificou-se o segundo conflito entre a canhoneira "Jequitinhonha" e o "Villa del Salto".

À vista dêsses conflitos, o govêrno argentino determinou providências de resguardo do litoral sôbre o rio Uruguai e, ao mesmo tempo, fixação de prazo para o navio arribante em pôrto argentino com afastamento do navio perseguidor.

O proceder de Tamandaré estava perfeitamente aprovado por Saraiva. O chefe da esquadra sentira que tivesse de recorrer à fôrça. Mas, só o fizera em última instância, baldados todos os argumentos para convencer Leandro Gómez, corajoso comandante da praça de Paisandu.

ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE O URUGUAI E O BRASIL

O govêrno "blanco" de Montevidéu estava à espreita de um motivo para romper relações com o Império. O proceder de Tamandaré lho dera. A 30 de agôsto, Herrera passou nota a Loureiro, que concluiu da seguinte forma: "À vista dêsses fatos, e tendo o Govêrno do Brasil disparado o primeiro tiro de canhão no Prata, S. Excia. o Sr. Ministro Residente junto ao govêrno da República compreenderá que é inútil sua permanência diplomática no território nacional. Por conseguinte, S. Excia. se servirá de fazer uso, dentro de 24 horas, contadas do momento em que receber esta nota, dos passaportes que S. Excia. o Sr. Presidente da República me ordena que passe às suas mãos".

Loureiro respondeu, por nota de 31 de agôsto, na qual disse: "Ontem à noite me foi entregue a nota que V. Excia. me dirigiu com data de 30 do corrente, enviando-me, por ordem de S. Excia. o Presidente da República, os passaportes para minha retirada e para a do pessoal desta Legação. Limito-me a acusar recepção da referida nota, não julgando oportuno discutir, porém repelindo com tôda a energia as insinuações que ela contém, tão destituídas de fundamento quão injuriosas ao Govêrno e aos agentes de S.M. o Imperador".

A 1.º de setembro, de bordo da corveta *Niterói,* Loureiro comunicou ao corpo diplomático que o govêrno oriental resolvera interromper as relações diplomáticas com o govêrno de S.M. o Imperador, "baseando-se no ato de represália exercida por uma canhoneira da Armada imperial contra o vapor *Villa del Salto*". Nessa nota, Loureiro historiou os acontecimentos: — referiu-se aos propósitos conciliadores de Tamandaré, aliás externados aos chefes das estações navais estrangeiras surtas no Prata. Aludiu ao caso do vapor de guerra *General Artigas*. Tamandaré en-

tendeu que mais efetiva represália se exerceria imobilizando no pôrto aquêle navio. Loureiro fizera então constar ao govêrno da República que se o mesmo vapor se aventurasse a passar pelas baterias dos vasos de guerra brasileiros seria infalìvelmente capturado. O mencionado vapor conservou-se estacionário em Montevidéu. Contudo, o govêrno "blanco", prevalecendo-se da segurança em que o navio se encontrava, o vendeu a uma bandeira estrangeira, iludindo, assim, o compromisso de honra.

O govêrno imperial resolveu enviar uma flotilha de três canhoneiras a Paisandu para proteger numerosos brasileiros residentes nessa localidade. Verificou-se então o incidente com o *Villa del Salto*, já descrito. A 3 de setembro, por intermédio do Ministério das relações exteriores, foi baixada uma resolução governamental, assinada por Herrera e outros ministros, que cassava o *exequatur*, expedido às autoridades consulares brasileiras no Uruguai. O Govêrno imperial procedeu de igual forma quanto às autoridades consulares uruguaias no Brasil.

Em 7 de setembro de 64, Saraiva, antes de partir para o Rio de Janeiro em consulta com seu govêrno, oficiou ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande, relatando-lhe o incidente havido com o *Villa del Salto* e a cassação de *exequatur* às autoridades consulares brasileiras. Nesse ofício, Saraiva achou necessário e urgente que o exército brasileiro entrasse no território da República a fim de "expelir de Serro Largo, Paisandu e Salto as fôrças do govêrno de Montevidéu que nesses pontos existem e ameaçam exercer represálias sôbre nossos concidadãos". Havia uma recomendação de Saraiva, que convém repetir: "Que os comandantes militares devem receber ordem para não ofenderem nem hostilizarem de qualquer modo fôrça alguma pertencente às do general Flores, o qual não nos tem agravado, e antes procura garantir os brasileiros, tanto quanto lhe é possível, nos lugares por êle ocupados". E mais ainda: "Que não fazemos nem queremos fazer mal à República Oriental e só hostilizamos o atual govêrno de Montevidéu e seus agentes, únicos responsáveis da desgraçada situação em que se acham seus conterrâneos e os estrangeiros pacíficos residentes no país". Em Paisandu, no entender de Saraiva, estavam os

agentes do govêrno uruguaio que mais violências haviam praticado contra brasileiros.

Por aí se vê que Saraiva enfeixava em suas mãos faculdades muito importantes, impostas pelas circunstâncias: e êsses poderes iam desde a órbita diplomática até a órbita militar.

A 11 de outubro, Tamandaré, comandante das fôrças navais do Império, passou circular ao corpo diplomático na qual solicitou a expedição das convenientes ordens para que os navios que se empreguem na navegação dêstes rios com a bandeira de sua nação, quer de vela, quer vapores, recusem receber tropas e munições de guerra para transportá-las de um ponto a outro, mantendo assim a perfeita neutralidade que lhes convém guardar na conjuntura atual. "Desta forma me livrarei de cumprir o penoso, mas indeclinável dever de exercer sôbre êles uma vigilância constante e de apreender aquêles contrabandos de guerra, se forem encontrados a bordo; protestando, entretanto, a V. Excia. que os navios que se empregarem exclusivamente em operações lícitas encontrarão sempre todo o apoio e auxílio das fôrças navais brasileiras".

Lettson, Encarregado de negócios da Inglaterra, protestou contra a circular de Tamandaré, alegando que na luta no Uruguai havia rebeldes e não beligerantes; e que não havendo, pois, beligerantes, não havia neutros. Não reconhecia ao Brasil a validade do direito de, sob o fundamento de represálias, deter, visitar e talvez mesmo capturar navios de guerra inglêses que navegassem as águas da República sob a fé dos tratados solenes, águas essencialmente livres, sôbre as quais o Império não tinha o menor domínio.

As Legações de Espanha, França, Itália e Portugal também fizeram reparos à circular de Tamandaré, cujos têrmos poderiam ter tido outra redação.

A 12 de outubro, o Ministro Pereira Leal passou nota a Elizalde, na qual lhe comunicou que as fôrças imperiais de terra e mar iriam exercer represálias contra o govêrno de Montevidéu, as quais se limitariam às fôrças e guarnições que se achassem ao norte do rio Negro. Elizalde respondeu a 16, dizendo: "O govêrno argentino aprecia devidamente o espírito amigável dessa comunicação e das recomendações que lhe manifesta V. Excia.

ter recebido do Govêrno imperial a êsse respeito e confia na lealdade do procedimento do govêrno de S.M.I. e na segurança de seus desejos para o restabelecimento da paz no Estado Oriental, em que tão vivamente se interessa o govêrno argentino".

Como fino observador que era, Saraiva estava atento a todos os aspectos do complicado problema: desde os assuntos políticos e diplomáticos até aos militares. Em 26 de julho escreveu êle a Dias Vieira, Ministro dos negócios estrangeiros: "O que sobretudo convém é organizar o nosso exército e preparar-nos para qualquer eventualidade. De um dia para outro, quando menos se espere, pode dar-se o caso de ser indispensável precipitar os acontecimentos e evitar complicações mais graves e embaraços que depois não seja possível superar. V. Excia. compreende também quanto importa que a ação do desfôrço individual na fronteira não venha a preceder e substituir a do govêrno. Vale mais certamente que entre o exército imperial no território do Estado vizinho, com o fim de pacificar o país, do que consentir que os brasileiros o façam por sua própria conta. O primeiro expediente dará resultados prontos; o segundo, desvirtuando as nossas intervenções e significando que o govêrno do Brasil não exerce sôbre seus súditos a influência que merece por sua regularidade e organização". Os alvitres de Saraiva eram bem acolhidos pelo Govêrno imperial. A obra do Enviado especial do Brasil começava também a dar frutos em Buenos Aires: Argentina e Brasil entendiam-se a respeito das graves medidas que o Govêrno imperial iria tomar contra o govêrno "blanco". A muralha mitrista, de indiferença ao Império, ia sendo abalada.

Pereira Leal deu conhecimento, por meio de circular, ao corpo diplomático acreditado junto ao govêrno argentino, das providências tomadas por Tamandaré em águas uruguaias. Matienzo, ministro da Bolívia em Buenos Aires, manifestou-se da seguinte forma em nota de 19 de outubro: "Levarei ao conhecimento do meu govêrno êsses honrosos documentos. Entretanto, praz-me em reconhecer a *lealdade* e *franqueza* da política imperial no Rio da Prata..."

Em Montevidéu, Barbolani, ministro da Itália, agitava-se e procurava dar idéia ao govêrno "blanco" de que estivesse com

as chaves da situação do país... Contudo, êle reconhecia a gravidade do momento, como se pode verificar pela nota de 17 de outubro, dirigida a Antônio de las Carreras (o responsável pela matança de Quinteros), novo ministro das relações exteriores, porque Herrera tivera divergências com vários membros do govêrno: "Quanto às questões relativas à segurança externa sôbre a qual julgou V. Excia. dever insistir novamente, tivemos já a honra de manifestar-lhe que não podendo o mesmo govêrno da República apreciar nem a natureza nem o momento em que poderá ter lugar a agressão, que se receiava, o corpo diplomático deverá limitar-se a fazer reservas. Do mesmo modo me autorizou a declarar-lhe que no caso de um ataque que, sem prévia declaração de guerra, comprometesse a segurança dêste pôrto, onde se encontram acumulados interêsses coletivos de tantas nações, as fôrças navais de nossos respectivos governos não permanecerão indiferentes ante uma semelhante violação de todo o Direito internacional". Antônio de las Carreras forcejava por que o corpo diplomático tomasse *partido* em prol do govêrno "blanco", contra o Império. Tratava-se de manobra que não colheu êxito. Por êsses fatos se verifica que o govêrno "blanco" procurava agarrar-se a qualquer pretexto para complicar ainda mais a situação em benefício próprio.

O mais trágico de tudo isso era que o govêrno de Aguirre fazia ouvidos de mercador aos numerosos apelos de comerciantes, industriais e particulares que anelavam pela terminação da guerra civil. A pretexto de defender a "legalidade", legalidade que êle desonrava, Aguirre, tristemente celebrizado por não ter cumprido o acôrdo com Flores, se desmandava em violências incríveis. Queria agüentar-se no poder até o instante em que Francisco Solano López corresse a acudir-lhe... Queria, pois, dar a impressão de que estivesse forte. No entanto, seu govêrno se limitava a Montevidéu e arredores, porque todo o interior já se encontrava em poder de Flores... As autoridades "coloradas", estabelecidas ao longo da fronteira, entendiam-se muito bem com as da Província do Rio Grande, então presidida por Souza Gonzaga. O Ministro da Guerra do Império, marechal Beaurepaire-Rohan, nas instruções passadas a Mena Barreto (Barão de São Gabriel), e baseadas nas informações de Saraiva, reco-

mendava *neutralidade* em face de Flores (26 de setembro de 64). Isto é mais uma prova de que o Govêrno imperial *jamais* apoiara Flores, que encontrara todo o apoio, isto sim, em Buenos Aires. No entanto, historiadores hispano-americanos repetem essa mentira sistemàticamente.

TAMANDARÉ E FLORES SE ENTENDEM

Acontecimento imprevisto vai então ocorrer. Flores, com esperteza gaúcha, procura aproximar-se das principais autoridades brasileiras. Estas, porém, com muita cautela, mostram-se avessas a qualquer entendimento, que possa significar conluio ou aliança. O Império tem um cometimento especial a cumprir no Uruguai: impor represálias ao govêrno de Aguirre para que êste lhe dê reparações devidas. Ao Govêrno imperial interessa que a pacificação se estabeleça no país; mas, isto é assunto interno, que depende ùnicamente da boa vontade do govêrno de Montevidéu.

No dia 20 de outubro, Flores, intitulando-se "chefe da revolução da República Oriental do Uruguai", passou um ofício a Tamandaré, propondo-lhe a aliança de seus esforços aos do Govêrno imperial (ou melhor, de Tamandaré) para "chegar à solução das dificuldades internas do país". Tamandaré respondeu-lhe por ofício do mesmo dia, de bordo da corveta *Recife,* então surta na barra de Santa Lúcia, isto é, a uns quarenta quilômetros de Montevidéu. Nesse ofício de resposta, Tamandaré, ultrapassando evidentemente as instruções recebidas, aceitou o alvitre de Flores, dizendo: "Creio que V. Excia. avaliará o quanto eficaz é o apoio que lhe garanto debaixo de *minha responsabilidade,* o qual se traduzirá imediatamente em fatos, e que reconhecerá nele mais uma prova da simpatia do Brasil pela República Oriental, a cujos males estimaria por um têrmo, concorrendo para constituir o govêrno que a maioria da nação deseja e que só encontra oposição num reduzido número de cidadãos".

O passo dado por Tamandaré fôra arriscado. Contudo, teria uma dirimente, porque Flores se comprometera, na comunicação de 20 de outubro, ao seguinte: "na inteligência de que

a revolução a que presido em nome do país, atenderá às reclamações do Govêrno imperial, formuladas nas notas da Missão especial confiada a S. Excia. o Sr. Conselheiro José Antônio Saraiva e lhes dará condigna reparação em tudo aquilo que seja justo e equitativo e que esteja em harmonia com a dignidade nacional e que não seja obtido como uma conseqüência natural e forçosa do triunfo da revolução".

O entendimento celebrado entre Flores e Tamandaré, de maneira tão imprevista, causara desconcêrto ao govêrno "blanco", mas surpreendera também o Govêrno imperial.

Nessa situação excepcionalmente grave, só cumpriria ao govêrno "blanco" trilhar um caminho: entender-se com Flores, que estava senhor de todos os trunfos. Antônio de las Carreras não tinha nem o talento nem o temperamento de Herrera, temperamento combativo e apaixonado. De las Carreras era um político de segunda ordem, vingativo, movido por paixões baixas e destituído de visão. Estava ao compasso de Aguirre. Oneto y Viana analisou magistralmente a personalidade de Aguirre ao dizer: *"Dijérase que una racha siniestra soplaba entonces sobre el país. Aguirre reunía en su persona los defectos y las intransigências de Berro, sin tener las condiciones de éste. Intemperante é irresoluto al mismo tiempo, sin previsiones de estadista, subyugado por la atmósfera de partido que á su alrededor se había formado, era el hombre que la adversidad había llevado al FUERTE* (palácio do govêrno, na Plaza Zabala) *para perder al país"*. Entre os comparsas de Aguirre, conselheiros diretos, Antônio de las Carreras, animado por incontidos desejos de vingança contra todos os "colorados", era a figura sinistra. Ademais, era quem mais sanha tinha à Missão Saraiva. Antônio de las Carreras queria afogar o país em sangue, tão aceso era o desejo de vingar-se de tudo e de todos... Dirigira em 62 o jornal *"Discusión"*, onde atacara violenta e caluniosamente os "colorados". Não estava à altura de ser ministro das Relações Exteriores numa quadra grave e cheia de dificuldades internas e externas.

Animado pelo apoio de Flores, Tamandaré procedeu ao bloqueio dos portos de Salto e Paisandu. As Legações de Espanha, Portugal, Inglaterra, França e Itália, por notas de 4 de novembro,

manifestaram a Tamandaré reservas quanto ao bloqueio em face dos direitos dos neutros. Referindo-se à aliança celebrada com Flores, Tasso Fragoso afirmou com precisão: Tamandaré "não trepidou em ajustar com êle uma aliança, quando o Império ainda o não havia sequer reconhecido como beligerante". [1] Tamandaré queria agir depressa. No dia 28, deu instruções formais aos navios de guerra brasileiros para efetivar o bloqueio dos portos de Salto e Paisandu, o que motivou uma comunicação, refolhada de reservas cautas, do almirante Chaigneau, chefe da estação naval francesa surta no Rio da Prata, datada de 15 de novembro.

A Missão especial de Saraiva, exercida em momento tão difícil, tanto em Montevidéu como em Buenos Aires, fizera o possível por despertar no govêrno "blanco" um bruxoleio de razão. Envidara os mais louváveis esforços por obter de Aguirre satisfações amistosas às 63 reclamações do Govêrno imperial. Pelejara sem cessar para que a mediação do Brasil, Inglaterra e Argentina compuzesse a situação, pacificando a família uruguaia. Aguirre foi insensível a todos os apelos feitos por Thornton, Saraiva e Elizalde. No último momento da mediação, ao serem ajustadas as condições definitivas, num repente de má fé procurou modificar o estatuído e, ao mesmo tempo, alterar a redação de cláusulas definitivamente estabelecidas. Era o exemplo mais surpreendente de uma paixão política colocada acima dos interêsses do Estado...

Além disso, Saraiva quebrara em Buenos Aires o gêlo do govêrno de Mitre. Desenvolvera notável ação diplomática para vencer as esquivanças do presidente da Argentina e, ao mesmo tempo, estabelecer as bases de um entendimento duradouro entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, em face dos graves acontecimentos que iam surgindo. Oneto y Viana reconheceu que, em relação ao Uruguai, *"Saraiva, con su mirada de águila, dominó de inmediato la situación"*. O mesmo fêz êle na Argentina. Homem calmo e de nervos repousados, Saraiva absorvia os choques e não se desmanchava ante o imprevisto. Elizalde, que foi

---

(1) **TASSO FRAGOSO, "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", vol. I, pág. 143.**

ministro das relações exteriores de Mitre, dará insuspeito depoimento:

> "El momento en que yo, como ministro de Relaciones exteriores de la República Argentina y el señor Saraiva como ministro del Brasil, consignamos este principio (isto é, que a República Oriental do Uruguai, como Estado independente, podia dar motivo a que o Brasil lhe fizesse guerra, sem que a Argentina pudesse impedí-lo, e vice-versa, desde que se salvassem as estipulações do tratado de 1828), discutimos la política, los intereses, los derechos de nuestros países y de nuestras instituciones y nuestras condiciones de progreso moral y material como la norma de nuestras reacciones con las grandes potencias de Europa, y nos hicimos francas recriminaciones sobre los hechos pasados, admitiendo que fuera de una política amistosa y fraternal basada en el respeto mútuo de la independencia de los demás Estados, no había paz ni bienestar posible, no fué un momento infacto, sino por el contrario el más grandioso, y precursor de la política reparadora del porvenir de pueblos libres... ...No insultamos la soberania oriental, que por el contrario consolidamos, a pesar de que su gobierno no era garantia de orden y de paz de sus vecinos, sino un gran perturbador de ela... ...La misión del señor Saraiva no dejó pues establecida la alianza con el gobierno argentino. Dejó únicamente las bases de una política provisoria, y borradas las malas impresiones que habían dejado los sucesos que hemos mencionado" (trechos da carta de Elizalde, de 21 de dezembro de 1869, dirigida a Juan Carlos Gómez).

O depoimento de Elizalde a respeito da ação de Saraiva, em Buenos Aires, é realmente singular. No entanto, a Chancelaria imperial não se satisfizera com os resultados, obtidos por Saraiva tanto em Montevidéu como em Buenos Aires. O grande negociador procedera com exemplar tacto, suma plasticidade e reconhecida honradez. Tivera de vencer uma tormenta terrível. Atendera, *sòzinho,* a uma frente de batalha diplomática, política, militar e naval, que abrangia um arco imenso. Seu secretário, Tavares Bastos, não tinha mãos a medir. A despeito disso, o Govêrno imperial não ficara contente. Na imprensa do Rio de Janeiro surgiram críticas afiadas à ação de Saraiva, críticas ferinas, críticas improcedentes, porque só o transformar o govêrno de Mitre, de esquivo e indiferente, — em aberto, sim-

pático e amigo — fôra excepcional triunfo diplomático. Na Côrte de São Cristóvão não se entendeu assim. Entendeu-se que Saraiva deveria tudo alcançar, porque as notícias procedentes de Assunção assumiam, de dia para dia, cariz mais perigoso.

Saraiva foi substituído por Paranhos.

A MISSÃO DO CONSELHEIRO PARANHOS

> "Ninguém espera relatórios que nada mais sejam que o reflexo das opiniões do ministério; mas, os vossos, a rigor, não são pròpriamente relatórios. Tomam o aspecto de exposições ministeriais, que recomendam ao Rei uma política oposta... Tal interpretação é suscetível de lesar, sem necessidade, porque pode acarretar retardos e indecisões e, no meu modo de pensar, qualquer política é sempre melhor que uma política hesitante..."
>
> (De uma carta de Bismarck ao Embaixador da Prússia em Paris, Goltz, de 1863).

Ésses dois grandes negociadores, Saraiva e Paranhos, muito sofreram por causa dos assuntos do Prata. Foram, no entanto, triunfadores. O excepcional talento diplomático, revelado nas tratações de 64 e 65, colocou-os acima das críticas estreitas e rasteiras feitas no Parlamento e na imprensa do Rio de Janeiro. Com uma habilidade inconsútil, transformaram fatôres negativos ou adversos em circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento da política imperial no Rio da Prata. Com um sentido plástico e realista, Saraiva e Paranhos souberam conciliar interêsses, e grangear amizades, atar dedicações, expor lùcidamente os propósitos do Brasil — e levar por diante uma ação diplomática realmente extraordinária. Venceram dificuldades, ladearam alçapões, contornaram oposições violentas e chegaram aos fins estabelecidos pela Chancelaria imperial. A despeito dêsse excepcional labor, serão ambos maltratados — e duramente — por gabinetes do Império e por penas autorizadas da imprensa do Rio de Janeiro...

Serão ambos *destituídos* de seus postos em pleno triunfo...

Paranhos possuía longo tirocínio dos problemas do Prata. Fôra justamente no Rio da Frata que iniciara a carreira diplo-

mática, como secretário de Honório Hermeto Carneiro Leão. Êste subira as escadas do *Jornal do Comércio,* então dirigido por Picot, o francês da Dalmácia exímio tradutor de Horácio em português, para convidar Paranhos, autor das *"Cartas ao amigo ausente"*, publicadas nas colunas daquele diário. Isto foi em 1851. Em 53, Paranhos será eleito deputado. Em 56, será ministro da Marinha no famoso gabinete da *Conciliação,* organizado por Carneiro Leão, Marquês de Paraná, homem de têmpera de espada de Toledo. Paranhos sucedeu a Carneiro Leão na chefia da Legação imperial em Montevidéu. Teve papel importante na crise política de que resultou a queda do presidente Giró em 53. Desempenhara importante missão junto a Urquiza. Tivera não menos importante missão na capital paraguaia junto ao govêrno de Carlos Antônio López. Fôra Ministro dos Negócios Estrangeiros. Orador incomparável, expositor magistral, diplomata perfeito, Paranhos era um negociador extraordinário. Tinha o dom de transformar assuntos complicados em fórmulas claras e precisas.

O novo Enviado especial do Império chegou a Buenos Aires com perfeita ciência dos acontecimentos; — e, mais ainda, do que havia acontecido com Saraiva. Seria, pois, uma dupla experiência. Os acontecimentos complicavam-se de tal maneira que a situação se adensava de borrascas e temores. Desde logo, Paranhos entrou em inteligência com as mais importantes personalidades argentinas. Cauto, persuasivo e honesto, Paranhos foi abrindo caminho.

Eis como Elizalde examinou a ação de Paranhos:

> "El señor Paranhos al llegar al Rio de la Plata se encontró con una situación inesperada. Su misión era a Montevideo y solo para una eventualidad remotísima para su gobierno debía venir a Buenos Aires. Contra todos las previsiones fué esto lo que sucedió. La persona del negociador, la misión, todo era inconvenientes, que los sucesos hacían mayores. Sin embargo, las disposiciones favorables que formó la misión Saraiva y los talentos y méritos del señor Paranhos, unido a lo solemne de la situación, hicieron fácil la discusión más importante que ha tenido la República Argentina sobre la política exterior. El señor Paranhos y el general Mitre han revelado lo principal de esta nego-

ciación. De esta negociación resulta que el señor Paranhos solicitó la alianza del gobierno argentino y que le fué negada categòricamente, tanto para la cuestión con el gobierno de Montevidéu, como para la guerra del Paraguay".

A 19 de janeiro de 65, Paranhos passou longa e importante nota a Elizalde. Começou por lembrar o conflito entre o Império e o govêrno "blanco" de Montevidéu. Recordou a dissenção interna que, durante quase dois anos, flagelava o povo oriental, "prejudicando os interêsses legítimos de todos os neutros e particularmente o Império pela sua imediata vizinhança com aquêle Estado". Referiu-se às reclamações apresentadas pelo Govêrno da República, que ficaram sem solução. Aludiu aos inúmeros atentados cometidos contra pessoas e bens de súditos do Império. Frisou a moderação com que a Legação imperial apresentou, repetidas vêzes, pedidos de solução de tais reclamações. Salientou que o Império não tinha nem tivera sentimento hostil à República. Tudo, porém, foi baldado. "Não obstante o espírito hostil ao Brasil que parecia dominar na política do govêrno da República e as simpatias que por êste mesmo motivo se manifestavam entre os residentes brasileiros a favor da revolução, o govêrno de S.M.I. não animou aquêle pronunciamento; pelo contrário, procurou reprimí-lo e manteve-se perfeitamente neutro na luta interna dos partidos orientais". Historiou os propósitos da Missão Saraiva: — assegurar a neutralidade do Império e dar garantias de segurança à vida e propriedades dos súditos brasileiros. No entanto, a despeito da boa vontade de Saraiva, esgotaram-se os meios pacíficos, já não restando ao Govêrno imperial senão o recurso extremo da fôrça. "Em presença de todos os sucessos e circunstâncias que o abaixo assinado acaba de recordar, o estado de guerra entre o Brasil e o govêrno de Montevidéu não é de certo um fato novo e imprevisto, cuja superveniência exigisse novas manifestações da parte do Govêrno imperial ao da República Argentina, em cuja ilustração e amizade êle tanto confia. O objeto desta comunicação, Sr. Ministro, é definir a nova posição que os acontecimentos criaram ao Govêrno imperial relativamente à luta interna da República Oriental... ...O Govêrno imperial tem hoje o direito e o dever de não se limitar à simples reparação de seus próprios

agravos, na luta armada a que o provocou o govêrno de Montevidéu. Não só a humanidade, mas também a sua segurança exige que êle contribua ao mesmo tempo para o restabelecimento da paz na República. O govêrno imperial preencherá esta dupla missão, procedendo de acôrdo com o general Flores, a quem reconhece como beligerante legítimo e nobremente dedicado aos mais sagrados interêsses de sua pátria."

Elizalde respondeu, por nota de 20, em que manifestou a opinião de que, qualquer que fôsse o curso que seguisse o conflito, "nenhuma atenuação sofrerão a independência e soberania da República Oriental do Uruguai, garantidas por tratados e declarações solenes".

No dia 29 de janeiro, Barbolani, em nome dos demais membros do corpo diplomático acreditado em Montevidéu, passou nota a Paranhos. Nesse documento, o porta-voz do corpo diplomático declarou que devendo, nos têrmos da Constituição uruguaia, ser renovado a 15 de fevereiro o poder executivo da República e que o novo govêrno, livre de todos os antecedentes pessoais e de todos os empenhos anteriores, poderia achar-se em condições mais favoráveis a uma solução pacífica da situação existente, os membros do corpo diplomático entendiam que, para tal fim, seria de tôda a conveniência que a eleição do novo chefe do govêrno pudesse verificar-se com tôda a calma e regularidade necessária. Por isso, o corpo diplomático expressava o voto de que o representante de S.M.I. concorresse para a realização de um acontecimento tão salutar, combinando numa suspensão de hostilidades por mar e por terra e deixando as coisas no *statu quo* até aquela data.

Paranhos respondeu, por nota de 31 de janeiro, declarando não poder aceder à proposta dos membros do corpo diplomático de Montevidéu.

Mais adversa não podia ser a situação do Império. Paranhos (Visconde do Rio-Branco) levou a Buenos Aires a missão de obter a aliança do govêrno argentino ou a intervenção coletiva de ambos os governos, o de Mitre e o de Flores. Havendo chegado a Buenos Aires a 2 de dezembro de 64, Paranhos teve longa conferência com Mitre a 7. Procurou obter uma definição de política tanto de Mitre como de Elizalde. Procedendo com

muita cautela, Elizalde enchia-se de temores quanto às possíveis conseqüências dessa *definição*. Tais temores cresciam à medida que recebia informações avulsas do Chile, Peru e Bolívia a respeito da repercussão dos acontecimentos verificados no Uruguai. No estrangeiro, era o Brasil acusado de haver fomentado o movimento revolucionário de Flores — e haver-se aliado ao caudilho "colorado". Paisandu resiste e capitula. Leandro Gómez é assassinado, não por brasileiros, mas por gente de Flores. O bravo chefe "blanco" transformou-se num símbolo. O Govêrno imperial fica horrorizado com êsse *crime* nefando. Paranhos recebe instruções claras e precisas para reclamar de Flores o castigo dos assassinos de Leándro Gómez. ([1]) A gaúchada de Flores entrega-se a desmandos criminosos. Os chefes brasileiros não estão acostumados a tanta indisciplina, a tanta barbárie e tanto caudilhismo. Crescem na Argentina, no Chile, Peru e Bolívia prevenções contra o Império. O argumento era sentimental: o maior país da América do Sul em luta contra o *menor* país da América do Sul... Ninguém se dava ao trabalho de investigar as causas do conflito. O Brasil era apontado como "imperialista" e os soldados-macacos brasileiros bombardeavam Paisandu... Paranhos sente hesitações de Flores, hesitações de última hora... O caudilho é muito esperto, muito eloqüente, muito prometedor. Paranhos aperta-o, obrigando-o a definir-se. Surgem as notas reversais de 28 e 31 de janeiro de 65, que consolidam o entendimento de Santa Lúcia. É uma nova derrota para o govêrno "blanco", que, de dia para dia, perde terreno e prossegue em sua política monstruosa de derramar sangue. As tropas de Mena Barreto cruzam o rio Negro e marcham sôbre Montevidéu. Essa trama de acontecimentos imprevistos e cruéis põe à prova os grandes dotes de Paranhos. *"Present fears are less than horrible imaginings"*, lá se encontra na "Tragédia de Macbeth". Dia e noite, atento a diferentes setores, Paranhos trabalha incansàvelmente ,enquanto é atacado no Rio de Janeiro por invejosos na imprensa e por parlamentares vesgos na Câmara... A Côrte de São Cristóvão impacienta-se. Correm

---

(1) "Convenção de 20 de Fevereiro", pág. 44 (Nota da Chancelaria imperial a Paranhos).

notícias de que Mitre procede a um jôgo: esquiva-se, oculta-se; mas, deve estar atado a compromissos com López e com elementos "blancos" moderados... Receia-se que Elizalde esteja "fingindo" em suas conversas com Paranhos. Barbolani presta-se a ser intermediário do govêrno "blanco" junto aos chefes de missão estrangeiros. Tamandaré quer apertar o bloqueio de Montevidéu e, impacientando-se, ultrapassa as instruções recebidas. Assim, Paranhos tinha de convencer o govêrno de Buenos Aires; tinha de vigiar cuidadosamente os passos do govêrno de Montevidéu; tinha de conter os assomos de Tamandaré; e tinha finalmente de *moderar* a sanha das hostes "coloradas". Era uma tarefa gigantesca, susceptível de matar um homem.

Antônio de las Carreras, explorando os acontecimentos de Paisandu, insta com o corpo diplomático (nota de 11 de janeiro de 65, dirigida a Barbolani) para que êle se defina e se evitem as ocorrências trágicas e os atos praticados em Paisandu: "Jamás sufrieron la justicia y la humanidad golpes más rudos e inmotivados. Jamás el derecho fué violado de manera más escandalosa. Jamás se vió ofendida la moral de manera más impudente... ...Pero el Imperio no se detiene ahí; no le basta haber destruído, bajo el pretexto de represália, la segunda ciudad de la República y haber contribuido al degüello de los principales jefes y oficiales de su heroica guarnición que cayeron en poder de las armas imperiales...". Esta era a linguagem do govêrno "blanco". No entanto, Paisandu fôra bombardeada, mas *não destruída* pelas tropas do Império. Leandro Gómez e alguns oficiais foram *assassinados;* mas, não por soldados do Império — e sim, por gaúchos de Flores. Antônio de las Carreras dizia ao corpo diplomático que o Império se apoderara do território ao norte do rio Negro... Isto era outra refalsada mentira. Tratava-se, contudo, de mentira para *efeito externo,* endereçada a Francisco Solano López...

O Brasil jamais tivera situação tão grave, fora de suas fronteiras.

Vendo-se baldo de recursos e ameaçado pelo bloqueio e possível ataque a Montevidéu por mar e terra (comunicação de Tamandaré, de 2 de fevereiro, dirigida aos comandantes das fôrças navais estrangeiras), o govêrno de Aguirre prepara uma

maquinação complicada e perigosa. Diz Oneto y Viana: "*El gobierno de Montevidéo estaba resuelto á promover una conflagración que imposibilitaria el triunfo de los planos del Imperio. Ya no se conformaba con la intervención de Solano López, cuyo concurso desesperaba. Interesaba á las naciones europeas persuadiéndolas de que los propósitos de la política brasileña no eran otros que de expansión territorial*". Surgiu daí a missão especial confiada a Cândido Juanicó junto a côrtes européias.

Assinale-se que Tamandaré, em sua comunicação de 2 de fevereiro dirigida aos chefes das estações navais surtas no Prata, relatou que Leandro Gómez surrara pùblicamente brasileiros na cidade de Paisandu por se haverem esquivado ao serviço militar nas fôrças "blancas"; e que mandara disparar sôbre o parlamentário que Flores lhe enviou, solicitando-lhe a entrega da praça sob condição de êle e seus oficiais receberem tôdas as honras militares. As paixões desencadeadas através do Uruguai motivavam tais selvagerias. Daí, pois, a sanha dos "colorados" contra Leandro Gómez.

O bloqueio de Montevidéu suscitou reparos críticos e mesmo algumas reclamações dos chefes das fôrças navais estrangeiras. Flores, tendo estabelecido quartel-general na Quinta de Iturriaga, comunicou, a 3 de fevereiro, a Barbolani que a capital estava sitiada e que o pôrto do Buceo ficaria habilitado ao comércio estrangeiro.

O xadrez internacional do Prata adquiria, assim, de momento a momento, uma gravidade excepcional. Aguirre contava — ou esperava contar — com o apoio de fôrças num total de 4.000 homens. As tropas de Flores estavam nas cercanias da capital. Tamandaré dispunha-se a fazer severo bloqueio e atacar a cidade, se fôsse necessário. Nas fileiras de Aguirre lavravam descontentamento e dissensões. Aguirre mandou prender o ex-ministro Federico Nin Reys e o coronel Coriolano Márquez. Os chefes militares do govêrno "blanco" reconheciam a impraticabilidade de qualquer plano de defesa de uma cidade, cercada por terra e mar. Flores estava informado do ambiente de decomposição do govêrno "blanco". Tinha escutas na capital. Paranhos entendia que era preciso agir com celeridade para evitar uma catástrofe. "*Paranhos revelóse en estos ins-*

tantes un coloso como estadista y diplomático", — dirá Oneto y Viana. Vários acontecimentos já transcendiam a órbita americana. O almirante Elliot, chefe das fôrças navais inglêsas, tivera a audácia de escrever a Paranhos sôbre a "conveniência da conservação dos limites atuais da República Oriental" e que o Brasil não devia "pretender expansão além de suas fronteiras". O govêrno inglês, que não mantinha relações diplomáticas com o Império, porque êste as rompera em conseqüência da Questão Christie, acompanhava os acontecimentos com suspicácia, procurando nêles intervir. Cândido Juanicó partira para Paris com o propósito de avistar-se, em primeiro lugar, com Napoleão III. Enquanto Barbolani procurava transformar-se em árbitro da situação em Montevidéu, Andrés Lamas vai a Mitre e lhe pede seja mediador *in extremis*. Mitre aceita o encargo. Lettson assinalou ao Foreign Office (nota de 14 de janeiro de 65) que os homens de Montevidéu se mostravam intransigentes, em face das diligências do corpo diplomático. Paranhos fica profundamente intrigado com a atitude de Mitre, que poderia modificar completamente todo o cenário internacional do Prata. No entanto, à última hora, Aguirre rejeita em têrmos categóricos a mediação de Mitre, afirmando a Barbolani (nota de 22 de janeiro) que o govêrno dispunha de elementos para defender-se, contando ademais *"con la cooperación activa del Paraguay"*. Evidentemente, o propósito de Aguirre consistia em transformar o conflito brasileiro-"blanco" em internacional, com a participação de outras potências. Andrés Lamas fica tão desesperado que, numa carta a Mitre, de 28 de janeiro, assinala que Aguirre "nos sacrifica a Montevideo en aras del Paraguay. Esto que parece una inspiración póstuma del ídolo roto em Caseros es el más grande de los crímenes que ha cometido el rancoroso exclusivismo de partido". Estes conceitos de Lamas encontram-se no livro seu, *"Tentativas para la pacificación de la República Oriental del Uruguay"* (págs. 65-66). Paranhos desenvolve intensa atividade diplomática para afastar Mitre do papel de mediador. Poderia acontecer que o corpo diplomático e os chefes das estações navais estrangeiras insistissem na mediação de Mitre. Paranhos já soubera algo a respeito do interêsse do corpo diplomático estrangeiro pela mediação.

Paranhos alcança assinalada vitória, recebendo por isso os agradecimentos da Côrte de São Cristóvão. Aguirre, desorientado e possuído de um espírito diabólico tendente a emaranhar o problema, chega ao ponto de oferecer a ilha de Martin Garcia ao Paraguai, como isca... A ameaça do bombardeio de Montevidéu pelos navios de Tamandaré dissolve as últimas resistências dos "blancos" moderados. No entanto, surge um acontecimento novo: Vásquez Sagastume, o intrigante "blanco" junto a López, chegou a Buenos Aires com a mais recente mensagem do ditador de Assunção. Aguirre é informado por Lecocq de que Urquiza, à frente de suas hostes, iria imediatamente entrar em lide com Flores e o Império. Estas notícias dão alento espasmódico ao govêrno de Aguirre, alento que, no entanto, pouco durará. No dia 9 de fevereiro termina o prazo concedido por Tamandaré para que o govêrno "blanco" se defina. No entanto, Paranhos é contra o bombardeio de uma cidade aberta. O bombardeio poderá suscitar terríveis reações psicológicas nos países vizinhos. Ultrapassando as instruções recebidas, Tamandaré rebela-se contra o parecer de Paranhos, *diretor político da guerra,* segundo a expressão do Ministro Dias Vieira. Paranhos era, pois, o *chefe* de tudo. Paranhos esforça-se por demover Tamandaré de medida tão radical. O corpo diplomático em Montevidéu alarma-se e pede que o chefe das fôrças navais brasileiras prorrogue o prazo. Tamandaré, trabalhado por Paranhos, acaba por concordar. Atente-se para o lado humanitário das diligências do Enviado especial do Império. Paranhos sente em carne viva o drama do povo uruguaio.

Aguirre terminará o govêrno provisório, de acôrdo com os têrmos claros da Constituição. Deixará o Uruguai imerso em guerra civil de quase dois anos. O país, talado e empobrecido, reclamava paz. A obra de regeneração financeira de Berro fôra liquidada pelos desacertos de Aguirre. Mesquinho e violento ao mesmo tempo, com os ímpetos de coragem dos emocionais, Aguirre implantara o paroxismo das paixões partidárias, a ilegalidade dentro do govêrno, o fuzilamento. Eis os resultados de sua política nefasta. O ódio suscitara novos ódios.

Tomás Villalba, então inspetor geral de Fazenda, atendendo ao apêlo dos "blancos" moderados, assume o poder, em caráter

provisório. Compreende, desde logo, ser loucura prosseguir na trilha de Aguirre. Perturbado com a possibilidade do bombardeio de Montevidéu, o corpo diplomático vai a Villalba. Pede-lhe ponha têrmo à situação. No dia 16 de fevereiro, Barbolani entrevista-se com Paranhos e solicita-lhe a suspensão das operações militares. Villalba atende ao apêlo do corpo diplomático e encarrega Juan Miguel Martínez e Juan Ramón Gómez para se entenderem com Paranhos e Flores. O Enviado especial do Império compreende que êsse será o momento justo para liquidar a situação reinante no Uruguai. Os "corajosos" conselheiros de Aguirre desaparecem, representando o papel das ratazanas que pressentem o afundamento do navio... Paranhos dedica-se à grande obra da reconciliação. Obra sua, fundamentalmente sua, é a reconciliação da famíla uruguaia. Fumegam ruínas. Contudo, renascem as esperanças do povo. Paranhos entrega-se ao trabalho com entusiasmo, o entusiasmo de construir e de desarmar ódios. Fica contente por saber que os acontecimentos lhe haviam dado razão, quando se opusera ao bombardeio de Montevidéu, propugnado por Tamandaré. Procede com celeridade, porque o Paraguai já havia iniciado a invasão do território brasileiro. Em correspondência com Furtado, presidente do Conselho de Ministros, Paranhos entende ser urgente liquidar a situação no Uruguai. Villalba, por momentos, alimenta aspirações ao poder. Nas negociações de paz, lembra como condição a *legitimidade* do seu govêrno provisório. Os aliados repelem semelhante aspiração. O govêrno "blanco" está liquidado. Enterrou-se por suas próprias mãos. Villalba propõe a criação de um govêrno provisório a ser presidido por Flores e integrado por Juan Miguel Martínez e Antônio Rodríguez Caballero. Nessa altura, Villalba procede com singular equilíbrio, disposto a trabalhar por seu povo. As condições, redigidas por Villalba em combinação com Martínez e Rodríguez Caballero, tinham como idéia central a evacuação imediata do território uruguaio pelas fôrças do Império. Paranhos compreende o perigo dessa providência. (1) Além disso, estatuiam-se a indepen-

---

(1) Ver SOUZA FERREIRA, "A Convenção de 20 de fevereiro ou a paz no Uruguai", Rio de Janeiro, 1865.

dência da República, a integridade do seu território e a conservação do sistema alfandegário de acôrdo com as leis nacionais e os compromissos internacionais. As condições de Villalba foram examinadas e aceitas em parte. Herrera y Obes, representante nas negociações com Paranhos, desinteressado, culto e patriota, jogou com vários fatôres para provar aos "colorados" e ao Brasil que lhes interessava quanto antes resolver a situação uruguaia. Que procedessem com magnanimidade — aconselhou sàbiamente Herrera y Obes. O apêlo dêste eminente uruguaio calou fundo no espírito de Paranhos, cujas dificuldades com Tamandaré cresciam. Impetuoso e altivo, Tamandaré, como chefe das fôrças navais, queria ter ingerência em assuntos diplomáticos. As relações entre Paranhos e Tamandaré estremeceram. Paranhos fêz frente a Tamandaré. O pensamento motriz de Paranhos é estabelecer a *pacificação total*. No entanto, Flores estabelece exceções para as pessoas implicadas em delitos comuns e políticos, que pudessem ficar sujeitos à alçada dos tribunais. Tratava-se de uma espécie de válvula de escape que daria motivos a novas perseguições. Flores era, no fundo, um homem generoso. Estava, contudo, dominado pelo veneno do momento. Villalba e Herrera y Obes procuram convencer Flores a aceitar a idéia de Paranhos. Paranhos acaba vencendo.

A 20 de fevereiro de 65, na Vila da União, Herrera y Obes, devidamente autorizado por Tomás Villalba, Venâncio Flores e Paranhos, assina a famosa Convenção de Paz. Terminara a guerra civil. Terminara o conflito com o Império. Terminara o govêrno "blanco".

Grande vitória de Paranhos, cujo sentido diplomático foi perfeito em momento tão difícil. O que Mitre imaginou jamais se conseguisse — a pacificação do Uruguai e a queda dos "blancos" —, o Império o alcançara devido aos excepcionais dotes de Paranhos. A 21 de fevereiro, Flores comunicou a Paranhos haver assumido o mando supremo da República até que, constituídos os poderes públicos, se pudesse eleger a pessoa que teria de reger-lhe os destinos. Nessa comunicação, Flores exaltou o apoio leal e desinteressado de S.M.I. e ao mesmo tempo transmitiu ao Govêrno do Imperador os agradecimentos pela ajuda das fôrças brasileiras na pacificação do país.

As Feiticeiras da História, a geito daquelas que atormentaram Macbeth, deveriam ter surgido no momento em que Aguirre, abandonado por todos, deixara o poder, rumando para casa ou para o esconderijo. Recordar-se-á a cena do drama de Shakespeare: aparecem sucessivamente os oito reis, seguidos pelo espectro de Banquo. Todos os reis são semelhantes a Banquo. Ofuscado pela coroa de ouro, que vê sôbre a cabeça de cada rei-fantasma, Macbeth exclama que Banquo, coberto de sangue, lhe sorri. Banquo diz a Macbeth que todos êsses reis são pertença dêle, que fôra assassinado por Macbeth... Nesse instante, Aguirre, restituído à sua insignificância, mortificado pelo abandono dos seus "leais" conselheiros, humilhado pela derrota, deveria ter pensado nas inúmeras vítimas — não oito reis-fantasmas —, mas dezenas e centenas ou mesmo milhares, espalhadas através do Uruguai, no campo e nas cidades, por obra do seu govêrno despótico, que terminara na ignomínia. Depois de haver desfeito a obra de regeneração econômico-financeira de Berro, Aguirre desencadeara o crime em nome da legalidade. Êsse o fim triste de um político hesitante, inepto e atrabiliário.

VI

A POLÍTICA DE AMEAÇAS DE FRANCISCO SOLANO LÓPEZ AO IMPÉRIO. — SUAS CONSEQÜÊNCIAS

"La tiranía del Paraguay era un hecho monstruoso, que importaba que desapareciese de la faz de la tierra".

(Juan Carlos Gómez, em carta a Mitre, de 12 de dezembro de 1869).

PASSA-SE, agora, a outro ponto do quadrante diplomático. Trata-se das relações entre o Paraguai e o Império nessa quadra agitada do Prata.

Francisco Solano López, ditador do Paraguai, subira ao poder com a idéia de realizar planos expansionistas. Soubera das dificuldades que seu pai tivera com Rosas. Quando o Império concertou a aliança que deveria liquidar a tirania de Rosas, Carlos Antônio López foi convidado a dela participar. No entanto, êle impôs como condição da aliança, conforme foi comunicado a Molinas, a *segregação* das Províncias de Entre-Rios e Corrientes da Confederação Argentina, o que motivou uma resposta digna de Urquiza. "Las gestiones de incorporación del Paraguay a la alianza se frustraron a pesar de los empeños del gobierno imperial que se dirigió "en forma premiosa y exigente, según anunciaba una carta del canciller Herrera —, para que se entienda sin retardo con los gobernadores Urquiza y Virasoro y los auxilie cooperando con su ejército y escuadrilla" ". (1)

(1) GENERAL JOSÉ MARIA SAROBE, "Urquiza", vol. I, pág. 258, Buenos Aires, 1941.

Assim, naquele ano de 1851, Carlos Antônio López já mirava a um plano de expansão territorial, ou pelo menos à criação de um estado-tampão entre sua pátria e a Confederação Argentina.

Carlos Antônio López, sendo homem de caminhos tortuosos, foi sempre prudente. Se acalentou o sonho de aumentar o Paraguai à custa de províncias argentinas, se meditou durante longos anos nesse plano, teve, contudo, a habilidade de não revelá-lo nem realizá-lo. O poderio de Urquiza, um verdadeiro federal, muito diferente de Rosas ("todos dicen que yo soy federal y yo me río", dizia Rosas com muito cinismo a Santiago Vázquez, emissário de Montevidéu), constituia a grande barreira que o ditador de Assunção teria de vencer. Por conseguinte, Carlos Antônio López procurou acomodar-se (ou fingiu acomodar-se), confiante nos processos diplomáticos.

Francisco Solano López acostumou-se a encarar os assuntos do Prata, de acôrdo com um modêlo intelectual que faria pensar em Rosas. Êle fôra testemunho das dissensões que lavraram na Confederação Argentina, desde a queda do ditador de Buenos Aires, o inventor da *Resbalosa* ("suplício no qual a vítima, amarrados os braços, e inteiramente nua, era agarrada pelos assassinos, que lhe iam cortando lentamente o pescoço com um instrumento pouco cortador, ao som e compasso duma canção brutal e obscena, até que separavam a cabeça do tronco, dando nessa ocasião ferozes vivas", como afirmou Santos Titára em suas *"Memórias do Grande Exército Aliado Libertador"*). Solano López fôra arbitro na luta civil e militar entre a Confederação e a Província de Buenos Aires, isto é, entre Urquiza e Mitre. Familiarizara-se com o ambiente de violências e crimes espantosos, então reinante no Prata. Perverso e primitivo, Francisco Solano López, tendo à sua disposição a fôrça militar criada pelo pai, imaginou realizar na prática o plano de Carlos Antônio. A arquitetura do plano era muito ambiciosa: além de combater a política econômica monopolista de Buenos Aires, defendida pelo ditador Rosas, influenciado por seu conselheiro, José Maria Roxas y Patrón, era preciso levar a cabo um processo de expansão territorial. Mercê desta expansão territorial, o Paraguai seria senhor das províncias de Entre-Rios e Corrientes e poderia chegar ao estuário, através de território argentino ou

uruguaio. Para cumprir plano dessa índole, era preciso, antes de mais nada, contar com um estado de anarquia permanente na Confederação Argentina, que lançasse as províncias contra Buenos Aires. Francisco Solano López por mais de uma vez se rebelou contra a política cautelosa do pai. Os dois pólos de uma possível política internacional, feita com maquiavelismo e ao mesmo tempo com o poder da fôrça, seriam Rio de Janeiro e Buenos Aires, contra cujos governos López o jovem tinha verdadeiro rancor. Nesse déspota monstruoso, o ódio ao Brasil e à Argentina era cerrado, cianótico, imenso. Tôda a vida de Francisco Solano López terá como tônica fundamental, o ódio, tanto em suas relações pessoais, como em sua ação governamental ou internacional. Em sua personalidade estranha havia um resíduo permanente de veneno, um veneno explosivo que dinamizava suas ações para repentes, brutalidades, vinganças. Se Francia transformara o Paraguai em "prisioneiro" da geopolítica; se Carlos Antônio López rompera êsse cativeiro; Francisco Solano López queria projetar o Paraguai para além de suas fronteiras históricas. Era um plano vasto, que só poderia ser realizado em condições muito excepcionais e por um temperamento político do mais alto quilate. Infelizmente, Francisco Solano López não possuia tais dotes. Acreditou que com a fôrça militar — e ùnicamente com a fôrça militar — pudesse, um dia, realizar tais propósitos. Assim, de acôrdo com o plano ideal de Solano López, o Paraguai deveria extender-se para o norte, à custa do Império; e para o sul, à custa de território argentino, através da mesopotâmia entre os rios Paraná e Uruguai. E para poder cumprir tal plano, era preciso uma guerra, guerra devastadora. Guerra fulminante. Rivera dissera certa vez com alto entono: "He puesto un desierto desde el Uruguay al rio Negro..." Francisco Solano López sonhava com uma campanha arrazadora, uma campanha de destruição e de criação de *desertos* de vida e de gentes...

Houve, na motivação política de Francisco Solano López, um plano militar — baseado no poderio militar do Paraguai, então o melhor do Prata —, que talvez fizesse pensar, muito de longe, num plano do Grande Frederico. Mas, muito de longe...

Mal subido ao poder em 62, Francisco Solano López revela, de um instante a outro, instintos drásticos e cruéis. Trata insolentemente e despòticamente os ministros. Nega cortezias convencionais aos agentes diplomáticos estrangeiros. Mostra-se fechado, ciúmento e desconfiado no trato com viajantes de outros países. Vai criando um ambiente de desconfôrto para todos quantos o cercam — e para seu povo. Segundo o conceito de Masterman, em seus *"Seven Eventful Years in Paraguay"*, Carlos Antônio López "sempre falou do govêrno como se falasse de uma abtstração vaga e terrível, dizendo que êle não era o poder, mas apenas o representava e que, por êsse motivo, recebia estrangeiros, mesmo da mais alta hierarquia, sentado e de chapéu na cabeça. Jamais retribuiu um cumprimento, porque êsse sinal de respeito não lhe era feito a êle como indivíduo, mas a *El Gobierno Supremo,* do qual êle nada mais era que o tipo visível". Se Carlos Antônio López tinha essas esquisitices, considerando-se algo de sôbre-humano, o filho exagerará a tal ponto que se considerará um déspota perfeito e acabado, do mais visceral tipo asiático. Entende que o destino do povo paraguaio se encontra em suas mãos, como se fôsse coisa material e fungível.

Em dezembro de 1857, Francisco Solano López e Mme. Lynch conversavam com Héctor Varela. López disse então o seguinte, de acôrdo com a narração do escritor argentino:

> "Sabe Ud. por qué yo no podré volver á Europa? Porque mi suerte está completamente ligada á la de mi pueblo. Mi señor padre está viejo; padece una enfermedad crónica que, á mas de lo avanzado de su edad, ha de precipitar su muerte. Su voluntad y la de mis compatriotas es que yo le reemplaze en el mando. Ese día yo haré lo que no ha querido hacer él, apesar de mis consejos. Yo sé que el Brasil, y ustedes los Argentinos, codícian al Paraguay. Aquí tenemos elementos suficientes para resistirlos á ambos; pero yo no he de esperar que ustedes me traigan el ataque; he de ser yo quien se los lleve. Al efecto, con el primer pretexto que me dén, declararé la guerra al Imperio y á las dos Repúblicas del Plata, que, si viven constantemente recelando las unas del otro, se habian de unir para combatirme. Yo estoy en posesión de secretos que Ud. ignora completamente; yo no podré afianzar la independencia y la seguridad del Paraguay sin abater

antes la preponderancia del Imperio y de las Repúblicas del Plata. Para cuando llegue el caso, nos empezaremos á preparar". (Héctor Varela, "Elisa Lynch", págs. 298-9).

Por essas declarações feitas em 1857 a um escritor argentino, verifica-se que Francisco Solano López acalentava um ideal de expansionismo. Êle não se deixaria surpreender nem pelo Império, nem pela Argentina. No momento azado, levaria a guerra inexoràvelmente aos dois países... Von Clausewitz, em sua obra famosa — *"Sôbre a Guerra"* —, disse o seguinte *"Tudo é muito simples na Guerra; mas, a coisa simples é difícil. Estas dificuldades acumulam-se e produzem um atrito ou conflito que nenhum homem pode exatamente imaginar, se não houver visto a Guerra"*.

Francisco Solano López tinha da guerra uma visão simplista. Confiou no poderio militar do Paraguai, *numèricamente*. Não se deu ao trabalho de fazer especulações para saber se sua pátria poderia atacar — e defender-se — de dois vizinhos que, pôsto desprevenidos, teriam, no entanto, meios de levantar exércitos numerosos. Para poder levar por diante o plano expansionista, Solano López necessitaria de um motivo — ou motivos. Não poderia fazer uma guerra de bandoleirismo, tipo hispano-americano. Teria de ser uma guerra em "grande estilo". Ademais, seria conveniente procurar um aliado externo. López imaginou países vizinhos do Brasil: a Bolívia, por exemplo; o Uruguai, onde lavrava a guerra civil e os "blancos" se mostravam avessos ao Império. Movendo guerra contra a Argentina, López poderia abrir um "corredor" que levasse suas tropas até o Uruguai. Movendo guerra contra o Império, López sonhava com a idéia absurda de lhe arrancar parte de Mato Grosso e o Rio Grande... A Argentina, retalhada por competições intestinas, não poderia resistir ao impacto das fôrças paraguaias. Por isso mesmo, a campanha teria de ser *fulminante*. Quanto ao Império, o govêrno do Rio de Janeiro teria contra si grandes distâncias, quer em relação a Mato Grosso, quer em relação ao Rio Grande. O plano, aparentemente simples, era por demais complexo. Era tudo isso descomedimentos de um orgulho absurdo.

A situação interna do Uruguai proporcionou a López o motivo que tão ardentemente vinha procurando. Desde logo,

sentiu especial pendor pelos "blancos", porque eram inimigos do Império. Além disso, Mitre estava dando apoio aos "colorados". Por conseguinte, a formulação subjetiva do déspota o levou a abraçar a causa dos "blancos".

A fôrça leva à embriaguez. A diplomacia leva ao raciocínio crítico. López estava fascinado pelo problema da fôrça militar. Em declaração feita ao político uruguaio Alejandro Magariños Cervantes, o ditador do Paraguai afirmara a convicção de que "*el Paraguay estaba destinado á pesar en la balanza de estos pueblos anarquizados*" (citado por Oneto y Viana). Inimigo das instituições democráticas e atribuindo-se uma "missão política divina", López, em suas visões subjetivas, se maravilhara com o papel de ser *árbitro* dos destinos do Prata e poder levar por diante um plano de expansionismo territorial à custa dos vizinhos. Ademais, aspirava a deter quadradamente a política do Império, para provar que o Brasil poderia ser derrotado, em campo de batalha, pelas aguerridas tropas paraguaias.

A TENEBROSA INTRIGA DOS "BLANCOS" EM ASSUNÇÃO

Chega-se, agora, ao ponto central, ao núcleo do processo diplomático que desencadeará a Guerra da Tríplice Aliança: a intriga urdida, entre os "blancos" de Montevidéu e o ditador Francisco Solano López. Nos escaparates da História há lugar para essas personalidades que se chamarão Juan José de Herrera, Octávio Lapido, Brito del Pino, Vázquez Sagastume e Antônio de las Carreras. A história abreviada da Guerra da Tríplice Aliança está nas intrigas dos "blancos" em Assunção. E' um drama tenebroso, feito à custa de muita perfídia, muita idealização subjetiva, muita deturpação, muita burla, para alcançar fitos absurdos. A intriga entretece-se através do tempo, nela havendo teimosia, persistência, pertinácia. Os motivos políticos dessa emprêsa são absurdos, sem dúvida; mas, obedecem a um *plano* que terá de ser exectuado. Os intrigantes "blancos" amanham o terreno e contendem pacientemente com os defeitos de Francisco Solano López e Berges. Jogam com a situação geral do Rio da Prata, deturpando-a em favor de seus desígnios. Através das diferentes etapas dêsse drama de chancelarias, sente-se a

insistência dos agentes "blancos" junto a Francisco Solano López. Assediam-no, apalpam-no, oferecem-lhe lances cada vez maiores para que êle se decida a jogar a cartada definitiva. Há por parte dos agentes diplomáticos "blancos" persistência e cinismo no oferecer maiores coisas, de dia para dia. Francisco Solano López, sombrio e hesitante, arrogante e dissimulado, quer mais e mais. Em sua tenebrosa dissimulação (*"his complexion is perfect gallows"*, seu aspecto lembra um enforcado, dirá incisivamente Shakespeare), Francisco Solano López quer tirar o máximo proveito dos oferecimentos dos "blancos". Ouve-os, a princípio, com deferência. Mas, ao sentir que o govêrno de Montevidéu necessita do apoio vital do Paraguai, então López os trata com arrogância e brutalidade. É um jôgo cínico, de parte a parte, feito de tramoias e burlas, em que os participantes se mostram à contraluz, como tipos truanescos, chocarreiros, pérfidos uns com os outros. Em suma, um exemplo admirável de "diplomacia secreta", no qual esta possa ter de mais sórdido, mais sujo, mais vil.

Temendo-se de sua fragilidade, o govêrno de Berro procurou, em fevereiro de 62, um apoio externo. Êste só poderia ser o govêrno de Assunção. Enrique de Arrascaeta, ministro das relações exteriores de Berro, passou naquele mês instruções a Juan José de Herrera para representar em Assunção o govêrno de Montevidéu. As instruções, redigidas num estilo apocalíptico, previam mesmo o possível desaparecimento das repúblicas do Prata, em face do jôgo da Confederação Argentina e do Império do Brasil. Essas repúblicas só poderiam ser o Uruguai e o Paraguai. Por conseguinte, êstes dois países, atentos ao desenrolar da situação política, deveriam estreitar relações políticas e econômicas, no afã de superar as contingências desfavoráveis do momento. Montevidéu deveria ser o pôrto de Assunção.

Herrera teve duas conferências com Carlos Antônio López. Enegreceu os perigos que resultavam da "demagogia" da Confederação e dramatizou as fôrças expansionistas do Império. Da primeira conferência, que teve com López, Herrera comunicou os tópicos mais importantes ao govêrno de Montevidéu em ofício de 16 de março de 62. Contudo, o ditador do Paraguai

não se engajou a fundo. Ficou em generalidades, declarando que poderia muito bem enfrentar os "anarquistas" e os "macacos". Herrera ficou ou deveria ter ficado ressabiado com a reserva de López. Com vários dias intermediários, Herrera sondou Berges, ministro das relações exteriores. Em ofício de 15 de abril, Herrera, desconhecendo o feitio psicológico do ditador paraguaio, informou seu govêrno de que o presidente do Paraguai estava de perfeito acôrdo com as opiniões do govêrno de Montevidéu.

É bem possível que Herrera, ao informar dessa forma seu govêrno, estivesse cometendo um êrro de apreciação, tanto maior quanto não era êle diplomata de carreira. Herrera solicita novas instruções a seu govêrno. Prevê a possibilidade de uma aliança a ser formada com o Paraguai. Em maio, Herrera informou a respeito das relações entre o Paraguai e o Império. Suas informações nada acrescentam ao que se conhecia: isto é, que as relações entre os dois países não eram claras, devido ao litígio dos limites.

Se Herrera era homem inteligente, seu sucessor em Assunção, Octávio Lapido, primou pela ausência de bom senso e por medíocre percepção. As instruções a Lapido foram passadas por Herrera, transformado em ministro das relações exteriores, e datam de março de 63. Nesse documento, Herrera salientou os traços de parecença política existentes entre o Uruguai e o Paraguai. Referiu-se à política da Argentina e do Brasil em face de ambos os países e declarou que a integridade do Paraguai poderia ser latentemente ameaçada pelos dois vizinhos. Sente-se nessas instruções o desejo de criar um "clima psicológico", de molde a impressionar Francisco Solano López. Por conseguinte, os inimigos do Paraguai eram comuns ao Uruguai. Surge pela primeira vez a idéia do "sistema de equilíbrio" no Prata.

Lapido só chegou a Assunção a 9 de julho de 63. Perdeu, por conseguinte, tempo precioso para a realização dos desígnios do govêrno de Montevidéu. A 13, apresentou credenciais. A 14 de julho, teve a primeira audiência com Francisco Solano López, na qual historiou as ocorrências verificadas no Uruguai, salientando que os acontecimentos no Prata se tinham agravado, o que era verdade.

Contudo, o ditador paraguaio não lhe deu certezas, a respeito do possível proceder do seu govêrno.

Lapido procurou conchavar com Berges uma "política comum", que se traduziria na possibilidade de, caso a Argentina fizesse guerra ao Uruguai, dever o govêrno de Montevidéu contar com o apoio do de Assunção.

Berges nada prometeu, a não ser que iria discutir o assunto com Francisco Solano López.

Dias depois, Lapido enviou ofício a Herrera(20 de julho), comunicando-lhe que Mitre (segundo Berges) estava disposto a manter-se neutro em face dos acontecimentos no Uruguai. Nestas condições, o govêrno de Assunção não poderia praticar atos hostis ao govêrno argentino sem perfeita ciência da falta de cumprimento das seguranças dadas por Mitre, quanto ao Uruguai. Resposta prudente, mas que desconcertava os planos de Herrera.

Na intercorrência dêsses acontecimentos, verificaram-se os incidentes entre a Argentina e o Uruguai com os navios "Salto" e "General Artigas", satisfatòriamente resolvidos.

Herrera sente que os fios da intriga possam escapar-se-lhe. Por isso, a 17 de agôsto, em despacho a Lapido, insiste por uma "definição" da política de Assunção, que seja também uma "inteligência" a respeito de um convênio recíproco de garantia da independência de ambos os países. Herrera, com recrescente veemência, insiste em que a revolução do general Flores possa levar o govêrno argentino a atentar contra a independência do Uruguai... Êste último argumento é de alto *poder explosivo,* maximè se do conhecimento do ditador de Assunção. Mas, é isso que Herrera procura: impressionar Francisco Solano López para demovê-lo de sua atitude expectante.

Lapido mantém conversações com Berges. O ministro das relações exteriores do Paraguai estuda os documentos apresentados por Lapido. Contudo, não quer comprometer-se.

A 31 de agôsto, novo despacho de Herrera a Lapido, negrejante de temores e ameaças. Agrava-se a situação do Uruguai. Em Buenos Aires parece haver tenção de apoiar Flores e transformá-lo em beligerante. Urge que o Paraguai se defina de uma vez e dê apoio ao govêrno de Montevidéu. O apoio terá

de ser material. No mesmo dia, Lapido recebe outro despacho, ainda mais explosivo. Sustenta Herrera que o Uruguai se defenderá pelas armas contra qualquer imposição do govêrno argentino. Há potências européias que irão em socorro do Uruguai. Mantendo-se fiel aos tratados, o Brasil terá de tomar parte ativa nesse socorro. O Paraguai deve cooperar imediatamente; e êste "imediatamente" deve traduzir-se no ocupação súbita de Martin Garcia e no desembarque de 500 homens na ilha... "Dê a saber a López — ordena Herrera — o pensamento do govêrno oriental e lhe exponha bem o caráter decisivo do movimento geral logo que o Paraguai assuma a atitude que se lhe indica" (citado por Tasso Fragoso, vol. I, pág. 168).

Convém fazer uma pausa e perguntar: a que fator atribuir o desvairamento de Herrera? Por que motivo estava o govêrno de Montevidéu imbuído de idéias tão sinistras? A resposta só pode ser uma: a pretexto de enfrentar Mitre, — na realidade, o que o govêrno "blanco" procurava era o apoio externo que lhe proporcionasse vitória sôbre Flores. Nessa altura, o plano de Herrera é tremendo: que o Paraguai entre na contenda, assuma a ofensiva, tome Martin Garcia e se apodere da esquadra argentina no rio Paraná... Plano desorbitado, plano verdadeiramente louco.

Lapido comunicou, a 2 de setembro, ao govêrno de Assunção, as últimas ocorrências verificadas no Uruguai. Esta nota de Lapido é um monumento de absurdo, porque se baseia em grande parte em motivos subjetivos. Ela joga com possibilidades que poderão acontecer e com a eventual atitude do Brasil e da Argentina.

Há, na trama dêsses acontecimentos, um precedente curioso que atesta a má fé dos "blancos" em relação ao Império. Herrera aspira à colaboração do Brasil. Em 22 de setembro de 63, Herrera comunicou a Brito del Pino, em Assunção, que Loureiro nesse dia seguirá para Buenos Aires a fim de neutralizar o apoio de Mitre a Flores. "Como o Brasil deve ser por enquanto estranhho ao que se passa entre o gabinete paraguaio e o oriental, limito-me a incitar (*sic*) o ministro do Brasil ao pronto cumprimento das ordens que recebeu" (linguagem de Herrera a Brito del Pino).

Tasso Fragoso assinala o seguinte, que é muito importante: "A 15 de novembro (*subentende-se, de* 63), Herrera participa a Lapido não ter a Argentina acedido à idéia de figurar López como árbitro ao lado do Imperador do Brasil. "A revelação de nossos despachos à Argentina — diz êle — feita pelo Paraguai, levou Mitre a escrever uma circular ao corpo diplomático estrangeiro, para justificar a atitude hostil que, em vista de nossas acusações nos referidos despachos, estava resolvido a assumir para *vindicar a dignidade e os direitos argentinos*. Verificou-se, portanto, o que o govêrno oriental havia previsto — continua Herrera — quando teve conhecimento dessa revelação". Tudo isso encontrou o Uruguai desamparado, "por ter o Paraguai resistido à "adoção de medidas de cooperação prática".

Transformado em ministro de estado, Lapido retira-se de Assunção. Não conseguira que López se precipitasse na aventura. Enquanto isso, Berges amiúda suas notas de recriminações e protestos, ao govêrno de Buenos Aires. Notas que suscitam estranheza e mesmo irritação a Mitre e a Elizalde. Herrera insiste nos meios práticos a serem postos em ação pelo Paraguai e pelo Uruguai. Em suas notas, Berges interpreta a seu modo os acontecimentos, entendendo que "meu govêrno não pode deixar de considerar tais assuntos como privativos entre êle e a República Oriental" (nota de 6 de janeiro de 64, a Elizalde). Francisco Solano López, em suas cartas a Mitre, de 16 de junho e 21 de dezembro de 63 e 6 de fevereiro de 64, pede ao Presidente da Argentina explicações a respeito do seu proceder quanto aos negócios do Uruguai. Em 29 de fevereiro de 64, Mitre respondeu a López, numa carta altiva e digna. É documento histórico da mais alta importância. Depois de tudo isso, era evidente que as relações entre os governos de Assunção e Buenos Aires houvessem esfriado. Contudo, o levêdo da dúvida entrara no espírito de Mitre, quanto às verdadeiras intenções do govêrno paraguaio...

A intriga dos "blancos" havia transcendido Assunção e chegado a Buenos Aires, para enredar e aborrecer Mitre. Contudo, ela iria mais longe. Agravados os acontecimentos, Herrera deseja insistentemente que o Paraguai se decida a defender a independência do Uruguai. Para tanto, era necessário uma

gestão diplomática de Assunção com a Côrte de São Cristóvão; o envio de navios de guerra paraguaios ao estuário do Prata para contrabalançar a presença dos navios de guerra brasileiros; a remessa de 2.000 homens de infantaria e artilharia para desembarcarem na margem oriental do rio Uruguai. Finalmente, ação imediata.

Sagastume desenvolveu ação na capital paraguaia em prol das aspirações do seu govêrno. Em 13 de junho de 64, solicitou a mediação do govêrno paraguaio no litígio com o Brasil, tratado em Montevidéu pela missão Saraiva.

Berges respondeu, a 17, aceitando o encargo da mediação.

As intrigas dos agentes "blancos" em Assunção utilizaram-se de todos os elementos de perfídia, derivados da deturpação do conflito entre os govêrnos de Montevidéu e do Rio de Janeiro. Mercê da deturpação dos fatos, apresentada por canais oficiais, os agentes "blancos" trabalharam no sentido de levar o ditador paraguaio a assumir uma posição de *árbitro,* não por meio de gestões diplomáticas, — mas, sim, pela *imposição da fôrça armada*. Para tanto, insistiram na violação dos direitos da República, nos propósitos da Argentina contra a independência nacional e nas ambições imperialistas do Brasil, contra um país fraco e, ademais, dividido por uma guerra civil. Lembrando-se das batalhas de Sarandi e Passo do Rosário, os "blancos" estavam certos de que as tropas do Império seriam decisivamente derrotadas pelo exército paraguaio. Explorando as prevenções de López contra o Império e a Argentina, os agentes "blancos" estavam certos de que o govêrno de Assunção se resolveria, mais dia menos dia, a jogar a espada na balança internacional.

À medida que a missão Saraiva ia aprofundando sua ação junto ao govêrno de Aguirre, crescem as ânsias dos agentes "blancos" em Assunção por uma *definição* exata da posição de Francisco Solano López. As hesitações do ditador alarmavam o govêrno de Montevidéu, que recorrera a truculentos processos diplomáticos e se perdera em planos perigosos. Tudo isso coincidia com o debilitamento diário do govêrno "blanco". Pretendia êste salvar-se, escorado num apoio externo — o Paraguai. Herrera apertava as ordens a seus agentes em Assunção para que arrancassem López da posição estática. Era preciso salvar

o govêrno "blanco" — mesmo que isso acarretasse uma conflagração no Rio da Prata...

A 17 de junho de 64, Berges, ministro das relações exteriores do govêrno paraguaio, passou nota a Dias Vieira em que lhe comunicou que a Legação oriental em Assunção solicitara, em nome do seu govêrno, a mediação amistosa do Paraguai para alcançar a composição das diferenças existentes entre o Império e a República. Nessa nota, José Berges afirmou: "O govêrno do abaixo assinado, que vê com pezar tudo quanto pode destruir a harmonia entre dois povos vizinhos e amigos, e sensível à manifestação de confiança que o govêrno oriental deposita em sua retidão e justiça acedeu ao pedido da Legação oriental, aceitando o encargo de mediador que lhe oferece seu govêrno. O govêrno imperial, justo apreciador do verdadeiro valor dos interêsses bem entendidos de todos os ribeirinhos do Prata e de seus afluentes, conhece também a imperiosa necessidade de amigáveis relações entre todos êles e do ajuste dos interêsses opostos que possam surgir. Esta convicção e a política de moderação que distingue o Gabinete imperial fazem esperar ao govêrno do abaixo assinado que o de S.M. o Imperador há de resolver, de acôrdo com esta mesma política, as diferenças que motivaram a missão extraordinária de S. Excia. o Sr. Conselheiro Saraiva. O govêrno do abaixo assinado se considerará mui feliz se, empenhando sua cooperação, puder contribuir para um resultado tão satisfatório".

Na mesma data, Berges passou nota a Saraiva, inteirando-o do pedido de mediação do govêrno uruguaio para o ajuste das desavenças entre os governos do Rio de Janeiro e Montevidéu. Também lhe comunicou que o Paraguai aceitara o encargo de medianeiro. Saraiva respondeu por nota de 24, na qual declarou a Berges: "Aguardando, como me cumpre, as ordens do meu Govêrno, corre-me, entretanto, o dever de declarar a V. Excia. que, nutrindo as mais fundadas esperanças de obter amigàvelmente do govêrno oriental a solução das mencionadas questões, parece-me, por enquanto, sem objeto a mediação do govêrno paraguaio, sempre apreciada pelo Govêrno de S.M.".

A resposta de Saraiva fôra modelar. A 7 de julho, Dias Vieira respondeu a Berges nos seguintes têrmos: "Nessa nota,

comunicando ao abaixo assinado que a Legação oriental em nome do seu govêrno solicitara a amigável mediação do da República do Paraguai para o ajuste das questões, que fizeram objeto da missão especial do Sr. Conselheiro Saraiva a Montevidéu, o Sr. D. José Berges, depois de abundar nas mais apreciáveis expressões de benevolência e de simpatia e nos mais dignos sentimentos pelo que respeita às boas relações em que o govêrno do Paraguai deseja ver os estados vizinhos, declara haver o mesmo govêrno aceitado a posição de mediador que lhe fôra oferecida. Quando chegou às mãos do abaixo assinado a nota do Sr. Berges, acaba êle de ler a resposta que à nota idêntica de S. Excia. havia dado em Montevidéu o Sr. Conselheiro Saraiva. Tendo-se o govêrno de S.M. o Imperador completamente conformado com essa resposta, o abaixo assinado cumpre o dever de assim o comunicar ao Sr. D. José Berges, aproveitando a ocasião para pedir a S. Excia. se sirva ser perante o seu govêrno órgão dos sentimentos de gratidão e de aprêço que ao govêrno de S.M. o Imperador inspirou o cavalheiroso procedimento do da República".

O sinistro Antônio de las Carreras foi o último emissário a Assunção do govêrno "blanco". Uma estrêla funesta iluminará o caminho dêsse agente diplomático: o autor da horrorosa matança de Quinteros morrerá tràgicamente no Paraguai, vítima de López. Herrera comunicou a Vázquez Sagastume a partida do novo emissário, em despacho de 15 de julho. A missão de Antônio de las Carreras consistirá em relatar ao ditador do Paraguai os acontecimentos verificados no Uruguai, susceptíveis de criar uma crise com a Argentina e o Brasil; e, ao mesmo tempo, alcançar do govêrno de Assunção decisão definitiva sôbre se poderá o Uruguai contar com a cooperação real. Caso se der tal cooperação, poderá esta traduzir-se em auxílio pecuniário; auxílio diplomático; auxílio imediato de fôrça material; e aliança entre os dois países para conjurarem perigos que possam surgir. As instruções passadas por Herrera a Antônio de las Carreras são datadas de 15 de julho.

O momento era crítico,ou melhor dramático, para o govêrno "blanco". O novo agente *confidencial* do govêrno de Montevidéu entrou em ação, entrevistando-se com López e com Berges.

Entregou ao ditador um longo memorandum, no qual (obra do próprio Antônio de las Carreras) declarou que a Argentina e o Império estavam inclinados à causa de Flores. A base fundamental dêsse plano é a anexação do Uruguai, quando não às claras, pelo menos com a criação de um govêrno colaborador com Buenos Aires. Mitre vigia os movimentos de Urquiza em Entre-Rios e Corrientes. As vistas da Argentina também se endereçam ao Paraguai. O Brasil pretende levar suas fronteiras até a riba do rio Negro. Saraiva combinou êsse plano com Mitre, em Buenos Aires. Há, por conseguinte, perigo imediato, tanto para o Uruguai como para o Paraguai. Urquiza opôe-se a tais desígnios. Aguirre está disposto a desfazer todo êsse plano. Aguirre luta com a falta de recursos ceonômicos, que durarão por espaço de alguns meses, no máximo oito. Assim, "chegou o momento de o govêrno paraguaio traduzir em fatos suas repetidas declarações amistosas ao govêrno da República".

Trama sinistra e cínica, mentirosa e falsa, a do govêrno "blanco". A 4 de agôsto, Berges acusou recepção do memorandum de Antônio de las Carreras. O ministro das relações exteriores do Paraguai, nessa comunicação, indagou se se tratava de um documento oficial, ou de um documento particular. No dia 5, o enviado *confidencial* do govêrno "blanco" respondeu a Berges: escrevera o memorandum a pedido do ditador Francisco Solano López. Sem dúvida, o memorandum representava um ato privado. Acrescentou, porém, que Vázquez Sagastume poderia abrir negociações sôbre as idéias do documento em aprêço, tão pronto López o desejasse. Espantoso, tudo isso. Era uma "diplomacia" estranha, a praticada pelos "blancos" em Assunção; e tão estranha que o govêrno paraguaio se entrava de dúvidas... Essa é a "zona dos tufões". As personalidades que, dentro dela se agitam, são minúsculas. Nem mesmo compreendem a gravidade das medidas que vão propor. Ou que já propuseram... Agitam-se como títeres, fazendo esgares e gestos absurdos. Exploram, a mais não poder, os defeitos do ditador do Paraguai. Pintam-lhe uma missão salvadora, que êle poderá desempenhar no Rio da Prata. Incensam-no. Exaltam-no. Desaprumam-no. Essa ação nefasta e pérfida vem sendo feita desde 63, com o fito de convulsionar o teatro do Prata. O ele-

mento dessa convulsão sísmica só poderá ser o ditador de Assunção. Êste, contudo, hesita e hesita longamente. Em sua consciência debate-se um drama. Os apelos dos "blancos" são insistentes. Os agentes "blancos" pintam-lhe a situação trágica para o Uruguai, ameaçado de ser *devorado*. Depois, o Paraguai será também *devorado* pela Argentina e pelo Brasil... Os fios dessa trama entretecem-se e vão-se apertando à volta do ditador de Assunção, como túnica misteriosa.

López ficou esmoendo a resposta da Chancelaria imperial, irritado pela não aceitação tão cortez da mediação paraguaia. *Rebuff* mais amável não poderia ter êle recebido. Como a situação no Uruguai se houvesse agravado e Saraiva tivesse enviado a nota de 4 de agôsto ao govêrno de Aguirre, López compreendeu que teria de proceder sem demora. Vázquez Sagastume, a 25 de agôsto, entregou a Berges uma cópia da nota de Saraiva. López achou o momento azado para uma *demonstração de fôrça,* que pudesse, ao mesmo tempo, acobertar — e esclarecer — movimentos posteriores. Será uma cartada decisiva, de vida ou morte. Mas, uma cartada tardia, inexplicàvelmente tardia.

Tudo levaria a crer, se López possuísse sentido político, que as posições dos governos interessados, sôbre o xadrez internacional, não fôssem *tão fixas,* como se afigurara ao govêrno de Assunção. As perspectivas do panorama internacional eram mudáveis. Fatôres imponderáveis começam a desanuviar certos céus, em particular os da República Argentina. O declínio político do govêrno de Aguirre era inevitável. Flores engrossava suas hostes com elementos que se haviam afastado do govêrno, indignados com a truculência dos "blancos". De dia para dia, o Império, apartado da posição de neutralidade absoluta, se empenhava por obter do govêrno de Montevidéu as satisfações devidas. Por conseguinte, se o panorama internacional do Prata era tão fluido, por que motivo afoitar-se o govêrno de Assunção a tomar uma decisão grave, quando sua mediação fôra rejeitada pelo Império? Foi justamente o que fêz o ditador de Assunção, sôfrego por dar uma prova de prestígio e de fôrça aos países do Prata. Desertando uma política de equilíbrio e de bom senso, o govêrno de Assunção dirigiu, a 30 de agôsto, a Viana de Lima (depois Barão de Jauru) a nota de protesto contra qualquer

ocupação temporária ou permanente do território uruguaio por fôrças de terra e mar do Império. Nessa nota Berges declarou:

> "Penosa foi a impressão que deixou no ânimo do govêrno do abaixo assinado a alternativa do **ultimatum** consignado nas notas de S. Excia. o Sr. Conselheiro Saraiva, de 4 e 10 do corrente, ao govêrno oriental, exigindo dêle um impossível pelo obstáculo que opõe à situação daquela República e para cuja remoção não têm sido bastantes, nem o prestígio de SS. Excias. os Srs. Thornton, Elizalde e Saraiva, nem o concurso e a abnegação do govêrno oriental. Não menos penosa foi para o govêrno do abaixo assinado a negativa de S. Excia. o Sr. Conselheiro Saraiva à proposição de arbitramento que lhe foi feita por parte do govêrno oriental, muito mais quanto êste princípio havia servido de base ao Gabinete imperial em suas reclamações contra o govêrno de S.M. Britânica. O govêrno da República do Paraguai deplora profundamente que o de V. Excia. haja julgado oportuno afastar-se nesta ocasião da política de moderação em que devia confiar agora mais do que nunca, depois da sua adesão às estipulações do Congresso de Paris, não pode, porém, ver com indiferença e menos consentir que em execução da alternativa do **ultimatum** imperial, as fôrças brasileiras, quer sejam navais quer terrestres, ocupem parte do território da República Oriental do Uruguai, nem temporária nem permanentemente, e S. Excia. o Sr. Presidente da República ordenou ao abaixo assinado que declare a V. Excia., como representante de S.M. o Imperador do Brasil: que o govêrno da República do Paraguai considerará qualquer ocupação do território oriental por fôrças imperiais, pelos motivos consignados no **ultimatum** de 4 do corrente, intimado ao govêrno oriental pelo ministro plenipotenciário do Império em missão especial junto daquele govêrno, como atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata, que interessa à República do Paraguai como garantia de sua segurança, paz e prosperidade e que protesta da maneira mais solene contra tal ato, desonerando-se desde já de tôda responsabilidade pelas conseqüências da presente declaração".

Viana de Lima respondeu por nota de 1.º de setembro, na qual, com muita precisão, afirmou: "O Govêrno imperial tem repetidas vêzes explicado em vários documentos, que estão hoje no domínio do público, os justos motivos fundamentais das suas queixas contra o govêrno oriental; comprovado com o testemu-

nho irrecusável dos fatos a seu respeito pela independência e autonomia daquele Estado, e dado exuberantes provas de longanimidade e moderação; mas, vendo frustrados os esforços últimamente empregados para chegar a um acôrdo amigável recorre aos meios coercitivos que o direito das gentes autoriza a fim de conseguir aquilo que não pôde obter por meios suasórios, isto é, que justiça seja feita às suas reclamações. De certo, nenhuma consideração o fará sobrestar no desempenho da sagrada missão que lhe incumbe de proteger a vida, honra e propriedade dos súditos de S.M. o Imperador".

Francisco Solano López, que sonhara criar uma pequena Prússia no coração da América do Sul, queria jogar *les dés de fer*, a fim de poder executar seu plano expansionista. Evidentemente, o protesto de 30 de agôsto, feito tão intempestivamente, poderia dar medida do que o Paraguai tinha em fito realizar; mas, ao mesmo tempo, o *desonerava* de tôda responsabilidade pelas conseqüências do mesmo protesto. López preparava seu plano. Para executá-lo, precisava primeiro de *revestir* a política de agressão de formalismo jurídico... O ditador do Paraguai resolveu, então, demonstrar ao mundo que era um guerreiro e um diplomata de alto porte. Talvez seus feitos enchessem a América do Sul de estupor. O fato de o Império haver rejeitado sua mediação o enchera de vaidade ferida e conseqüentemente de irritação. Teria forçosamente de dar uma lição à Côrte de São Cristóvão...

A 3 de setembro, Berges dirigiu nota a Viana de Lima para apresentar contrariedades e argumentos ao agente diplomático do Império e, ao mesmo tempo, para dizer que "por muito respeito que o govêrno do abaixo assinado tribute à franqueza e lealdade da política do govêrno de V. Excia., lamenta que nesta ocasião não tenha podido perder a apreensão a que V. Excia. se refere e de que confessa não ter podido libertar-se, ante a atitude ameaçadora e hostil criada pelo *ultimatum* de S. Excia. o Sr. Conselheiro Saraiva contra a República Oriental do Uruguai. Não alterando em coisa alguma a nota de V. Excia. a situação que motivou a solene declaração do govêrno do abaixo assinado, fica êste notificado de que de certo nenhuma consideração fará sobrestar o govêrno de V. Excia. no emprêgo dos meios coerci-

tivos que havia resolvido pôr em prática; e, corroborando o protesto que dirigiu a V. Excia. na citada data de 30 de agôsto último, *terá o pesar de fazê-lo efetivo,* sempre que os fatos ali mencionados venham confirmar a segurança que V. Excia. acaba de dar em sua nota à que esta responde".

Carneiro de Campos, Visconde de Caravelas, Ministro dos negócios estrangeiros, por despacho de 22 de setembro, aprovou os têrmos da resposta de Viana de Lima, de 1.º daquele mês, dirigida a Berges.

A atitude do govêrno de Assunção era, realmente, ameaçadora. Com essas atitudes e protestos, López procurava intervir diretamente no pleito entre o Uruguai e o Brasil, cuja solução estava sendo procurada pela Missão Saraiva. Era uma intromissão indébita. Contudo, havia mais: — o ditador paraguaio considerava qualquer ocupação do território oriental por fôrças imperiais como *atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata,* que interessava ao Paraguai como garantia de sua segurança, paz e prosperidade. Só faltou dizer, no protesto de 30 de agôsto, que o govêrno de Assunção iria defender tal equilíbrio... Mas, isso subentendia-se...

O Govêno imperial sentiu também que, com a atitude insólita assumida pelo ditador López, tôda a obra de entendimento com o govêrno de Assunção, iniciada por Pimenta Bueno e prosseguida por Bellegarde e Paranhos, iria desfazer-se. Carlos Antônio López, após a derrota de Rosas em Monte Caseros, inutilizaria o tratado fluvial de 1850 por meio de providências alfandegárias postas em prática. De dia para dia, por causa da questão de limites Carlos Antônio López se foi afastando do Império, que, no entanto, tanto o ajudara. A Chancelaria imperial sentia essa manobra de afastamento. A despeito disso, trabalhava por liquidar as questões pendentes com o govêrno de Assunção. Paranhos, *le génial manoeuvrier* (para aplicar o conceito de Jacques Bainville empregado em relação a Talleyrand), foi em 1856 a Assunção para negociar com López e Berges a liquidação dos litígios entre os dois países. Foram negociações difíceis, mas que representaram um triunfo para Paranhos. Pelo protocolo de 12 de fevereiro de 1858, Paranhos obteve a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai. E novamente o

govêrno de Assunção aplica travas e estorvos ao que fôra assente num ato internacional... No final de sua vida, Carlos Antônio López, achacado por cruel enfermidade, estava cheio de ressentimentos para com a política do Império. Contudo, não pensou numa política agressiva contra os vizinhos, Brasil e Argentina, como entrará nas cogitações de Francisco Solano López. Considerando-se "adiantado" ou mesmo "iluminado", porque estivera no Brasil, na França e na Inglaterra, Francisco Solano López mudará radicalmente os rumos da ação do Paraguai no panorama sul-americano. Será favorável a processos enérgicos, drásticos e violentos. Propugnará uma política de ação — violentação — e agressão.

O ditador, que feitorizava o Paraguai, resolve dar um golpe fendente. Um golpe de feroz felonia. Bem de acôrdo com sua personalidade sinistra: — no dia 11 de novembro, a pouca distância de Assunção, o navio mercante brasileiro *Marquês de Olinda,* que transportava a Mato Grosso o coronel Carneiro de Campos, presidente dessa província, foi apresado por fôrças navais paraguaias. Carneiro de Campos foi metido num calabouço, submetido a maus tratos, acabando por morrer na terra paraguaia. A carga do navio foi confiscada. O numerário, existente a bordo, em ouro e prata, foi levado pelo govêrno de López. E o navio foi incorporado à marinha de guerra do Paraguai...

No mesmo dia 13, Viana de Lima passou nota a Berges sôbre tão escandaloso assunto. Disse o Ministro do Império estar informado de que o paquete brasileiro *Marquês de Olinda,* que saíra no dia 11 com destino a Mato Grosso, "se acha desde esta madrugada ancorado no pôrto de Assunção e debaixo das baterias do vapor de guerra paraguaio *Tacuari.* Não se tendo o comandante apresentado nesta Legação para explicar o motivo do seu inesperado regresso, devo supor fundados os boatos que aqui circulam de ter sido o dito paquete perseguido e detido pelo *Tacuari,* que deixou êste ancoradouro poucas horas depois do *Marquês de Olinda,* achando-se êste atualmente incomunicável com a terra". Viana de Lima reclamou explicações sôbre fato tão grave. No dia 14, o Ministro do Império passou nota à Chancelaria paraguaia para acusar recepção da nota da mes-

ma, de 12, em que o govêrno de Assunção lhe dizia o seguinte: em conseqüência de não haver o Império atendido o protesto contido na nota paraguaia de 30 de agôsto contra a entrada de fôrças imperiais no Uruguai, ficavam interrompidas as relações entre os dois governos e impedida a navegação nas águas da República para a bandeira de guerra e mercante do Império, sob qualquer pretexto ou denominação. Viana de Lima acusou então o govêrno paraguaio de haver cometido um "ato de violência" contra o navio brasileiro. Terminou pedindo passaportes para si, sua família, o secretário da Legação e comitiva. (É interessante assinalar que o navio brasileiro foi detido a 11 e comboiado para Assunção, aonde chegou a 13. A nota de Berges, de rompimento de relações com o Império, datada de 12, só chegou à Legação do Império na noite de 13, segundo declarou Viana de Lima em sua nota de 14. Por conseguinte, o apresamento do paquete brasileiro foi feito antes do rompimento de relações, porque se verificou a 11. Foi um ato insólito de traição, o proceder do govêrno paraguaio quanto ao paquete brasileiro, quanto ao Império.

No dia 14, Berges respondeu à nota de Viana de Lima, da mesma data. Nota de singular cinismo: "Acabo de tomar conhecimento da nota que V. Excia. mandara entregar nesta repartição, ontem, domingo, com a data do dia, pedindo explicações sôbre a detenção do paquete brasileiro *Marquês de Olinda*, que havendo saído dêste pôrto para Mato Grosso na tarde de 11, se achava de volta na madrugada de ontem ancorado sob as baterias do vapor *Tacuari*. Tenho por excusada qualquer explicação sôbre a matéria, visto que V. Excia. deve encontrá-la na nota que tive a honra de dirigir a essa Legação em 12 do corrente".

Cinismo, deselegância, felônia, grosseria..., eis tudo quanto se encontra nas notas dirigidas por Berges ao Ministro Viana de Lima.

Viana de Lima trabalhou com tenacidade por libertar o coronel Carneiro de Campos, os brasileiros que o acompanhavam, bem como o navio. Tudo foi em vão. "Até o dia 19 — disse Viana de Lima —, eu nutria a esperança de que a detenção daquele paquete fôsse momentânea e se lhe permitisse voltar

para o Rio da Prata; mas, terrível foi o meu desengano quando vi no "Semanário" dêsse dia, que incluso envio a V. Excia., a declaração de ser o *Marquês de Olinda* boa prêsa e de não haver meio de salvar a carga e os agentes do Govêrno imperial que se achavam a bordo". Boa prêsa era o navio, dizia o principal órgão da imprensa de Assunção...

O Ministro do Império procurou, então, obter o apoio do corpo diplomático. "Infelizmente não havia em Assunção, à exceção do ministro oriental, nosso figadal inimigo, nenhum outro agente diplomático senão o Sr. Washburn, ministro dos Estados Unidos. Êsse cavalheiro mostrou-se nessa conjuntura bem disposto a nosso respeito, mas sua ação não podia ser mui eficaz por lhe faltar naquele momento o concurso dos outros diplomatas acreditados no Paraguai, os quais se acham atualmente ausentes de Assunção".

Washburn, em sua *"History of Paraguay"* (vol. I, pág. 563), relatou a iniciativa que tomou no caso do aprisionamento e confisco do paquete brasileiro: "I told him (a López) that such a proceeding in time of peace was unprecedented in modern warfare; and that, as there had been no declaration of war, and the Brazilians had not expected such action, there could be no justification in such a proceeding... ...He was bent on war and he could not realize that, beginning in that way, Brazil never could, never would and never ought to treat with him". Como se verifica pelas palavras do ministro norte-americano, *o propósito de guerra estava arraigado no espírito de López*.

O govêrno de Assunção procedeu de maneira estranha com o Ministro do Império e sua comitiva. Recebidos os passaportes, Viana de Lima fretou um pequeno navio a vela para nêle transportar-se a Corrientes. As autoridades paraguaias, sabedoras do assunto, tolheram-lhe o transporte. O Ministro do Império resolveu, então, seguir por terra, a despeito dos perigos que se lhe poderiam deparar. Ainda assim encontrou resistência por parte das autoridades paraguaias. Washburn teve uma conferência com o ditador López a fim de obter a segurança e os meios de transporte para o Ministro brasileiro. "Depois de muitas alternativas pôde finalmente aquêle diplomata — relatou Viana de Lima ao Govêrno imperial —, mediante seus bons

ofícios, obter que o govêrno paraguaio me fizesse transportar até esta cidade (isto é, Buenos Aires) num dos seus vapores".

Era evidente que o ditador López procurara ensejo para atacar o Brasil à traição. Seu proceder foi tão inqualificável que o historiador, quase meio século transcorrido sôbre tais acontecimentos, sente indignação pela quebra de tôdas as normas consagradas no Direito internacional, praticada pelo *feitor* do Paraguai.

A despeito da indignação verificada no Rio de Janeiro por motivo da felonia de López, o Govêrno imperial não perdeu o prumo em tão difícil emergência. O Brasil enfrentava a maior crise de sua história. Sem nervosismo, sem espalhafato, sem teatralidade, os estadistas do Império procederão antes com sagacidade, objetividade, patriotismo. Mostrar-se-ão dignos das tradições da diplomacia e da política do Brasil. Possuindo fina têmpera, não se deixarão abater pelas dificuldades terríveis criadas pelo déspota. O Paraguai atirara a luva ao Império. O Império iria devolver a luva...

O IMPÉRIO EM FACE DAS REPÚBLICAS HISPANO - AMERICANAS

A agressão do ditador López ao Brasil causou surprêsa — e muito contentamento, também — nas capitais hispano-americanas. Deslumbrado com o plano arquitetado, Francisco Solano López imaginou que, atacando traiçoeiramente o Brasil, sua ação encontraria reflexo imediato nos países hispano-americanos. Êsse reflexo se traduziria em simpatia — e mesmo apoio. López transformar-se-ia, pois, no porta-voz dos ressentimentos rebuçados ou ostensivos, das prevenções e mesmo dos ódios surdos de países vizinhos contra o Império. López seria, pois, o chefe de uma *grande cruzada* dos povos hispano-americanos contra o Brasil. Tudo isso estava no pensar dos homens de Assunção. Ambicioso, irresoluto, cruel e arrebatado, Francisco Solano López imaginou que iria prestar assinalado serviço aos demais países hispano-americanos. Mercê de seu plano, o ditador do Paraguai esperava chegar ao estuário do Prata e ao litoral atlântico com a conquista da Província de São Pedro do

Rio Grande. No dia em que obtivesse a realização de tais fitos, então não tardaria o levantamento de outros países hispano-americanos contra o Brasil. Como êste tivesse litígios de fronteiras com quase todos, seria ocasião propícia para resolver tais desavenças por meio de uma aliança, traduzida em ação de conquista...

A Guerra da Tríplice Aliança será motivo para que uma literatura de prevenções, ressentimentos e ódios apareça contra *"l'Empire Noir"* da América, isto é, contra o Brasil, como se verifica por um opúsculo altamente curioso, e raríssimo, publicado em Paris em 1867. Em tôdas as capitais hispano-americanas, explodirão críticas e ressentimentos contra a ação admirável da diplomacia do Império, à medida que o Govêrno do Rio de Janeiro vai fazendo face a circunstâncias difíceis. Imaginou-se nos países vizinhos que o Império fôsse apenas "fachada" e que os *macacos* brasileiros não pudessem entestar com a pugnacidade dos guaranís. Imaginou-se mesmo que a campanha de López fôsse fulminante, deixando o Brasil desarvorado, como grande embarcação entregue a pilotos desorientados.

O plano de López fôra meditado em suas minúcias, como se pode verificar pelo traiçoeiro aprisionamento do paquete brasileiro. López confiou cegamente nos 64.000 homens em pé de guerra e nos 17 navios de sua marinha. Confiou nas 600 peças de artilharia de que dispunha. Confiou nas fortificações. Mas, confiou fundamentalmente numa *ação imprevista e rápida,* que desmoralizasse o Império política e militarmente diante de tôdas as nações do Continente.

O Paraguai teria, pois, de transformar-se no *árbitro* do Prata. Isto só poderia ser realizado pelas armas.

Na mentalidade brumosa e sinistra de López se havia lugar para grandes ressentimentos contra o Império, — traduzidos num plano de hegemonia sul-americana —, existiam também prevenções contra a Argentina.

O ditador da pequena Prússia da América meridional não se detém ante dificuldades ou princípios de moral internacional. Agredido o Império à traição, para espanto dos povos sul-americanos, é preciso continuar a *obrar de má fé.* López acredita

no apoio de Urquiza, amargurado em sua província. E mais que isso: estava na fé de que outros caudilhos argentinos se levantassem contra Mitre; e que alguns países hispano-americanos fôssem oferecer-lhe aliança, na *cruzada* contra o Império.

Iniciada a Guerra da Tríplice Aliança, escribas a soldo do govêrno paraguaio iniciarão terrível campanha de folhetos e opúsculos contra o Império, tendente a provar a existência de plano secreto entre a Argentina e o Brasil para levar a guerra de conquista pelo Paraguai adentro...

James A. Peden, ministro residente dos Estados Unidos junto ao govêrno da Confederação, a 16 de dezembro de 1857, da cidade de Paraná, enviou o seguinte ofício a Lewis Cass, Secretário de Estado:

> "The latter (Brazil) has concluded a secret treaty with the Confederation, the terms of which are not all known. It has some reference to the pending difficulties with Brazil and Paraguay. The Gov't of the Confederation has contracted for 4.500 lances which is the weapon used by the peasantry "Gauchos" who constitute the principal soldiery (cavalry) of the country. It is the general belief that they are prepared in consequence of some stipulation in the treaty by which the Confederation has agreed to furnish a certain number of men to Brazil, if required, to march across the frontier into Paraguay. Warlike preparations have been for some time making in Brazil, and a minister of the latter has lately gone to Paraguay after having arranged the treaty before alluded to". (1)

As informações do ministro Peden, prestadas ao Departamento de Estado, eram muito vagas. Jamais houve tratado secreto ajustado entre o Império e a Confederação. Contudo, informações dessa casta corriam, espalhadas pelos inimigos do Brasil. A chamada "diplomacia secreta" do Império era sempre uma invenção rotunda dos desafetos do Brasil existentes no Prata. Naturalmente, boatos ou falsas informações dessa índole foram do conhecimento do ditador Francisco Solano López.

---

(1) MANNING, "Correspondance of the United States, Inter-American Affairs" (1831-1860), vol. I, parte Paraguai.

Possìvelmente tiveram influência em seu cérebro enfermiço... López não precisaria de boatos ou informações falsas para agir. Desde 1857 (pelo menos, desde esta data), estava disposto a fazer prevalecer seu conselho, junto ao pai, para a realização de uma *política de ação* contra o Império. Carlos Antônio López coibiu-o em seus arremessos. Em 62, instalado no poder, dedicar-se-á com tôdas as veras d'alma à realização de uma política de agressão.

A diplomacia imperial terá de enfrentar corajosamente o imperialismo de López II e, ao mesmo tempo, neutralizar as simpatias nos países hispano-americanos pelo ditador e agressor. Não se trata de tarefa relativamente fácil. Pelo contrário: é tudo quanto possa haver de mais difícil. Ansioso por desempenhar papel arbitral no Prata e, ao mesmo tempo, impor-se como estadista, diplomata e general, Francisco Solano López criará um drama para sua pátria e para os países da América do Sul. Indiferente a qualquer sentimento de humanidade, para com seu povo e para com os estados vizinhos, López II, *el Supremo,* acredita convulsionar a América do Sul numa grande guerra, da qual possa colhêr vitória. Tudo na sua personalidade se ativa dramàticamente por criar êsse conflito de grandes proporções. Seu despotismo fecha os olhos a qualquer razão de Direito internacional ou de moral internacional. Acostumado a mandar como um tirano da Assíria, López utilizará todos os meios possíveis para levar por diante sua obra de má fé. Violará preceitos do Direito internacional e as mais comezinhas regras de humanidade. Tem os olhos postos na guerra civil do Uruguai; como também os tem na situação interna da Argentina. Julgando-se invulnerável, desafia leis e tratados. Julga-se capaz de conjurar quaisquer obstáculos. Por isso mesmo, a diplomacia do Império, confiante em seus recursos, terá de desenvolver esforços e tomar providências de largo alcance para deter o imperialismo paraguaio, isto é, de Francisco Solano López. Nessa emergência, a diplomacia brasileira pôs em ação todos os seus recursos, na fé de que conterá a agressão do déspota. É uma intensa batalha diplomática, realizada em diferentes setores, onde não se sabe o que admirar, se o espírito político, se a sagacidade dos agentes imperiais. Não foi à toa

que Loureiro foi feito Barão de Javari; Viana de Lima, Barão de Jauru; Miguel Maria Lisboa, Barão de Japurá; Arinos, Visconde de Arinos; Carvalho Borges, Barão de Carvalho Borges; Araújo Gondim, Barão de Araújo Gondim; Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro; Joaquim Thomaz do Amaral, Barão e Visconde de Cabo Frio; Paranhos, Visconde do Rio-Branco; Aguiar de Andrada, Barão de Aguiar de Andrada... Agentes diplomáticos de primeira ordem, que souberam enaltecer a tradição diplomática do Império, recebida de Portugal.

Francisco Solano López, desvelando-se em levar por diante seu plano, está certo de que o Império, colhido de surprêsa, reagirá froixamente à agressão paraguaia. Sabe que o Brasil não dispõe senão de 20.000 soldados de linha, espalhados através de vasto território. Por conseguinte, levará tempo a coligir fôrças — e o tempo milita em favor do Paraguai. Sua política vai por desvios perigosos. E um dêstes é a posição assumida por López em face da Argentina. Precisando desfechar um golpe súbito contra o Império, López pensa atacá-lo no Rio Grande. Se tiver êxito, poderá aprofundar a penetração em território brasileiro e, ao mesmo tempo, ligar-se com os elementos "blancos" do Uruguai.

A 14 de janeiro de 65, Berges passou nota a Elizalde, na qual solicitou o *consentimento* do govêrno argentino para que os exércitos paraguaios pudessem "transitar pelo território da província argentina de Corrientes, no caso de que a isso fôsse impelido pelas operações de guerra", em que se achava empenhado com o Império do Brasil. Nessa mesma nota, Berges, com escandalosa burla, dizia que eram bem notórios os graves motivos que obrigaram o govêrno paraguaio à guerra com o Brasil. O Império dera desprêzo ao protesto do govêrno de Assunção, de 30 de agôsto, corroborado em 3 de setembro de 64 por nota do mesmo govêrno. Berges aduziu um exemplo para fortalecer o pedido: "quando no ano de 1855 o Govêrno imperial julgou conveniente iniciar a política de apoiar com sua esquadra e exército as negociações pendentes com a República do Paraguai, fazendo subir uma esquadra numerosa com tropas de desembarque pelas águas do Prata e do Paraná até o rio Paraguai, fê-lo com o consentimento do govêrno de Buenos Aires, segregado

então da Confederação Argentina, assim como com o govêrno nacional dessa República, pelo menos assim o deixou supor o silêncio dos dois governos, e corrobora esta convicção o acolhimento hospitaleiro e amável que a esquadra brasileira encontrou no território argentino para prover-se de tôda a sorte de recursos. O govêrno do abaixo assinado prescindiu então de tomar em consideração um fato hostil aos seus interêsses e à sua própria soberania. Depois dêste precedente, para o qual não é lícito olhar-se com indiferença, o Govêrno imperial não pode considerar-se ofendido com o ato de consideração que o abaixo assinado solicita hoje de maneira diversa, sem afastar-se dos princípios de eqüidade e justiça, visto que os governos de Buenos Aires e da Confederação permitiram a passagem pelo território argentino em benefício da ação do Brasil". No final da nota, Berges assinalava que a passagem das tropas paraguaias se destinava ao Rio Grande. Lins Camiños fôra portador da nota de Berges e seria também portador da resposta argentina, porque o assunto requeria "pronta solução".

No dia 9 de fevereiro, Elizalde respondeu à nota de Berges. Assinalou, de início, que o govêrno argentino se comprometera a observar rigorosa neutralidade na guerra entre os governos vizinhos do Império e do Paraguai. Por isso, manteria os deveres de amizade e boa vizinhança como lhe cumpria fazer com ambos os beligerantes. Esperava, pois, que os beligerantes respeitassem, a seu turno, os direitos de soberania e de neutralidade do povo argentino. *"Portanto, o govêrno argentino, fiel a seus deveres de neutro, e consultando os interêsses da nação, não considera conveniente aceder ao pedido do govêrno do Paraguai"*. E a seguir, Elizalde ponderou com muita justeza:

"Êste trânsito não é absolutamente necessário, não há motivo imperioso que o torne único e indispensável. Pelo contrário, os beligerantes têm uma extensa e larga fronteira por onde podem exercer hostilidades sem passar por território argentino, e o govêrno do Paraguai já o fêz, invadindo e tomando parte do território brasileiro da província de Mato Grosso. Tem além disso livre e desembaraçado, pelos tratados vigentes e pelos princípios de navegação dos rios, especialmente para os ribeirinhos, o trânsito por água para os navios mercantes e de guerra

de ambas as nações. A concessão que se solicita, tem pelo contrário, todos os inconvenientes que justificam uma negativa segundo as doutrinas e práticas constantes admitidas pelas nações cultas. Concedido o trânsito ao govêrno do Paraguai, ficaria êle livre igualmente ao do Brasil, e então o território neutro argentino viria a ser o teatro da guerra e dêste fato surgiriam males e complicações mui graves, que é do dever do govêrno evitar e precaver".

Elizalde rebateu o exemplo verificado no ano de 1855, alegando não ter aplicação ao caso. "Tratava-se então do trânsito por água para uma negociação que acabou por um ajuste diplomático e foi esta a explicação dada pelo Govêrno imperial quando se lhe perguntou qual o fim do trânsito, que negou ter um fim hostil, o que ficou corroborado pelo ato de ser admitida benévola e amigàvelmente pelo mesmo govêrno do Paraguai, no qual longe de inferir menoscabo à sua soberania, manifestou-se respeitoso por ela, pois que, como nação soberana cabe sòmente ao Paraguai determinar dentro de seus limites o modo e forma por que devem as demais nações aproximarem-se-lhe para tratarem de suas questões ou para dirimí-las".

Por nota de 10 de fevereiro, Elizalde comunicou a Paranhos o texto da comunicação do govêrno paraguaio que solicitava o trânsito para suas fôrças através do território argentino, bem como a resposta do govêrno de Buenos Aires.

O Império, que já se encontrava em estado de guerra com o Paraguai, desde 26 de janeiro de 65, acolheu com viva simpatia a resposta do govêrno argentino dada ao de Assunção, a respeito do pedido de trânsito. E' preciso assinalar que Paranhos, então em Buenos Aires, desenvolvia intensa atividade diplomática junto a Mitre. Nos contactos com importantes personalidades argentinas, Paranhos (autor da admirável circular de 26 de janeiro, dirigida ao corpo diplomático em Buenos Aires, na qual historiou os motivos da agressão paraguaia), além de fazer política de alto mérito, se impôs pelo desenvolvimento de sua notável ação diplomática.

Francisco Solano López, demonstrando, uma vez mais, falta de equilíbrio e de plasticidade política, por nota de 29 de março declarou guerra à República Argentina. Um grupo de títeres, reunidos em "soberano Congresso nacional", em Assun-

ção, aprovara uma moção, que López tirara da gaveta, a 18 de março, alvitrando a guerra ao país vizinho...

Era espantosa a falta de perspicácia política, então reinante em Assunção. Ao invés de ter-se conformado com a resposta de Elizalde, com que daria prova de sabedoria oportunista, López irritou-se. Os aprestos para a campanha cnotra o Rio Grande foram então orientados contra a Argentina.

No dia 13 de abril, navios de guerra paraguaios, por meio de um golpe de traição, apoderaram-se, em frente de Corrientes, dos navios de guerra argentinos "25 de Mayo" e "Gualeguay".

A tripulação de ambos os navios resistiu. Os marinheiros do "Gualeguay", que não se renderam, foram degolados...

No dia 14, o general Robles invadiu o território argentino, ocupando Corrientes.

A brutalidade de López quebrara a neutralidade da Argentina e atirara um aliado aos braços do Império.

Paranhos, em Buenos Aires, assistira ao êxito de sua admirável ação diplomática.

Era o drama tremendo da guerra. Guerra feita com incrível crueldade pelos fanáticos soldados do Paraguai.

Os cabedais, acumulados por Carlos Antônio López, através de longos anos de govêrno, representando mais de 20 milhões de libras esterlinas, seriam destruídos pelos planos de Francisco Solano López.

Por isso, causa espanto (por motivo de sua manifesta inverdade) o que disse Efraím Cardozo, eminente historiador paraguaio, em sua obra recente, *"Vísperas de la Guerra del Paraguay"* (Buenos Aires, 1954):

> "El Paraguay vivia en abril de 1863 ajeno a las pasiones bravías que acababan de estallar, una vez más, en las orillas del Río de la Plata. Hacía siete meses que asumiera el poder el general Francisco Solano López y la vida paraguaya transcurría en un ritmo igual al que caracterizó la prolongada administración de su padre y antecesor, el presidente Carlos Antonio López. Al estallar la revolución de Flores, las páginas de "El Semanario", único órgano de publicidad del Paraguay en 1863, reflejaban preocupaciones muy distintas de las que estaban enrojeciendo con sangre joven las campiñas orientales" (pág. 12).

Pode ser que "El Semanario" só desse notícias de bailes faustosos e de espetáculos brilhantes no Teatro Nacional. Tudo isso é verdade. Contudo, a intriga diplomática dos "blancos", entre Montevidéu e Assunção, tomava voadura. Francisco Solano López não estava assim tão plácido, como dá a entender Efraím Cardozo. Pelo contrário: seu temperamento despótico vibrava com a possibilidade de poder representar papel muito importante nos destinos dos países do Prata. Em abril de 64, segundo informação de Efraím Cardozo, López estêve em Cerro León, onde deixou, organizados, regimentos de recrutas num total de 28.000 homens. Depois de ter visitado o novo acampamento, Berges declarou a Eguzquiza: "sin que me engañe el amor propio nacional, llegará a ser el mejor cuartel de la América del Sud" (*ibidem*, pág. 332). Por que motivo aumentava López seus efetivos miltares numa escala descomunal? Por que motivo consumia os cabedais acumulados pelo pai em armamentos e novos efetivos militares? Porque Francisco Solano López se preparava para a guerra — e guerra em grande escala, a ser feita contra a Argentina e contra o Império. Diz muito bem o mesmo historiador paraguaio que, ao apelarem os "blancos" para o Paraguai, encontraram o general López "anhelante de glória y de acción, ávido de jugar un papel importante en la vida internacional y celoso hasta el fanatismo de la independencia de su patria, tanto como del honor y de la dignidad nacional, fácilmente confundibles con el amor própio personal" (*ibidem*, pág. 27). Sinistros vapores de "imperialismo" haviam subido à cabeça do ditador.

É curioso assinalar que um historiador argentino, ao analisar a recusa de Elizalde de passagem de tropas paraguaias através de Corrientes, houvesse feito a seguinte apreciação, merecedora de reparo:

> "La injusta negativa de la Argentina argüia manifiesta parcialidad en pro del Brasil. He aqui, sin duda, por qué el Paraguay se antecipó á los manejos de la siniestra diplomacia del puerto de Buenos Aires, declarando la guerra en 5 de marzo de 1865.
>
> "Brasil, derrotado en los campos de batalla, triunfó en los tratados diplomáticos, por el maléfico influjo de los políticos porteños, que no podian, no sabian ó no querian

comprender el espiritu que habia informado la contienda, y por ello se inclinaron á favor de una política benévola para el Brasil.

"Gravísimas consecuencias acarreó á la Argentina el absurdo proceder de la diplomacia de Mitre y una de las de mayor monta fué la peligrosa situación en que se halló por virtud del ultimatum López y su ruptura fulminante". (1)

Para êsse historiador argentino, a política com o Paraguai, fôra errada. A Argentina deveria curvar-se aos ditames de Assunção e permitir que tropas paraguaias cruzassem seu território em som de guerra. O mesmo historiador, ao referir-se à guerra da Cisplatina, afirmou o seguinte: "Pero los demócratas demagogos, los ciegos y los imbéciles parece que le temiam más á Bolivar que al Brasil. Bolivar, sin embargo, era como hombre al fin, transitório, mientras que el Brasil era y es amenaza permanente" (*ibidem*, pág. 165). Não é, por certo, com opiniões tão individualistas que se pode escrever História.

Arturo Bray, apologista do agressor de 65, escreveu êstes conceitos enfáticos: "El Mariscal es una voluntad hecha piedra, un bramido de la raza guaraní, cuyos ecos estremecen todavía el paraguayo suelo, desde Humaitá hasta el Maracayú" (1). A guerra desencadeou-se por conta única de López, obcecado por estranhas fantasias, transformadas em *razão de Estado*.

(1) J. FRANCISCO V. SILVA, **"El Libertador Bolivar y el Deán Funes en la política argentina", Madrid, págs. 169-70.**

(1) ARTURO BRAY, **"Hombres y épocas del Paraguay",** Buenos Aires, 1943, pág. 77.

VII

O TRATADO DA TRÍPLICE ALIANÇA

"Odisti omnes qui operantur iniquitatem; perdes omnes qui loquuntur mendacium. Virum sanguinum et dolosum abominabitur Dominus".

(Salmo V, 7)

"Não sendo a guerra contra o povo do Paraguai e sim contra seu govêrno... ..."

(Cláusula VII do Tratado da Tríplice Aliança).

DURANTE sua estada em Buenos Aires, Paranhos não teve com os argentinos *une conversation de cotillon*. Pelo contrário, trabalhou intensamente por transformar um panorama de desafeição ao Império num ambiente de simpatia. Ademais, o incomparável negociador preparou de maneira magistral o caminho para a Missão do Conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, antigo poeta romântico, a pena de ouro do jornalismo brasileiro, transformado em homem de ação num cenário difícil como era Buenos Aires, onde cresciam as prevenções contra o Império por causa da política do Brasil contra os "blancos", derrocados do poder. A técnica de Paranhos, tanto no Uruguai como na Argentina, caracterizou-se por uma visão aguda dos acontecimentos e por uma perfeita interpretação das personalidades de ambos os países. Bismarck, num daqueles repentes cínicos, costumava dizer: "O ódio é tão grande estimulante da vida como o amor; por isso, minha mulher

e Windhorst me são indispensáveis". No desenvolvimento de sua técnica diplomática, o Visconde do Rio-Branco não considerava o ódio como "estimulante", tal como pretendia o chanceler alemão. Por isso mesmo, o extraordinário negociador do Império ia sempre à procura de soluções humanas, e mesmo generosas, como aconteceu na pacificação do Uruguai. Após haver realizado sua esplêndida tarefa no Uruguai, Paranhos — a despeito das críticas apaixonadas da imprensa do Rio de Janeiro — será, em Buenos Aires, um negociador que fará milagres. Todos os trunfos já estavam em suas mãos, quando López lhe deu o maior de todos: o estado de tensão com a Argentina.

Mitre ver-se-á, de repente, a braços com uma situação sumamente difícil na Argentina, tanto sob o ponto de vista interno, como externo. A agressão do ditador López quebra-lhe o castelo de cristal da neutralidade. Como apregoar um ideal neutralista em face da declaração de guerra do déspota de Assunção? Se a opinião pública era francamente *hostil* ao Império, porque os acontecimentos verificados no Uruguai haviam sido acompanhados com espírito *partidário* em Buenos Aires, — diante da nova situação o povo argentino teria de esquecer o passado e encará-la com ânimo resoluto. Tratava-se de uma guerra externa, movida por um ditador estrangeiro, que pretendia engrandecer-se à custa de território argentino. Por conseguinte, Mitre teria de modificar o panorama interno argentino. Extremamente hábil e muito culto, o Presidente tinha antenas. Podia pois, captar a "mensagem" do seu povo e transformar-se em intérprete dêle. Sabia que teria de vencer uma muralha de prevenções contra o Império. Estas prevenções estavam arraigadas tanto no povo como na gente culta. O Império era encarado com profunda desconfiança; e muito mais o eram seus diplomatas... Um diplomata do Império no Prata era sempre um *conselheiro* ou um *barão,* muito polido, muito misterioso e muito perigoso em suas negociações... Levava sempre vantagem sôbre os negociadores platinos... Nas classes educadas, o Império era considerado "perigoso", porque tinha prestígio e procurava fortalecer o prestígio à custa dos países hispano-americanos. O fogoso Alberdi, durante a guerra da Tríplice Aliança, escreverá o seguinte:

> "El paraguayo es al brasileño lo que el león es al mono. Para el Argentino es más digno ser hermano de un pueblo de leones que no de um pueblo de monos" ("**Escritos Póstumos**", vol. II, pág. 429).

Pelos conceitos de Alberdi, Guido Spano, Andrade e outros próceres das letras argentinas do tempo, poderá ter-se idéia clara da admirável ação diplomática de Paranhos em Buenos Aires para vencer resistências, prevenções e mesmo ódios. Quando Francisco Otaviano chegou a Buenos Aires, já encontrou o terreno preparado por Paranhos. Ademais, a Argentina estava possuída de nervosismo, como também estava nervoso Francisco Otaviano (a julgarmos pelo depoimento de Elizalde, de 1869. Elizalde, nesta data, já havia mudado: era quase desafeto do Império...). As negociações entre os representantes do Brasil, Argentina e Uruguai, processadas na capital argentina, assumiram um ritmo célere, porque era preciso deter as ambições do govêrno de Assunção. Os desígnios imperialistas de Francisco Solano López, *"monstro sem paralelo"*, como disse Thompson, só poderiam ser contidos por meio de uma ação comum do Império, da Argentina e do Uruguai. Francisco Otaviano trabalhou intensamente em Buenos Aires para conseguir essa conjugação de esforços, num ambiente trepidante de paixão guerreira e de opiniões desencontradas. Nessa crise, Mitre não perdeu a serenidade, enquanto outros conselheiros seus não sabiam o que fazer.

Em 1869, Elizalde contou as negociações do Tratado da Tríplice Aliança:

> "Luego que llegó la noticia de la invasión, como Ministro de Relaciones Exteriores, me incumbía ocuparme de esto, y recién me puse a estudiar urgido por los sucesos este grave asunto. Pocos dias tuve para ésto: redacté el proyecto de tratado, y discutido en el acuerdo de gobierno fué, después de aprobado, las únicas instrucciones que recebi. Cuando venieron los plenipotenciarios del Brasil y de la República Oriental, señores Octaviano y Castro, y tuvimos las primeras conferencias cambiando ideas, comprendi que mi proyecto de tratado sería aceptado como lo fué con pequeñas modificaciones. Esas modificaciones las comunicaba en el acuerdo de gobierno separándome por breves instantes de los otros negociadores, volviendo con la opinión del gobierno.

La negociación puede decirse, que se hizo, por el gobierno todo, razón por la cual las estipulaciones fueron aprobadas oficialmente por todos las personas que lo componían. El plenipotenciario Brasilero aceptó franca y noblemente el proyecto que le presentamos. El plenipotenciario Oriental hizo una pequeña dificultad, que fué salvada por la interposición del general Flores".

E mais adiante, Elizalde declarou:

"Pero la actitud del Brasil fué la más franca y noble. Pudo explotar el hecho de la invasión de Corrientes, porque entonces la negociación ya no era para solicitar la alianza, sino para arreglar las condiciones de una alianza que existía. Y sin embargo no lo hizo, asumiendo una actitud que tan benéficos resultados produjo. La misión del señor Octaviano que se iniciaba de una manera que nada dejaba que desear, tenía que ser lo que fué. Un elemento poderoso que hacía inconmavible la alianza, y que allanaba pequeños incidentes que entre colaboradores de una obra complicada eran naturales. **Con su activa e inteligente cooperación consolidamos la política iniciada por el señor Saraiva y continuada por el señor Paranhos**, vigorizamos la allianza, y conjuramos los peligros en los días de prueba que tuvimos que pasar, después de Basualdo, Toledo, Curupayty, y las rebeliones del interior de la República. En esta política perseveró el Brasil durante las misiones de los señores Brito y Amaral, y en los intervalos en que tuvieron a su cargo los negocios de la alianza los señores Leal y Carvalho Borges".

Êsse depoimento de Elizalde é importante, porque constitui belo elogio à ação de Francisco Octaviano em sua difícil missão em Buenos Aires, bem como à ação de Tomás Fortunato de Brito (depois Visconde de Arinos), Joaquim Tomás do Amaral (depois Barão e Visconde de Cabo Frio), Pereira Leal e Carvalho Borges (depois Barão de Carvalho Borges). Agentes diplomáticos do Império, lúcidos intérpretes das instruções da Chancelaria imperial, que souberam, nos bons e maus momentos, a despeito de mil e uma dificuldades, manter bem alto os foros da diplomacia brasileira.

Perfeitos conhecedores dos países do Prata, os agentes diplomáticos do Império sabiam que tinham de lidar num meio completamente diferente do brasileiro. Oneto y Viana traçará

magistralmente essa diferença entre o viver do Brasil e o viver dos países platinos; salientando, como cumpre a um historiador, os defeitos da gente do Prata:

> "No habíamos alcanzado la conquista invalorable del goce de las garantías individuales. La vida y la propiedad se encontraban á merced del capricho de los caudillos y agentes de la autoridad, cuando no de matreros organizados en legiones que cruzaban impunemente la República. En cambio le civilización brasileña presentaba un aspecto radicalmente diverso. Al amparo de una paz imperturbable, el país vivía una vida tranquila, consagrada á la tarea fecunda del engrandecimiento nacional. Ni la anarquia ni los caudillos, ni el sable — plagas de la civilización hispano-americana — hacían sentir su acción en el vasto imperio" (**"La diplomacia del Brasil en el río de la Plata"**, pág. 277).

É interessante assinalar que, chegado a Buenos Aires, Francisco Otaviano, de acôrdo aliás com o pensar então dominante no Rio de Janeiro, inclusive o de Furtado, acreditara que Mitre continuasse enigmático e esquivo ante os propósitos da diplomacia do Império. As instruções de 25 de março de 65, passadas a Francisco Otaviano, limitavam-se a dar ao Enviado especial do Império o dever de acompanhar os passos de Mitre, desde que êstes não prejudicassem a ação da diplomacia imperial. A 23 de abril, Furtado escreveu a Francisco Otaviano, sugerindo-lhe que sondasse, se possível fôsse, os verdadeiros desígnios de Mitre. Francisco Otaviano porfiava nesse "arar no oceano", à espera de ensejo favorável para cumprir as instruções de Furtado. A despeito dos numerosos contactos que ia fazendo, o Enviado especial do Império não lograra obter uma definição exata dos propósitos do presidente da Argentina e do seu govêrno. Afinal, com a invasão de Corrientes, o Govêrno imperial imaginou haver chegado o momento decisivo de alcançar de Mitre uma definição. Quando tais instruções chegaram do Rio de Janeiro, Francisco Otaviano, colhendo os frutos das sementes que semeara, assinara no dia 1.º de maio de 65 o Tratado da Tríplice Aliança. Fôra importante vitória da diplomacia brasileira.

Mauá, que tantos interêsses tinha na Argentina e principalmente no Uruguai, alarma-se com os acontecimentos. Divergira

dos "colorados", quando se levantaram em armas. Mas, não dera apoio financeiro ao govêrno desorbitado de Aguirre.

Dizia Ricardo, um dos fundadores da economia política: "The distinctive function of the banker begins as soon as he uses the money of *others*". (1) Mauá passou a vida inteira a semear favores, não apenas com o dinheiro dos "outros", como cumpre a um banqueiro, mas com dinheiro seu. Nesse panorama agitado do Rio da Prata, onde Mauá se impusera como genial realizador, êle já começa a sentir desencantamento no ano de 65. Em carta a Lamas, escrita de Londres, o banqueiro manifesta que só lhe resta aguardar com resignação tudo quanto possa ocorrer. É partidário do triunfo da autoridade. "Não me importam os partidos nem os nomes próprios", confessa. Prefere que se levante a bandeira da conciliação de todos os uruguaios. Devido ao apoio de Francisco Otaviano, e já estando Flores no poder, Mauá consegue realizar façanha de primeira ordem: — em Londres, mercê de sua influência, levara a cabo a conversão da dívida interna uruguaia em dívida externa autorizada. É o chamado Empréstimo Montevideano (2). Estava, pois, Mauá prestando serviço ao homem que tanto o hostilizara em Buenos Aires, em 63. Contudo, a visão de Mauá de todos êsses acontecimentos e personalidades é algo pessimista. Numa carta de Londres, de 6 de outubro de 65, dirigida a Andrés Lamas, o grande banqueiro confessa ao diplomata uruguaio que tem de pensar no salvamento de seus haveres, porque a hora é crítica e ninguém pode saber o que acontecerá. Mauá intenta, nessa ocasião, fundir seu banco com o London & Brazilian Bank. Já começa a sentir que se torna delicada a situação dos seus negócios.

* *
*

Francisco Otaviano fôra decidido batalhador da renovação do quadro político do Império. Ficaram célebres os conceitos

---

(1) Citado por WALTER BAGEHOT em "Lombard Street", pág. 21.

(2) LIDIA BESOUCHET, "Mauá y su época", Buenos Aires, 1940, pág. 202.

da "pena de ouro" do jornalismo brasileiro, nas colunas do *Correio Mercantil,* no ano de 57, e que valem mesmo para o Brasil de hoje: "Não receie o chefe da nação de confiar-se dos homens novos; está nêles a fôrça real, embora os outros a tenham na aparência: quem pode ter a glória de ser o primeiro entre os homens não se contenta de ser o primeiro entre as sombras. Na Odisséia, Aquíles, dirigindo-se a Ulísses na morada dos manes, diz estas palavras, que encerram o nosso pensamento: "Quisera antes, simples cultivador, estar ao salário de um homem obscuro do que reinar sôbre tôdas as sombras dos mortos" ".

Francisco Otaviano trabalhou com nobreza (veja-se o depoimento de Elizalde, antes referido) e com alto sentido político, nas negociações de Buenos Aires. O Tratado da Tríplice Aliança, celebrado pela Argentina, Brasil e Uruguai, contra o Paraguai, foi um ato da mais alta significação internacional. É interessante assinalar que o texto do tratado, que deveria manter-se secreto até que se conseguisse o principal objetivo do importante ato internacional, foi imprevistamente revelado ao mundo por um manobra muito curiosa. Lettson, ministro da Inglaterra em Montevidéu, obteve, em 66, em confiança, de Carlos de Castro, então ministro das Relações Exteriores, uma cópia muito reservada do documento. Lettson encaminhou-a a Lord Russell, ministro dos negócios estrangeiros da Grã-Bretanha. Russell enviou-a ao *Times,* que a publicou... A incompreensível leviandade de Carlos de Castro deu origem a verdadeiro escândalo através da América do Sul, escândalo que redundou em ataques tremendos ao Império. O Brasil era o culpado de tudo... O Paraguai, agressor, não tinha responsabilidade alguma, no entender dos escrivinhadores hispano-americanos. Elbio Fernández, importante personalidade uruguaia, pelas colunas de *El Siglo,* de Montevidéu, atacou rudemente o govêrno uruguaio, o tratado e o Império (era necessário que o Império fôsse desancado). Alberdi iniciou violenta campanha contra o Brasil e os brasileiros, recorrendo a todos os elementos possíveis: desde a inverdade até a chacota e a difamação. O fogoso Alberdi, que fôra amigo do Brasil, transformar-se-ia em seu pior inimigo... A campanha contra o Tratado da Tríplice Aliança, tanto na Argentina como no Uruguai, assumirá proporções escandalosas. *El Mercantil del Plata,* de Montevidéu, em sua edição de 5 de

julho de 68, estampou editorial no qual afirmou: *"La triple alianza es la liga de tres enemigos"*. Em Lima, La Paz, Bogotá, Caracas, Santiago, Buenos Aires e Montevidéu, o Brasil andou aos baldões na imprensa, cuja campanha difamatória chegou a execessos incríveis.

O Tratado da Tríplice Aliança determinou que os aliados concorreriam com todos os meios de guerra, terrestres e fluviais, que fôssem necessários. Iniciadas as operações em território argentino, o comando e direção dos exércitos aliados caberiam ao Presidente da Argentina, brigadeiro Bartolomeu Mitre. Se as operações passassem ao território brasileiro ou uruguaio, o comando passaria ao Império e ao Uruguai, baseado no princípio de reciprocidade. As fôrças navais ficariam sob o comando do vice-almirante Visconde de Tamandaré. Osório seria chefe do exército brasileiro; Flores, do exército oriental. O exército uruguaio seria reforçado por uma divisão brasileira e outra argentina (cláusulas II e III). Cada país atenderia às despesas de sôldo, subsistência, munições, armamento e mobilização de suas tropas (cláusula IV). Pela cláusula VI, os aliados comprometiam-se solenemente a não depor as armas senão de comum acôrdo sòmente depois de derrocada a autoridade do ditador Francisco Solano López. Comprometiam-se também a não negociar separadamente com o inimigo comum nem a celebrar tratados de paz, tréguas ou armistício "nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, senão de perfeito acôrdo entre todos". Cogitava-se, pela cláusula VII, da criação de uma "legião paraguaia", constituída por paraguaios, que quisessem combater o ditador de Assunção. A mesma cláusula VII dizia o seguinte: "Não sendo a guerra contra o povo do Paraguai e sim contra seu govêrno, os aliados poderão admitir em uma legião paraguaia os cidadãos dessa nacionalidade que queiram concorrer para derribar o dito govêrno e lhes darão os elementos necessários, na forma e com as condições que se ajustarem". Pela cláusula VIII os aliados comprometeram-se solenemente a respeitar a independência, soberania e integridade territorial do Paraguai. Em conseqüência, o povo paraguaio poderia escolher o govêrno e instituições que lhe aprouvessem, não podendo incorporar-se a nenhum dos aliados, nem pedir seu protetorado como conseqüência da guerra. Pela cláusula IX, os aliados

comprometeram-se a garantir coletivamente a independência, soberania e integridade territorial do Paraguai pelo prazo de cinco anos. Pela cláusula X, seriam comuns a todos os aliados as franquias, privilégios ou concessões que fôssem obtidas do Paraguai. Pela cláusula XI, os aliados comprometiam-se a, derribado o govêrno de López, proceder aos ajustes necessários para assegurar a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai, de maneira que as leis e regulamentos paraguaios não pudessem estorvar, entorpecer ou onerar o trânsito e a navegação direta dos navios mercantes ou de guerra dos aliados. Pela cláusula XII, os aliados reservaram-se a faculdade de combinar entre si os meios mais próprios para garantir a paz com o Paraguai, depois de derribado o govêrno de López. Pela cláusula XIII, os aliados estabeleceram que oportunamente nomeariam plenipotenciários para a celebração dos ajustes, convenções ou tratados que se tivessem de fazer com o govêrno que se estabelecesse no Paraguai. A cláusula XIV tratou do pagamento pelo govêrno paraguaio das despesas da guerra. A cláusula XV determinou que, em convenção especial, se marcaria o modo e forma de liquidar e pagar a dívida procedente das causas mencionadas na cláusula anterior. Pelo cláusula XVI, "para evitar as dissensões e guerras que trazem consigo as questões de limites", ficou estabelecido que os aliados exigiriam do Paraguai tratados definitivos de limites sôbre as seguintes bases:

> "O Império do Brasil se dividirá da República do Paraguai: — do lado do Paraná pelo primeiro rio abaixo do Salto das Sete Quedas, que segundo a recente carta de Mouchez é o Igurei, e da foz do Igurei e por êle acima a procurar as suas nascentes; do lado da margem esquerda do Paraguai pelo rio Apa desde a foz até as suas nascentes: no interior, pelos cumes da serra de Maracaju, sendo as vertentes de leste do Brasil e as de oeste do Paraguai e tirando-se da mesma serra linhas as mais retas em direção às nascentes do Apa e do Igurei.
>
> A República Argentina será dividida da República do Paraguai pelos rios Paraná e Paraguai a encontrar os limites com o Império do Brasil, sendo êstes do lado da margem direita do rio Paraguai à Baía Negra".

A cláusula XVII estipulou que o Tratado da Tríplice Aliança ficaria sempre em tôda a sua fôrça e vigor para o fim de que as estipulações fôssem respeitadas e executadas pelo Paraguai. Caso uma das altas partes contratantes não pudesse obter do Paraguai o cumprimento do ajustado, ou no caso em que o Paraguai tentasse anular as estipulações ajustadas entre os aliados, as demais partes contratantes empregariam ativamente seus esforços para fazê-las respeitar. A cláusula XVIII determinou que o tratado se conservaria secreto até que fôsse conseguido o fim principal da aliança.

Juntamente com o Tratado, os plenipotenciários aliados assinaram um protocolo adicional, determinando a demolição das fortificações de Humaitá, bem como a proibição de serem construídas novas fortificações que pudessem impedir a fiel execução do tratado; e a divisão em partes iguais do armamento, troféus e prêsas tomados ao inimigo.

Nas negociações de Buenos Aires, Francisco Otaviano procedeu com agudeza. Atilou-se em conseguir o máximo a respeito dos limites com o Paraguai. Conhecendo as negociações celebradas com o govêrno de Assunção desde o tempo de Pimenta Bueno até Paranhos-Berges no Rio de Janeiro, Francisco Otaviano, em ofício confidencial de 4 de maio de 65, dirigido à Chancelaria imperial, explicou como se realizaram as negociações e qual foi sua atuação nas diligências diplomáticas. Reportando-se às instruções de 25 de março para a celebração da aliança com o Uruguai (Francisco Otaviano fôra incumbido de saudar Flores e negociar com seu govêrno, do que se desobrigou), bem como à carta de Furtado de 23 de abril, afirmou que as condições estatuídas nesta última carta foram levadas em conta na celebração do Tratado da Tríplice Aliança. Tratando das lindes entre o Império e o Paraguai, Francisco Otaviano afirmou que as ultrapassara. Assim, substituiu o rio Iguatemi pelo Igurei. O Govêrno imperial aconselhara a linha de 1856, oferecida ao Paraguai: Iguatemi-serra de Maracaju-rio Apa-rio Paraguai. Explicando por que o fizera, Francisco Otaviano escreveu naquele ofício confidencial:

> "Tendo variado as circunstâncias e indo agora o Brasil com sacrifício de vidas e de grossas somas desforçar-se de

> injúrias recebidas, as quais (ninguém o ignora) tiveram por origem verdadeira a pretensão do govêrno paraguaio de assenhorar-se do território litigioso, não cabia no caso tanta generosidade e era do meu dever assegurar uma linha de limites mais vantajosa. V. Excia. verá que não cometi iniqüidade alguma e entretanto alcancei que o Brasil ficasse senhor exclusivo do Alto Paraná, sem a incômoda concorrência de um ribeirinho tão provocador... ...O meu dever era colocar o Govêrno imperial na melhor posição possível".

Francisco Otaviano também se preocupou com a salvaguarda dos *direitos da Bolívia,* exarados em nota, de 1.º de maio, dirigida aos plenipotenciários da Argentina e do Uruguai. Disse o negociador brasileiro que ficara entendido entre os três plenipotenciários "como pensamento de seus respectivos governos que o artigo 17 do tratado de aliança não prejudicava quaisquer reclamações que faça a República da Bolívia de território na margem direita do rio Paraguai e sòmente se referia às questões suscitadas pela República do Paraguai".

Assinale-se que a Bolívia, então dirigida por Melgarejo, protestará contra o artigo 16 do Tratado, em nota de 6 de julho de 1866. Mariano Donato Muñoz, Chanceler de Melgarejo, passou nota ao Govêrno imperial. Disse o ministro das relações exteriores do govêrno boliviano: "Quando o govêrno boliviano teve conhecimento do tratado secreto de 1.º de maio de 1865, ajustado entre os governos argentino, brasileiro e do Uruguai, para levar a guerra ao Paraguai, julgou de seu dever pedir explicações a êsses governos sôbre o espírito do artigo 16, que parecia atacar diretamente os direitos territoriais da República. As explicações que se deram satisfizeram completamente nossas exigências e elas foram amplamente confirmadas pelo enviado brasileiro residente na República". Linguagem de Muñoz no Relatório ao Congresso, de 68.

Saraiva, então Ministro dos negócios estrangeiros do Império, aprovou, por despacho de 18 de maio de 65, os atos de Francisco Otaviano.

O *"mal agradecido pupilo dos Jesuítas",* como do Paraguai disse Sales Tôrres Homem (o futuro Visconde de Inhomerim), em discurso na Câmara dos Deputados, de 12 de junho de 1857,

estava colhendo os frutos amargos de sua política de agressão e de imperialismo.

Oneto y Viana assinalou que "el Paraguay debía su autonomía y su poder al Brasil. Por obra de la diplomacia brasileña el gobierno de Buenos Aires reconoció la independencia de la provincia de la Asunción. Con la cooperación del Brasil, Francia y López I convirtieron á su país en una entidad militar. Y todo esto habían hecho los gabinetes de Río para fomentar la desintegración del virreinato del Plata y oponer á la Confederación el contrapeso de las repúblicas vecinas. Conseguido su objeto con la caída de Rosas y la anarquía argentina, el Imperio retira su protección á los gobiernos de la Asunción. Y cuando el Paraguay, fuerte y prepotente se vuelve una amenaza, la cancillería de Río lleva su decisión hasta procurar el concurso de la Confederación, para destruir la obra levantada por el esfuerzo brasileño destinada á conspirar contra la integridad argentina" (pág. 283).

Nos conceitos de Oneto y Viana existem erros de apreciação. O historiador uruguaio atribui propósitos maquiavélicos à diplomacia imperial, que não se conformam com os fatos. Realmente, a política imperial sempre foi infensa à possibilidade da reconstituição de um vice-reinado do Prata, com o qual sonhou Rosas. Sem dúvida alguma, o Paraguai deve a independência ao Império. Mas, o Govêrno imperial sempre procurou ter boas relações políticas com Assunção. Desaparecido Rosas do cenário platina, Carlos Antônio López vai-se afastando do Brasil, dominado por suspicácias. O segundo López, com quem o Império procurou cultivar boas relações de amizade, não só se esquivou a elas, como adotou uma política de ameaças contra o Brasil. Finalmente, a política absurda de López, ao agredir a Argentina, atirou o govêrno de Buenos Aires nos braços do Brasil, o que facilitou enormemente a celebração do Tratado da Tríplice Aliança. Mitre jamais se aproximaria do Brasil, jamais celebraria aliança com o Brasil, se não fôsse a agressão paraguaia à sua pátria. Assinale-se, como remate, que, devido à agressão do Paraguai, Mitre teve de andar nas abas dos representantes do Império. A prova disto está nos empréstimos feitos à Argentina: 1.000.000 de pesos fortes, em quatro prestações de 250.000 pesos fortes, de acôrdo com o protocolo assinado, a 31

de maio de 65, por Elizalde com Francisco Otaviano; e outro empréstimo de 1.000.000 de pesos fortes, de acôrdo com o protocolo de 1.º de fevereiro de 66, assinado em Buenos Aires por Elizalde e Francisco Otaviano. No ato da assinatura, Elizalde recebeu as letras do Tesouro imperial. O Uruguai também solicitou dinheiro ao Império: 600.000 pesos fortes, de acôrdo com a convenção de 8 de maio de 65, assinada por Francisco Otaviano com Carlos de Castro; 200.000 pesos fortes, de conformidade com o protocolo de 22 de novembro de 65, assinado pelos mesmos representantes; e 30.000 pesos fortes mensais durante a guerra, de conformidade com o protocolo de 15 de janeiro de 67, assinado em Montevidéu por Francisco Otaviano e Alberto Flangini, ministro das relações exteriores.

Enquanto auxiliava seus aliados com recursos financeiros, o Império colhia os frutos do desaparelhamento militar que reinara durante largos anos. Rosas fôra derrotado e derrocado. Daí por diante, dedicou-se o Brasil à consolidação de suas instituições e ao florescimento da paz. Não pensou mais em guerra. Atente-se e medite-se nestes conceitos de Nabuco:

> "Dois fatôres gerais explicam tôda a desordem havida: o primeiro, — ocasional, — a nossa imprevisão de todo o procedimento de López; o segundo, permanente, essencial, o enfraquecimento de todo o sistema militar do Império. A imprevisão era geral; era de todos os nossos homens públicos e assentava sôbre o preconceito político, do qual a escola conservadora tinha feito uma espécie de dogma nacional: — que a amizade, a aliança do Paraguai era o **principal** interêsse do Brasil no Prata. Êsse preconceito era tão forte que sem a agressão de López dificilmente teriam estadistas brasileiros daquela época consentido nunca em mover o nosso exército e esquadra contra o Paraguai. Basta ler a Circular-Manifesto de Paranhos, de 26 de janeiro de 1865, anunciando às nações amigas a guerra a que éramos forçados, para se ver como profundamente abalou as nossas mais antigas superstições políticas a ruptura que se nos tinha impôsto uma amizade que cultivávamos com solicitude". (**"Um Estadista do Império"**, vol. II, págs.226 e segs.).

Assim, o depoimento do grande historiador demonstra que o Império, além de cultivar a amizade do Paraguai, tinha-a na conta de principal interêsse do Brasil no Prata. Desfeita essa

superstição da política internacional do Império, entram o govêrno e o povo brasileiro em fase de extraordinária atividade (talvez a maior de tôda a história do Brasil), de que participam o Imperador, os ministros, o parlamento, industriais, médicos, fazendeiros, mercadores opulentos e negociantes modestos, aristocratas e plebeus, gente das cidades e gente dos campos, num empenho coletivo de dar, de contribuir, de fazer, de criar um exército e uma marinha para enfrentar o inimigo pérfido. A Província de São Pedro do Rio Grande, depois de oferecer tudo quanto os haveres particulares pudessem dar de coração aberto, levanta-se em armas, num ímpeto gigantesco e marulhante, ímpeto de procela, para defender o torrão brasileiro, ela que sempre fôra a Sentinela do Brasil. De todos os recantos da pátria fluem voluntários, do Maranhão, do Ceará, do Nordeste, do vale do São Francisco, de São Paulo, brancos, negros e mulatos, gente do Norte, gente do Centro, gente do Sul, com suas virtudes chãs e seu viver honesto, a oferecer braços e sangue para a defesa do Brasil, tão imprevidente (sempre tão imprevidente, aliás...), — espetáculo que arranca lágrimas ao Imperador e a seus ministros... E com pouca preparação militar, essa gente é despachada para os campos de batalha, muito longe das cidades e vilas brasileiras, com desconfôrto físico e moral, porque não havia tempo para aperfeiçoar serviços ou burilar requintes de acomodações para o viver da guerra, nos pântanos, florestas e descampados do Paraguai. Faz-se o milagre de levantar-se o Brasil em armas, pronto para todos os sacrifícios, disposto a tôdas as privações, empenhado em todos os heroísmos... O Visconde de Taunay, com seu estilo sóbrio e empolgante, relatou os feitos dos homens da retirada da Laguna. O soldado e escritor honrou o patriotismo daquele pugilo de bravos num relato magistral, que mexe com o coração dos que o lerem. Mas, os grandes chefes da Marinha e do Exército, porfiados em transformar deficiências em elementos de ação, galvanizam a marinhagem e a soldadesca, impondo-se-lhes como estrategistas, condutores de homens, planificadores num teatro de operações difícil, onde lutam com um adversário bravo, aguerrido e audaz, defendendo sua terra com tôdas as energias físicas e morais. O Império arma-se durante a guerra; cria uma marinha e um

exército, durante a guerra; organiza a defesa nacional, durante a guerra, — para repelir a injúria do inimigo, pelejar, vencer.

Há um lição *atual* da Guerra da Tríplice Aliança. Lição para os políticos, os militares e os diplomatas do Brasil, porque "a guerra é a província do perigo", dizia Karl von Clausewitz. Lição que é a seguinte: — quando o Brasil conjugar, num binômio, o poder econômico com o poderio militar, será *grande potência,* será ouvido no mundo. Atente-se nisto. Persevere-se nesta trilha, sem ceticismo dissolvente ou pessimismo lívido de quem treme de maleitas.

A lição de 1865 vale perfeitamente para 1956 — ou 1970.

VIII

A GUERRA. PROPOSTAS DE MEDIAÇÃO. O IMPÉRIO, A ARGENTINA E A QUESTÃO DO CHACO

"Toda república de Sud América debe ser aliada natural de todo Estado europeo ó norteamericano que tenga conflictos con el Brasil, y de antemano le garantiza el contingente moral de sus simpatias. Este contingente será más moral cuando el conflicto sucede entre una república sudamericana y el Brasil".

(ALBERDI, "**Escritos Póstumos**")

"When power is confined to the members of one sect, there is inevitably a severe ideological censorship. Sincere believers will be anxious to spread the true faith; others will be content with outward conformity".

(BERTRAND RUSSELL, "**Power**")

FRANCISCO SOLANO LÓPEZ inicia a guerra com grande estrépito e violência. Invade Mato Grosso, onde suas fôrças armadas cometem selvagerias incríveis. Invade Corrientes. Conquista Corrientes e cruza o rio Uruguai para atacar o Brasil. Dividindo fôrças, penetra no Rio Grande do Sul e tenta levar uma coluna de 3.000 homens ao Uruguai. Seus planos sofrem contratempos e revezes definitivos. Em dezembro de 65, as tropas paraguaias haviam evacuado Corrientes. Os ventos cursantes da guerra estavam sendo desfavoráveis ao ditador de Assunção. Na primeira fase do conflito armado, em que López deveria ter desfechado *golpes decisivos*, o resultado fôra negativo, quer em sua concepção de estado-maior, quer em seus

lucros práticos. No dia 16 de abril de 1866, duas divisões brasileiras sob o comando de Osório estabelecem-se na margem esquerda do rio Paraguai. Começara a invasão do território paraguaio. A guerra passa a fazer-se no solo do agressor.

A responsabilidade das operações militares vai caber ao Império no período mais difícil do conflito. Os grandes chefes e os soldados e marinheiros do Brasil portam-se com inexcedível capacidade de sacrifício num teatro de operações áspero e traiçoeiro. Afrontam o cólera morbus. Afrontam a malária. Afrontam o desconfôrto físico e moral. Batem-se com coragem leonina contra os soldados paraguaios que, a despeito de conduzidos por um chefe desastrado, se revelam militares de primeira ordem. O soldado paraguaio faz prodígios de heroísmo na defesa do solo pátrio. É um soldado extraordinário.

Enquanto prosseguem as operações militares, Buenos Aires enriquece-se à custa do ouro do Brasil, aplicado no desenvolvimento da guerra. Buenos Aires é o *grande mercado* de compras para o exército do Império em operações no Paraguai.

Na capital argentina dardejam as primeiras críticas ásperas contra o Império. Críticas injustas, ferinas e difamatórias. O poeta Carlos Guido Spano combate o Tratado da Tríplice Aliança, dizendo:

> "La alianza es de los gobiernos, no de los pueblos. No es, pues, extraño que la alianza fuese contrariada por una repulsión general. Quebrantados los resortes que dan nervio al espíritu público, contenido en sus más generosas expansiones, la autoridad, privada de su poderoso concurso, se encontró circunscripta al empleo de los medios oficiales. Venieron los proyectos desatinados, las expediciones militares fracasadas, los motines, las sublevaciones, los combates en territorio brasileño cuando el nuestro aún estaba ocupado por el enemigo, los triunfos disputados más que a los contrarios a los mismos aliados, la parsimoniosa y cómica actitud de estos últimos, los empréstimos ruinosos, las dilaciones, los desaciertos, los contrastes, todo esto vino, sazonado com las proclamas y los vaticinios del Presidente Mitre, que por más bellos que fuesen no podrían levantar a la República de la postración que la amenaza, ni del sepulcro a los millares de buenos ciudadanos, víctimas expiatorias de sus veleidades marciales".

Depois dessa declamação, Guido Spano indaga: "El gobierno que no puede hacerse sordo a los clamores que de todas partes se levantan, está en el caso de negociar con el Brasil, salvando hasta donde le sea dable su responsabilidad, la anulación de unos ajustes que colocan a ambos países en una posición insostenible. Disuelta la alianza, los beligerantes quedarían desembarazados en el uso de su derecho, ya fuese para continuar la guerra, ya para darle una tregua o procurar la paz, negociando un arreglo honorífico antes o después de la batalla". Carlos Guido Spano defende o Paraguai e com muita teatralidade ataca o Império:

> "No nos ha ofrecido el Paraguay lo mismo que nos daría la victoria, satisfacciones condignas, la devolución de nuestros buques y la mitad de los gastos de guerra para retirarnos de ella con honor, antes de caer vencidos o vencedores como un esqueleto a los pies del Brasil, cuya entrada a sangre y fuego en el Plata nos trajo el incendio de las guerras, matanzas, revoluciones, pillajes y epidemias, que han hecho de nuestro país la región de la muerte y del caos?"

O Império, no entender de Guido Spano, era responsável por todos os acontecimentos verificados na Argentina...

A verdade é que, na Argentina, se estava constituindo uma retaguarda, crescente de dia para dia, de inimigos do Brasil. Êstes criticavam abertamente a política imperial, deturpando-a e difamando-a, para abrir caminho para a retirada da Argentina do campo de batalha — e uma paz separada com o Paraguai... Os argentinos, inimigos do Império, afiavam as setas contra o Brasil e os brasileiros; mas esqueciam-se de que, portas adentro, tinham motins, quarteladas e revoluções, índices de profunda desorganização interna. A despeito do Tratado da Tríplice Aliança, o Império iria agüentar, sòzinho, a guerra com imensos sacrifícios, porque a Argentina e o Uruguai, desanimados e desorganizados, iriam pràticamente alheiar-se ao campo de batalha, depois de 68.

Os horrorosos crimes de Francisco Solano López, cometidos contra seu povo e contra estrangeiros, não impressionaram Alberdi, Guido Spano, Olegário Andrade e outros. Pouco lhes importava que Antônio de las Carreras, antigo ministro dos

presidentes Pereyra e Aguirre, e em missão diplomática dos "blancos" em Assunção, — aliado, por conseguinte, dos paraguaios —, fôsse torturado no "cepo uruguaiano", com deslocamento das mãos; tivesse as articulações das mãos arrebentadas a marteladas; e, depois, fôsse fuzilado por ordem de Francisco Solano López com mais 47 outros desgraçados... Pouco importava àqueles intelectuais argentinos que López mandasse fuzilar generais, juízes e ministros, que haviam cumprido o dever, como paraguaios... Pouco importava àqueles intelectuais, *embusqués* e derrotistas, que o coronel Carneiro de Campos, aprisionado a bordo do *Marquês de Olinda,* antes do início das hostilidades, fôsse metido em lôbrega enxovia e maltratado a pauladas... Pouco importava a Alberdi e outros que López — monstruosamente sádico — houvesse transformado o Paraguai num imenso "campo de concentração", onde supliciava homens, mulheres e crianças, ante os olhos ávidos de Mme. Lynch, antiga aventureira transformada em primeira dama do Estado... Os imensos crimes de López não tinham importância para Alberdi & outros. O que tinha importância era a política do Império, causadora de todos os males de Argentina de então: enfermidades, desorganização interna, caudilhismo, motins, quarteladas, revoluções e afroixamento das qualidades viris...

Para poder governar, Mitre tem de impor o estado de sítio. Intervém em várias províncias. Fecha jornais, "La América" e outros. Prende os jornalistas De Lafforest, Epifanio Martinez, Aurélio Palacios, Juan José Soto e outros. Em 66, a polícia de Mendoza subleva-se, porque soldados dessa organização foram recrutados para o campo de batalha. Verifica-se a chamada revolução dos "colorados" de 67. Há *montoneras* e fuzilamentos. Soldados sublevados recusam-se a partir para os campos do Paraguai. Tudo isso era culpa do "imperialismo" do Brasil...

Não era culpa do Brasil que López houvesse mandar fuzilar, sòmente de 19 de junho a 14 de dezembro de 1868, 596 pessoas, conforme informou Thompson...

O ambiente político da Argentina andava cheio de recriminações ao Império. Em 1866 (19 de junho), o senador Felix Frias, na câmara alta argentina, disse as seguintes palavras: "Es mi opinión, que una política previsora con el Estado Oriental, habría ahorrado al Brasil, al Estado Oriental y a nuestro país,

las calamidades de la guerra en que estamos empeñados; guerra, cuyas consecuencias, según lo entiendo, serán deplorables para todos, incluso los vencedores". Montes de Oca, na Câmara dos Deputados, atacará em 68 o presidente Mitre e a guerra, acompanhado por Manuel Quintana. Êste, em seu discurso, afirmou: "El reproche que se hacía de haber celebrado un tratado de alianza ofensivo y defensivo con el único imperio de América, se agravaba con la publicación de documentos que hasta entonces se habían mantenido secretos por las tres altas partes contratantes. Estudiando las cláusulas de esos documentos, el país pudo penetrarse de la ciega imprevisión con que se le había *vinculado al yugo de una política extranjera* y se había comprometido su seguridad para el porvenir, con el establecimiento de principios cuya aplicación le seria más tarde necesário destruir tal vez con las armas en la mano". Quintana declarou que a guerra não chegara à Argentina, por causa da Argentina; mas sim, "a consecuencia de las promesas ciertas o falsas que el representante del Império del Brasil había hecho ante el Senado brasileño". O deputado Manuel Quinteros chegou a apresentar um projeto de lei desaprovando as estipulações do Tratado da Tríplice Aliança. Êsse projeto de lei foi combatido e caiu.

PROPOSTAS DE MEDIAÇÃO

Divulgado o texto do Tratado da Tríplice Aliança, devido à leviandade de Carlos de Castro passando cópia reservada do mesmo a Lettson, a opinião pública dos países latino-americanos alarmou-se e deu razão às acusações feitas contra o Brasil e seu "imperialismo".

Carlos de Castro, indignado com o proceder do ministro Lettson, dirigiu carta enérgica a Lord Russell, protestando contra a publicação do texto do tratado no Livro Azul e, ao mesmo tempo, acusando Lettson de quebra de palavra, falta de honestidade profissional e ausência de decôro pessoal. Carlos de Castro deixou o pôsto de ministro das Relações Exteriores do Uruguai.

Alberdi publicara o opúsculo, *"La crisis de 1866 ó los efectos de la guerra de los aliados en el orden económico y político de*

las repúblicas del Plata". Êsse panfleto teve enorme repercussão, naturalmente contrária ao Brasil. Contudo, suscitou uma resposta muito curiosa de John Le Long, *"L'alliance du Brésil et des républiques de la Plata contre le gouvernement du Paraguay"*, no qual o autor fêz uma crítica das instituições e dos propósitos políticos de Francisco Solano López.

Em 1866, o Govêrno imperial teve conhecimento de que o govêrno do Peru ofereceria mediação no conflito armado com o Paraguai. Tinha-se por certo na Chancelaria imperial que a mediação seria apresentada pelo Peru, Chile, Bolívia e Equador. Benigno Vigil, Encarregado de negócios do Peru, apresentou verbalmente o plano de mediação, em nome apenas do seu govêno, o qual foi recusado. Mais tarde, a 9 de julho, Vigil enviou um protesto, redigido numa linguagem estranha e pouco polida, contra o Tratado da Tríplice Aliança. O protesto de Vigil ficou sem resposta.

Em setembro de 1866, o govêrno do Chile enviou um protesto à Chancelaria imperial contra a prolongação da guerra e as cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança.

O presidente Melgarejo, da Bolívia, por intermédio do seu Chanceler Mariano Donato Muñoz, protestou contra o artigo 16 do Tratado da Tríplice Aliança, entendendo que o mesmo prejudicava os direitos e os interêsses da Bolívia quanto às suas pretensões sôbre o território do Grão Chaco.

A resposta dada pela Chancelaria imperial à nota de Mariano Donato Muñoz foi cauta e precisa: o Govêrno imperial fizera questão de, nas negociações havidas em Buenos Aires, que culminaram na celebração do Tratado, ressalvar os direitos da Bolívia ao território do Grão Chaco.

O govêrno de La Paz ficou satisfeito com o resposta da Chancelaria imperial.

Em agôsto de 1867, G. F. Gould, secretário da Legação britânica em Buenos Aires, teve de ir ao Paraguai a bordo da canhoneira *Doterel,* com o consentimento dos aliados, para cuidar da proteção a súditos de S.M.B., detidos na república. Gould teve longas entrevistas com López, no acampamento de Humaitá. O diplomata inglês disse, então, ao ditador do Paraguai que os aliados não podiam celebrar paz com seu govêrno. A administração paraguaia e a conduta da guerra tinham sido um escân-

dalo, afirmou Gould. Referiu-se particularmente ao caso do *Marquês de Olinda,* aprisionado quando ainda o Paraguai não se encontrava em guerra com o Império. Declarou que em Curupaiti — triunfo para as tropas paraguaias — a vitória fôra desonrada com a matança dos feridos realizada pelos lanceiros paraguaios. Referiu-se também à tortura dos prisioneiros. Gould encontrou López hesitante. Contudo, no final da última entrevista (foram três, na realidade), o ditador do Paraguai declarou que assinaria um tratado de paz e deixaria o Paraguai durante dois anos. Ao povo caberia o arbítrio de decidiu se êle regressaria do estrangeiro ou se escolheria novo govêrno. Gould, de regresso, entregou as bases da possível negociação ao Marquês de Caxias. Depois de estudadas, Caxias respondeu à mediação oficiosa de Gould que não podia aceitá-las.

Pouco tempo depois disso, e ainda antes de regressar Gould a seu pôsto, Buenos Aires, apareceu nas gazetas do Rio da Prata uma nota dirigida ao diplomata inglês por Camiños, ministro de López. Nessa declaração, Camiños afirmara que Gould, antes de apresentar as bases ao ditador López, falara com o Ministro do Império em Buenos Aires, o presidente Mitre e o Marquês de Caxias no campo aliado.

O Conselheiro Tomás Fortunato de Brito, então acreditado em missão especial no Rio da Prata, logo que teve conhecimento da nota de Camiños, provocou uma explicação de Gould. Êste não hesitou em lha dar, franca e leal, a qual deixou patente a falsidade com que o ministro de López atribuíra aos aliados a iniciativa da proposta. Ficara, assim, desfeita a manobra de má fé de López e Camiños. (As bases da mediação oficiosa de Gould encontram-se publicadas no Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 1868).

Impressionado com o rumo das operações militares e com as perdas sofridas por seu exército, agravadas pela situação interna da Argentina, o general Mitre fêz um esfôrço no sentido de chamar o ditador do Paraguai à boa razão. Verificou-se, em setembro de 66, no campo militar de Yatayty-Corá, o encontro de Mitre e Flores com López. O representante do Brasil, o General Polidoro (futuro Visconde de Santa Teresa), não esteve presente; mas, entregou a Mitre uma carta para que fôsse lida pelo presidente argentino ao ditador paraguaio. López

apresentou-se à reunião, fardado de marechal, com esporas de prata de um feitio estranho e botas altas. Sôbre o uniforme havia ouro por todos os lados. Mitre, singelo no seu trajar, usou para a cerimônia um grande chapéu de feltro. Na ocasião, Mitre leu a carta do General Polidoro, redigida nos seguintes têrmos: "As instruções que recebi de S.M. o Imperador Pedro II são no sentido de que deverei engajar-me em batalha com López e com os que o apoiam. Não tenho instruções para tratar com êle seja o que fôr e para não encontrar-me com êle em têrmos de cortezia. Não tendo instruções diferentes neste sentido do meu Imperador, nada tenho a discutir com êle".

A carta do General Polidoro causou sensação. Mitre declarou que não poderia falar pelo Brasil... Houve um jantar das três personalidades. Então, o presidente da Argentina declarou que López deveria renunciar ao govêrno. A independência do Paraguai seria reconhecida pelos aliados; mas, era indispensável a renúncia do ditador... Francisco Solano López recusou prosseguir nas conversações com Mitre e Flores.

A 2 de setembro de 66, Rojas Garrido, ministro das relações exteriores da Colômbia, enviou nota ao Conselheiro Silveira de Souza, Ministro dos negócios estrangeiros do Império, na qual apresentou à consideração dos governos aliados algumas *reflexões*, que esperava fôssem acolhidas com benevolência e devidamente apreciadas. A chancelaria colombiana tivera conhecimento das cláusulas do tratado da Tríplice Aliança. Rojas Garrido afirmou: "Por mais doloroso que haja sido para o govêrno desta República contemplar o espetáculo que têm oferecido as Repúblicas aliadas em guerra com a do Paraguai, sobretudo nas circunstâncias solenes e críticas que a América atravessa, e quando troava nas águas do Pacífico o canhão da nossa antiga metrópole, ameaçando a existência de duas nacionalidades dêste continente, e pretendendo porventura conculcar o princípio de soberania e liberdade americanas, sem dúvida indelèvelmente gravado nos gloriosos anais de nossa emancipação, nem por isso êste govêrno, que teria visto com prazer o restabelecimento da paz entre nações limítrofes e até irmãs, teria podido desconhecer o direito perfeito que têm as nações soberanas e independentes para formar alianças ofensivas e defensivas e para fazer uso, em casos extremos, do triste recurso das armas".

A seguir, o ministro das relações exteriores da Colômbia assinalou que o tratado de 1.º de maio de 65 parecia revelar que a guerra pudesse ter por objeto dar como resultado a desmembração do Paraguai ou o aniquilamento de sua soberania e independência. Nesse caso, o govêrno colombiano protestava contra qualquer idéia de destruição da soberania e independência de um país americano ou contra qualquer idéia de estabelecimento de protetorado sôbre um país americano em conseqüência de operações de guerra.

O protesto colombiano, moderado na linguagem, mas injusto quanto às apreensões que manifestou sôbre os fins da guerra, não teve resposta do Govêrno imperial nem dos governos aliados.

CONFLITO DIPLOMÁTICO COM O PERU

O Chefe Supremo da República do Peru, Coronel Prado, em sua mensagem ao congresso constituinte, a 15 de fevereiro da 1867, referindo-se à guerra da Tríplice Aliança, declarou o seguinte:

> "Os cuidados da guerra não têm feito o Peru esquecer-se do que deve às repúblicas do continente, suas irmãs. A do Paraguai sustenta contra o Império do Brasil e seus aliados uma luta, em que a justiça da causa rivaliza com o heroísmo da defesa. A bem dos beligerantes e por honra e conveniência da América, protestamos contra tal escândalo, oferecendo ao mesmo tempo nossa amigável interposição".

Varnhagen (futuro Visconde de Pôrto Seguro), em nota de 16, dirigida à Chancelaria peruana, protestou contra os conceitos manifestados pelo Chefe supremo da República, por estarem em desacôrdo com a evidência de documentos históricos que provavam que o chefe paraguaio, valendo-se de poderoso exército, de há muito, mais ou menos clandestinamente preparado, agrediu sob pretextos frívolos, no seio da mais completa paz, primeiro o Brasil e logo depois a Argentina.

Toríbio Pacheco, ministro das relações exteriores do Peru, no relatório de sua repartição dirigido ao congresso constituinte, analisou tendenciosamente o tratado *secreto* de 1.º de maio de 65, dizendo: "Do teor dêsse pacto se deduzia que a aliança

oriental se tinha formado, não ùnicamente para repelir uma agressão ou vingar uma ofensa, mas também com o propósito deliberado de *fazer desaparecer* a nacionalidade paraguaia, pois tanto importava o solene compromisso contraído pelos aliados de não deporem as armas enquanto não conseguissem derrocar o atual govêrno do Paraguai, de demolirem tôdas as fortalezas, recolhendo o armamento existente no território paraguaio; de garantirem, ùnicamente entre si, a existência dessa república por cinco anos; e de a circunscreverem aos limites precisos que assinava o tratado, sem que nessa demarcação se desse parte ao govêrno do Paraguai. Através de tôdas estas estipulações, cuja significação era bem clara, a existência futura do Paraguai, ainda encerrado êle dentro dos limites que lhe concedia a Tríplice Aliança, se apresentava como uma mera contingência, segundo fôsse mais tarde o espírito da política que seguissem os governos dos três Estados signatários".

No dia 18 de fevereiro, Varnhagen protestou contra os conceitos do ministro das relações exteriores. Ficou estabelecido com a chancelaria peruana que a nota de Varnhagen de 16 e a nota peruana de 18 deveriam ser publicadas na íntegra no periódico oficial "El Peruano", "em virtude de resolução expressa de S. Excia. o presidente provisório da República, que já tinha delas cabal conhecimento", como afirmou Varnhagen em sua nota de 27 do mesmo mês. O govêrno do ditador Prado tratou de pôr fora de dúvida sua parcialidade em favor do Paraguai, em mensagem lida perante notáveis, entre os quais o Ministro do Império.

Vendo o Govêrno imperial que o govêrno de Lima não dava as satisfações devidas e havendo assumido Paredes o ministério das relações exteriores, ordenou a Varnhagen que insistisse no assunto. Em nota de 23 de março, a Chancelaria peruana declarou que o presidente da República ordenara que assegurasse ao Ministro do Império que, qualquer que fôsse o sentido que êle houvesse dado às palavras empregadas pelo ex-ministro de estado Pacheco no relatório apresentado ao congresso constituinte, "não teve intenção de ofender o govêrno do Império do Brasil".

Depois de várias outras notas trocadas, o Govêrno imperial determinou que Varnhagen partisse para o Equador, junto a

cujo govêrno se encontrava acreditado. O Ministro do Império pediu passaportes para si e sua família.

A retirada do Ministro do Brasil deu lugar a que o govêrno peruano expedisse instruções ao Encarregado de negócios no Rio de Janeiro para saber se Varnhagen havia procedido em virtude de ordem do Govêrno imperial ou se êste lhe aprovara o procedimento. A Chancelaria brasileira respondeu que dera aprovação à retirada para Guaiaquil do Ministro brasileiro. O Encarregado de negócios do Peru entregou então um memorandum, redigido numa linguagem insólita, e solicitou passaportes para se retirar do Império.

O general Conseco, ao assumir o poder em conseqüência de uma revolução, declarou nulos todos os atos do coronel Prado e, por conseguinte, o protesto contra o Tratado da Tríplice Aliança, bem como as apreciações injustas acêrca das intenções dos aliados manifestadas por Toríbio Pacheco.

BONS OFÍCIOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O general James Watson Webb, Ministro dos Estados Unidos da América, por nota de 27 de janeiro de 1868, dirigida a Paranaguá, declarou haver recebido um despacho de Seward, Secretário de Estado, no qual êste último manifestava que "a continuação da guerra no Rio da Prata era assunto de profundo pesar para os Estados Unidos'.

Nessa nota, Watson Webb voltava a oferecer aos beligerantes os bons ofícios do seu govêrno (haviam sido feitos em 67) e renovava a proposta de mediação. E adiantou: "O abaixo assinado deseja vivamente evitar tudo quanto possa parecer que seu govêrno quer intervir nos negócios dos diferentes Estados do continente americano. O povo, porém, dos Estados Unidos tem declarado, por intermédio dos seus representantes no congresso, que a guerra pendente no Rio da Prata, é "destruídora do comércio, injuriosa e prejudicial às instituições republicanas"; e o govêrno dos Estados Unidos, em cumprimento de instruções do congresso, renovou em fevereiro último, da maneira mais formal, o oferecimento dos seus bons ofícios. Quando êsses bons ofícios foram rejeitados, o abaixo assinado teve ordem para "expressar ao govêrno imperial o pesar do presidente e do povo

dos Estados Unidos de que os aliados não julgassem compatível com seus direitos e interêsses o aproveitarem-se dos bons ofícios dos Estados Unidos, que tinham sido ditados pelo espírito de inteiro respeito e amizade para com os diversos beligerantes e pelo mais ardente desejo de ver restaurada a paz no continente americano".

Paranaguá respondeu, por nota de 31 de janeiro de 68, à do ministro Watson Webb, dizendo-lhe que ouviria os aliados do Império a respeito. Por nota de 8 de abril, Paranaguá acrescentou que cumprira o "dever de lealdade" de ouvir os aliados. Subsistindo os mesmos motivos expenddios na nota da Chancelaria imperial de 26 de abril de 67, dirigida a Watson Webb, o Govêrno imperial e seus aliados estavam impedidos de aceitar o oferecimento amistoso do govêrno norte-americano e, além disso, por se achar próxima a terminação da guerra, como faziam esperar os acontecimentos derivados da passagem de Humaitá.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM O CHILE

O govêrno chileno procedeu com o Império, com espírito de fidalguia. Por nota de 6 de junho de 67, Aguiar de Andrada, Encarregado de negócios do Brasil em Santiago, acusou recebimento de nota verbal que lhe enviara Álvaro Covarrúbias, ministro das relações exteriores, acompanhada de cópia dos períodos que, concernentes ao Govêrno imperial, continha o discurso a ser lido pelo Presidente da República no dia seguinte, 1.º de junho, ao abrir a sessão do congresso nacional. Nesses dois períodos, o Presidente da República disse o seguinte: "Tenho seguido com vivo interêsse a luta que continua entre o Paraguai por uma parte, e por outra a República Argentina, o Brasil e o Uruguai. Desejosos de contribuir para um desenlace satisfatório do conflito, os aliados do Pacífico ofereceram aos beligerantes sua mediação coletiva; porém, o govêrno argentino, por cujo órgão se fêz o oferecimento, recusou aceitá-lo depois de longas dilações. O mau êxito (*sic*) desta tentativa de conciliação é tanto mais sensível, quanto a prolongação daquela guerra põe em alarma interêsses vitais e comuns às nacionalidades do nosso continente". O segundo período era o seguinte: "Lamentei que os governos do Brasil e do Uruguai

não tivessem atendido, como era de esperar, às reclamações e protestos das legações do Chile e do Peru contra o asilo que se dispensava nas costas daqueles países às fôrças navais do inimigo. Estas tinham convertido, com tolerância de ambos os governos, os portos de Montevidéu e do Rio de Janeiro em estações militares. Sua retirada daquelas paragens pôs têrmo a um abuso, cuja repetição não poderia consentir-se por nossa parte". Êste segundo período refere-se à guerra da Espanha contra o Chile e Peru.

Aguiar de Andrada, em nota muito bem redigida, declarou que o govêrno chileno não ignorava os ponderosos motivos que haviam levado o Brasil a empreender guerra contra o Paraguai. "Não foi o Brasil quem a provocou, aceitou-a como uma necessidade extrema, para repelir a invasão do seu território, punir os ultrajes feitos à sua dignidade e buscar garantias duradouras da paz, que êle sempre se tem esforçado por manter com seus vizinhos. Para conseguir êste resultado, o govêrno imperial está firmemente resolvido a prosseguir com energia e constância na luta encetada e a não transigir de modo algum com o atual govêrno do Paraguai. Foram estas as razões pelas quais o govêrno imperial se viu inibido, com pesar seu, de aceitar a benévola intervenção que, em benefício da paz, lhe ofereceu o do Peru, recebendo, entretanto, a oferta com reconhecimento e vendo nela uma prova de simpatia e interêsse de uma potência vizinha e amiga".

Quanto ao segundo ponto, que escapa à narração dêste trabalho, o Encarregado de negócios do Império replicou que o govêrno da Espanha também fizera reparos à atitude do Brasil em face de navios peruanos, acusando-o de parcialidade. O Império cumpria uma neutralidade absoluta e não poderia ser acusado de favorecer duas parcialidades...

O PROBLEMA DO CHACO EM FACE DA ARGENTINA E DO BRASIL

O Tratado da Tríplice Aliança foi, em grande parte, para não dizer fundamentalmente, obra de Elizalde. O depoimento do ex-ministro das relações exteriores de Mitre, em 69, o confirma, depoimento citado anteriormente. Os representantes dos

três países aliados concordaram com as condições do tratado. Se houve discrepâncias nas conversações verificadas em Buenos Aires foram sôbre minúcias do texto, prontamente dissipadas. Por conseguinte, ao assinar o tratado, o govêrno de Mitre sabia perfeitamente o que estava fazendo, porque seu plenipotenciário (Elizalde) fôra *magna pars* em sua negociação e feitura.

Quando se iniciaram as hostilidades entre o Paraguai e o Império, o govêrno de Buenos Aires alimentou a esperança de que o conflito armado se limitasse aos dois contendores. Depoimento muito interessante é dado por Zeballos, que não morria de amores pelo Brasil. Num dos seus trabalhos publicados na "Revista de Derecho, Historia y Letras", de Buenos Aires, Zeballos reproduziu o seguinte trecho de uma carta de Mitre a Urquiza:

> "Me es muy agradable hacerle partícipe de las fundadas esperanzas que abrigo de que no hemos de vernos em la dolorosa necesidad de interrumpir la marcha pacífica y progresista del país, lanzándolo en aventuras guerreras... Alejada ahora de la guerra en que quedan el Paraguay y el Brasil, debiendo ser su teatro distante de nosotros, aún cuando nuestra frontera en la parte de Corrientes puede ofrecer algunas dificuldades, continúa observándose la estricta neutralidad que ha declarado la República Argentina en aquella lucha, que es hoy y continuará siendo respetada, como espero por ambos beligerantes, creo que salvaremos de toda complicación sin menoscabo de nuestros derechos y de nuestra seguridad".

Êsse era o plano de Mitre. O Império e o Paraguai se degladiariam, enquanto a Argentina prosseguiria em sua "marcha pacífica e progressista". Sabe-se como Mitre "cuidava" de Urquiza: entretinha-o com cartas e promessas, porque, no fundo, desconfiava dos propósitos do antigo presidente da Confederação. Sarmiento, em carta a Mitre de 20 de setembro de 61, dizia feroz: "No deje cicatrizar la herida de Pavón. Urquiza debe desaparecer de la escena, cueste lo que cueste: Southampton o la horca". [1] O ditador López, ao ajustar seus interêsses para desencadear uma política de agressão, não

---

(1) EFRAIM CARDOZO, "Vísperas de la guerra del Paraguay", Buenos Aires, 1954, pág. 15.

se esqueceu de criar o fermento da discórdia com a Argentina. O ditador do Paraguai, de feras entranhas, resolveu tirar Mitre do seu encantamento "pacífico e progressista". Disse o historiador paraguaio Efraím Cardozo que *"la ingerencia argentina en los asuntos orientales no representaba ninguna novedad"*. Ora, o ditador de Asunção julgava-se com o direito a cobrar uma conta a Mitre. Por isso, invadiu Corrientes e declarou guerra à Argentina. A agressão do Paraguai colocou Mitre em sérias dificuldades. Mitre vinha tratando Urquiza com afagos, blandícias e sutilezas, porque sabia que o antigo inimigo poderia levantar-se com muitas hostes de gaúchos entrerrianos. No entanto, os acontecimentos provarão que, no final da vida, Urquiza era todo bravatas. A agressão do Paraguai à Argentina, se desencantou Mitre, teve a vantagem de tirar seu govêrno da tôrre de cristal da neutralidade. Estabelece-se o alarma em Buenos Aires. Mitre diz então ao povo aquelas palavras célebres de que, dentro de três meses, estariam as tropas argentinas em Assunção... O fepérjuro López irritara Mitre. Como o ditador do Paraguai interpretara mal a neutralidade argentina — e como correspondera mal a essa neutralidade... A fereza do ditador paraguaio desconcertara Mitre, que desejava continuar em sua política de esquivanças, maciezas, blandícias e neutralidade. Juan Carlos Gómez, o grande jornalista uruguaio, homem de talento, mas versátil como um catavento, numa carta de 13 de dezembro de 69, escreveu a Mitre o seguinte:

> "La guerra con el Brasil no la hacía el Paraguay por culpa nuestra, no éramos responsables de ella, ningún deber de honor, ninguna responsabilidad de decoro Nacional, nos obligaba a hacernos los campeones del Brasil en esa guerra, ni sus sostenedores siquiera. Estábamos desligados de todo compromiso y de todo miramiento. Qué más queriamos? El Paraguay estaba en guerra con el Brasil; tanto más débiles eran las fuerzas que podían oponernos; tanto mayores eran las seguridades de nosotros para la victória. Nos provocaba el tiranuelo del Paraguay, con un insulto a una guerra, en circunstancias y condiciones tan desfavorables para él. Tanto peor para el tirano".

Era clara a tese sustentada por Juán Carlos Gómez: êle acusava Mitre, como também acusava Flores de se haverem

três países aliados concordaram com as condições do tratado. Se houve discrepâncias nas conversações verificadas em Buenos Aires foram sôbre minúcias do texto, prontamente dissipadas. Por conseguinte, ao assinar o tratado, o govêrno de Mitre sabia perfeitamente o que estava fazendo, porque seu plenipotenciário (Elizalde) fôra *magna pars* em sua negociação e feitura.

Quando se iniciaram as hostilidades entre o Paraguai e o Império, o govêrno de Buenos Aires alimentou a esperança de que o conflito armado se limitasse aos dois contendores. Depoimento muito interessante é dado por Zeballos, que não morria de amores pelo Brasil. Num dos seus trabalhos publicados na "Revista de Derecho, Historia y Letras", de Buenos Aires, Zeballos reproduziu o seguinte trecho de uma carta de Mitre a Urquiza:

> "Me es muy agradable hacerle partícipe de las fundadas esperanzas que abrigo de que no hemos de vernos em la dolorosa necesidad de interrumpir la marcha pacífica y progresista del país, lanzándolo en aventuras guerreras... Alejada ahora de la guerra en que quedan el Paraguay y el Brasil, debiendo ser su teatro distante de nosotros, aún cuando nuestra frontera en la parte de Corrientes puede ofrecer algunas dificuldades, continúa observándose la estricta neutralidad que ha declarado la República Argentina en aquella lucha, que es hoy y continuará siendo respetada, como espero por ambos beligerantes, creo que salvaremos de toda complicación sin menoscabo de nuestros derechos y de nuestra seguridad".

Êsse era o plano de Mitre. O Império e o Paraguai se degladiariam, enquanto a Argentina prosseguiria em sua "marcha pacífica e progressista". Sabe-se como Mitre "cuidava" de Urquiza: entretinha-o com cartas e promessas, porque, no fundo, desconfiava dos propósitos do antigo presidente da Confederação. Sarmiento, em carta a Mitre de 20 de setembro de 61, dizia feroz: "No deje cicatrizar la herida de Pavón. Urquiza debe desaparecer de la escena, cueste lo que cueste: Southampton o la horca". [1] O ditador López, ao ajustar seus interêsses para desencadear uma política de agressão, não

(1) EFRAIM CARDOZO, "Vísperas de la guerra del Paraguay", Buenos Aires, 1954, pág. 15.

> que un aliado natural, un aliado de hecho. El hecho se redujo a protocolo, y el tratado de la triple alianza fué firmado sobre el tambor por los mismos combatientes que iban a sellarlo con su sangre, y en presencia del enemigo común que había invadido nuestros respectivos territorios".

Celebrado o Tratado da Tríplice Aliança, imaginaram os aliados que a guerra fôsse curta. Aí começou o primeiro engano. A diplomacia do Império, sempre cautelosa, nesse ano de 65 se deu ao trabalho de formular dois documentos: o projeto de um ajuste prévio de paz, que seria de natureza militar e administrativa; e um projeto de tratado definitivo de paz, documento fundamentalmente diplomático. As esperanças de un pronto remate das operações militares foram defraudadas pelos acontecimentos. A guerra continuou. *"La guerre doit nourrir la guerre"*, disse Wallenstein durante a Guerra dos Trinta Anos...

Elizalde estava à espreita de poder realizar, durante a guerra ou depois da guerra, o plano constante de uma nota por êle dirigida a M. Seoane, ministro do Peru, a 22 de novembro de 62. Nessa nota, Elizalde dissera ao representante peruano que um dos fitos da política externa argentina seria "fomentar y consolidar la reconstrucción de las nacionalidades de América que imprudentemente se han dividido y subdividido". Mais tarde, em conversa com Thornton, Elizalde declarou ao representante da rainha Vitória que chegaria o dia em que Argentina, Uruguai e Bolívia haveriam de constituir uma grande confederação. Thornton comunicou essa opinião ao Foreign Office que a estampou em publicação oficial.

* *
*

Outro assunto, que não escapou à percepção da Chancelaria imperial, foi a cláusula XVI do Tratado da Tríplice Aliança, onde Elizalde conseguira encaixar os futuros limites da Argentina com o Paraguai. Surge o problema do Chaco, que dará tantas voltas e acarretará dissabores e conseqüências imprevistas.

Como se permitira semelhante êrro? — teriam perguntado o Barão da Ponte Ribeiro, o Conselheiro Nascentes de Azambuja, o diretor geral Joaquim Tomás do Amaral (futuro Barão e Vis-

conde de Cabo Frio), então em comissão no Rio da Prata, Azevedo Peçanha e outros funcionários especializados em limites e problemas da bacia do Prata. Tratava-se de uma questão que deveria merecer exame meticuloso; e, mais que isso, deveria ser *contrariada* em suas finalidades, quando o ensejo fôsse oportuno; isto é, quando se discutisse o tratado definitivo de paz.

Em poucas palavras o problema poderia ser reduzido ao seguinte: os aliados haviam-se comprometido a respeitar a soberania, independência e integridade territorial do Paraguai. No entanto, pela cláusula XVI do Tratado, a Argentina ficaria senhora de tôda a margem esquerda do Paraná até o Iguaçu; e de tôda a margem direita do Paraná até Baía Negra, em frente ao forte de Coimbra. Em suma: todo o Chaco paraguaio ficaria em poder da Argentina.

Era uma pretensão exorbitante, que não encontrava fé nos velhos títulos históricos coloniais. Essa pretensão contrariava títulos coloniais que davam parte da região ao Paraguai, como davam à Bolívia a maior porção do Chaco, em consequência da Cédula real de 1560 que criou a Gobernación de Santa Cruz de la Sierra. A Audiência de Charcas incentivou a colonização do Chaco em nome de uma jurisdição político-administrativa colonial, que hoje corresponde à Bolívia. A respeito do regime das *Audiencias reales,* Zeballos conceituou-a magistralmente:

> "Las Audiencias Reales son, pues, el fundamento del sistema político español en América, y el origen y contrapeso de las autoridades posteriormente creadas. La sabiduria con que fueron establecidas las Audiencias es precursora de los grandes adelantos de la sociedad política, adoptadas y administradas siglos más tarde en los Estados Unidos de América, porque la crítica descubre en aquella institución colonial los gérmenes de la justicia política que protege el individuo contra el Estado y contra sus mandatarios, a la vez que dirime los conflictos entre los mismos Estados y poderes, salvando asi la estabilidad del orden y de los intereses sociales. (**Rev. de Derecho, Historia y Letras,** fevereiro de 1899, pág. 623).

Ademais, o Império comprometera-se, nas negociações de Buenos Aires, a ressalvar os *direitos da Bolívia* no litígio terri-

torial desta com o Paraguai. E já se tratava de um problema bastante complicado. [1]

Carlyle referiu-se a historiadores de um tipo que êle chamou *dry as dust*. Neste particular, o historiador tem de ser sêco e objetivo.

O govêrno de Mitre pensou que, com a evacuação da província de Corrientes, estivesse a guerra prestes a terminar. Sem demora, José Mármol, ministro da Argentina no Rio de Janeiro, apresentou ao Govêrno imperial um projeto de tratado de paz.

Êsse projeto de tratado de paz alertou a Chancelaria imperial e chamou a atenção para a cláusula XVI do Tratado.

A Secção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, constituída pelos Viscondes do Uruguai e de Jequitinhonha e por Pimenta Bueno, foi solicitada a opinar.

O Visconde do Uruguai e Pimenta Bueno, a 30 de novembro de 65, manifestaram seu pensamento de maneira clara e precisa. Reconheceram com *intensa mágua* (expressão usada por ambos) o que se encontrava consignado na cláusula XVI. "Por êste artigo, ao tempo em que se assinalam ao Brasil limites muito aquém do que êle podia com justiça pretender, atribui-se à Confederação uma grande parte da América do Sul, que, embora ambicionasse sempre, nunca ousou abertamente pretender! Não se viram, não se apreciaram as conseqüências infalíveis e prejudiciais, que daí resultarão em gravíssimo dano do Brasil?...

A Confederação não tinha um só título valioso para pretender isso. Ela contentar-se-ia com a margem direita do Paraguai da confluência do Paraná até o Pilcomayo, pouco abaixo de Asunção. O Paraguai nunca lhe reconheceu direito senão até o rio Vermelho (Bermejo), pouco acima de Humaitá. Entretanto, por essa estipulação adquire a Confederação acima do rio Vermelho, *740 milhas de costa no Paraguai com um fundo imenso sôbre o grande Chaco*. É o território fértil de um grande Estado, com navegação franca para imensa colonização e futuro predomínio! A Aliança volveu-se assim contra o Paraguai como contra o Brasil, em proveito exclusivo da Confederação. Desde que assim

(1) MIGUEL MERCADO MOREIRA, **"El Chaco boliviano"**, Cochabamba, Bolívia, 1928. Trabalho altamente informativo.

se estipulou, é impossível manter mais por muito tempo a independência real do Paraguai".

Nesse parecer há censura velada ao negociador brasileiro, Francisco Otaviano. Contudo, recorde-se que Francisco Otaviano teve seus atos *aprovados* por Saraiva, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Logo, existe também censura a Saraiva.

O êrro era muito grande e passaria a constituir preocupação para a Chancelaria imperial. Se a cláusula XVI fôsse executada no futuro tratado de paz, o Paraguai ficaria reduzido à metade de sua superfície territorial de 65. Mitre e Elizalde, que se haviam mantido em cômoda neutralidade, pretendiam tirar apenas a *fatia do leão*. O problema do Chaco será a ruptura categórica entre o Brasil e a Argentina, depois de 70.

Se o Visconde do Uruguai e Pimenta Bueno chamavam a atenção para o êrro cometido no Tratado da Tríplice Aliança, o Visconde de Jequitinhonha aduzia algumas considerações curiosas. Assim, começou por afirmar que, estando de acôrdo com Uruguai e Pimenta Bueno, salientava que a Argentina pretendera absorver o Paraguai. Ora, fôra sempre política do Império defender o Paraguai e separá-lo da Argentina. Mitre e Elizalde, mercê da cláusula XVI, enfraquecendo o Paraguai, enfraqueciam a política do Brasil. Pensava, pois, que seria imprudente pensar-se no tratado de paz. Jequitinhonha entendia que do que se cuidava era a guerra e a maneira de fazer a guerra. Por conseguinte, as disposições do Tratado poderiam considerar-se *provisórias,* porque dependiam fundamentalmente da conduta da guerra e do seu desfecho. Tôdas as cláusulas do Tratado dependiam primordialmente do desfecho da guerra.

Êsse parecer causou profunda impressão e abriu os olhos aos diplomatas do Império. *Panditur interea domus omnipotentis Olympi,* como diz o grande poeta latino. Reconheciam os responsáveis pela política internacional do Brasil que os propósitos de sua diplomacia haviam sido burlados pela cláusula XVI do Tratado. No projeto apresentado por Mármol não havia referência explícita ao arrazamento da fortaleza de Humaitá.

O êrro, por ser patente, demandava remédio imediato. Era preciso pensar, pois, na *posição* que o Império deveria adotar e consagrar para efeitos futuros.

Tem-se arguido (evidentemente por falta de conhecimento exato da matéria) que, no tempo do Império, se escrevia muito, se estudava muito, mas não se chegava a resultados práticos. Os conselheiros, barões e viscondes do Império seriam, pois, excelentes legistas, excelentes burocratas — e nada mais. Houve, por certo, no tempo do Império, muito mediocridade e muita rotina. Mas, em assuntos de política externa, houve excepcional sagacidade e fina plasticidade para enfrentar circunstâncias difíceis.

O assunto ora versado constitui prova eloqüente da maneira por que os estadistas do Império iriam transformar um êrro — num elemento de vitória.

Aprofundam o estudo do problema, procedem a um trabalho de logística (como se diz presentemente), sopesam possibilidades ou alternativas, ponderam circunstâncias imprevistas e formulam uma solução, que será também uma posição quadrada.

O projeto argentino é estudado minuciosamente. Saraiva presidiu a êsse estudo. Reconheceu a validade e a excelência do parecer do Conselho de Estado. Francisco Otaviano, ao receber em maio de 66, o ante-projeto brasileiro, que capeava o projeto argentino, foi instruído por Saraiva para alcançar da Argentina renúncia ou revisão de suas pretensões ao Chaco. Saraiva instruiu Francisco Otaviano de maneira bem clara: "O Govêrno imperial propõe que o argentino, conservando o território da margem direita do Paraguai desde a foz dêste rio até a do Pilcomayo, reconheça desde já como *inteira propriedade da Bolívia* o território que *se estende dêste segundo ponto à Baía Negra*... ...A garantia do tratado de aliança refere-se apenas às pretensões do Paraguai; as reversais trocadas na data dêste tratado declaram que a sua estipulação não prejudica os direitos da Bolívia. Os aliados não têm feito, portanto, até agora, mais do que afastar um dos concorrentes e só nisto já tem ganho muito a República Argentina. *Ninguém ignora que, segundo o tratado de 1852, o seu domínio não só não se estendia ao Pilcomayo, mas nem alcançava mesmo a foz do Bermejo.* Se o concorrente que resta tiver direito a êle, deverá ceder o Govêrno argentino".

Era uma solução magistral, a de Saraiva, — e magistral, porque se baseava no conhecimento histórico e precedentes di-

plomáticos. Ao mesmo tempo que levantava uma barreira às pretensões exorbitantes da Argentina quanto ao Chaco, fazendo-lhe uma advertência amistosa; a Chancelaria imperial defendia os direitos da Bolívia, interessando-a no pleito. Os direitos da Bolívia ao Chaco encontraram no Brasil um defensor agudo e previdente.

Com alto espírito de previsão, Saraiva instruiu Francisco Otaviano a lidar com a hipótese *negativa*: — se a Argentina não aceitasse a proposta brasileira, então se celebraria uma convenção especial Brasil-Argentina, que estipulasse claramente que o estatuído no Tratado não prejudicaria os direitos da Bolívia; que o govêrno argentino se obrigaria a sujeitar o pleito, que tivesse com a Bolívia, à arbitragem; e que o território da margem direita do rio Paraguai, desde a foz até Baía Negra, seria dividido entre a Argentina e a Bolívia. Contudo, havia outra hipótese negativa: que a Argentina não aceitasse a proposta de uma convenção especial. Então, Francisco Otaviano ficaria instruído a obter que a garantia perpétua do Tratado fôsse substituída por uma temporária, para dentro do prazo se convencionarem as fronteiras.

Nas instruções de 29 de novembro de 65, de Saraiva a Francisco Otaviano, se diz o seguinte: "O derribamento do seu govêrno (isto é, de López) está expressamente estipulado no Tratado de 1.º de maio e no espírito dêste se compreende sua expulsão. A aliança de 1865 é igual à de 1851 em suas causas e meios de ação e não deve produzir efeitos diversos. — López há de ser expulso do Paraguai como Rosas o foi da República Argentina". No projeto argentino de paz, de 65, apresentado por Mármol, já se acha a aspiração de Buenos Aires de ser limite com o Brasil em Baía Negra. No contra-projeto de Saraiva, de maio de 66, se encontra claramente expresso o seguinte: "Fica entendido que a estipulação do artigo que precede, destinada ùnicamente a fixar os limites entre a República Argentina e a do Paraguai, não pode prejudicar, nem prejudica, quaisquer direitos que a República da Bolívia possa ter ao território da margem direita do Paraguai que se estende até a Baía Negra ou a alguma parte dêsse mesmo território".

A diplomacia brasileira, cauta e previdente, sabia mexer as pedras do xadrez internacional do Prata. E tinha *autoridade*

para fazê-lo, porque seus agentes levavam instruções seguras e procediam em concordância com elas. A política internacional do Império tinha prestígio e autoridade. Göethe já dizia: "Sem autoridade não pode existir o homem e, no entanto, aquela traz consigo tanto error como verdade. Eterniza, em minúcias, o que, em tais minúcias, deveria ser transitório, repele e deixa escapar o que deveria conservar-se e é, principalmente, a causa de que a Humanidade não progrida". O pensamento de Göethe é filosòficamente profundo. Pôsto contenha uma lição negativa, tem sua contra-partida de elemento afirmativo, que, em última análise, exalta um problema fundamental da humanidade.

A Chancelaria imperial estabelecera o remédio imediato para o êrro da cláusula XVI do Tratado da Tríplice Aliança. Dentro dêsse critério, ela iria operar com habilidade inconsútil.

IX

MISSÃO DO CONSELHEIRO LOPES NETTO À BOLÍVIA. REVOLTA DOS "BLANCOS" NO URUGUAI. ASSASSINATO DE FLORES E BERRO

"Die Fanatiker der Logik sind unerträglich wie Wespen".

(NIETZSCHE)

"Foreign policy is not the same thing as having foreign relations. Every country has foreign relations, but not every country has a foreign policy. A country which need not fear involvement in foreign conflict does not need one; a country without the power to back a foreign policy cannot afford one and is dependent on the foreign policies of other powers".

(R. STRAUSZ-HUPÉ)

O ALTIPLANO andino e o deserto tropical foram barreiras poderosas que, durante largo tempo, estorvaram o desenvolvimento das relações políticas e econômicas entre o Império e a Bolívia. A despeito dêsses obstáculos físicos, o Govêrno imperial diligenciou por estabelecer vínculos políticos e econômicos com a Bolívia. Havia desde logo um fator francamente prejudicial, para não dizer negativo: não havia fronteira definida que separasse as posses de ambas soberanias.

O primeiro Encarregado de negócios e Cônsul geral do Império na Bolívia foi Antônio Gonçalves da Cruz, nomeado em 16 de abril de 1831 e falecido na cidade de Chuquisaca em 1833.

A 6 de julho de 1836, Duarte da Ponte Ribeiro (depois Barão da Ponte Ribeiro) foi nomeado Encarregado de negócios. Em 1839, Ponte Ribeiro foi substituído por Manuel de Almeida e Vasconcelos, que pouco se demorou no pôsto. Em 1840, Manuel de Cerqueira Lima foi nomeado Encarregado de negócios, havendo sido substituído em 1842 por João da Costa Rêgo Monteiro. Em 1843, Machado de Oliveira foi nomeado Encarregado de negócios. Em 11 de outubro de 1844, Antônio José Lisboa assumiu a chefia da representação do Império como encarregado de negócios, tendo-se em 1850 incumbido da proteção dos interêsses e dos súditos franceses no país. Lisboa ficou até o comêço de 1851 no pôsto. A 25 de fevereiro de 1851, Duarte da Ponte Ribeiro foi nomeado Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial. Recebeu o encargo de apresentar ao govêrno boliviano a primeira proposta concreta do Brasil para a definição dos limites entre os dois países. Em Sucre, então capital da república, Duarte da Ponte Ribeiro trabalhou incansàvelmente por obter uma resposta do govêrno boliviano às bases apresentadas pelo Govêrno imperial sôbre limites. Seus esforços foram inúteis. Rêgo Monteiro havia sido nomeado, a 1.º de março de 1851, Encarregado de negócios, pouco tempo havendo ficado no pôsto. Em novembro de 1851, Miguel Maria Lisboa (futuro Barão de Japurá) foi nomeado Ministro residente, havendo permanecido no pôsto até ser substituído em 1859 pelo ministro residente Rêgo Monteiro. Coube a êste agente diplomático renovar junto ao chanceler Bustillo a discussão sôbre limites. Bustillo, ferrado a idéias falsas, foi de uma intransigência absoluta. No entanto, Bustillo foi autor do infeliz tratado de *mancomunidad,* assinado com o Chile, o qual foi a origem da Guerra do Pacífico, que redundou na derrota da Bolívia e Peru e perda de todo o litoral boliviano, em favor do Chile. Em 1863, era Ministro do Império em Sucre Antônio Pedro de Carvalho Borges.

* *
*

A Guerra da Tríplice Aliança suscitou na Bolívia simpatias pela causa do Paraguai. Tais simpatias avolumaram-se. Go-

vernava a Bolívia, desde março de 65, o ditador Melgarejo. A personalidade dêste chefe tem sido deturpada por historiadores bolivianos, muito apaixonados, que infelizmente fazem a história de sua pátria, ao sabor de inclinações partidárias. Sem dúvida, tôsca era a personalidade de Melgarejo. Sem dúvida, êle bebia e quando se entregava à bebida, era insuportável. Possuia, contudo, outras qualidades: era generoso, amigo dos seus amigos e leal com seus conselheiros. Dêste o mais importante era Mariano Donato Muñoz, ministro das relações exteriores, homem de cabedal intelectual, amigo e confidente do ditador. Como disse o poeta Gray no século XVIII, *"a favourite has no friend"*. Melgarejo dizia: *"Mandaré en Bolivia hasta que me dé la gana, y al primero que me la quiera jugar, lo hago patalear en media plaza"* (depoimento do diplomata chileno Sotomayor Valdés, em sua obra *"La Legación de Chile en Bolivia"*, Santiago, 1872, pág. 33).

Mariano Donato Muñoz dominava o ministério, não apenas por seus talentos, mas ainda pelo prestígio que lhe dava a amizade do ditador Melgarejo.

As informações, que a Chancelaria imperial vinha recebendo das capitais hispano-americanas, eram de molde a causar inquietações. Melgarejo, que era fundamentalmente um soldado e um caudilho, queria representar papel muito importante na política internacional dos países hispano-americanos. A Guerra da Tríplice Aliança poderia dar-lhe o motivo ambicionado. Homem que matara o presidente Belzu dentro do palácio, num verdadeiro duelo, impetuoso e versátil, Melgarejo só acreditava numa coisa: a glória militar. Por conseguinte, encontraria a glória das armas, se militasse a favor de Francisco Solano López. Alguns conselheiros segredavam-lhe a necessidade de tomar ostensivamente partido pela causa do ditador do Paraguai, então em luta com três países do continente. À vista das informações recebidas de Lima, Santiago, Bogotá e Sucre, a Chancelaria imperial tomou a decisão de despachar à Bolívia um enviado em missão especial. Os elementos mais representativos da diplomacia brasileira estavam todos ocupados e destacados em postos de importância, como os do Prata. Ademais, havia a cordilheira andina com suas alturas impressionantes. Melgarejo transferira a capital para La Paz, com seus 4.000 metros de altura.

A escolha da Chancelaria imperial, aprovada pelo Imperador, recaiu no antigo deputado "praieiro" de Pernambuco e conselheiro Filipe Lopes Netto (depois Barão de Lopes Netto), o qual foi nomeado Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial à Bolívia, no dia 29 de setembro de 1866. Eduardo Calado foi seu secretário.

As instruções passadas a Lopes Netto eram claras: deveria observar o proceder do govêrno boliviano, inteirar-se de suas tenções em face da Guerra da Tríplice Aliança; bem como deveria cuidar do problema dos limites, oferecendo à Bolívia ou as bases anteriores ou novas outras, que pudessem ser objeto de discussão. Pôsto as instruções não o dissessem, Lopes Netto teria também o encargo muito delicado de evitar, por todos os meios possíveis, que Melgarejo se precipitasse na guerra ao lado do ditador de Assunção. Suas instruções eram terminantes: deveria porfiar, trabalhar, pelejar por criar um ambiente favorável ao Império no seio do govêrno boliviano. *"Continue to pester, nag, and bite. Demand audiences. Don't take NO for an answer"*, foi assim que Churchill instruiu seu embaixador em Belgrado (*"The Grand Alliance"*). Lopes Netto recebera instruções dessa índole. Era uma missão delicada e o pôsto era sumamente difícil. No seio do govêrno de Melgarejo havia ressentimentos contra o Império. Cervantes dizia mui ajuizadamente que tôdas loucuras "proceden de tener los estómagos vacíos y los cerebros llenos de aire". Melgarejo estava dentro do conceito do autor de "Dom Quixote". Seu cérebro andava cheio dos vapores de poder desempenhar papel militar de relevância no panorama político da América do Sul. Suas simpatias iam para o govêrno de Assunção. Melgarejo considerava injusta a guerra contra o Paraguai. O govêrno de Assunção precisaria ser ajudado por outros países hispano-americanos. Em capitais do Pacífico, já havia sido aventada a idéia de uma "liga" de estados favoráveis ao govêrno de Assunção. Assinale-se que Melgarejo se enchia de satisfação quando lhe chamavam *"el Capitán del siglo"*. Sua amizade era vivamente requestada por outros países. Melgarejo fôra feito general dos exércitos chilenos. Em suma, nos Andes, de quebrada em quebrada, ecoava o estrépito de suas façanhas militares. Era um déspota militar, bem à imagem de outros hispano-americanos, dotado de uma

bravura absurda, uma fereza inconcebível quando tomado de raiva, e um coração generoso, quando satisfeito da vida.

Lopes Netto chegou a La Paz no dia 3 de fevereiro de 67. Encontrou desde logo um ambiente de prevenções e, ao mesmo tempo, um ambiente de simpatias ostensivas pela causa do ditador do Paraguai. No dia 7, foi recebido por Melgarejo no palácio do govêrno, na atual Plaza Murillo. Melgarejo, forte, quadrado, abaçanado de pele, com sua grande barba negra, fardado de capitão-general do exército boliviano, recebeu o Enviado especial de S.M. o Imperador, uniformizado e constelado de condecorações. A presença fidalga de Lopes Netto causou impressão ao ditador boliviano. Lopes Netto, com sua bela cabeça, ornada de basta cabeleira grisalha, suas linhas finas de rosto, seu olhar penetrante e sorridente, impressionou também os demais ministros de Melgarejo, todos homens de barbas compridas. Lopes Netto tinha o rosto raspado, o que lhe dava um ar de diplomata britânico.

As conversações com Melgarejo e Mariano Donato Muñoz começaram logo depois da apresentação da credencial. Foram por vêzes tempestuosas. Melgarejo era uma personalidade cheia de altos e baixos, repentes e tempestades, arroubos e generosidades. Dirá um historiador boliviano: "Es desprendido con la heredad nacional, cuando no la conoce personalmente. En cambio, se constituye en guardián celoso de lo que él cree boliviano, discutiendo palmo a palmo los territorios de las fronteras donde estuvo confinado. *"Esto si que no! Esto es boliviano!"*, exclama con énfasis cuando el Ministro brasilero López Netto trata de incluír en el mapa del Brasil, los pueblos de Santo Corazón y San Matías". (1) O negociador brasileiro procedeu com suma habilidade através de procelas bem duras. Não perdeu o prumo e conseguiu grangear o respeito e a amizade do ditador da Bolívia, o que ainda é mais espantoso. Demoveu-o também do propósito de uma parcialidade ativa pelo ditador de Assunção. No dia 27 de março de 67, Filipe Lopes Netto, do Conselho de S.M. o Imperador do Brasil, deputado à Assembléia geral legislativo do Império, comendador da Imperial Ordem da Rosa,

---

(1) ALFREDO SANJINÉS, "El Quixote Mestizo", La Paz, 1951, págs. 348-49.

oficial da Ordem de Leopoldo da Bélgica, etc., assinou com Mariano Donato Muñoz, ministro das relações exteriores da Bolívia, o famoso Tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradição. Ato diplomático muito importante, porque, além de outros méritos, definiu os limites entre o Império do Brasil e a Bolívia. De uma arquitetura modelar, êsse tratado, ainda hoje, deve ser considerado um grande tratado. Contudo, na Bolívia êle foi mal julgado, deturpado, torcido por historiadores fanáticos. Depois da queda de Melgarejo inventaram-se muitas lendas a respeito do tratado de 27 de março de 67, lendas absurdas que demonstram como a paixão político-partidária pode deturpar a história de um país quase tanto como aquêle processo de escrever ou desfazer história que se encontra no "1984", a fantasia sinistra de George Orwell... Lendas incríveis foram inventadas, para acusar Melgarejo e dar ao Enviado especial do Império poderes diabólicos de verdadeiro Cagliostro. [1] O historiador Alfredo Sanjinés explicou o assunto:

> "Al firmarse el tratado de 1867, se le acusó de haber vendido al Brasil parte del territorio nacional, en cambio del honor de recibir una alta condecoración, y hasta alguien afirmó que un caballo blanco fué el precio de dicho negociado. Se hizo de aquel famoso **factum** diplomático una terrible arma política contra su gobierno, organizándose, a su caída, un Jurado Nacional, formado por las más altas personalidades bolivianas; pero no obstante el profundo odio que le tienen sus adversarios, nada puede comprobársele. El veredicto nacional dijo: "1.º No esta probada la venta del desmembramiento que han hecho los acusados Mariano Melgarejo y Donato Muñoz, de una parte del territorio nacional; 2.º Se los declara delinquentes por la presión violenta y atentatoria que ejercieron sobre los diputados de la Asamblea".

Melgarejo e seu ministro das relações exteriores, Mariano Donato Muñoz, foram injustamente acusados por más negociações ou delitos que jamais cometeram... Ainda recentemente, um antigo diplomata inglês, Harold Osborne, em livro intitulado

---

(1) TEIXEIRA SOARES, **"Diplomacia do Império no Rio da Prata"**, Rio, 1955, págs 261 e segs.

"Bolivia", publicado pelo Real Instituto de Assuntos Internacionais, de Londres, repetiu a patranha de que, pelo tratado de 1867, a Bolívia houvesse cedido ao Brasil mais ou menos 100.000 quilômetros quadrados. Eis o que disse o imaginoso escritor inglês:

> "Scarcely less damaging to Bolivia (refere-se o autor antes à liquidação da guerra do Pacífico) was a treaty signed with Brazil in 1867 by which some 100.000 square kilometres on the right bank of the rivers Paraguay and Mamoré were ceded to Brazil in return for illusory commercial advantages" (**"Bolivia"**, Londres, 1954, pág. 58).

Em resposta à afirmação imaginosa e estapafúrdia do escritor inglês, leia-se o que diz o Barão do Rio-Branco, com sua grande autoridade de historiador, geógrafo e Chanceler do Brasil:

> "Pelo Tratado de 27 de março de 1867, com a Bolívia, estabelecendo a linha Javari-Beni — muito diferente da de 1777 —, o Brasil **cedeu** (o grifo é do Autor do presente trabalho) a essa República os territórios do Juruá e do Purus, com os seus afluentes entre os quais o Gregório, o Tarauacá, o Acre ou Aquiri, e o Yiaco ou Hiaco, ao sul da dita linha Javari- Beni. Pelo Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, **recuperou-os** (grifo do Barão do Rio-Branco), resgatando ao mesmo tempo, mediante uma indenização e outras compensações, o seu título anterior, português-brasileiro...". (1)

O Tratado de 67, grande vitória de Lopes Netto, reconheceu, para a demarcação da fronteira entre os dois países, o princípio do *uti possidetis*, princípio pelo qual havia constantemente pugnado o Império em todos os seus ajustes, negociados com as nações limítrofes. Pela primeira vez se definiu a fronteira entre os dois países vizinhos e amigos. Contudo, há mais a

---

(1) BARÃO DO RIO-BRANCO, **"O Tratado de 8 de setembro de 1909"**, Rio de Janeiro, 1910, pág. 13. Consultar também TEIXEIRA SOARES, **"Diplomacia do Império no Rio da Prata"**, Rio de Janeiro, 1955, págs. 263 e segs.

ponderar: o tratado de 67 foi favorável à Bolívia como disse, no Senado imperial, o Barão de Cotegipe em discurso de 23 de julho de 1872. O artigo XXIX do referido tratado estipulou: "As duas Altas Partes contratantes se comprometem a negociar antes da expiração daquele prazo de seis anos um novo tratado com as alterações e disposições que a experiência e os interêsses dos dois países tornarem necessárias". A Bolívia jamais recorreu ao recurso contido no cláusula XXIX.

Em 17 de setembro de 69, Ponte Ribeiro escreveu ao Barão de Cotegipe o seguinte: "Tenho ouvido com paciência de Job as asserções de terem sido ineptos todos os diplomatas enviados pelo Govêrno imperial às Repúblicas do Pacífico, antes de mandar o Sr. Conselheiro Lopes Netto; e que chegando êste à Bolívia obteve tudo quanto o Brasil queria e mudou a política seguida por êste então naquelas Repúblicas. Sabe V. Excia. que quem mudou a política foi o Govêrno imperial, autorizando agora o Sr. Lopes Netto a fazer à Bolívia concessões que lhe havia negado constantemente, quando as circunstâncias do Império não eram azarosas como se apresentavam na época em que lá mandou aquêle plenipotenciário; concessões que êle ampliou e feitas por outro talvez lhe arrostasse séria responsabilidade. O tratado feito pelo Sr. Lopes Netto podia ter sido concordado por mim em 1837, se o Govêrno imperial tivesse admitido essa fronteira de 27 de março de 1867. Era a terceira e última hipótese que apontei em uma memória e mapa geográfico que a acompanhou, com três hipóteses de linhas fronteiras para serem sucessivamente apresentadas. Não estêve por isso o Govêrno imperial; nem, quando mais tarde, em 1863, mandou o Sr. João do Rêgo Monteiro àquela República para concordar um tratado de limites, o autorizou para admitir essa fronteira, antes lhe ordenou retirar-se se o govêrno boliviano insistisse nela, como sucedeu. O Sr. Lopes Netto apresentou-se na capital da Bolívia, quando o general Melgarejo acabava de subir ao poder por meio de uma revolução e para sustentar-se precisava concitar a opinião pública; e conhecendo que os bolivianos anelam pela navegação dos rios Amazonas e Paraguai, que o Sr. Lopes Netto oferecia, admitiu prontamente o projeto de tratado que êste

apresentou, fazendo-lhe ainda alterações para que não estava autorizado". (1)

Êsse Tratado de 67 prestou-se a interpretações várias. Não faltou quem dissesse, ou desse a entender, que Lopes Netto titereara Melgarejo, dêste obtendo tudo quanto pretendera. Então, Lopes Netto deveria ser um diplomata de rara habilidade. Sotomayor Valdés, encarregado de negócios do Chile, testemunha do govêrno de Melgarejo, escreveu o seguinte em obra muito curiosa:

> "Evitar pues la alianza de Bolivia con el Paraguay, i aun aquellas condescendencias i ausilios que, sin comprometerse en la guerra, suele prestar a un belijerante un pueblo amigo, fué indudablemente uno de los pensamientos que el gobierno del Brasil tuvo, al acreditar la misión estraordinaria de 1867 cerca del gobierno de Bolivia. Natural era que esta vez, al tratarse de los límites entre ambos Estados el Brasil estuviera dispuesto a ceder mucho de sus antiguas pretensiones, i que Bolivia, comprendiendo las propias pretensiones que antaño, con la casi seguridad de triunfar. Para nada menos que esto. La deferencia de Bolivia fué la del vencido i del impotente. El Brasil trazó su linea divisoria, segun su antiguo plan, i el gobierno de Bolivia subscribió; el Brasil prometió por **seis anos, como una concesión especial** a Bolivia, la navegación de aquellos rios que corriendo el territorio del Imperio, desembocan el oceano, i cuyas aguas eternas son regaladas por las vertientes bolivianas, i el gobierno de Bolivia subscribió; el Brasil charló, intrigó, prodigó sus lisonjas i dádivas a los gobernantes, i retiró la mano empuñando en ella el tratado de amistad, limites, etc., dejando al pueblo boliviano furioso, pero impotente, i a su despotico gobierno mui ufano de ostentar la cucarda imperial, a fuer de buen amigo i de regalador de comarcas envidiables". (2)

O depoimento de Sotomayor Valdés é acrimonioso. Naturalmente, o diplomata chileno, querendo fazer-se de cavalo re-

---

(1) JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, "Um diplomata do Império", São Paulo, 1952, pág. 358. — A Colômbia protestou contra o tratado de 27 de março de 67, alegando pretensões territoriais, supostamente fundadas em Reais Cédulas. Nascentes de Azambuja rebateu a argumentação da chancelaria colombiana, em nota de 14 de fevereiro de 69, admiràvelmente argumentada.

(2) SOTOMAYOR VALDÉS, "La Legación de Chile en Bolivia", Santiago, 1872, págs. 101 e 102.

belão e duro de bôca, irrogara ao govêrno boliviano uma covardia ascosa e pintara o negociador brasileiro como possuidor de poderes diabólicos. Em sua obra, o que é bastante curioso, o encarregado de negócios do Chile não dá a menor informação que demonstre ter tido contactos pessoais com Lopes Netto. E La Paz de Ayacucho, naquele tempo, era uma cidade pequena, onde tôda a gente deveria forçosamente conhecer-se... Talvez Sotomayor Valdés tivesse o propósito de fazer uma intriga, junto a seu govêrno, contra o representante imperial. Talvez... Fique-se no talvez... Num meio sumamente difícil e hostil ao Império, Lopes Netto ter-se-ia recordado das palavras do Père Joseph a Richelieu: *"Il faut se servir de ces choses ainsi que des venins, dont le peu sert de contre-poison et le trop tue"*.

Vicente G. Quesada, no volume terceiro de sua obra *"Historia diplomática latino-americana"*, afirmou que, em La Paz, Lopes Netto sustentou doutrinas opostas às de Paranhos em suas negociações com Berges no Paraguai. (1) Reproduziu, nesse volume, trecho de um opúsculo boliviano, onde se encontra a surpreendente afirmação:

> "Por el articulo 2.º, deja Bolivia al Brasil el dominio de las dos márgenes del alto Paraguay desde la laguna Negra hasta el Jauni, cede unas 16.000 leguas cuadradas de su territorio; retira hasta la confluencia del Peru con el Madera la linea de su frontera, que corria de dicho Madera al Javari; y consiente, por último, que el Brasil conserve sus fuertes de Coimbra y Albuquerque en el territorio mismo de la provincia de Chiquitos". (**"Bolivia y el Brasil"** — Cuestión de límites — Por unos bolivianos —, 1868).

Êste pedaço de ouro demonstra o desconhecimento, existente então na Bolívia a respeito dos limites com o Brasil. Como se estivessem enfeitados de rosmaninho e de giestas em flor, os escritores bolivianos do tempo se permitiam as afirmações mais absurdas, reveladoras de total desconhecimento do Tratado de Madrid, de 1750. Para êles, títulos históricos de

(1) VICENTE G. QUESADA, **"Historia diplomática latino-americana"**, III vol., **"La Política imperialista del Brasil"**, Buenos Aires, 1920, pág. 224.

nada valiam. Os fortes de Coimbra e Albuquerque foram fundados no século XVIII pelos Portuguêses. Estabeleceram êstes domínio real sôbre ambas as margens do rio Paraguai também naquele século. Vila Bela de Mato Grosso foi fundada à margem do rio Guaporé pelos Portuguêses no século XVIII. O rio Jauru, afluente do Paraguai, foi descoberto pelos Portuguêses e por êstes navegado, nas emprêsas de busca do ouro. Todo o território, que demora entre o rio Potuba, afluente do Paraguai, de um lado, e o rio Guaporé e a serra de Ricardo Franco, do outro, foi explorado e assenhoreado pelos Portuguêses no século XVIII. O Tratado de Madrid confirmou as posses lusitanas nessa região, tornando privativo dos Portuguêses o caminho de Cuiabá e a navegação do Jauru (artigo VII).

A despeito do juízo severo de Ponte Ribeiro, é preciso salientar que a missão especial de Lopes Netto à Bolívia foi um êxito. Desejoso de ter papel muito importante na guerra da Tríplice Aliança, Melgarejo despachara a Assunção, como agente confidencial seu, o general Armaza, argentino de nascimento, mas naturalizado boliviano, para conversar com López sôbre a possibilidade de uma aliança. López, em sua incrível paixão, suspeitando que Armaza fôsse um espião argentino, prendeu-o e fuzilou-o... Êste episódio dá idéia do espírito de vingança pérfida de Solano López. À vista disso, Melgarejo abandonou qualquer propósito de entender-se com o ditador do Paraguai.

REVOLTA DOS "BLANCOS" NO URUGUAI. — ASSASSINATO DE FLORES E BERRO

Durante o govêrno de Flores, a situação interna do Uruguai não melhorara. Muito personalista, e como bom caudilho do Prata, Flores punha sua vontade acima de tudo. Ademais, seus apetites de mando eram muito grandes. Ocupado com a guerra externa, Flores adiara o plano de reorganização nacional. Detestando do fundo d'alma os "bacharéis", o caudilho entendia que era preciso muito bom senso e muito vagar na obra da reorganização nacional. Que não lhe viessem com idéias de outros países, porque o Uruguai delas não precisava. O caudilho "colorado" tinha uma desnudez intelectual notável. Em cultura política, só existia uma doutrina: sua vontade. Ora, os inimigos

de Flores, que eram muitos, estavam atentos e começaram a murmurar. No entender dêles, o caudilho era um déspota. Procurava perpetuar-se no poder, não dando vaza a ninguém. Contudo, os "blancos" também eram despóticos. Atestara-o a guerra civil, recém-finda. Quanto às idéias de fora, era preciso andar ao compasso do tempo, afirmavam "intelectuais" de Montevidéu. Göethe já dissera no "*Fausto*":

Nem tudo que é da estranja há de enjeitar-se.
Muita coisa há bem boa em longes terras.
Sou alemão de lei: detesto a França,
Pessoalmente falando; agora, os vinhos...

Em 1866, verificou-se novo adiamento. As explicações dadas não foram convincentes. A vida de Flores era atrapalhada por seus conselheiros. O prestígio de Flores começou a sofrer embates rijos. Aumentou a decepção dos "bacharéis". Os homens de espada à cinta entenderam que Flores tinha razão. Era preciso dar tempo ao tempo e consolidar o govêrno. Em 67, a situação já era de intranqüilidade. Afinal, reunidos seus ministros e conselheiros em capítulo, o caudilho, três anos depois de haver assumido o poder, resolveu fixar as eleições dos senadores e deputados para novembro de 67. Os "blancos", estomagados pela espera, murmuraram que a vida constitucional do país dependia dos bons ou maus humores do caudilho. As figuras mais prestigiosas do partido "blanco", useiras e vezeiras em tramas revolucionárias, acharam que deveriam liquidar a situação anômala, criada por Flores. Era preciso recorrer a meios drásticos. Os inimigos do "Gobernador Provisional" estavam articulando um movimento revolucionário. Em fevereiro de 68, o coronel Timóteo Aparício, cacique "blanco", à testa de 200 homens, atacou Salto. Repelido, refluiu para Entre-Rios. A situação tornou-se grave através da campanha uruguaia. A 15 de fevereiro de 68, o grande caudilho entregou o govêrno ao presidente do Senado. Os "blancos" desconfiaram da renúncia de Flores. A 19 de fevereiro, deveria iniciar-se novo movimento revolucionário, dos "blancos". Ao meio-dia começaram a circular pelas ruas de Montevidéu, em magotes, homens trajados de negro com lenços brancos atados ao pescoço:

o distintivo dos revolucionários. Simulando despreocupação, esperavam a ordem de ataque. Parece ter havido qualquer desconcêrto nos planos revolucionários, porque a ação foi precipitada por Bernardo Berro. À testa de 24 homens armados, Berro atacou a Casa do Govêrno, matando uma sentinela e prendendo a guarda. Logo a seguir, procedendo com grande rapidez, o coronel Zenón Freire, comandando um grupo de uns 40 homens, atacou o Quartel de Dragões. O comandante do regimento, Agustin Aldecoa, ajudado pelos oficiais, repeliu o ataque. Pelas ruas de Montevidéu, a mafra miúda ululava, praticando desatinos. Ao estalarem os primeiros tiros, amigos de Flores bateram à sua porta, em calle Florida, quase na esquina de Mercedes, em pleno centro da cidade. Flores sai precipitadamente, entra numa carruagem acompanhado por dois amigos, Antônio Maria Márquez e Amadeu Errecart. A tipóia seguiu em direção ao Cabildo, hoje sede do Ministério das Relações Exteriores. Ao entrar na Calle Rincón, foi a carruagem detida por um magote de homens armados, entrincheirados por detrás de uma carreta propositadamente colocada no meio da rua. Flores reclama contra o inesperado tropêço. Nesse momento, êsses indivíduos, que trajam ponches gaúchos, cercam a carruagem do caudilho e o apunhalam repetidas vêzes. Dispersam-se os agressores. Os dois amigos retiram Flores da tipóia e o colocam sôbre o meio-fio da calçada. Um sacerdote recolhe as últimas palavras de Flores. A notícia propaga-se como um rastilho de pólvora. Os "colorados" clamam vingança, dirigem-se ao chamado "Fuerte", isto é, a Casa do Govêrno. Nesse momento, daí sai Júlio Henrique de Melo e Alvim, Encarregado de negócios do Império, que assistiu à morte do comissário Barbot. A Casa do Govêrno é atacada. Berro encontra-se numa das salas, dando ordens. Começam as deserções. A Plaza Zabala está transformada em campo de batalha. Berro sai então do palácio por uma das portas dos fundos e desce tranqüilamente uma das ruas em direção ao "Cubo del Sur", pequeno fortim do pôrto, onde o esperava uma lancha que deveria levá-lo a uma fragata espanhola. Reconhecido por um magote de partidários de Flores, Bérro é conduzido ao Cabildo. Ao passar pela "Comisaria de Ordenes", conta Pivel Devoto, Pedro Varela disse-lhe: "Que há hecho, Don Bernardo?" Berro

o distintivo dos revolucionários. Simulando despreocupação, esperavam a ordem de ataque. Parece ter havido qualquer desconcêrto nos planos revolucionários, porque a ação foi precipitada por Bernardo Berro. À testa de 24 homens armados, Berro atacou a Casa do Govêrno, matando uma sentinela e prendendo a guarda. Logo a seguir, procedendo com grande rapidez, o coronel Zenón Freire, comandando um grupo de uns 40 homens, atacou o Quartel de Dragões. O comandante do regimento, Agustin Aldecoa, ajudado pelos oficiais, repeliu o ataque. Pelas ruas de Montevidéu, a mafra miúda ululava, praticando desatinos. Ao estalarem os primeiros tiros, amigos de Flores bateram à sua porta, em calle Florida, quase na esquina de Mercedes, em pleno centro da cidade. Flores sai precipitadamente, entra numa carruagem acompanhado por dois amigos, Antônio Maria Márquez e Amadeu Errecart. A tipóia seguiu em direção ao Cabildo, hoje sede do Ministério das Relações Exteriores. Ao entrar na Calle Rincón, foi a carruagem detida por um magote de homens armados, entrincheirados por detrás de uma carreta propositadamente colocada no meio da rua. Flores reclama contra o inesperado tropêço. Nesse momento, êsses indivíduos, que trajam ponches gaúchos, cercam a carruagem do caudilho e o apunhalam repetidas vêzes. Dispersam-se os agressores. Os dois amigos retiram Flores da tipóia e o colocam sôbre o meio-fio da calçada. Um sacerdote recolhe as últimas palavras de Flores. A notícia propaga-se como um rastilho de pólvora. Os "colorados" clamam vingança, dirigem-se ao chamado "Fuerte", isto é, a Casa do Govêrno. Nesse momento, daí sai Júlio Henrique de Melo e Alvim, Encarregado de negócios do Império, que assistiu à morte do comissário Barbot. A Casa do Govêrno é atacada. Berro encontra-se numa das salas, dando ordens. Começam as deserções. A Plaza Zabala está transformada em campo de batalha. Berro sai então do palácio por uma das portas dos fundos e desce tranqüilamente uma das ruas em direção ao "Cubo del Sur", pequeno fortim do pôrto, onde o esperava uma lancha que deveria levá-lo a uma fragata espanhola. Reconhecido por um magote de partidários de Flores, Bérro é conduzido ao Cabildo. Ao passar pela "Comisaria de Ordenes", conta Pivel Devoto, Pedro Varela disse-lhe: "Que há hecho, Don Bernardo?" Berro

subir el crédito de una monarquia que iba á derrumbarse". A exploração da guerra feita por *El Mercantil del Plata* se tornou de tal maneira escandalosa que, em Montevidéu, surgiu um jornal, *El Heraldo,* para defender a causa do Império, — fato desconhecido dos historiadores brasileiros. Parece que êsse jornal foi lançado com recursos financeiros de Mauá. Em editorial de 12 de setembro, *El Mercantil del Plata* atirou-se contra *El Heraldo,* dizendo:

> "En otro articulo hemos de demonstrar que es el partido liberal el que ha cedido al Brasil una parte del territorio de la República, y que es ese mismo partido el que ha fraguado la anexión de la República Oriental á la Argentina y el que acaso pretende obtener el **protectorado del Brasil,** á estar á las aseveraciones del **Centinela del Brasil,** diário que con el título de **El Heraldo** se publica bajo los auspicios del Ministerio, del que según se dió alguna vez á entender recibe sus inspiraciones".

O Banco Mauá era atacado por *El Mercantil del Plata* que, de uma feita, declarou: "La sombria presencia del Imperio entre nosotros es augurio de muerte..." Outro jornal, *El Orden,* mostrou-se mais favorável à política do Império, defendendo-a por vêzes com habilidade.

A linguagem dêsses jornais de Montevidéu demonstra claramente que, durante a Guerra da Tríplice Aliança, a política do Império era atacada com sanha, tanto em Montevidéu como em Buenos Aires.

NOTA — O Autor do presente trabalho deu-se à tarefa de ler os principais jornais uruguaios, durante os período de 65 a 70, na Biblioteca Nacional de Montevidéu. Trata-se de jornais desconhecidos no Brasil, que, em sua mor parte, hostilizaram vivamente a política do Império no Rio da Prata.

X

FINAL DA GUERRA. — GOVÊRNO PROVISÓRIO EM ASSUNÇÃO. — COTEGIPE E PARANHOS. — TRIUNVIRATO PARAGUAIO. — COMPLICAÇÕES DO PROBLEMA DO CHACO, EM FACE DO IMPÉRIO E DA ARGENTINA

"...e tinham sôbre si, por seu rei, o Anjo do abismo, chamado em hebreu Abadon e em grego Apollyon, que em latim quer dizer Exterminador".

(APOCALÍPSE)

A DESPEITO de haverem sido mal conduzidos, os soldados paraguaios revelaram através da campanha surpreendente capacidade de sacrifício e de heroísmo. Francisco Solano López, à medida que se retirava para o norte, isto é, para a cordilheira, ia deixando um estendal de ruínas e de crimes. Desorbitado por planos inverosímeis, o ditador do Paraguai não se convencia de que estivesse vencido. Prolongando a guerra, aumentava de dia para dia os sacrifícios do seu povo, nobre e heróico. Quem se der ao trabalho de estudar a guerra da Tríplice Aliança, terá de fazer em sã consciência uma separação entre o ditador López — e o povo paraguaio. Terá de reconhecer as loucuras do chefe militar. Mas, terá de exaltar o heroísmo do soldado paraguaio, provado através de terríveis vicissitudes, que ainda hoje empolgam.

Em janeiro de 69, Assunção foi ocupada por fôrças brasileiras, sob o comando do general Fonseca Hermes. Mme. Lynch, alma danada do ditador —, no entender de Washburn, alentava

López, que nem sempre revelava coragem em transes difíceis. O ministro norte-americano disse em sua obra: *"Madame Lynch, for some purpose of her own, was always trying to increase the natural cowardice of López. She had an abundance of that courage of which he was so greatly in want and in time of battle would expose herself where the danger was greatest"* (*"History of Paraguay"*, vol. II, pág. 397). As palavras de Washburn são evidentemente desprimorosas para Francisco Solano López. O sucessor de Washburn, o general Martin T. McMahon, que havia apresentado a credencial a López no acampamento militar do ditador, em Piquisiri, procurou arrogar-se o papel de mediador entre os paraguaios e os aliados, fazendo-o com surpreendente falta de jeito. Quando o Marquês de Caxias, o coronel-general Enrique Castro e o brigadeiro-general Juan A. Gelly y Obes enviaram uma nota a López, concitando-o a poupar suas tropas a novos desastres sangrentos (e nessa altura Caxias dispunha de 60.000 homens bem aparelhados) e a render-se, o ditador paraguaio consultou-se com os conselheiros e com MacMahon, o que era bem estranho. A resposta de López, datada de 24 de dezembro de 69, foi enfàticamente negativa. Nessa resposta, McMahon teve seu quinhão de pêso. [1]

Os aliados tinham noção exata de que López estivesse vencido. Contudo, o ditador queria prosseguir numa guerra implacável, guerra perdida, guerra monstruosa. Eminentes cidadãos paraguaios, como Loizaga, Bedoya, Egusquiza e Valiente, entendiam que a guerra deveria terminar, porque imensos eram os sacrifícios do povo paraguaio. Enviaram um memorial, que foi examinado em Buenos Aires por Mariano Varela, ministro das relações exteriores da Argentina, Paranhos e Adolfo Rodríguez, representante uruguaio. Nessa altura dos acontecimentos, Paranhos, Enviado do Império em missão especial, recebera instruções especiais do Barão de Cotegipe (1.º de fevereiro de 69). Com admirável espírito crítico, Cotegipe aventou várias hipóteses, à luz dos acontecimentos que se pro-

---

(1) Nas instruções de Cotegipe a Paranhos lê-se: "Presume-se também, e com fundamento, que o general McMahon, ministro dos Estados Unidos da América, se acha junto ao ditador e o anima com a sua presença".

cessavam no Paraguai. Salientou que os *neutros* se mostravam inclinados à causa do Paraguai. López continuava em armas na mão, ocupando ainda parte substancial do território nacional. Por conseguinte, no entender de Cotegipe, importava, antes de mais nada, "manter a fôrça moral de nossa causa" e "desviar os neutros de qualquer procedimento favorável ao inimigo". Para tanto, urgia constituir o govêrno provisório paraguaio. Cotegipe entendia que êsse govêrno deveria *aderir* ao Tratado da Tríplice Aliança e que no tratado de paz, por mútuo parecer e concordância dos aliados e do govêrno provisório, se podia fazer qualquer modificação no interêsse do Paraguai. Ademais, constituído o govêrno provisório, os aliados poderiam celebrar com êle um tratado de paz, mesmo que continuassem as operações militares que só poderiam findar com a captura ou expulsão de López do território nacional.

Paranhos desde logo encontrou tropeços em suas conversações com Varela e Rodríguez. As bases por êle apresentadas aos seus colegas fundavam-se nas instruções de Cotegipe. A 8 de maio de 69, Varela apresentou um memorandum a Paranhos, no qual apareceram imprevistamente certas recriminações à política do Império, o que surpreendeu o representante brasileiro. Disse Varela que o govêrno argentino desejou, talvez antes dos demais aliados, que o Paraguai possuísse autoridades próprias e que estas deveriam manter a ordem, administrar os interêsses locais e preparar a futura organização do país. "Um govêrno assim constituído — concluiu Varela — satisfaz as necessidades presentes e não pode trazer complicação alguma, porque recebe suas constituição dos aliados, que temporàriamente exercem a soberania no território que dominam".

Viu-se o Enviado especial do Brasil na situação de ter de apresentar contrariedade aos argumentos de Varela, que tinham certa peçonha. A 17 de maio, Paranhos entrou com a contestação. É muito importante assinalar êste ponto de partida das divergências que se manifestarão entre a Argentina e o Brasil, no tocante à visão geral dos problemas paraguaios. Paranhos possuia uma ilustração integral dos problemas do Prata e sabia lidar com os representantes dos países da região. Sentiu desde o primeiro momento que a argumentação de Varela era especiosa. Que ela estivesse encobrindo propósitos

ainda não claros, não havia dúvida. Que ela pretendesse estabelecer uma distinção de critério político entre os aliados, também não havia dúvida. Por conseguinte, era fundamental atalhar o mal, que se prenunciava, pela raiz. Daí, pois, a maneira lógica e cerrada com que Paranhos replicou a Varela. Disse o representante brasileiro que a Argentina havia sugerido a nomeação de autoridades militares para governar o país. No entender de Paranhos, tais autoridades não teriam independência, porque ficariam subordinadas a outras superiores. Por isso, o Império não havia aceitado essa idéia. Quanto ao argumento invocado de que a instituição de um govêrno com sede na capital paraguaia pudesse dar à guerra contra López o caráter de uma guerra civil, Paranhos o rebateu, alegando precedentes históricos verificados em 1852 e 1864, quando o Brasil se uniu a Montevidéu, Corrientes e Entre-Rios na luta contra Rosas e a Flores na luta contra o govêrno "blanco". "Aí nenhum dos aliados perdeu seus direitos de beligerante, nem encontrou embaraços na ação civil da autoridade local, argentina ou brasileira". Sob o ponto de vista de Direito internacional, Paranhos alegou que os beligerantes podem nomear autoridades temporárias para as cidades que ocupam por fôrça das armas. Por isso, autoridades paraguaias podiam ser nomeadas pelos aliados. "Os aliados — disse Paranhos — têm também em vista o fim político de demonstrar pràticamente suas intenções quanto à independência da República do Paraguai, honrar a adesão dos paraguaios à causa da aliança e pôr em ação êsse meio moral para a conclusão da guerra". A argumentação de Paranhos era segura. Reportando-se à cláusula VI do Tratado da Tríplice Aliança (determinava que os aliados só deporiam as armas depois de derrocado o govêrno de López e não tratariam em separado com o ditador, nem celebrariam tratado de paz, tréguas, armistício ou convenção alguma para findar a guerra, senão de comum acôrdo), o Enviado especial salientou a importância da cláusula XIII (os aliados oportunamente nomeariam os plenipotenciários para a celebração dos ajustes, convenções ou tratados que tivessem de fazer com o govêrno que se estabelecesse no Paraguai). Dizia então Paranhos a Varela: "Estabelece-se ou não um govêrno no Paraguai, que vai ser reconhecido pelos aliados, que será para êstes o único

real e legítimo? Logo, com êsse govêrno se pode tratar e é conveniente que se trate. Tratando com êsse govêrno, admitindo-o ao seio da aliança, esta não se impõe nem se degrada; recebe e dá garantias, que os direitos e deveres recíprocos ou comuns exigem".

A argumentação de Paranhos invalidou os pontos principais do memorandum de Varela, o que equivalia dizer do representante uruguaio, ligado ao chanceler argentino.

Paranhos concluiu seu memorandum da seguinte maneira: "O Govêrno imperial aceita o reconhecimento de um govêrno provisório no Paraguai, conforme as bases discutidas nas conferências dos três plenipotenciários; julga que êsse govêrno provisório é também competente para os ajustes definitivos de paz e que sua criação é uma necessidade urgentíssima, a bem dos interêsses dos aliados e do povo paraguaio".

O representante uruguaio discordou das idéias de Paranhos. Assim, Varela e Rodríguez estavam vinculados pelo mesmo ponto de vista, contrário ao do plenipotenciário brasileiro.

Os plenipotenciários voltaram a reunir-se a 2 de junho de 69, havendo a discussão sido minuciosa sôbre uma emenda apresentada por Varela e Rodríguez. Afinal, negociando-se sôbre o texto apresentado, na tarde de 2 de junho de 69 chegou-se à redação do protocolo das condições para reconhecimento do govêrno provisório que se estabelecesse no Paraguai. No final de contas, o documento representou um triunfo para Paranhos. Constante de oito artigos, o protocolo determinou que o govêrno provisório, que se estabelecer, será de livre escolha dos cidadãos paraguaios que se encontram no território libertado da tirania de López; êsse govêrno será integrado por personalidades que dêm garantias de estabilidade e de perfeita inteligência com os aliados; o govêrno, atento ao interêsse nacional bem como tomando em consideração as mais generosas simpatias dos governos aliados, será de livre eleição e, neste particular, poderá contar com a simpatia dos aliados; o govêrno, "sem deixar de ter plena liberdade no exercício de sua soberania nacional", e ciente do tratado de aliança, "se obrigará a proceder de inteiro acôrdo com os aliados até a terminação da guerra"; em conseqüência disto, o govêrno não poderá tratar com o marechal López nem com pessoa que o represente ou sôbre quem influa; a ação dos

aliados ficará inteiramente livre e independente do govêrno provisório no que diz respeito às operações militares e à jurisdição militar dêles; o govêrno provisório poderá prestar qualquer concurso possível para as operações militares dos aliados; a jurisdição civil e militar do govêrno provisório não se estenderá aos quartéis, acampamentos ou indivíduos pertencentes aos exércitos aliados; todos os indivíduos, navios, víveres, forragens e outros materiais de qualquer espécie, pertencentes aos exércitos aliados, ou a seus fornecedores, terão entrada e saída livre pelo território paraguaio com isenção de quaisquer ônus e sem outra fiscalização que a concedida aos generais ou aos representantes diplomáticos dos países aliados.

A 8 de junho, os plenipotenciários comunicaram o protocolo à comissão paraguaia que se havia constituído para tratar com os aliados, a respeito da formação de um govêrno provisório na capital do país. A comissão paraguaia respondeu, a 11, aceitando as estipulações do protocolo. No dia seguinte, os notáveis do Paraguai (num total de cêrca de 200) começaram a trabalhar para congregar elementos. A 22 de julho, 134 paraguaios elegeram as personalidades, em número de 5, que deveriam escolher o triunvirato, isto é, o govêrno *livre* do país. A 15 de agôsto, o triunvirato ficou constituído: Rivarola, ministro do Interior, Guerra e Marinha; Loizaga, ministro das Relações Exteriores; Bedoya, ministro da Fazenda.

Paranhos e Varela pronunciaram discursos em Assunção, ao instalar-se o govêrno provisório. Rivarola agradeceu em palavras repassadas de profunda emoção. Mais tarde, por decreto de 2 de outubro de 69, foi abolida a escravidão no país.

*
* *

As eleições presidenciais de 68 foram de alto significado político para a Argentina. Apresentaram-se três chapas: Sarmiento - Alsina, Urquiza - Paunero e Elizalde - Ocampo. A primeira era de fundo "popular"; a segunda, de fundo "caudilhesco-militar"; a terceira, de fundo "aristocrático". Sarmiento venceu nas eleições. Era então êle ministro nos Estados Unidos. O grande argentino, que dissera: "es necesario hacer del pobre

gaucho un hombre útil a la sociedad; para eso necesitamos hacer de toda la República una escuela", embarcou no vapor "Merrimac", em Nova York e chegou ao Recife. Soube então da tomada de Humaitá. Em São Salvador, Sarmiento leu "El Siglo", de Montevidéu, que lhe emprestava a idéia de fazer paz em separado com López. Na Côrte, Torrent, ministro da Argentina, informou-o de que o Imperador desejava vê-lo. E foram ambos, Dom Pedro II e Sarmiento, a uma sessão do Instituto Histórico. Sarmiento valeu-se do ensejo para declarar a Dom Pedro II que não tinha o fito de fazer paz com o Paraguai, nem mantinha sentimentos adversos ao Império.

Sarmiento ver-se-á assoberbado pelos problemas derivados da Guerra da Tríplice Aliança. Fazer uma paz duradoura é muito mais difícil que fazer uma guerra. Ricardo Rojas afirmou que, entre tais problemas, se encontravam "las exigencias diplomáticas del Imperio del Brasil, que había sido nuestro aliado pero que no ocultaba propósitos de hegemonia". A situação interna era delicada. Em várias províncias, ainda havia caudilhos. Verificaram-se revoluções em Corrientes, San Juan (terra de Sarmiento) e Salta. Na província de Entre-Rios, López Jordán levantou-se contra o govêrno legal, havendo sido derrotado em Naembé e Don Gonzalo. Urquiza reconcilia-se com Sarmiento, para ser logo depois assassinado, o que causou profunda comoção pública. A "questão andina", isto é, os limites da Patagônia, foi outra preocupação para Sarmiento. Contudo, o mais importante era a liquidação da guerra da Tríplice Aliança. Sarmiento era um lutador e tinha lampejos de verdadeiro estadista. Confiava em Mariano Varela, seu ministro das relações exteriores. No entanto, Varela não era a figura para o pôsto naquele momento, maximè tendo de lidar com a diplomacia do Império. Varela era um idealista e confiava, por demais, em suas opiniões. "Não tens inimigo mais poderoso, mais astuto, mais emperrado e mais doméstico, do que é teu amor próprio. Se queres errar freqüentemente, sentencia pelo seu voto", afirmou o clássico Bernardes. Com muita habilidade e real tenacidade, Paranhos vencera as oposições suscitadas por Varela e Rodríguez; mas, o problema crucial da cláusula XVI continuava de pé. Alberdi, o fogoso Alberdi, ressumante de má vontade para com o Império, referindo-se

àquela estipulação do Tratado da Tríplice Aliança, disse que se tratava de "um assalto sôbre territórios que tôdas as cartas geográficas conhecidas, mesmo as argentinas, atribuíam ao Paraguai e à Bolívia: o *Chaco boreal* até os 20º de latitude (Baía Negra). O Brasil teria deixado ao seu aliado atribuir-se todo o Continente, até o Equador. Que mal havia nisso?" Alberdi ignorava ou parecia ignorar que o Tratado da Tríplice Aliança fôra, em sua mor parte, obra de Elizalde. O ministro das relações exteriores, ao negociar o tratado, fizera empenho em fazer valer as pretensões do seu govêrno. Contudo, segundo a expressão de Alberdi, a diplomacia brasileira iria fazer cair *"todos eses castillos en el aire de su aliado"*. Os acontecimentos diplomáticos irão assumir um cariz muito sério.

Por ocasião da conferência de Teeran, durante a última guerra, Winston Churchill escreveu em suas memórias que *"in war-time, Truth is so precious that she should always be attended by a bodyguard of lies"* (*"Closing the ring"*). Nessa quadra atormentada de 69, em que a diplomacia do Império fazia prodígios, a verdade, por ela defendida, esbarrava na proliferação de calúnias e mentiras, divulgadas em Buenos Aires e Montevidéu, isto é, na retaguarda, que necessitava de mais defesa que a linha de batalha nas savanas e cordilheiras do Paraguai. Por isso, a ação da diplomacia brsileira, atendendo ao mesmo tempo a diferentes setores, foi realmente ímpar. Paranhos teve de lutar com a atitude estranha de Varela, ministro das relações exteriores de Sarmiento, idealista e honesto, mas amante de conceitos abstratos. Varela, em sua conceituação do problema, achava que as cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança eram por demais duras e que o Paraguai talvez merecesse melhor tratamento. Varela contrariava, pois, a política de Elizalde. E mais que isso: a política de Mitre. Varela entendia que a vitória não dava direitos às nações aliadas de considerar como definitivos os limites assinalados no Tratado da Tríplice Aliança. Daí, pois, a urgência com que Paranhos foi enviado em missão especial ao Prata. Incidentalmente: para se ter idéia de como o Império dava cuidado às questões diplomáticas, assinale-se êste fato: Paranhos, ministro dos Negócios Estrangeiros, é enviado ao Prata. Fica ministro interino nessa pasta o Conselheiro Barão de Cotegipe. Tratava-se, pois, de uma dupla de

primeira ordem. Os assuntos internacionais do Brasil estavam em mãos habilíssimas.

De repente, estalou um petardo sêco, mas perigoso: em 21 de novembro de 69, Mitre comunicou a Paranhos que havia resolvido pôr guarnição em Vila Ocidental, antiga colônia paraguaia denominada Nova Bordéus, a poucas léguas de Assunção, no território do Chaco. Idêntica mensagem foi dirigida a Serápio Machain, ministro das relações exteriores do govêrno provisório de Assunção.

A ocupação de Vila Ocidental fôra motivada, como declarou Mitre, pela conveniência de haver uma autoridade (argentina, naturalmente) que atendesse à população e concedesse licenças para o corte e exportação de madeiras.

Tudo isso talvez estivesse certo, se Paranhos não houvesse sabido que, a 17, Mitre declarara ao govêrno provisório de Assunção que o Chaco era território exclusivamente argentino; que nêle nada tinham que fazer as autoridades paraguaias; e que, brevemente, daria guarnição à Vila Ocidental para arvorar bandeira e estabelecer jurisdição argentina... Na precipitação das medidas tomadas, Mitre esquecera-se de as comunicar a Paranhos... Inesperadamente, Paranhos se viu a braços com um caso triangular, bastante complicado. Varela, no seu admirável idealismo, sòmente informou o assunto a Paranhos por nota de 27 de dezembro de 69, assinada em Buenos Aires. Também, neste particular, a chancelaria argentina procedeu com singular lentidão. Em suma, era um conjunto estranho de circunstâncias, umas tomadas por Mitre e outras comunicadas por Varela, que o que menos fizessem supor era que o Enviado especial do Brasil (ademais, ministro dos Negócios Estrangeiros) fôsse personalidade de segunda linha, ou mesmo um 'desconhecido".

O govêrno provisório de Assunção, ao responder à comunicação de Mitre, alegou: que a soberania sôbre o Chaco pertencia ao Paraguai; no referente à questão de limites, o Tratado da Tríplice Aliança não estabelecera senão condições que dependiam de ajustes ulteriores entre tôdas as partes interessadas, aos quais se opusera o govêrno argentino. Pensava, por isso, que, senão em tudo, ao menos no que respeitava ao Chaco desde o rio Bermejo, não desejaria o govêrno argentino alterar o estado

ante bellum, enquanto não se entrasse nos ajustes mencionados no Tratado. "Nesta inteligência, não podia o govêrno provisório persuadir-se de que lhe seria recusado o direito de exercer jurisdição em uma antiga povoação fronteira ao departamento da capital da república, criada pelos esforços e capitais da nação paraguaia e da qual tem alta necessidade para dar abrigo e alimento a uma parte das infelizes famílias chegadas do mais cruel destêrro e que se encontram acumuladas nesta cidade com perigo da saúde pública e sem mais meios de subsistência do que os que lhe podem oferecer o Estado e a caridade particular", dizia a argumentação paraguaia.

No dia 23, Paranhos respondeu a Mitre, declarando que respeitava o ato praticado por êle, mas que "não liga, por êste seu amigável procedimento, o Govêrno imperial à responsabilidade recíproca que o Tratado da Tríplice Aliança estabeleceu em relação aos ajustes definitivos de paz. Sôbre êstes ajustes nenhum acôrdo fôra iniciado com o govêrno provisório do Paraguai, por se entender que ainda não era chegada sua oportunidade". "Outrossim, cumpre ao abaixo assinado renovar nesta ocasião, nos mesmos têrmos amigáveis com que o fêz o Govêrno imperial em maio de 1865, a ressalva que se refere aos direitos que Bolívia alega ter sôbre uma parte do Chaco. Esta ressalva não teve nem tem outro fim que o de isentar o Brasil de responsabilidade para com aquela terceira potência vizinha e amiga, em uma grave questão em que não cabe ao Império senão a manifestação de seus votos para que ela seja resolvida pacìficamente e a contento das partes interessadas. Desempenhando escrupulosamente o muito grato dever de manter a mais perfeita inteligência e amizade com os governos aliados e seus representantes, o abaixo assinado deve por último prevenir a S. Excia. o Sr. general argentino que, muito antes da mencionada resolução de S. Excia., e quando aquêle território se achava inteiramente desocupado, o comandante-chefe do exército brasileiro mandou estabelecer ali uma invernada para os animais do mesmo exército e que essa invernada tem uma guarnição militar que a cuida e protege contra os índios do Chaco. O abaixo assinado confia em que êsse provisório estabelecimento brasileiro, determinado ùnicamente pelas necessidades da guerra da aliança, poderá continuar sob a jurisdição que o go-

vêrno argentino queira agora assumir no território da Vila Ocidental, do mesmo modo que antes, quando o govêrno provisório se julgava com direito àquela jurisdição ou de fato a exercia".

Mitre respondeu a Paranhos, a 24, de Assunção, explicando sua atitude: "Para proceder como fêz, não teve o abaixo assinado outra regra senão os direitos incontestáveis que a República Argentina tem ao Chaco e que estão explìcitamente reconhecidos no art. 16 do tratado da tríplice aliança; tratado, que o govêrno provisório do Paraguai se comprometeu a reconhecer antes e depois de assumir a administração e que, entretanto, desconheceu até certo ponto quando pretendeu impor contribuições aos que ali estão estabelecidos. Todavia, esta medida, tomada pelo abaixo assinado como general-chefe do exército, de conformidade com os documentos públicos que teve a honra de citar, *em nada compromete as medidas que meu govêrno possa tomar para o futuro, e muito menos as que se adotarem* nos ajustes definitivos de paz e limites que serão feitos oportunamente".

Evidentemente, na comunicação de Mitre já havia um recuo. Varela, em sua tardia nota de 27 de dezembro, declarou a Paranhos: "O govêrno argentino, que tem indisputáveis direitos ao Chaco, aprovou plenamente o procedimento do general-chefe do exército, sem que essa aprovação importe numa recusa de tratar oportunamente da questão de direito com o govêrno definitivo do Paraguai e sem que também importe o negarmo-nos a discutir com a Bolívia a questão de limites, cuja consideração ajustámos adiar para depois da terminação da guerra com o Paraguai e que, estipulamos também em um tratado público, só será objeto de *acôrdo amigável ou de arbitramento*".

O idealismo de Varela era muito curioso. Sentindo naturalmente que, cedo ou tarde, Paranhos viria a inteirar-se de certos pontos de vista sustentados pelo govêrno argentino com o govêrno provisório de Assunção, Varela enviou a Paranhos cópia de uma nota sua remetida ao ministro das relações exteriores do Paraguai. O idealismo de Varela poderia ser assemelhado ao deus Janus, que tinha duas caras; e o próprio Varela poderia ser comparado a um *Juppiter jaculator fulminis*... Ao mesmo tempo que manifestava a Paranhos um ponto de vista, manifestava ao govêrno provisório do Paraguai outro, inteiramente

diferente. A linguagem de Varela ao Paraguai convém ser repetida. Dizia êle que a Argentina acreditava e sustentava, apoiada em títulos incontestáveis, que o território contestado lhe pertencia exclusivamente e que a posse, por parte do Paraguai, fôra usurpação dos direitos argentinos. "Reivindicado êsse território pela vitória das armas aliadas, foi a sua ocupação um fato material e lógico, e retroceder hoje seria pôr em dúvida nossos legítimos direitos, dando nós mesmos pretextos que mais tarde nos serão opostos. Todavia, o govêrno argentino sustentou, há pouco tempo, em discussões com o representante de S.M. o Imperador que a vitória não dá às nações aliadas direito para declararem, por si, limites seus aquêles que o tratado assinala". Varela acredita que os limites deverão ser discutidos com o govêrno a se estabelecer no Paraguai; e sua fixação será feita nos tratados que forem celebrados e depois de exibidos pelas partes contratantes os títulos em que cada uma apoiar seus direitos. "Assim, ao ocupar o Chaco, a República Argentina não resolve a questão de limites: toma pelo direito da vitória o que crê ser seu, disposta a devolvê-lo, se o Paraguai apresentar provas que vençam as nossas, quando se tratar da questão de direito". E fazendo uma confusão muito curiosa, Varela acrescentou: "O representante de S.M. o Imperador do Brasil em a nota, que dirigiu ao general-chefe do exército argentino, parece assentir a esta mesma doutrina, do que se congratula o meu govêrno, porque dêsse modo a questão de limites, tanto conosco como com o Brasil, será resolvida à vista dos respectivos títulos, mantendo cada país a integridade de território que aquêles lhe derem".

Em longa nota de 11 de janeiro de 70, enviada de Assunção, Paranhos rebateu o surpreendente ponto de vista ou doutrina de Varela (que, evidentemente, se arregimentara entre os "pacifistas" e inimigos do Tratado da Tríplice Aliança, então numerosos em Buenos Aires e dispostos a desfazer a política internacional de Mitre). Nesse documento, Paranhos declarou que "nada inovou e só procedeu com o respeito devido a todos os direitos e a tôdas as conveniências". Rebatendo a opinião de Varela de que, nas discussões havidas, Paranhos adotara ponto de vista semelhante ao do ministro das relações exteriores da Argentina, o Enviado especial do Brasil, afirmou que "não se

sustentou por parte do Brasil que a vitória das armas firmasse só por si os direitos que os beligerantes declararam pelo tratado da tríplice aliança. A questão ventilada versou sôbre a competência do govêrno paraguaio provisório para celebrar os ajustes definitivos de paz, em que se devem consagrar aquêles direitos, salvas as modificações que no interêsse da República do Paraguai queiram fazer e se mostraram dispostos a fazer, no tocante a limites, o Brasil e a República Argentina. Os memorandos resumem essencialmente a discussão a que alude S. Excia. o Sr. Ministro das relações exteriores e dêles se vê que, se o abaixo assinado se esforçou por apreciar o valor que cada uma das partes contratantes dava aos compromissos do tratado de 1.º de maio, não ficou expressa a inteligência que por parte do govêrno argentino se dá agora às bases dêste pacto, no tocante às questões de limites. O abaixo assinado fica bem inteirado dêste pensamento do govêrno argentino e o levará, como é do seu dever, ao conhecimento do Govêrno imperial".

Quanto aos limites entre o Império e o Paraguai, disse Paranhos de maneira lapidar:

> "Êsses limites, com a única e pequena alteração da linha do Igurei, são os mesmos que o Brasil, dando prova de espírito mais conciliador, ofereceu ao govêrno paraguaio desde 1852 como solução amigável e honrosa da sua questão territorial. Os títulos dêsse domínio, que era de posse efetiva antes da guerra, em tôda a extensão do território contestado, com exceção do Fêcho-dos-Morros, já são conhecidos dos ilustres aliados do Brasil e do mundo civilizado. Os referidos títulos foram exibidos e aquilatados em face dos que apresentara por sua parte o presidente D. Carlos Antônio López, em discussão que consta de protocolos impressos desde 1857 e que formam um volume da coleção de relatórios do Ministério dos negócios estrangeiros do Império. São os protocolos que impuseram silêncio por anos à obstinação daquele govêrno e o induziram a assinar os acordos amigáveis de julho de 1856 e fevereiro de 1858".

O Visconde do Uruguai, o verdadeiro criador da política de firmeza do Império no Rio da Prata, afirmou certa vez com muita sagacidade e muito sentido realista: *"Não é melhor aquela política que é a melhor abstratamente, mas sim aquela*

que é melhor entre as possíveis". [1] Assim procedia a diplomacia do Império; e com muito mais razão nesse período atormentado, ao lidar com personalidades que, sem dúvida alguma, eram bifrontes, como Varela, e ao ter de enfrentar rajadas de deturpações e calúnias em Buenos Aires e Montevidéu. De dia para dia, devido à mudança de posição do govêrno argentino, a situação se complicava, obrigando Paranhos a pôr em prática seus admiráveis dotes de negociador. Ver-se-á que a fenda aberta por Varela, mercê do seu idealismo incompreensível (aparentemente incompreensível, mas baseado no propósito de contrariar a política do Brasil), se alargará cada vez mais. A situação tornar-se-á crítica. Contudo, dará ensejo a que a diplomacia do Império ponha em vigor recursos admiráveis de dialética e surpreendentes argumentos, que serão decisivos.

Era evidente que os negociadores brasileiros tivessem de fazer face a conjunturas imprevistas, criadas em muitos casos pela má fé (é preciso ser claro e sincero) dos antigos aliados do Brasil na guerra contra o déspota de Assunção.

De dia para dia, crescem as dificuldades opostas pelos representantes dos aliados do Império. E de dia para dia, terão os negociadores brasileiros de pelejar rudes pelejas com aquêles que, não contentes com o Chaco boreal, pretendiam as ilhas de Atajo e Apipé, — como já haviam imaginado os representantes argentinos no ante-projeto de paz, de 1865. Esqueciam-se, porém, os representantes de Buenos Aires de que a política imperial era defendida por uma "linha", representada por Saraiva, Paranhos, São Vicente, Cotegipe, Uruguai, personalidades que tinham muito mais sagacidade que os *diplomatas* improvizados do Prata. A êsses diplomatas do Império poderia aplicar-se o conceito de Göethe: *"A marca de meus dias terrenos não pode apagar-se no transcurso das idades. No pressentimento de tão alta felicidade, gozo agora o momento supremo"*. E o

---

(1) Citado por JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, no seu "Um diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro)", pág. 38. O conceito do Visconde do Uruguai, que se encontra no seu "Parecer sôbre a navegação do Rio Amazonas", de 17 de janeiro de 54, foi repetido sessenta e tantos anos depois por Spengler, na "Decadência do Ocidente", tradução espanhola, IV, pág. 267, com surpreendente semelhança.

momento supremo, como queria Göethe, era para os grandes diplomatas brasileiros um extraordinário momento de *ação*.

Paranhos sentia certa preplexidade em atacar o problema das negociações e relações normais com o govêrno paraguaio, depois da morte de López. Sabia que os representantes da Argentina e do Uruguai porfiavam em complicar o problema, quando êste deveria ser simplificado. O Paraguai tinha de voltar à normalidade. As operações militares estavam terminadas. Prosseguir no indefinido seria falta de sentido político. Por conseguinte, antes de mais nada era preciso negociar com o govêrno provisório de Assunção um tratado de paz, nem que fôsse preliminar. Com certa relutância, Varela e Rodríguez foram a Assunção para conversar com Paranhos. O ministro das relações exteriores da Argentina, ainda se encontrava em Buenos Aires, quando recebeu uma nota de Paranhos em que êste lhe apresentava os pontos sôbre os quais deveria, em seu entender, fazer-se o tratado preliminar de paz. As instruções que Sarmiento passou a Varela eram muito limitadas. Antes de regressar de Assunção, por enfêrmo, o ministro das relações exteriores da Argentina pediu a Paranhos que elaborasse um documento, o qual contivesse os pontos necessários. Paranhos redigiu o documento, constante de oito pontos. Paranhos insistiu na questão de limites, entendendo que a Argentina pedia muito. Varela replicou com uma argumentação especiosa sôbre a cláusula VI do Tratado da Tríplice Aliança. Varela não voltou mais a Assunção, sendo substituído pelo general Vedia.

Vedia apareceu nas negociações, iniciadas a 21 de abril de 70, com um projeto inteiramente novo, o que bastante surprêsa causou a Paranhos. Mas, êle já estava acostumado a surprêsas... O representante argentino declarou então que, de acôrdo com as instruções recebidas, o projeto não poderia ser alterado na parte substantiva, só o sendo possìvelmente em assuntos de redação. Desde logo, Paranhos assinalou que o projeto argentino, considerando o govêrno provisório de Assunção incompetente para os ajustes definitivos de paz, contrariava um princípio de política do Govêrno imperial. O Império não podia aceitar tal condição. Atacando outros pontos do projeto argentino, Paranhos convenceu-se de que não havia possibilidade de chegar a um entendimento com o general Vedia,

homem honrado, mas de vistas muito estreitas. O govêrno provisório de Assunção foi então chamado a opinar sôbre o projeto argentino e o projeto brasileiro. Paranhos e Vedia encontraram-se, mais tarde, com Loizaga e Rivarola. O govêrno provisório do Paraguai viu-se em dificuldades para opinar. Contudo, deu sua opinião e de forma que perturbou tanto o representante do Império, como o da Argentina.

Assim, os membros do govêrno provisório de Assunção entenderam que, pelo acôrdo de 2 de junho, o Paraguai não aderira às condições estabelecidas pelo Tratado da Tríplice Aliança. Aceitavam-nas, porém, como bases preliminares de paz, desde que se ressalvasse o direito da república ao território do Chaco; entenderam que a retirada das tropas aliadas, realizada antes da eleição do govêrno permanente, poria a república em grande perigo (atente-se bem para êste pedido do govêrno de Assunção); e entenderam que deveriam pedir a desocupação de Vila Ocidental.

As negociações foram sùbitamente suspensas pelo fato de o general Vedia se haver recusado a assinar o protocolo da reunião de 21 de abril. Os argumentos apresentados pelo delegado argentino foram estapafurdios. Na realidade, Vedia levava um plano preconcebido: não querendo comprometer-se e não querendo prosseguir nas negociações, recorria a um motivo fútil para suspendê-las... O delegado uruguaio propôs então voltassem todos a Buenos Aires para decidir-se a questão do protocolo. Vedia aceitou a generosa proposta do delegado uruguaio...

A 4 de maio, Paranhos estêve em audiência com Varela. Na segunda conversa que manteve com o ministro das relações exteriores da Argentina, pediu-lhe êste que redigisse as alterações que, no entender do Império, deveriam ser feitas ao projeto argentino. Seria possìvelmente uma manobra dilatória por parte do chanceler argentino. A despeito dessa suposição, Paranhos trabalhou na redação das alterações, em seu pensar, necessárias. O projeto de Paranhos foi adotado com pequenas modificações de redação. Finalmente, em reunião a que estiveram presentes Avellaneda e Gorostiaga, ministros da justiça e da fazenda, ficou assentado que não haveria retirada de tropas, nem a desocupação do Chaco (Paranhos pleiteava um

protocolo separado pelo qual Vila Ocidental seria desocupada e a Argentina se comprometia a não ocupar nenhum outro ponto do território do Chaco). Contudo, os govêrnos da Argentina e do Brasil trocariam notas a respeito de uma rápida retirada das fôrças militares aliadas, existentes no território paraguaio. Afinal, depois de longas discussões, nas quais o ministro das relações exteriores da Argentina fêz finca-pé em não retirar as tropas de Vila Ocidental, porque isso iria enfraquecer os títulos argentinos na questão de limites, chegou-se, a 9 de maio de 70, a um projeto de protocolo que deveria ser negociado e assinado em Assunção com os membros do govêrno provisório do Paraguai.

O projeto foi discutido na capital paraguaia com Loizaga e Rivarola em quatro longas reuniões. Rivarola apresentou uma emenda (muito hábil, aliás, porque abriu uma porta para possíveis modificações de cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança). A emenda paraguaia foi aceita e o protocolo definitivo foi assinado em Assunção a 20 de junho. O Uruguai aderiu ao protocolo, por nota de Rodríguez, de 1.º de agôsto, a Paranhos. O general Vedia declarou, numa das reuniões, que a Argentina não se prevaleceria do direito de vencedor para resolver a questão de limites. Ao que Paranhos replicou que os aliados não tinham tenção de conquistar territórios pelo direito da vitória; mas sim, sòmente exigir o que era do perfeito direito de ambos.

Nessas negociações, particularmente difíceis com Varela e com Vedia, Paranhos sentiu as dificuldades crescentes que se lhe antolhavam. Se era *aparência* que a Argentina parecia adotar o propósito altruista (tese de Varela) de permitir ao Paraguai que, com a apresentação de seus títulos, discutisse a questão de limites; por outro lado, já não era "aparência", mas era realidade, a Argentina procurava destruir o arcabouço do Tratado da Tríplice Aliança — e invalidar as pretensões do Brasil no litígio de limites com o Paraguai. A política de Varela causou irritação aos elementos ligados a Mitre. Mármol e Elizalde, que haviam servido a Mitre, no ano de 69 tinham, em polêmica com Mitre, atacado a política dêste presidente bem como a do Império. Marmol, que fôra ministro no Rio de Janeiro, numa carta pública, dissera que "la alianza con el Brasil no proviene de abril de 65, sino de mayo de 64". E tentou

provar tão despropositada alegação. Elizalde, no ano de 69, já não era tão amigo do Brasil, a despeito do fato de ser casado com a filha do ministro Pereira Leal. Zeballos afirmou que o ministro do Brasil em Buenos Aires "ejercia una gran influencia sobre nuestro canciller Elizalde, patriota e inteligente; pero subordinado a la autoridad avasalladora del general Mitre". O ministro do Brasil em Buenos Aires era Pereira Leal, casado com a filha do general Lavalle.

O ambiente, no Prata, nesse ano de 69, era tão adverso ao Brasil que se falava na possibilidade de uma *guerra contra o Império*. Recorde-se a respeito o que escreveu Mármol: "Es un error de criterio político pensar que la guerra al Brasil es necesaria y que esa guerra nos conviene. Error gravísimo. Cuando alcanzásemos la victoria, ya no tedríamos fuerzas ni para llevar los laureles á nuestra cabeza. Cuando el Brasil triunfase, ya no habría sobre el Atlántico ni un Brasil geográfico siquiera. Lo que nos conviene á nosotros como al Brasil es la paz perpetua, sólida, fundada sobre las bases graníticas de la grandeza de cada uno; pero esto no se consigue poniendo de contrapeso al Brasil estados microscópicos que viven revolcándose entre el odio de sus bandos y que estimulam con su corrupción los instintos aspirantes. Ese gran "desideratum" se consigue con la fuerza que viene de la unión, con la unión que viene de la conveniencia bien entendida de todos". Mármol era partidário de uma "confederação do Prata" e esperava que os acontecimentos a propiciassem. Contudo, é muito curioso assinalar que, nesse ano de 69, a idéia de uma guerra ao Brasil não era pensamento acadêmico. Era pensamento militante entre gente de escol, de Buenos Aires e Montevidéu.

XI

DUELO TEJEDOR - PARANHOS. — COTEGIPE, AUTOR E ATOR DE UMA POLÍTICA DE AUDÁCIA

"Impossível prever o que os anos futuros nos reservam. Temo, contudo, que tão cedo cheguemos à tranqüilidade. O mundo ainda não chegou à fase de guardar um pouco de moderação; os grandes, de não cometerem abuso de poder; a massa, de contentar-se com uma situação medíocre, à espera das melhorias que se farão pouco a pouco".

(GÖETHE)

EM agôsto de 1870, Mariano Varela deixou a pasta das relações exteriores. Carlos Tejedor foi nomeado chanceler da Argentina pelo Presidente Sarmiento.

Paranhos regressara à Côrte, impressionado com o rumo dos acontecimentos. O proceder de Varela deixara-lhe um *arrière- goût,* um ressaibo de desconfiança e incompreensão. As informações colhidas pela Legação do Brasil em Buenos Aires davam a entender que o govêrno argentino procuraria aprofundar a desinteligência diplomática com o Império, fazendo política diferente ou uma política "mais forte". A 24 de novembro, foi eleito o primeiro presidente constitucional do Paraguai, Cirilo Rivarola, homem de boas intenções, inteligente, mas por vêzes contraditório. A 25, verificou-se o juramento da nova constituição. Estava, pois normalizada a situação política do Paraguai e devidamente constitucionalizada. O Império ficou muito con-

tente com o revigoramento obtido pelo govêrno de Assunção. Com êste já se podia negociar em definitivo.

Carlos Tejedor tinha alguns traços que lembrariam, ao de longe, os do Marquês de Paraná. Honesto, altivo e digno, era assomadiço. Seus repentes eram, por vêzes, desastrados. Impetuoso, procurava impor seus desejos, suas idéias, seus planos, fôsse a quem fôsse. Era granítico em suas opiniões. A despeito de proceder lhanamente com amigos e parentes, mostrava-se intransigente, quando se tratasse de doutrina ou normas de comportamento. Por isso, Tejedor tinha inimigos. "Mofino e miserável aquêle que não tem inimigos", dissera Vieira, que, através da vida, os teve em barda.

Tejedor possuía larga cultura jurídica. Sua probidade era reconhecida por gregos e troianos. Contudo, no trato das questões internacionais, o novo ministro das relações exteriores da Argentina iria revelar precipitação e, pior que isso, irritação. Faltava-lhe certo equilíbrio para lidar com personalidades e grandes perspectivas históricas. Sendo ministro de Sarmiento, Tejedor estava distanciado de Elizalde, Gelly y Obes, Rawson e outras personalidades que haviam trabalhado com Mitre. Estava-se numa quadra em que se procurava, a todo o transe, desfazer ou pelo menos atacar a política internacional de Mitre, responsabilizando-a por uma série de erros autênticos ou falsos. Tejedor ia nessa corrente, desejoso de representar (como Varela) importante papel no concêrto internacional da América do Sul. Suas opiniões *pessoais* irão prevalecer, e às vêzes desastradamente, sôbre a marcha dos acontecimentos políticos. Mercê disto, a situação entre o Império e a Argentina se complicará.

A Chancelaria imperial, atenta ao desenrolar dos acontecimentos no Prata, inquietava-se. Desejava liquidar o assunto do Paraguai, sob todos seus aspectos fundamentais. Para tanto, era necessário alcançar a boa vontade do govêrno de Buenos Aires. O Conselho de Estado, a 26 de abril de 70, estudara minuciosamente o assunto do ajuste de paz com o Paraguai, em face da posição argentina. E o problema básico debatido consistiu em saber se o Brasil podia e devia tratar separadamente com o govêrno provisório de Assunção sôbre as preliminares de paz. O Visconde de Abaeté entendeu que o govêrno provisório do Paraguai não estava capacitado a celebrar os tratados defi-

nitivos, que deveriam ser ajustados com governos permanentes. O Visconde de São Vicente entendeu que o Império deveria tratar com um govêrno permanente. O Conselheiro Nabuco achou que o Império não deveria tratar separadamente com o Paraguai. O Visconde de Sapucaí cingiu-se ao ponto de vista de São Vicente. O Conselheiro Souza Franco manifestou-se favorável ao ponto de vista de tratar com o Paraguai, se o Uruguai estivesse de acôrdo. Não se verificando esta hipótese, conviria então esperar a constituição de um govêrno constitucional. O Visconde de Inhomerim (Tôrres-Homem) entendeu que o Brasil não deveria tratar separadamente com o Paraguai. O Visconde de Bom Retiro pensou que o Império podia tratar com o govêrno provisório do Paraguai e que a Argentina deveria participar do ajuste preliminar de paz. O Barão das Três Barras entendeu que o Brasil poderia tratar com o govêrno provisório de Assunção. O Visconde de Caravelas entendeu que podia e devia tratar.

Como se vê, no Conselho de Estado se verificaram divergências de opiniões.

Para levar por diante os assuntos do Paraguai, o Marquês de São Vicente, ministro dos Negócios Estrangeiros, incumbiu Paranhos de voltar ao Rio da Prata para negociar o tratado de paz. As instruções, passadas a Paranhos, foram assinadas por São Vicente a 12 de outubro. Paranhos embarcou a 13, com destino a Buenos Aires.

As instruções de São Vicente estavam bem feitas, porque elas distinguiam duas coisas: um tratado comum e tratados especiais. Num tratado comum haveria a confluência de obrigações comuns aos aliados. Os tratados especiais referir-se-iam a questões de limites. Quanto ao futuro tratado de limites entre o Paraguai e a Argentina, São Vicente assinalava:

> "O Tratado de 1.º de maio reconheceu como território argentino o de Missões e tôda a margem direita do Paraguai até Baía Negra, onde os argentinos não tinham posse alguma. Felizmente, as declarações do nosso aliado de não querer usar o direito de vencedor para obter o reconhecimento do seu alegado direito ao Chaco, a séria relutância já manifestada por parte do Paraguai à perda dêsse território, e, sobretudo, a declaração que V. Excia. obteve em

suas conferências com o plenipotenciário argentino, dr. Mariano Varela, que, então reunia o cargo de ministro das relações exteriores, atenuam muito as dificuldades que esta questão apresentava. O Govêrno argentino declarou a V. Excia. (isto também está no conhecimento do Govêrno paraguaio) que não pretende passar do Pilcomayo. É, na verdade, o mais que pode pretender, sem fazer uma grande violência ao Paraguai. É ponto êste sôbre que V. Excia. deve empregar todo o esfôrço. Nesse caso a divisa argentina deve ser o braço meridional daquele afluente. Ficará para ser decidida entre a República do Paraguai e a Bolívia, a propriedade da zona fluvial que se estende do Pilcomayo até a Baía Negra. Não temos, em rigor, que intervir na questão da Bolívia ou seja com a República Argentina, a qual disputa a parte do Chaco que fica ao sul daquele afluente, ou seja com a Republica do Paraguai. O que nos cumpre é resolver, como o temos feito, pela forma mais conveniente, a nossa responsabilidade para com aquela República".

Além disso, Paranhos foi instruído a empregar esforços para que a ilha de Atajo ficasse paraguaia ou fôsse neutralizada, para não se repetir o caso de Martin Garcia. Quanto aos limites com o Brasil, o Enviado especial, como transação, desde que os argentinos se mostrassem generosos quanto ao território do Chaco, poderia recuar a linha do Igureí até o Salto das Sete Quedas

Desde o primeiro instante em que se avistou com Tejedor (a 16 de novembro de 70), Paranhos começou a encontrar dificuldades. Referiu-se a primeira ao local onde deveria ser assinado o tratado de paz. Paranhos entendia que deveria ser Assunção. Tejedor pugnou por Buenos Aires. Paranhos cedeu. De novembro a 25 de janeiro de 71 houve dez conferências, registadas em protocolos devidamente formalizados. Tejedor aceitou a divisão referente aos tratados de limites. Contudo, impôs como condição o seguinte: não haveria acôrdo definitivo entre os aliados, sem que se assentassem os pontos que deveriam abranger os ajustes definitivos com o Paraguai, inclusive os referentes a limites. Tejedor voltava, assim, às opiniões de Varela. Quando se passou à cláusula do protocolo anexo ao Tratado de 1.º de maio de 65, Tejedor apresentou objeções que foram pulverizadas por Paranhos. O Enviado es-

pecial do Brasil afirmou que o protocolo anexo era parte integrante e solidária do texto das estipulações da aliança. Por conseguinte, nenhuma das partes poderia aceitar, com restrição, as estipulações. Tejedor alegou razões de processo, usadas no Parlamento argentino. Na realidade, porém, Tejedor não queria aprovar o protocolo anexo. Na última sessão, ficou assente a retirada das tropas aliadas, bem como se resolveu a entrega dos prisioneiros e desertores.

Era muito curioso que, cinco anos depois de assinado o protocolo anexo ao Tratado de 1.º de maio de 65, Tejedor procurasse, à custa de argumentos fracos, desvincular a Argentina das obrigações contidas naquele documento. Assim procedendo, o ministro das relações exteriores da Argentina procurava obter (já diferentemente de Varela) o reconhecimento expresso pelos aliados do direito territorial argentino ao Chaco. Tejedor invocava o estipulado na cláusula XVI do Tratado da Tríplice Aliança, entendendo que a mesma era intocável como o altar de um templo. Paranhos rebateu os argumentos de Tejedor com os próprios conceitos de Varela: — isto é, que nas conferências de 69 o govêrno argentino declarara contentar-se com a linha do Pilcomayo, — ponto de vista êste já do conhecimento do govêrno paraguaio. Contudo, as diligências de Paranhos não demoveram Tejedor da posição que assumira. Desesperado com a argumentação cerrada do Enviado especial do Brasil, Tejedor propôs então que se adiasse o exame do assunto para as conferências de Assunção. Sendo uma saída pouco honrosa, era, enfim, o único argumento de Tejedor. Diferentemente de Varela, Tejedor entendia que as cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança deveriam ser cumpridas com rigor. Tratava-se, pois, de uma posição *nova*, adotada pela Argentina. O govêrno de Buenos Aires não só queria fazer prevalecer o direito territorial sôbre o Chaco, bem como se recusava a observar a cláusula relativa à demolição das fortificações de Humaitá e, mais ainda, pretendia ocupar a ilha de Atajo. Era uma situação imprevista, que acarretaria complicações diplomáticas muito sérias e alargaria a brecha entre o Império e a Argentina.

Parecia ser intenção de Sarmiento romper as cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança.

O eminente estadista argentino não o dizia. Seus atos, no entanto, davam a entender semelhante orientação. Tejedor era o instrumento dessa nova política de Sarmiento, que, no fundo, tinha um propósito algo mesquinho: destruir o prestígio de Mitre. Paranhos iria, pois, enfrentar Tejedor, homem amargo e amargurado, altivo e voluntarioso, nas conferências de Assunção.

Paranhos ia preparado para uma grande batalha. Para tanto, procuraria contar com o apoio do govêrno de Assunção. O assunto não era fácil de deslindar.

O presidente da Argentina, o visionário da "Argirópolis", que desde 67 procurava um "equilíbrio possível e real" no Rio da Prata, acompanhava os acontecimentos, esperando obter vitória. Tejedor, com seus amargores e assomos, estava certo de que faria triunfar a tese do seu govêrno.

"THE STAKES OF DIPLOMACY"

Desiguais eram os negociadores do Império e da Argentina. Se o argentino acreditava em aparências e procurava, com rompantes e demonstrações de orgulho, fazer impor sua vontade; o negociador brasileiro, maleável como o aço, acreditava fundamentalmente na lógica dos próprios fatos. Ademais, Tejedor entrava em peleja despreparado: não possuia a bagagem da documentação histórica. Paranhos, desde 51, se familiarizara com os assuntos complicados do Prata. Tejedor podia possuir boa cultura jurídica, ninguém lha negava. Devido ao seu feitio pessoal, assomadiço e orgulhoso, não sabia utilizar argumentos que deveriam ser postos na balança das negociações. Por vêzes, era canhestro na argumentação, porque lhe faltava a *base histórica,* indispensável a um diplomata no trato de problemas difíceis. Paranhos tinha a seu favor vários fatôres: possuía nervos calmos, sabia floretear com o adversário, utilizava-se magistralmente dos precedentes históricos para deixar o adversário num beco-sem-saída. Tejedor não era um temperamento diplomático. Seria um político, um jurista. Nada mais. Paranhos possuia um temperamento de diplomata, plástico, ondulante, brilhante. Por conseguinte, nos "entreveros" com Tejedor, bem como com qualquer outro negociador argen-

tino, seria fatal que Paranhos fôsse vencendo, de etapa em etapa.

Em 20 de fevereiro de 71, o Imperador chamou Paranhos ao Rio de Janeiro. Chegou justamente no calor de uma crise política. Dom Pedro II convidou-o a organizar o ministério.

Surgirá o grande ministério de 7 de março, o mais brilhante e o mais operoso do Império, chefiado por aquêle que será o maior estadista do regime monárquico.

E' um gabinete extraordinário. O Visconde do Rio-Branco, Presidente do Conselho, Guerra e interinamente da Fazenda. Jaguaribe, ministro da Guerra, substituido em 72 por Junqueira. João Alfredo, ministro do Império. Sayão Lobato (Visconde de Niterói), Justiça. Manoel Francisco Correia, Negócios Estrangeiros, substituído em 73 por Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). Duarte de Azevedo, Marinha. Teodoro Machado, Agricultura. Como afirmou Nabuco num conceito muito feliz, exceto Sayão Lobato (Visconde de Niterói), veterano Conservador, os demais ministros eram homens novos "que tinham que fazer no ministério as suas provas políticas". O mesmo e grande historiador assinalou que o Visconde do Rio--Branco, diferentemente de todos os outros presidente do Conselho, "possuía o espírito do cargo, a afinidade natural, a especialidade daquela posição em nosso sistema político. *Todos os outros foram diletantes; só êle foi o profissional*" ("Um estadista do Império", III, pág. 203). A personalidade do Visconde do Rio-Branco cresce de dia para dia como estadista, negociador diplomático, administrador, orador e político. Suas vitórias parlamentares e diplomáticas serão obra de pura inteligência. Maravilham pela técnica inconsútil. Deslumbram por algo de parecido com um tecido aracnídio. Valem como demonstração eloqüente de que uma grande política e uma grande diplomacia não se fazem sem *cultura* e sem um temperamento aberto a tôdas as idéias e aspirações do seu povo. O maior ministério do Império, que durará até 75, será notável pela soma de realizações, no campo interno e no campo internacional. Isto porque seus ministros são homens de ação, dotados do espírito criador e de entusiasmo. Não são indivíduos dominados pela rotina, pelo ceticismo e pelo pessimismo.

Mal chegado ao poder, o Visconde do Rio-Branco sente a necessidade de despachar para o Prata um Enviado especial de

alto coturno. A escolha foi felicíssima. A 9 de agôsto de 71, o Barão de Cotegipe foi nomeado Enviado especial junto aos presidentes do Uruguai, Argentina e Paraguai.

Paranhos e Wanderley eram da mesma província: a Bahia. Eram estadistas. O Visconde do Rio-Branco e o Barão de Cotegipe conheciam perfeitamente a política internacional do Brasil no Prata. Rio-Branco teria mais ímpeto; Cotegipe, mais malícia. Rio-Branco era um temperamento lúcido e lógico; Cotegipe era um temperamento parlamentar, algo de parecido com um jaguar, imprevisto em seus botes e saltos. Dotado de extraordinária *resourcefulness*, Cotegipe tinha imaginação flamante e sabia *criar*, tanto quanto o Visconde do Rio-Branco, que era mestre em resolver problemas complicados, fôssem diplomáticos, políticos ou administrativos.

Em Buenos Aires, depois da primeira visita a Tejedor, Cotegipe sentiu as farpas do ministro das relações exteriores da Argentina. Mais que farpas, o feitio arestoso de Tejedor. Êste iludiu-se ao imaginar que Cotegipe fôsse fraco contendor... O orgulho prejudicava a visão de Tejedor. Altivo e sensível, o ministro das relações exteriores imaginava que pudesse "impressionar" o Enviado especial do Império. Cotegipe entreviu algumas hesitações na argumentação de Tejedor. Assim, o chanceler argentino disse ao Enviado especial do Império que seu govêrno mudara de pensar; melhor teria sido que a paz fôsse assinada com o govêrno provisório do Paraguai, de conformidade com a proposta de Paranhos. Cotegipe replicou que o Tratado da Tríplice Aliança seria o ponto de partida da ação diplomática do Império. Quintana, o representante argentino nas negociações, sustentava idéias algo diferentes das de Tejedor. Cotegipe insistiu na tese de que os aliados deveriam apresentar-se unidos nas negociações. Convinha, pois, que não houvesse divergências. Estas só poderiam enfraquecer a posição dos aliados.

As notícias do Uruguai não eram nada boas. Os "blancos" haviam levantado a bandeira da revolta contra o govêrno "colorado" de Lorenzo Battle. A guerra civil devastava, de novo, a campina uruguaia. Nem em Buenos Aires nem em Montevidéu se poderia alegar fôsse o Império o autor das lutas no Uruguai... O govêrno do presidente Battle movera perseguição

ao Banco Mauá, obrigando-o a fechar as portas por algum tempo. No entanto, dêsse Banco disse Cláudio Williman, depois Presidente do Uruguai: "*Su credito e influencia llegaron a ser a poco omnipotentes en el Río de la Plata. Fué la más poderosa agencia diplomática del Imperio*". Quando começou a Guerra da Tríplice Aliança, o govêrno uruguaio devia 1.113.000 pesos; e o argentino, 118.741, ao Banco Mauá.

Os acontecimentos verificados no Uruguai despertaram enorme interêsse tanto em Buenos Aires como no Rio de Janeiro. A posição do Império foi de absoluta neutralidade. A guerra civil só terminará, depois do malôgro da mediação oficiosa do Marechal Osório, com a mediação de Sarmiento junto ao presidente Gomensoro, sucessor de Battle.

Cotegipe teve, em Buenos Aires, várias conferências com Mitre, Tejedor e Quintana. De qualquer forma, Cotegipe sentiu que o ministro das relações exteriores da Argentina estava aferrado à idéia do cumprimento integral das cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança. Era evidente que, depois das declarações de Varela, a Argentina havia mudado de rumo. De tudo isso foi Cotegipe informando o Conselheiro Correia, ministro dos Negócios Estrangeiros do Império.

Em Assunção, o Enviado especial do Brasil encontrou uma situação confusa. Cirilo Rivarola, o primeiro presidente constitucional do Paraguai, dera um golpe de estado com a dissolução do congresso. O sucessor de Rivarola será Salvador Jovellanos, que exercerá o poder de 71 a 74. Cotegipe entrou em conversações com várias personalidades paraguaias. De acôrdo com as instruções recebidas de Tejedor, Quintana procurava fazer prevalecer o ponto de vista argentino quanto à questão de limites. A respeito, Correia instruiu Cotegipe: "As instruções de V. Excia. e o acôrdo prévio dos aliados prescrevem que os tratados de limites sejam separados, para que o direito territorial de um aliado não seja objeto de exame e aprovação nas Câmaras dos outros; mas aí supõe-se que os aliados procedem em tudo de comum acôrdo e aquêles ajustes parciais se ligam ao instrumento geral de paz, que a êles se refere". Tanto o Conselheiro Correia como Cotegipe estavam adquirindo a convicção de que a Argentina não pretendia cumprir o protocolo anexo. Neste caso, havia duas hipóteses: a) a posição

do Brasil, em face do Paraguai, se debilitava, porque evidentemente a Argentina iria procurar entender-se com o govêrno de Assunção; b) baldo de recursos diplomáticos, o Brasil teria então de negociar separadamente com o Paraguai.

Numa quadra em que o Brasil possuia diplomacia e diplomatas, Cotegipe tinha singular argúcia e suma plasticidade para compreender que uma aparente vitória da Argentina poderia redundar em triunfo do Brasil, se êste soubesse conquistar a boa vontade dos paraguaios.

Em 3 de novembro de 71, Cotegipe, Quintana e Rodríguez reuniram-se pela primeira vez em Assunção. Desde logo, o Enviado especial do Brasil compreendeu que a situação se tornara crítica, porque os paraguaios estavam a par das desinteligências entre o Império e a Argentina.

O ponto de vista fundamental da Chancelaria brasileira já havia sido exposto por Paranhos: — instalado o govêrno provisório em Assunção, ficou patente a possibilidade de manter-se a aliança mediante concessões mútuas, que nada custavam aos governos guiados pelos sentimentos de sincera amizade. Quando se verificou a divergência a respeito da extensão dos poderes que teria o govêrno provisório, Paranhos, em seu memorandum de 30 de abril, indagou se êsse govêrno "amigo e aliado nato, a cujo estabelecimento aspiravam os paraguaios teria bastante autoridade moral e legal para os ajustes complementares do Tratado de 1.º de maio de 1865. Paranhos respondeu à própria pergunta que fizera, resposta que interpretou fielmente o pensamento do govêrno brasileiro: "Apto para celebrar uma aliança com os beligerantes que se esforçam por libertar a República do Paraguai do seu opressor, êsse govêrno é igualmente apto para os ajustes que devem completar os compromissos da aliança que contrai e que envolveria as seguranças da paz das Repúblicas Argentinas e Oriental do Uruguai" (ver Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1870, pág. 5).

Verificadas as desinteligências entre a Argentina e o Império, o terreno diplomático em Assunção se tornou particularmente movediço. Cotegipe bateu-se pela inclusão, no texto do projeto do tratado, da disposição anteriormente proposta por Paranhos, que insistia em que, estando garantidas nos têrmos das cláusulas XV, XVI e XVII, a independência, integridade

territorial e neutralidade da República, esta se obrigava a não levantar, sôbre seu litoral e ilhas, fortificações ou baterias que pudessem impedir a livre navegação comum. Esta redação foi impugnada por Quintana. Alegou êste que o protocolo anexo ao Tratado de 1.º de maio de 65 não fôra submetido à aprovação do Congresso argentino. Cotegipe rebateu os argumentos de Quintana, afirmando que o protocolo fazia parte solidária do tratado e fôra parcialmente executado. O Enviado especial do Brasil bateu-se também pela neutralização perpétua do Paraguai. Nova oposição de Quintana. Nova réplica de Cotegipe. O representante uruguaio procurou conciliar os desavindos, sugerindo que se estudassem os artigos e não o ante-projeto completo.

Cotegipe sentiu também a posição muito especial de Quintana, tanto no trato dêste com êle, como em sua atitude com o govêrno paraguaio. Fingindo-se de aristocrata e adotando ademanes de patrício, Quintana parecia ter repugnância em lidar com os membros do govêrno de Assunção. Disse Cotegipe a Correia: 'O procedimento do Sr. Quintana explica-se e em nada prejudica seu caráter, é conseqüente com sua posição e suas aspirações políticas em Buenos Aires; mas, dificilmente poderia conciliar seus antecedentes com a missão que aceitou. Não podendo atinar com o meio têrmo em que sua consciência repouse tranqüila, procura e espera escapar-se por uma exceção, a que no fôro se dá o nome de *declinatória*". Quintana, depois de haver feito fama de orador e dandy, será presidente da República.

Os negociadores paraguaios, Jovellanos e Falcón (depois ministro das relações exteriores), instavam com os negociadores aliados para que vencessem o beco-sem-saída. No dia 30 de setembro de 71, Quintana resolveu dar um golpe, solicitando a atenção dos negociadores para as instruções recebidas do presidente Sarmiento. Nessa reunião, o representante da Argentina defendeu a tese de que estavam em pleno vigor as estipulações do Tratado da Tríplice Aliança relativas à integridade territorial do Paraguai e aos limites dos aliados; que as discussões e estipulações posteriores sòmente deram ao Paraguai o direito de *propor modificações* ou de apresentar títulos a respeito dos limites; que cada parte, que houvesse recebido pos-

síveis exigências do Paraguai, seria juiz exclusivo da justiça de examinar tais títulos; que os demais aliados careciam de títulos para intervir nas desavenças, e de títulos não só para apreciar essas desavenças, bem como para resolvê-las; e que se nenhum dos aliados entrasse em pleno entendimento com o Paraguai a respeito dos limites, a que se julgasse com direito, então os demais não poderiam tratar de nenhum dos pontos abrangidos pelo Tratado da Tríplice Aliança.

As alegações de Quintana equivaliam a um ultimatum muito disfarçado. O representante argentino não tivera coragem de dizer *sans ambages et sans atours* o seguinte: a Argentina queria resolver, a seu modo, prescindindo dos demais aliados e do Tratado da Tríplice Aliança bem como do protocolo anexo, a questão de limites. Que não lhe bulissem no assunto; que respeitassem a cláusula XVI do Tratado; que os demais aliados não se intrometessem na questão... O que Quintana não tivera a coragem de dizer, Cotegipe o entendeu claramente. O recado estava dado. Contudo, houvera um mérito: A Argentina pusera às escâncaras sua nova posição...

Cotegipe replicou à mensagem de Quintana, ou melhor de Sarmiento. Recordou as palavras de Varela, de 8 de maio de 69, quando êste ministro das relações exteriores da Argentina afirmou que os aliados deveriam ser generosos para com o vencido. Recordou a ocupação de Vila Ocidental e o protesto do Paraguai, de 20 de novembro. Reportou-se a conceitos de Paranhos nas conferências mantidas com Varela. Deu ênfase especial ao conceito de Varela de que a vitória não dava direito aos aliados de resolverem unilateralmente os litígios de limites. Salientou o mérito de cláusulas do protocolo de 20 de junho de 70. Historiou o que fôra debatido nas conferências de Buenos Aires e o resultado obtido no acôrdo, na capital argentina, de 9 de dezembro de 70. Afirmou que o Brasil estava disposto a acompanhar seu digno aliado em quaisquer concessões justas ou equitativas que julgasse dever fazer ao Paraguai, com o fito de manter harmonia entre as partes contratantes de 1.º de maio de 65. Alegou que a demora nas negociações só serviria para complicar problemas e suscitar divergências. "O compromisso da aliança — disse Cotegipe — não se deve entender de modo que a sua fôrça coletiva sirva para dar ao Brasil ou

à República Argentina territórios a que não tinham legítimo direito antes da guerra, *porque tôda idéia de conquista foi arredada pelo pacto da aliança"*.

Vendo-se em dificuldades para rebater os argumentos de Cotegipe, o representante argentino, depois de algumas considerações de caráter geral, que seriam objeto de memorandum particularizado, propôs fôsse suspensa a abertura de negociações com o govêrno de Assunção e voltassem os representantes dos três países a Buenos Aires. Era a repetição do golpe de Tejedor...

Cotegipe compreendeu então o maquiavelismo da diplomacia argentina. Era uma diplomacia de avanços e recuos, inicialmente; transformada, depois, em diplomacia de avanços; mas, era também uma diplomacia de fazer perder tempo e paciência.

Não havia mais possibilidade de se estabelecer um entendimento com a Argentina. O jôgo de Buenos Aires estava à mostra. Por conseguinte, insistir nos mesmos argumentos seria mero exercício de retórica. A 4 de dezembro de 71, Cotegipe escreveu a Correia, dando sua opinião a respeito dos acontecimentos e fazendo-o em tom grave: "A aliança ficou tão abalada, que muito receio não seja possível sustentá-la. Tenho consciência de não haver poupado esforços para evitar êsse desfecho e, se o não conseguir e o govêrno paraguaio não me opuser inesperados obstáculos, ou V. Excia. não me der instruções em contrário, celebrarei separadamente os ajustes de paz e limites".

Esta seria a melhor solução. E seria a melhor solução, porque esclareceria o assunto definitivamente, constituindo, ademais, uma mudança de posição decidida da Chancelaria imperial, em face do jôgo de Buenos Aires.

Quintana procurou estorvar a ação de Cotegipe, fazendo-o, aliás, com deselegância. E o fêz junto às autoridades do govêrno paraguaio, dizendo que os plenipotenciários aliados haviam adiado para nova oportunidade a abertura das negociações... Tais palavras não eram verdadeiras. Representavam um recurso pouco feliz, pouco elegante e pouco diplomático para ocultar a verdade, através de uma tela esburacada...

De repente, porém, o govêrno paraguaio dirigiu-se a Cotegipe, perguntando-lhe se o representante brasileiro, instruído por seu govêrno, havia resolvido adiar as negociações. A Chan-

celaria paraguaia tivera a boa idéia de enviar a Cotegipe (a 16 de dezembro de 71) a nota de Quintana e a resposta do govêrno de Assunção. Ensejo melhor não poderia ter-se deparado ao Enviado especial do Império para dizer a verdade e ao mesmo tempo acrescentar: "Estou convencido de que o Sr. plenipotenciário argentino falará em nome do seu govêrno e não no dos aliados, havendo-lhe eu comunicado a resolução de entabolar negociações com o Govêrno de V. Excia., desde que êle a isso se recusasse, e sabendo que o Sr. plenipotenciário oriental se achava de perfeito acôrdo com a minha opinião". À vista dessa declaração categórica de Cotegipe, Falcón, ministro das relações exteriores do Paraguai, nomeou o senador Carlos Loizaga plenipotenciário da república para ajustar, concluir e firmar os tratados definitivos de paz, comércio, navegação e limites com o Brasil (5 de janeiro de 72).

A atitude de Tejedor e de Quintana, através de todos êsses acontecimentos, faz recordar o passo de Cervantes: *"Aquí podemos, hermano Sancho Panza, meter las manos hasta los codos en esto que llaman aventuras"*. Os golpes pouco felizes e ademais pouco elegantes de Tejedor e Quintana demonstravam que, nessa quadra, o ministério das relações exteriores argentino não cuidava muito do "estilo diplomático". As *aventuras* de ambos os negociadores iriam suscitar problemas e dificuldades ao seu govêrno, em futuro muito próximo. Cotegipe sentira as fintas de Tejedor e Quintana. Por isso, num golpe de audácia, resolveu não perder tempo. Pôsto ainda não houvesse recebido instruções definitivas do Conselheiro Correia sôbre a matéria (o Conselho de Estado só se reuniria em 22 de janeiro de 72), Cotegipe resolveu dar o *coupd'éclat,* como disse Nabuco em sua obra clássica, "Um Estadista do Império". Se o Império não desejaria ver restaurado o govêrno absoluto no Paraguai, "pelo menos, não trataria mais com os Francia, os Carlos López, os Solano López", como disse Nabuco (*ibidem,* vol. II, pág. 313). Por isso, uma das preocupações de Cotegipe consistia em *fortalecer* o govêrno de Assunção e, ao mesmo tempo, entender-se bem com êle. Desde logo, entrou em inteligência com Loizaga, mantendo com êste conversações, iniciadas a 4 de janeiro de 72. Cotegipe tomou por base o Tratado da Tríplice Aliança e o Acôrdo preliminar de paz, de 20 de junho de 70. Fêz empenho em as-

sinalar, nas conversações mantidas com Loizaga, que o Império procederia com moderação e benevolência na defesa de seus interêsses. A 7 de janeiro de 72, ficou redigido o tratado definitivo de paz entre o Império e o Paraguai. Passou-se depois a um assunto muito importante, o tratado de limites.

LIMITES COM O PARAGUAI

Em 72, os limites do Paraguai com os demais vizinhos eram incertos. O govêrno de Assunção não tinha limites exatos, salvo em alguns trechos, com a Bolívia, Argentina e o Brasil. Em certo momento, procurando limites arcifínios, Francia se julgou com direitos a boa parte de Mato Grosso. Assim, no entender daquele ditador, tôda a zona sul de Mato Grosso até Corumbá deveria pertencer ao Paraguai... Com tal pretensão, Francia aspirava a estabelecer um canal comercial com a província boliviana de Santa Cruz de la Sierra. Francia tinha certas originalidades: se não admitia embaixadores e cônsules, também não os despachava ao estrangeiro. Tampouco, respondia a notas diplomáticas, conforme assinalou Schneider em sua obra, "A guerra da Tríplice Aliança". Outra originalidade do ditador paraguaio consistia em julgar-se aspirante a enorme extensão da província de Mato Grosso, a despeito de não ter títulos históricos que lhe escorassem a pretensão... Quando em 41, Leverger (futuro Barão de Melgaço) foi nomeado cônsul e encarregado de negócios interino em Assunção, teve de descer de Cuiabá com destino à capital paraguaia. Ao chegar ao forte paraguaio de Olimpo, encontrou dificuldades. A navegação estava fechada. O Paraguai sòmente poderia ser atingido por estrangeiros pelo rio da Prata e rio Paraná. Só em 43 pôde Leverger chegar a Assunção, onde foi recebido por Carlos Antônio López que não deixou de lhe assinalar que sua viagem fôra irregular, porque a navegação pelo rio Paraguai era proíbida. Em novembro de 43, Pimenta Bueno foi nomeado ministro do Império em Assunção. Tratava-se de uma escolha muito feliz de Paulino José Soares de Souza, o futuro Visconde do Uruguai. Em 14 de setembro de 44, o Brasil reconheceu a independência do Paraguai, o que representou um golpe muito sério contra Rosas. Pimenta Bueno, em sua importante

missão diplomática de contrariar os planos de Rosas de absorção do Paraguai, teve também o encargo de obter a livre navegação dos rios, bem como a definição dos limites. Até então, as comunicações intermitentes com as terras paraguaias se faziam por via terrestre, tendo Sorocaba como cabeceira de caminho. Desde os tempos coloniais, havia um roteiro conhecido, utilizado por contrabandistas de ouro e prata.

Nas conversações mantidas com Carlos Antônio López, Pimenta Bueno pleiteou a definição do problema dos limites. O ditador do Paraguai argumentou com o mapa de Felix de Azara, mapa baseado num critério pessoal (e mesmo fantasioso), o qual estabelecia confusão entre os rios Ivinheima e Igurei, considerando-os um só. Ora, o Ministro do Império teria, antes de mais nada, de provar o equívoco em que se encontrava o ditador do Paraguai. E não era tarefa relativamente fácil. Pimenta Bueno argumentou no sentido de provar que Ivinheima e Igurei eram dois rios distintos. E que o Tratado de Santo Ildefonso não se encontrava mais em vigor desde 1801, por ocasião da guerra entre Portugal e Espanha. Carlos Antônio López aferrou-se a argumentos vários, mas acabou cedendo. Assim, surgiu o tratado de 24 de outubro de 44, assinado em Assunção, que teve a vantagem de conseguir o livre trânsito das embarcações do Império pelo rio Paraguai.

Em 1845, o Conselho de Estado manifestou-se contrário à aprovação do tratado, porque reconhecera em seu texto os limites do tratado de 1777. Fácil é imaginar que Carlos Antônio López não gostou da rejeição do tratado, que Pimenta Bueno tão laboriosamente conseguira celebrar. Em 1847, Gelly foi ao Rio de Janeiro, investido de missão especial, para ajustar novo tratado, que seria de aliança, navegação, comércio e limites. Rosas continuava a ser uma *ameaça* para o Paraguai. Não reconhecera a independência do país e mantivera uma linha de orientação que se resumia num plano: absorção do Paraguai. Gelly, no entanto, levara instruções por demais ambiciosas. Eram quase a ressurreição da tese de Francia, mitigada por certo. Contudo, as aspirações de Carlos Antônio López assumiram, desta feita, aspecto sério. Foram formalizadas num plano de aliança brasileiro-paraguaia e na *neutralização* do território compreendido entre o rio Apa e o rio Branco. Tratava-se, por

conseguinte, de verdadeira expansão territorial, feita à custa de território brasileiro. Paulino José Soares de Souza rejeitou a proposta de Juan Andrés Gelly. À vista disso, o govêrno de Assunção mandou construir fortins e instalar sôbre-roldas militares que penetraram freqüentemente em território brasileiro. Essas atividades de fiscalização, exercidas em território do Império, alarmaram o Ministro Bellegarde, representante do Brasil em Assunção, que mantinha excelentes relações pessoais com Carlos Antônio López. O incidente do Fêcho-dos-Morros foi o resultado dessa fiscalização. Em conseqüência de tais ocorrências, o Govêrno imperial decidiu fomentar a colonização da região meridional de Mato Grosso, onde os pastos eram ótimos e havia excelentes aguadas. Em 1846, começou a colonização intensiva de tôda a região de Miranda. Os "bois pantaneiros" seguiram para o sul. As sólidas carretas, protegidas por patrulhas, levavam as famílias para as paragens meridionais, numa afirmação de ingente pioneirismo...

Se Carlos Antônio López era homem considerado no que fazia, revelando assim certa sagacidade, não perdia, contudo, a idéia de resolver, a seu gôsto, a questão de limites com o Império. Em 52, Manuel Moreira de Castro foi incumbido de apresentar ao Governo imperial novo projeto de tratado que deveria substituir o de 25 de dezembro de 50, assinado em Assunção por Bellegarde com o ditador do Paraguai. Ora, o novo plano paraguaio insistia na neutralização do território situado entre os rios Apa e Branco e na proibição de ser colonizado tanto por brasileiros como paraguaios. A Chancelaria imperial não aceitou a proposta paraguaia.

A missão Pereira Leal a Assunção terminou num incidente diplomático. Contudo, Pereira Leal foi instruído a apresentar ao govêrno de Assunção um projeto de tratado, que regulasse os artigos III e XV do tratado de 25 de dezembro de 50. O artigo III dizia respeito à linha definidora dos limites entre o Império e o Paraguai. Esta linha ia pelo Paraná até o Salto Grande, donde seguiria pelas cumeadas da serra de Maracaju até às da serra de Amambaí e até as cabeceiras do Apa e pelo leito dêste ao rio Paraguai e daí até a margem meridional da Baía Negra. Para evitar a neutralização do território entre o Apa e o Branco, Pereira Leal poderia transigir, conforme as circunstâncias,

adotando a divisa Iguatemi-Apa; mas, isto em caso extremo. As instruções passadas por Paulino José Soares de Souza a Pereira Leal revelavam o propósito de encontrar uma fórmula justa e transacional.

Pereira Leal, munido de tais instruções, procurou agir junto à chancelaria paraguaia. Por nota de 16 de junho de 53, pediu o cumprimento das obrigações constantes do tratado de 25 de dezembro de 50, especialmente dos artigos III e XV. Começou então a estranha atitude de Varela, ministro das relações exteriores, com o representante do Império. Acusando-o de fomentar intrigas e de assumir proceder exorbitante, Varela criou com Pereira Leal um incidente diplomático muito desagradável. Varela era homem desconfiado e propenso a intrigas fomentadas por terceiros. Fato é que Pereira Leal recebeu acintosamente os passaportes. A atitude assumida pelo govêrno de Assunção, profundamente grosseira, impressionou a Chancelaria imperial. O govêrno brasileiro resolveu enviar ao Paraguai o Chefe-de-esquadra Ferreira de Oliveira, à testa de uma divisão naval. Ferreira de Oliveira não era um diplomata, de maneira que a missão não teve os resultados que se esperavam. A nota do Visconde de Abaeté, de 10 de dezembro de 54, explicou admiràvelmente o incidente diplomático ocorrido com Pereira Leal e constituiu um modêlo de argumentação e de linguagem, apresentado pela Chancelaria imperial.

No entanto, nas negociações com Ferreira de Oliveira o govêrno de López procurou, uma vez mais, esquivar-se ao cumprimento das obrigações estatuídas no tratado de 25 de dezembro de 50. Se López concedia uma coisa, de um lado; por outro, a retirava com mão de gato. Era uma política de negaças. O tratado de amizade, comércio e navegação, assinado em Assunção em 27 de abril de 55, acompanhado de convenção platônica sôbre limites, foi o máximo que Ferreira de Oliveira obteve, além do desagravo à bandeira imperial (seguido de salvas ao pavilhão paraguaio). No dia 28, Falcón, ministro das relações exteriores, comunicou à Chancelaria imperial os resultados obtidos com a missão Ferreira de Oliveira.

O Conselheiro Paranhos, então Ministro dos negócios estrangeiros do Império, respondeu a 8 de julho de 55 à nota de Falcón, para declarar que o Império não ratificava o tratado

celebrado pelo Chefe-de-esquadra Ferreira de Oliveira: "O direito do Brasil à simples navegação ou trânsito de sua bandeira e de seus súditos pelas águas do rio Paraguai e do alto Paraná era preexistente e independente de qualquer novo ajuste entre o Império e a República. Era um direito convencionado e garantido pelo tratado de 25 de dezembro de 1850". Quanto aos limites, Paranhos foi claro e lógico: "Além do Apa e além do Iguatemi, a República do Paraguai não tinha, nunca tivera povoação, estabelecimento ou qualquer outro monumento de posse. O Brasil tivera e os tinha: o seu domínio nesse território não lhe podia ser disputado". Paranhos possuía um estilo lapidar em suas notas diplomáticas.

Por nota de 24 de setembro de 55, Falcón anunciou a Paranhos que um plenipotenciário especial do Paraguai iria à Côrte de São Cristóvão. Êsse enviado foi José Berges, que chegou ao Rio de Janeiro a 3 de março de 56.

As conferências entre Berges e Paranhos tiveram alto nível diplomático. Constam de um admirável anexo ao Relatório da Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império, de 1857. Durante essas conferências, Paranhos demonstrou ao negociador paraguaio que era seguro o direito do Brasil para além do território do Ivinheima e além do Apa. Os paraguaios nada tinham ao norte do Ivinheima, conforme assinalou o Ministro dos negócios estrangeiros do Império. Os argumentos de Berges, apresentados num tom "aveludado", não impressionaram Paranhos, que os desfêz com lógica e com pleno conhecimento histórico da matéria. Ao norte do Apa, os paraguaios não possuiam monumento ou sinal de posse, porque a colonização brasileira seguira as pegadas da colonização portuguêsa, realizada através do século XVIII por excelentes procônsules lusitanos. Era inconteste o direito do Brasil a essas terras. O Brasil tinha provas plenas dêsse direito histórico e efetivo. O Paraguai *precisava* provar seu direito. O território ao norte do Apa e para além do Iguatemi, desde época anterior aos tratados de 1750 e 1777, comprovada por documentos históricos, já pertencia a Portugal. Em 1844, 47, 52 e 53, o govêrno paraguaio não tinha posse alguma efetiva ou domínio sôbre tais territórios. As aspirações do govêrno de Assunção haviam tomado corpo a partir de 1844.

Afinal, depois de minuciosas discussões, ficou assentado que o tratado definitivo de limites se adiaria para ser celebrado dentro de *seis* anos, isto é, em 62. Enquanto isso, ficara entendido que o Império e o Paraguai respeitariam e fariam respeitar, cada qual e recìprocamente, o seu *uti possidetis*.

Em 57, o Brasil resolveu enviar a Assunção Joaquim Tomás do Amaral para negociar um convênio interpretativo do que fôra assinado no Rio de Janeiro, em 6 de abril de 56. Amaral encontrou resistências muito fortes em Assunção, nada podendo obter. Em 57, o Visconde de Maranguape, Ministro dos negócios estrangeiros, despachou Paranhos em missão especial a Assunção. Depois de longas e porfiosas negociações, Paranhos conseguiu êxito: a 12 de fevereiro de 58, assinou na capital paraguaia o acôrdo interpretativo. Em conseqüência de tal ajuste, o govêrno de Assunção removeu algumas das medidas alfandegárias anteriormente tomadas, que entorpeciam a navegação fluvial. No entanto, logo depois de assinado o acôrdo interpretativo, Carlos Antônio López mandou restaurar as mesmas medidas que êle havia suspendido. Assim, defraudou o acôrdo interpretativo...

Carlos Antônio López, nessa altura, estava dominado por suspicácias e ressentimentos contra o Império. Sua política consistia em assinar tratados que depois não cumpriria. Enquanto isso, aumentava as guarnições ao longo do rio Apa e, de vez em quando, fazia incursões no território brasileiro.

Francisco Solano López, em sua megalomania, tem planos ainda mais vastos. Pretendia engrandecer-se à custa da Bolívia. Dizia êle: *"No más aquí no más allí del Parapetí"*. (1) Por conseguinte, suas aspirações iam até ao centro da atual região petrolífera da Bolívia. Transformar-se-ia em senhor absoluto do Chaco, prejudicando títulos históricos da Bolívia e, ao mesmo tempo, criaria uma ponta-de-lança à região dos contrafortes andinos.

O ditador do Paraguai imagina planos para resolver suas questões de limites com a Argentina e com o Brasil. Diferentemente do pai, não cuida de recorrer aos recursos da diplomacia.

---

(1) AQUILES VERGARA VICUÑA, "Del caldero del Chaco...", Santiago, 1935, pág. 88.

Pensa numa solução militar. Se derrotar o Império e a Argentina, terá os limites que quiser com a Bolívia. E será a guerra. E será a derrota definitiva em Cerro-Corá.

*

* *

Êsses os precedentes históricos, a traços largos, da questão de limites entre o Brasil e o Paraguai. Se o litígio fôra complicado pela série de atos internacionais assinados, mas não cumpridos pelo govêrno de Assunção; se dera motivos a incidentes diplomáticos; se criara um ambiente de tensão entre Assunção e o Rio de Janeiro; nem por isso os direitos históricos do Império deixaram de ser claros e válidos. Francisco Solano López, ao recorrer a uma solução pela fôrça, demonstrara completa falta de tino. Imaginara vencer dois países vizinhos e aliados, combatendo em duas frentes distantes. Dividira fôrças. Engendrara um plano monstruoso. Iria correr os riscos políticos, militares e diplomáticos da situação internacional, originada do seu "extravasamento imperialista".

Cotegipe tinha um sentido muito vivo de honra. Não poderia prestar-se às manobras de Tejedor e Quintana. Dizia Vigny que *"l'honneur est la poésie du devoir"*. As manobras e contra-manobras dos representantes argentinos deram-lhe o ímpeto necessário para prosseguir no caminho das negociações em separado com os paraguaios. Redigido o texto do tratado definitivo de paz, Cotegipe discutiu o de limites. A proposta do Enviado especial do Império, constante de um projeto de quatro artigos, estabelecia que a divisória correria pelo álveo do rio Paraná, no ponto onde começam as posses brasileiras na foz do Iguaçu, até o ponto de junção com o rio Igureí, pela margem ocidental abaixo do Salto das Sete Quedas. Da bôca do Igureí segue pelo álveo acima até sua origem principal na serra de Maracaju. Desta serra segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados até encontrar a serra de Amambaí. Prossegue pelas cumeadas desta serra até a nascente mais austral do rio Apa, baixando pelo álveo dêste rio até sua foz, na margem oriental do rio Paraguai. Tôdas as vertentes que correm para o norte e leste pertencem ao

Brasil e as que correm para o sul e oeste pertencem ao Paraguai. A ilha do Fêcho-dos-Morros pertence ao Brasil. Assim, tomando o Igureí como limite, Cotegipe se cingira ao ponto de vista de Francisco Otaviano, por ocasião das negociações do Tratado da Tríplice Aliança, em Buenos Aires.

As negociações foram postas num nível de alta compreensão, de parte a parte. Nelas, Cotegipe revelou-se um negociador ímpar. O Padre Vieira dizia que "os olhos têm dois ofícios: ver e chorar, e mais parece que os criou Deus para chorar que para ver, pois os cegos não vêm e choram". Noutros tempos, quando havia uma guerra, costumava dizer-se que aos vencidos se deixavam os olhos para chorar... Era o sistema dos déspotas orientais e teria sido o sistema de Francisco Solano López, se vencedor fôsse. Nas negociações com o Enviado especial do Brasil, os representantes paraguaios assinalaram que, em 56, o Império propusera o Iguatemi como limite. O Iguatemi fica ao norte do Igureí, existindo entre ambos a serra de Maracaju. Cotegipe replicou então que a linha do Iguatemi fôra proposta como transação para evitar discussões futuras e que o govêrno paraguaio não a aceitara. No decorrer das discússões, o representante paraguaio (Loizaga) confessou que, na realidade, o Paraguai não tinha povoação ou posse efetiva do Igureí ao Iguatemi; mas, que o Brasil também não tinha. Cotegipe replicou que velhos títulos portuguêses estavam de pé e que se presentemente não havia estabelecimentos brasileiros na região ao sul do Iguatemi, noutros tempos tais aldeiamentos ou postos militares existiram e que as tribos indígenas reconheciam a soberania do Brasil.

Após porfiadas discussões, no decorrer das quais houve sempre um alto estilo diplomático, os limites ficaram estabelecidos da seguinte forma: "O território do Império do Brasil divide-se com o da República do Paraguai pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras, na foz do Iguaçu, até o Salto das Sete Quedas, do mesmo rio Paraná. Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória *pelo mais alto da serra de Maracaju* até onde ela finda. Daí segue em linha reta ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a serra de Amambaí. Prossegue pelo mais alto desta serra até a nascente principal do rio Apa e baixa

pelo álveo dêste até sua foz, na margem oriental do rio Paraguai. Tôdas as vertentes que correm para o norte e leste pertencem ao Brasil e as que correm para o sul e oeste pertencem ao Paraguai. A ilha do Fêcho-dos-Morros é do domínio do Brasil".

A 16 de janeiro de 72, foi aprovado o texto do tratado para a entrega de criminosos e desertores e a 18 foi aprovado o texto do tratado de amizade, comércio e navegação.

O Congresso paraguaio aprovou, a 20 de janeiro, o tratado definitivo de paz e o tratado de limites. As ratificações foram trocadas no Rio de Janeiro em 26 de março de 72.

Correia aprovou, a 31 de dezembro de 71, o proceder de Cotegipe ao negociar em separado, estribando-se para tanto na cláusula X do Tratado da Tríplice Aliança. Afirmou que a cláusula XVI, que fôra o cavalo de batalha de Tejedor e Quintana, constituía apenas bases para as negociações definitivas. O Brasil havia ressalvado os direitos da Bolívia, nas negociações de Buenos Aires em 65.

Conforme informou Nabuco, a primeira notícia de que o Brasil assinara tratados em separado com o Paraguai(tratado de paz e tratado de limites) foi divulgada em Buenos Aires pelo jornal *Standard*. Depois, outras gazetas espalharam a notícia. Formou-se um burburinho de espanto e mesmo de ansiedade; e logo depois, o burburinho se transformou numa onda de indignação, não apenas contra o Império, bem contra os negociadores argentinos, duramente criticados pela imprensa portenha. Cotegipe, pôsto acrimoniosamente criticado, recebe alguns louros: jornais argentinos reconhecem-lhe soberbo temperamento de negociador. A linguagem dos jornais é variada e desordenada. "La República", porta-voz do partido de Quintana, excede-se em suas diatribes contra o Império. "La Nación", onde Mitre terá grande prestígio, reconhece o êrro coometido pelos protocolos Varela-Paranhos-Rodríguez. "La República" deseja que tôdas as nações republicanas da América articulem uma aliança efetiva contra o Império. Volta-se a falar na *guerra contra o Brasil,* como se falara com tanto açodamento em 69... Em Montevidéu, há sensação. Os "blancos" aproveitam-se do ensejo para atacar rudemente a diplomacia brasileira. No entanto, os negociadores argentinos estavam colhendo o fruto de suas marchas e contra-marchas, de sua

mudança de política, de seu "idealismo" e depois de seu oportunismo. Varela era um aspecto do problema. Tejedor e Quintana constituíam outro aspecto da questão. Se êstes dois últimos houvessem lido Göethe, deveriam ter presentes as palavras irônicas de Mefistófeles: "...*onde faltam idéias, cabem, a propósito, palavras... Com palavras discutimos valentemente, com palavras exigimos um sistema... podemos dar bom crédito às palavras*..." Foi dessa maneira que procederam Tejedor e Quintana: jogaram a princípio com palavras e depois adotaram uma tese de oportunismo, traduzido num conceito: assenhoreamento do Chaco. Ora, Cotegipe não era homem de ficar impressionado por palavras, mudanças de atitude, posturas enigmáticas e ameaças finais. No entender de Oneto y Viana, "era Cotegipe de esos espíritus intransigentes apasionados por el engrandecimiento del Brasil, tan vehemente como Tejedor sin tener las austeridades del canciller argentino, pero más audaz y más resuelto". Cotegipe não era intransigente, ao contrário do que pensa Oneto y Viana. Era plástico, era maleável, era arguto. Mas era, isto sim, decidido e rápido em seu proceder. Compreende-se, pois, que o *coup d'éclat* de Cotegipe houvesse desorientado e amargurado dois homens que não eram diplomatas: Tejedor e Quintana. Colhidos pelo próprio jôgo que haviam engendrado e vendo êsse jôgo transformado em imprevista *derrota diplomática*, perderam as estribeiras, irritaram-se.

Examinem-se friamente os fatos então verificados: — os aliados estabeleceram obrigações solidárias no Tratado da Tríplice Aliança. Nesse tratado, obra em grande parte de Elizalde (para não dizer que houvesse sido obra integral sua), a Argentina introduziu uma *cunha*, que foi sua desmedida pretensão ao Chaco. Pelo mesmo tratado, os aliados se obrigaram a respeitar a independência, soberania e integridade territorial da República do Paraguai. "Em conseqüência o povo paraguaio poderá escolher o govêrno e instituições que lhe aprouverem, não podendo incorporar-se a nenhum dos aliados e nem pedir o seu protetorado como conseqüência desta guerra" (cláusula VIII). Desde 65, entendeu o Império que os limites estatuídos na cláusula XVI seriam *bases* para futuras negociações, isto é, para as negociações do ajuste definitivo de paz. Doutra forma, tal como a Argentina entendia o assunto, haveria

lesão manifesta à cláusula VIII do Tratado, porque o govêrno de Buenos Aires aspirava a ser dono de metade do território paraguaio. Não se tratava, pois, de uma *guerra de conquista*. Tratava-se de uma guerra feita contra o ditador López, agressor do Império e da Argentina. Ora, tudo isso a Argentina aceitou. Varela surge no cenário diplomático para declarar enfàticamente que a vitória não dava aos aliados o direito de resolverem por si sós os limites com o Paraguai. Surgem os protocolos Paranhos-Varela-Rodríguez. No entender de Varela, os limites deveriam ser resolvidos por um "pleito de títulos". Quem os tivesse melhores, seria vencedor. Assim, o Paraguai poderia, se tivesse melhores títulos, vencer em boa lide seus adversários. Enquanto sustentava tal doutrina, a Argentina ocupava Vila Ocidental, no Chaco... Mitre e Sarmiento jamais apresentaram ao poder legislativo o protocolo anexo ao Tratado. Essa omissão transformou-se em porta aberta para defraudação de obrigações por parte da Argentina. Tejedor, com sua política inicial de evasivas e depois com sua política de fazer prevalecer o direito sôbre a totalidade do Chaco, abriu os olhos à diplomacia brasileira. Compreendeu esta que, após o ultimatum disfarçado de Quintana, o Tratado da Tríplice Aliança ficara abalado. Por conseguinte, só havia um caminho: negociar em separado com o Paraguai. A Argentina *rompera* o Tratado. Rompendo-o, desobrigara o Brasil das estipulações do mesmo tratado.

O adversário diplomático franqueara o caminho para que o Brasil pudesse negociar com o govêrno de Assunção.

Assim, não se compreende que Mitre houvesse censurado Cotegipe. Assim, não se compreendem os ataques injustificáveis na imprensa de Buenos Aires contra o Império e sua diplomacia.

Que Tejedor e Quintana, primorosamente derrotados numa batalha diplomática, se lamentassem, se irritassem, se amargurassem, compreende-se. A derrota havia sido completa. O despeito, a vàidade ferida e o amargor podem às vêzes ser desculpa para negociadores que, pôsto houvessem lutado, procederam, em alguns passos, com manifesta deselegância. Nem todos os negociadores podem ter um estilo diplomático perfeito. O que não se compreende é que Tejedor, em seu fôro íntimo e em suas negociações com Paranhos e Cotegipe, não houvesse imaginado

que sua política se transformasse num desastre diplomático. Faltou-lhe espírito de previsão.

Mal informada dos precedentes diplomáticos e históricos, a imprensa de Buenos Aires desandou numa campanha odienta contra o Império e a diplomacia brasileira.

A verdadeira intenção do govêrno de Buenos Aires desnuda-se logo a seguir: porque, em janeiro de 72, o general Vedia foi nomeado *governador* do Chaco. Exercerá êsse pôsto juntamente com o de chefe das fôrças argentinas então existentes no Paraguai.

Com essa providência, ficará revelado todo o jôgo da chancelaria argentina. É claro que essa medida suscitou enérgico protesto do govêrno de Assunção. Não contente com isso, o govêrno paraguaio enviou uma circular aos governos americanos e europeus, em que afirmou o seguinte (o que é muito importante): "Diante de semelhante decreto, já não resta dúvida ao povo paraguaio sôbre as idéias de absorção que nutre a República Argentina com respeito ao Paraguai; e é êsse o motivo por que o govêrno da República, cumprindo seu dever, protesta e não reconhecerá o Chaco como território argentino, enquanto não se apresentarem melhores títulos que os seus".

Quintana, em seu jornal "La República", adotava uma linguagem ameaçadora em relação ao Brasil: "Tema el Brasil, imperio rodeado de repúblicas, con las cuales vive en litigio por cuestión de fronteras, que las cuestiones platenses lleguen á convertirse en cuestiones americanas, que un movimiento general de esta parte del continente realice el plan ideado por Bolívar, y penetre en el corazón del Imperio proclamando los derechos de la república, rechazando al otro lado del Atlantico la corona de los Braganzas, y proscrebiendo para siempre del suelo libre de América, la monarquía que allí se levanta cual atalaya de la vetusta Europa, y que se extiende hasta nuestros domínios á modo de brazo amenazando con la conquista estranjera".

Êsse, o estilo confuso e inchado de Quintana. Além de erros históricos em tão curto período escrito, uma ameaça quixotesca ao Brasil. Era o despeito do derrotado por Cotegipe que explodia verbalmente...

Nem mesmo em Buenos Aires, onde Tejedor procurou criar uma conferência tempestuosa, Cotegipe perdeu o prumo. Relanceou os olhos pelas gazetas que o atacavam rudemente. Tinha cumprido sua missão. Os negociadores argentinos haviam praticado uma política de fintas, negaças e esquivanças. Cotegipe replicara com uma política de audácia e decisão. Vencera.

A nota do govêrno paraguaio de protesto contra a ocupação do Chaco deixou Tejedor numa situação difícil. No entanto, o ministro das relações exteriores da Argentina saiu pela tangente, dizendo: "Era dever dos aliados não dar passo algum senão de acôrdo. Era dever, e até conveniência do Paraguai, não receber imposições isoladas. Animado destas convicções, o govêrno argentino não pôde ver sem surprêsa que êsse govêrno celebrasse com o Brasil tratados que se afastam violentamente dêstes antecedentes e que, estipulando a permanência em território paraguaio de fôrças brasileiras também indefinidas, podem comprometer não só seu porvir, como a paz do rio da Prata".

Era estranha a resposta de Tejedor. Contudo, o ministro das relações exteriores da Argentina não ficou nisso: pareceu disposto a jogar a malha mais longe. Tejedor, em nota de 15 de fevereiro de 72, queixou-se oficialmente da atitude assumida por Cotegipe, bem como pediu a retirada do destacamento brasileiro que se encontrava na ilha de Atajo. E, na mesma nota, imputou ao Império, em linguagem semi-velada, falta de sinceridade na aliança...

Correia respondeu a Tejedor, por nota de 21 de março de 72, em que afirmou: "O Govêrno imperial nunca teve a menor idéia de ganhar território algum do inimigo, nem mesmo de levar suas pretensões de limites além do que em plena paz propusera ao Paraguai, para o que aliás não lhe faltaram títulos, fundados nas próprias declarações e propostas do govêrno de Assunção, feitas muito antes da calamitosa guerra por êle provocada". Correia declarou na mesma nota que a ilha de Atajo não podia ser reconhecida como território argentino senão em virtude dos ajustes pendentes entre a Argentina e o Paraguai. Correia declarou que era tenção do Govêrno imperal abandonar

a ilha. Contudo, circunstâncias várias se opunham a que o Brasil imediatamente o fizesse.

Era curioso que Tejedor, em sua nota de protesto contra a celebração dos tratados em separado com o Paraguai, — êle, autor da tese do direito argentino sôbre o Chaco paraguaio —, houvesse feito estas insinuações malévolas:

> "... ...O protetorado (do Império, subentende-se) em tal caso seria em outros têrmos a absorção; e dêste modo a República Argentina apareceria entre as nações como fazendo a aliança e a guerra para o engrandecimento do Império. O presidente da República, em cujo nome tenho a honra de dirigir as precedentes considerações, espera que pesarão bastante no ânimo do Govêrno imperial **para impedir que se levem a efeito os tratados celebrados em Assunção pelo Sr. Barão de Cotegipe,** com quebra da aliança, ou para achar o meio conciliatório que a conserve, até que tenha produzido os benéficos resultados que se tiveram em vista, assegurando por sua parte, se fôsse necessário, a disposição, mais franca e enérgica de continuar a manter tôdas as obrigações da aliança".

Sem dúvida alguma, tratava-se de algo de parecido com ultimátum, no sentido de que fôssem impedidos, em seus efeitos, os tratados celebrados por Cotegipe. Mais ainda: tàrdiamente, Tejedor pretendia a conservação da aliança (aliança que êle desmantelara...), bem como o cumprimento de suas obrigações. Tudo isso causa hoje espécie, porque Tejedor, não sendo um temperamento de diplomata, possuía, a despeito de sua austeridade, um pendor acentuado pela intriga. Mas, dizendo essas coisas, Tejedor falava a uma *platéia*: os países hispano-americanos. Esperava que essas considerações, ora mentirosas, ora hipócritas; ora falsas, ora intimidativas, dirigidas ao Império, causassem reboliço na América hispano-americana e possìvelmente na Europa. O Brasil tinha de ser taxado de imperialista: aspirava a estabelecer um protetorado no Paraguai; aspirava a manter tropas de ocupação no território paraguaio (*a pedido do govêrno de Assunção...*); aspirava a celebrar tratados em separado com o Paraguai, rompendo assim o Tratado da Tríplice Aliança; aspirava a uma política de hegemonia no Prata... Por outro lado, Quintana, com sua linguagem clangorante,

instava pela criação de uma "santa aliança" contra o Brasil... Contudo, na nota de 15 de fevereiro de 72, se havia uma *ameaça* — impedir o cumprimento dos tratados celebrados por Cotegipe —, havia também algo de parecido com um apêlo de conciliação.

O mesmo Tejedor instava com Cotegipe para que prolongasse sua estada na capital argentina. Necessitava falar-lhe, discutir alguns pontos obscuros, esclarecer e esclarecer-se. Na intercorrência de todos êsses acontecimentos, a Chancelaria imperial, a 3 de fevereiro, instruiu seus representantes diplomáticos no estrangeiro para que expusessem os motivos por que o Brasil celebrara tratados de paz em separado com o Paraguai. Gonçalves de Magalhães (futuro Visconde de Araguaia), Ministro do Império em Buenos Aires, em 26 de fevereiro, entregou nota a Tejedor. Daí, pois, o interêsse de Tejedor em manter conferências com Cotegipe. Essas conferências realizaram-se a 24 e 28 de fevereiro. Duas longas conferências, de horas seguidas. Segundo o depoimento de Cotegipe, Tejedor pareceu estar disposto a um entendimento. A questão consistia em encontrar o caminho. E não era fácil, porque o ambiente de Buenos Aires estava toldado de paixões e de ameaças ao Império.

Como poderia encontrar-se o caminho, se os jornais de Buenos Aires, ao mesmo tempo que atacavam Mitre e a Tríplice Aliança, cobriam de injúrias o Brasil e seus agentes diplomáticos? Tejedor, que era homem inteligente, deveria ter compreendido tais imponderáveis. Daí, pois, o desejo de *sondar* Cotegipe, porque êste talvez lhe pudesse dar a chave do problema...

A política de Tejedor poderia parecer contraditória, mas buscava um propósito: estabelecer a desorientação na política do Brasil e conseguir que o Barão de Cotegipe fôsse desautorizado. O Visconde do Rio-Branco encarregou-se de responder à nota de Tejedor, de 15 de fevereiro, por outra de 28 de março. Tejedor replicou com a nota de 27 de abril, onde se encontra o seguinte trecho: "É certo, Sr. Ministro, que a amizade de dois povos vizinhos não tem data fixa, como também não a tem a inimizade. A batalha de Ituzaingo não nos separou para sempre, assim como não nos ligou para sempre a cooperação brasileira que libertou as Repúblicas Argentina e do Uruguai de seus ditadores Oribe e Rosas... ...Que fenômeno foi êsse que permitiu que a potência acusada por tôdas as Repúblicas espa-

nholas de invasões de território, não encontrasse dificuldades com o Paraguai e os encontrasse a República Argentina?"

Afirmou Nabuco que "se ao invés de Rio-Branco, com a sua dignidade calma e paciente, tivesse cabido a Cotegipe responder a Tejedor, essa campanha de epigramas e reconvenções históricas teria degenerado talvez em uma guerra entre os aliados da véspera". (1)

Durante sua permanência em Buenos Aires, Cotegipe sentiu, nas duas conferências mantidas com Tejedor, as dificuldades em que êste se encontrava. Houve mesmo o esbôço de uma fórmula transacional entre ambos. A respeito, Cotegipe escreveu ao Conselheiro Correia, a 1.º de março de 72, relatando o ocorrido nas conferências e pedindo-lhe que esperasse seu regresso, porque a situação se havia acalmado em Buenos Aires.

Era aquela mesma situação que Paranhos já havia definido, em ofício de 29 de janeiro de 70, enviado a Cotegipe, Ministro dos Negócios Estrangeiros, como situação que "não é de guerra, nem também é de paz" (Arquivo Histórico do Itamaraty). Tejedor refletia o ambiente da Argentina. Mas, o que Tejedor refletia principalmente era uma hesitação profunda derivada da circunstância de ter de enfrentar um rival poderoso. *El Nacional,* de Buenos Aires, dirá mais tarde um conceito profundo: "Toda nuestra vida civil es una cadena de concesiones al demonio del motín que traemos metido en el cuerpo desde las entrañas de España". A vida da Argentina, nesse ano de 72, singularizava-se por uma instabilidade política sísmica, a despeito do pulso de Sarmiento.

O Conselho de Estado, reunido em 1.º de março, dera parecer favorável à ratificação dos tratados. Cotegipe só chegou ao Rio de Janeiro a 9. A 26 de março, a Princesa Dona Isabel ratificou os quatro tratados celebrados por Cotegipe em Assunção.

Em Buenos Aires, nova grita, nova celeuma, novas explosões. Tejedor, esperançado de que o Govêrno imperial desautorizasse Cotegipe, enganara-se. Há desorientação nos altos círculos argentinos. Sarmiento lembra-se do seu inimigo político, o general Mitre, para ir em missão especial ao Rio de Janeiro.

---

(1) NABUCO, **"Um Estadista do Império"**, vol. III, pág. 324.

Mitre opõe-se à idéia. Seus argumentos encontram-se num documento enviado a Tejedor. Há, contudo, nesse documento um conselho admirável, dado por Mitre ao ministro das relações exteriores: *"Em tão errada campanha diplomática, onde o único certo é o tempo que se perde e o decôro externo que se sacrifica, não teríamos sequer as honras da moderação"*. A intransigência de Tejedor deveria ter recebido tais palavras de Mitre como farpas afiadas que lhe ferissem a sensibilidade. O ex-presidente da República era partidário de um esfôrço conciliatório. Entendia que a obra da Tríplice Aliança não poderia ser desmantelada. Foi depois do documento de Mitre que Tejedor, mais irritado que nunca (e desorientado, também), passou a nota de 27 de abril, pela qual acusou recepção das notas de 3 de fevereiro e 22 de março da Chancelaria imperial. Nota sem moderação nos conceitos e na linguagem, demasiado extensa, por vêzes mal articulada em seus argumentos, apaixonada, — ela revela o temperamento de Tejedor. Sabe-se que essa nota fôra redigida inicialmente por Tejedor e Quirno Costa. Sarmiento adoçou-lhe alguns conceitos. O ministério aprovou-a. Assim, a nota representou a opinião do govêrno argentino, desde Sarmiento aos demais ministros. O Congresso teve conhecimento do texto e aprovou-o também. Depois disso, Tejedor passou circular às legações argentinas no estrangeiro, instruindo-as a explicar o conflito diplomático com o Brasil junto aos governos a que estivessem acreditadas. Sarmiento, na previsão de alguma guerra (que só poderia ser provocada pela Argentina, devido à exaltação de Tejedor), estabelece as bases da marinha de guerra, com a compra de três encouraçados, e aumenta as fôrças de terra.

O Barão de Cotegipe, em suas *"Negociações com o Paraguai e a nota do Govêrno argentino de 27 de abril"*, opúsculo publicado na Bahia em 72 e que constitui uma *Carta* dirigida ao Conselheiro Correia, lançou luz sôbre as conversações e conferências que manteve com Tejedor. Disse o negociador brasileiro: "Eu referia-me às duas questões que ficaram adiadas para as negociações de Assunção: — limites e fortificações. S. Excia. evitou sempre entrar em mais íntimas explicações e tive de recolher-me à reserva exigida pela minha posição". Depreende-se das palavras de Cotegipe que Tejedor, a despeito de haver instado com o Enviado especial do Império para que se demorasse na capital

argentina, num propósito evidente de *sondagem,* fechara-se numa reserva estranha, diante do representante brasileiro, ao lhe falar êste sôbre os assuntos dos limites e das fortificações. Era assim que Tejedor procurava tratar o Barão de Cotegipe. Processo estranho que demonstra: ou excessivo orgulho — ou insegurança. O silêncio é às vêzes uma defesa dos fracos ou dos desorientados.

Nessa batalha diplomática, Tejedor e Quintana haviam sido derrotados em boa lide.

Disse Oneto y Viana: "La violencia de las notas de Tejedor no dió otro resultado que preparar el nuevo triunfo que obtendría la cancillería de Río en la misión que llevó á la Corte á Mitre en julio de 1872. La rudeza de sus términos delataba demasiado el despecho de la derrota".

XII

SEGUE O INCIDENTE DIPLOMÁTICO. — POLÍTICA DO VISCONDE DO RIO-BRANCO. — MISSÃO DE MITRE AO RIO DE JANEIRO

"pues naides ha de cantar cuando este gaucho canta".

(MARTIN FIERRO)

A EXPERIÊNCIA dos povos mais adiantados prova que problemas, aparentemente simples, ou mesmo complicados, ganham mais lidados por entendidos que entregues a mãos ineficientes, mesmo que estas sejam de políticos de certa perspicácia fácil. A diplomacia e seu perfeito estilo diplomático são o resultado de uma tradição, que representa também cultura. Recorde-se, a propósito, a definição admirável de Keyserling: "A cultura é uma forma da vida, ao mesmo tempo que expressão imediata do espírito". A diplomacia de Tamerlão era muito diferente da diplomacia de Talleyrand. Nem sempre a linguagem das ameaças constitui o melhor dos argumentos. Um dos grandes defeitos da diplomacia alemã, no tempo de Guilherme II, foi a falta de estilo, traduzida ora numa linguagem arrogante, ora numa linguagem apaixonada. Os chanceleres do Império alemão no reinado daquele dinasta haviam perdido a lição de Bismarck. O "Chanceler de ferro", em sua linguagem diplomática, sabia dizer o que queria e sabia escrever seus conceitos de maneira plástica e elegante. Os diplomatas brasileiros, no tempo do Império, sabiam escrever o que pensavam e sabiam

traduzir as instruções recebidas num estilo lapidar. E o maior de todos, em dotes de observação, sagacidade e cultura, era o Visconde do Rio-Branco. Eis o homem que, representando a diplomacia brasileira, se levantava maciçamente contra as investidas pouco felizes de Tejedor. Nesse ano de 72, a Tejedor faltavam duas qualidades capitais: serenidade — e sagacidade.

Nos altos círculos de Buenos Aires, havia exaltação. A linguagem da imprensa era de rudeza para com o Império e seus agentes diplomáticos. Tejedor, com sua nota de 27 de abril, não se dirijira ùnicamente à Chancelaria imperial. Redigindo-a no estilo em que a vasou, Tejedor pensou que a nota pudesse ter resonância nos países hispano-americanos, de maneira a suscitar novos ressentimentos contra o Brasil. Nessas condições, fácil é imaginar que a nota do chanceler argentino houvesse causado um efeito desastroso, quando conhecida da opinião pública e da imprensa do Rio de Janeiro. Os jornais mais ponderados não deixaram de assinalar a linguagem destemperada dêsse documento diplomático. Alguns diários entenderam mesmo que a Chancelaria imperial não poderia aceitar semelhante documento. Contudo, o Visconde do Rio-Branco tinha a placidez dos gigantes. Não se deixou atemorizar pelos arreganhos verbais de Tejedor. Não restituiu a nota. Assoberbado com problemas urgentes de política interna, o Visconde do Rio-Branco deixou que a nota fôsse "macerada" por alguns dias de espera. Não se precipitou. Não fêz estralejar uma onda de adjetivos pomposos para responder a Tejedor. A nota de 20 de junho de 72, de Correia, é um modêlo de *macieza* e urbanidade. A linguagem nessa nota está tão polida, tão esmerada e burilada no seu estilo correntio que o leitor terá a impressão de que a nota de Tejedor... tivesse pouca importância. Correia enfileirou argumentos, de maneira muito lógica, para rebater o alegado apaixonado de Tejedor. Referindo-se às obrigações dos aliados dentro do enquadramento da Tríplice Aliança, Correia salientou: "A garantia coletiva não exclui a ação singular da cada um dos garantes, quando êste o possa fazer e os outros não estejam no caso de prestá-la, ou entendam que não se dão circunstâncias que lhe imponham êsse sacrifício. A garantia da aliança é um auxílio positivo e não uma prisão ou estôrvo para que cada um dos aliados não faça, pela independência e integridade do Pa-

raguai, o que os outros não possam ou não queiram fazer". Correia desfez a insinuação malévola de Tejedor de que o Império aspirasse a estabelecer um protetorado sôbre o Paraguai. Afirmou que se o Brasil dispunha de fôrças no solo paraguaio, a Argentina também as tinha. Havia entre os chefes das tropas de ambos os países perfeita cordialidade e excelente harmonia. O Império não tinha interêsse em manter essas tropas indefinidamente no torrão paraguaio; e se aí estavam, estavam em cumprimento do Tratado da Tríplice Aliança, bem como a pedido do govêrno paraguaio (o que Correia não aduziu). Referindo-se às conferências de Cotegipe com Tejedor, Correia assinalou que em Buenos Aires o ministro das relações exteriores da Argentina havia estabelecido com o Enviado especial do Império um meio conciliatório, mediante uma fórmula. Em virtude dessa fórmula, os tratados celebrados por Cotegipe poderiam ser ratificados sem alteração do seu texto. Por que motivo a Argentina não exigira a anulação de tais tratados? Então o que importava a Tejedor era simplesmente a questão da ratificação. O Brasil não impediu a ratificação, porque, a despeito do protesto de Tejedor, o proceder do Govêrno imperial fôra odiosamente desfigurado pela linguagem da imprensa de Buenos Aires.

O Conselheiro Correia referiu-se também à interpretação dada pela Argentina à cláusula XVI do Tratado da Tríplice Aliança. Com admirável análise, Correia afirmou: "Vê-se também, o que a nota argentina nega sem razão, que o plenipotenciário brasileiro enunciou a idéia, que parece inconcussa, de que a obrigação, que pelo seu pacto se impuseram os aliados, de respeitar a integridade territorial do Paraguai, compreende virtualmente a de não lhe exigirem limites a que não tenham perfeito direito. Que isso, porém, não quer dizer que o Brasil ou a República Argentina reclamasse, no artigo XVI do Tratado de Aliança, limites que em boa fé não reputasse legítimos".

O Ministro dos negócios estrangeiros do Império também rebateu a alegação de Tejedor de que o Brasil dava a aparência de pretender ser advogado da Bolívia na questão do Chaco. Então, a propósito, Correia declarou que, em 1852, a Bolívia protestara contra um tratado celebrado entre o Paraguai e a Confederação Argentina. Sustentou a Bolívia seu direito a território da margem ocidental do rio Paraguai. Bustamante,

representante da Bolívia no Brasil, Argentina e Uruguai, manifestou a opinião de que a Bolívia deveria participar das negociações de paz que dissessem respeito ao Chaco. Mais ainda: — em abril de 71, a Bolívia solicitou ao Império fôsse informada de quando se pretendia fazer a demarcação no Chaco; porque, estando ressalvados seus direitos pelo Tratado da Tríplice Aliança, ela pretendia apresentá-los e dar-lhes eficácia. Nessa ocasião, estava para chegar ao Rio de Janeiro o plenipotenciário Reyes Cadorna, investido de plenos poderes pelo govêrno de La Paz.

Rebatendo a malévola insinuação da "imprensa subvencionada pelo Brasil", Correia afirmou: "Para não tornar mais desagradável essa discussão, deixa-se de responder à temerária alegação da imprensa subvencionada pelo Brasil. Basta sôbre êste ponto observar que a imprensa argentina estava a pequena distância de Assunção e que não cessava de recomendar a influência de sua nacionalidade. Na própria capital do Paraguai publicava-se um periódico notòrimente redigido por um funcionário militar da legião argentina. O Govêrno imperial nunca se lembrou de dar importância às injustas apreciações que algumas vêzes apareciam nessas gazetas contra a política brasileira e menos podia levantá-las à altura da responsabilidade do seu aliado".

O fogoso Alberdi, homem de grande talento, e inimigo do Império, deu a explicação cabal da política de Tejedor:

> "Todo lo que queria el aliado argentino era nada menos que la escuadra, el ejército y las finanzas del Brasil para forzar al Paraguay á ceder por el tratado definitivo de paz, el Chaco, al que creyó haber ganado por el articulo 16 del tratado de aliança" ("Escritos póstumos", vol. II, pág. 506).

Nesses *clinamens* (para usar o conceito de Lucrécio) da política internacional da bacia do Prata, o papel do Império sempre foi deturpado, na ocasião e durante muito tempo, por conceitos não apenas pouco amáveis, mas profundamente injustos. Eminente publicista uruguaio, referindo-se à ação de Sarmiento no processo de pacificação do Uruguai em 1871-72, afirmou o seguinte, que merece ser lido com tôda a atenção:

"Las lecciones de la historia son elocuentes como para aprovecharlas. Una, la de 1839, incendió á ambos pueblos, y fué necesaria la inmixtión del Imperio en el Río de la Plata para concluir con Rosas, lo que no hubiera sido nada, si ello no trajera consigo la influencia brasileña y la decapitación territorial en el tratado de limites de 1851, de que no es sino una muestra la navegación de la Merin y del Yaguarón. La otra, la de 1863-65, causando el incendio colosal en el que ardieron los destinos de cuatro naciones, siendo humilladas dos de ellas — el Uruguay y el Paraguay — quedando prepotente, una vez más, la intervención del Imperio" (1)

DETURPAÇÕES HISTÓRICAS DO PROCEDER DO BRASIL

Intromissão — intervenção — prepotência do Império... Truculência da diplomacia imperial — imperialismo — expansionismo do Brasil... No entanto, Palomeque e outros esqueceram-se de falar (não lhes convinha...) no plano de Francisco Solano López: — plano de engrandecimento territorial, de armamentismo poderoso e de política de agressão contra a Argentina e o Brasil... O dever de um historiador consiste, à luz de documentos históricos, em formular juízos exatos, evitando conceitos pessoais ou fantasias sôbre o que poderia ter acontecido, se tais tendências ou fatos se houvessem verificado... A História não se faz com palpites ou suposições. A História possui uma balança de rara sensibilade para contrastar valores. Ademais, a História é um processo de *schoepferische Erkentniss*, isto é, de conhecimento criador. Ora, os historiadores platinos, em sua mór parte, têm a preocupação de deturpar a ação diplomática do Império ao sabor de suas tendências de política interna. Outros, como o norte-americano Pelham Horton Box, a despeito de haver-se utilizado de esplêndida documentação, por vêzes se deixam levar por certo critério pessoal, certa tendência pessoal, que, ao cabo, representa distorsão de fatos. Os "blancos", do Uruguai, são categóricos em sua obra: a política imperial foi *nefasta* sob todos os pontos de vista em relação à admirável república, *orgulho* do Continente americano. Ainda

---

(1) ALBERTO PALOMEQUE, "La Jurisdicción del Plata", Montevidéu, 1909, pág. 33.

hoje, mesmo tendo documentos altamente esclarecedores à sua disposição, os historiadores "blancos" repetem as mesmas opiniões apaixonadas do passado. Não houve ninguém que mais corajosamente houvesse feito em prol da pacificação do Uruguai, na quadra Berro-Aguirre, que o Visconde de Mauá. O historiador paraguaio Efraím Cardozo referiu-se à "actividad febril del Barón de Mauá" e afirmou que o protocolo de 20 de outubro de 63 foi quase todo obra sua. As palavras sensatas de Mauá, a "blancos" e "colorados", seu leva-e-traz, seus colóquios com Herrera e outras personalidades importantes, foram elos de uma ação constante. Ninguém queria ouvir falar em paz. "Blancos" e "colorados" queriam a guerra civil para saciar ódios, arruinar o país e matar aos montes. Por conseguinte, Mauá estaria pregando no deserto... Francisco Solano López, à espreita de um motivo, procurava meter bulha, buscar camorra, entrometer-se nos assuntos do Prata, com gesto mandão. A missão de Loureiro foi deturpada em Buenos Aires, Montevidéu e Assunção. Cada parcialidade viu nessa missão coisa inteiramente diferente de seus reais propósitos. A troca de notas Loureiro-Elizalde, de 3 de novembro de 63, deu motivo a zangas e rancores em Montevidéu e Assunção. No entanto, o que Loureiro obteve foi a *neutralidade* do govêrno de Buenos Aires na guerra civil uruguaia. Mauá escrevia com sobranceria e franqueza a Mitre, censurando-lhe por vêzes a política. Sòmente Mauá poderia ser tão sincero. Muitos lhe deviam dinheiro...

Tudo isso demonstra como é difícil ir abatendo a vegetação complicada que historiadores platinos plantaram sôbre êsses assuntos diplomáticos. Para justificarem desastres diplomáticos em relação ao Império, tais historiados recorrem aos meios mais estranhos. Não se dão ao trabalho de estudar fontes históricas. Repetem o que se escreveu. Dão endôsso a conceitos absurdos. O prestigioso historiador e político paraguaio Natalício González entendeu que, ao iniciar-se a crise no Rio da Prata em 63, a diplomacia britânica entrou a tecer seus fios para obter três objetivos: — a) destruir o regime imperante no Paraguai e colocar no govêrno homens que entregassem ao estrangeiro as fontes básicas da riqueza nacional; b) impedir que o Brasil anexasse o Uruguai; c) impedir que a Argentina anexasse o Paraguai. Disse o mesmo historiador paraguaio que a invasão de

sua pátria foi *financiada,* desde o comêço até ao fim, pelos banqueiros de Londres. O instrumento dos desígnios britânicos foi a dinastia dos Braganças, *servidora tradicional del poderoso Imperio*... Contudo, o historiador paraguaio se esqueceu de um fato: que o Brasil não tinha relações diplomáticas com a Inglaterra. Essas relações seriam reatadas no quartel-general aliado, diante de Uruguaiana, quando Thornton aí estêve, em 23 de setembro de 65, para pronunciar discurso e entregar ao Imperador a credencial da rainha Vitória que o acreditava como Enviado em missão especial para reatar as relações... e declarar que a Inglaterra jamais pretendera ofender a dignidade do Império...

No *flumen* do tempo rolam os mesmos erros e os historiadores platinos os repetem com uma facilidade de espantar, esperando consagrá-los à custa da repetição...

OS DIREITOS DA BOLÍVIA AO CHACO

O estudo histórico dos direitos da Bolívia ao Chaco constitui matéria muito vasta. Tão vasta que, devido à imprevidência de políticos bolivianos, que não ouviram os conselhos sensatos dêsse grande estadista que foi Mello Franco, então Ministro das relações exteriores do Brasil, culminou numa guerra desastrada para os interêsses da Bolívia.

Na *Memoria* (Relatório), apresentada em 1868 por Mariano Donato Muñoz, Ministro de Govêrno, Justiça e Relações Exteriores, à Assembléia Nacional Constituinte, em La Paz de Ayacucho, lê-se o seguinte:

> "Hace más de tres años que principió la guerra entre las Potencias de la triple alianza y del Paraguay. Cuatro naciones americanas y amigas de Bolivia están empeñadas en esa lucha colosal, que tantos recursos y tanta sangre les cuesta. Las Repúblicas Aliadas del Pacífico, deseosas de poner término á esa contienda, por medios amistosos, acordaron por el protocolo firmado en Santiago el 25 de abril de 1866, interponer sus buenos oficios ó su mediación para conseguirlo. El Gobierno boliviano que no tenia, por entonces, Representante propio antes las naciones belijerantes, autorizó expresamente al H. Señor Lastarria, Ministro de Chile, para oferecer, por su parte, dichos buenos oficios ó media-

> ción. Los nobles deseos de los Aliados del Pacifico no pudieron tener, por desgracia, el buen éxito que esperaba; porque las Potencias Aliadas contra el Paraguay, firmes en el propósito de llevar adelante da guerra, rehusaron todo avenimiento. Más tarde, cuando el Gobierno acreditó al Señor Quevedo como su Ministro ante la Corte del Janeiro (sic) y los Gobiernos de Buenos Ayres, Montevideo y Asunción, le dió instrucciones especiales para que ofreciera nuevamente los buenos oficios ó la mediación por parte de Bolivia, llegado un caso oportuno, á fim de dar término amigable á tan reñida lucha. La contestación del Gabinete Imperial á nuestro Representante, ha sido la misma que el Ministro Arjentino dió al Señor Lastarria; no ha llegado, por consiguiente, el caso de formularlos oficialmente. Cuando el Gobierno boliviano tuvo conocimiento del Tratado secreto de 1.º de mayo de 1865, ajustado entre los Gobiernos Arjentino, Brasilero y Uruguyo para llevar la guerra al Paraguay, creyó de su deber pedir esplicaciones á estos Gobiernos sobre el espíritu del artículo 16, que **parecia atacar directamente** los derechos territoriales de la República. Las esplicaciones que se han dado satisfacen por completo à nuestras exijencias; y ellas han sido mas ampliamente confirmadas por el Enviado Brasilero, residente en la República".

Pela linguagem oficial do govêrno da Bolívia deduz-se claramente que Argentina, Brasil e Uruguai foram contactados, foram informados, foram inteirados das pretensões bolivianas em face da cláusula XVI do Tratado da Tríplice Aliança; e que as explicações dadas pelos três governos satisfizeram a Bolívia. Isto é muito importante assinalar, porque será mais tarde *torcido*. Por conseguinte, o govêrno do presidente Melgarejo foi previdente em tomar a iniciativa diligenciada por seu ministro, Mariano Donato Muñoz. Melgarejo foi tão caluniado por historiadores bolivianos que convém se ressalte a agudeza com que procedeu.

A Bolívia estribava suas pretensões em títulos históricos, muitos dos quais incontestáveis. As alegações de Francia, primeiro, e depois de Francisco Solano López não invalidaram os títulos bolivianos. A certos respeitos, robusteceram-nos. Já se viu anteriormente nesta obra que Francisco Solano López sonhara com transformar o rio Parapeti em limite setentrional de sua pátria. O Chaco, que no século passado fôra cruzado

pelo francês D'Orbigny, nada valia econômicamente. Mas para a Bolívia tinha valor *histórico*. Valor derivado do conceito de soberania, plenamente exercida nessa região.

Terminada a guerra da Tríplice Aliança, o govêrno de La Paz tratou de fazer valer seus direitos. Estavam êstes ressalvados pela diligência do Império, que Tejedor procurava contrariar. No seu devido lugar, ver-se-á o resultado da missão Reyes Cadorna ao Rio de Janeiro.

Nessa quadra, a Bolívia ainda possuía o litoral sôbre o Pacífico. Perdê-lo-á na guerra infeliz de 79. E não o perdeu por culpa de Melgarejo. Perdeu-o por culpa de Daza. A origem histórica dessa guerra estava no tratado desastrado da *mancomunidad,* celebrado por Bustillo em 63 com o govêrno chileno.

Há pouco tempo, em obra notável, William Vogt afirmou que *"Latin America's geography is the harshest and most inescapable factor limiting its human betterment"*. [1] Se os Estados Unidos e o Canadá têm seus Corn e Wheat Belts, se a União Soviética tem a Ucrânia, a América Latina pràticamente só tem as boas terras do Pampa. Nessa geografia complicada, a Bolívia representa o encordoamento de cordilheiras tremendas, tornando a vida humana sumamente difícil nos páramos andinos. A cordilheira isolou a Bolívia. Contudo, a política do Império com êsse país, maximè durante a missão famosa do Barão de Lopes Netto, consistiu em interessá-lo na navegação amazônica, que fôra iniciada em 51 pelo gênio extraordinário do Barão de Mauá. Melgarejo deu grande valor ao Tratado de 67. A concessão feita pelo govêrno boliviano ao coronel Georges Church, para navegar o rio Madeira, logo após a assinatura daquele tratado, foi conseqüência das notáveis negociações diplomáticas de Lopes Netto com o govêrno boliviano.

A POLÍTICA DO VISCONDE DO RIO-BRANCO

Disse Nabuco em sua obra clássica: "Rio-Branco é uma grande figura; é sua, realmente, a glória que no sistema parla-

---

(1) WILLIAM VOGT, **"Road to survival"**, Nova York, 1948, pág. 153.

mentar compete ao estadista que assume a responsabilidade de uma grande política, superiormente a defende, e hàbilmente a faz triunfar; mas se Rio-Branco teve a coragem e a resolução de Sir Robert Peel, é preciso não esquecer que na Inglaterra o Primeiro Ministro se apoia quase sòmente no Parlamento e nos partidos, e que no Brasil se apoiava *principalmente* no Soberano; que a maior parte da fôrça, da confiança, da resolução que Rio-Branco mostrou, lhe veio, não da Câmara e da opinião, mas da firmeza, da fé, da intuição nacional do Monarca". (1) Sob o ponto de vista internacional, a política do Visconde do Rio--Branco foi de *firmeza*. Repete a anterior política de firmeza do Visconde do Uruguai, no Rio da Prata, que culminou na queda do ditador Rosas.

Profundo conhecedor dos problemas internacionais do Império, versando-os com segurança; analista finíssimo das realidades políticas e econômicas do Rio da Prata; negociador admirável para questões difíceis; diplomata, senhor de recursos variados e de um estilo verdadeiramente lapidar; o Visconde do Rio-Branco estava, em 72, transformado no centro da política internacional da América do Sul. Por detrás dêle, alçava-se a figura imponente de Dom Pedro II, então no apogeu do seu glorioso reinado. O Visconde do Rio-Branco, além de importantes questões internas, tem assuntos internacionais muito delicados a tratar e a resolver. Não é um estadista que se dedique a uma política de imposições, baseadas no possível emprêgo da fôrça. Rio-Branco confia essencialmente nos recursos infinitos da *verdadeira* diplomacia: — cultura, elegância de raciocínio, conhecimento perfeito dos assuntos, poder de argumentação, serenidade, nervos frios, diretrizes seguras. Êle sabe o que quer — e para onde quer ir. *Diretrizes seguras* — foi o que sempre caracterizou a política internacional do Brasil, no tempo do Império. Não há hesitações. Não há recuos. Não há dúvidas. A diplomacia imperial tem conhecimento cabal dos problemas a serem tratados.

Enquanto os diplomatas hispano-americanos estribavam sua concepção de diplomacia no sentido da *honra* (Keyserling disse que a honra espanhola repousa sôbre uma paixão pura-

---

(1) **NABUCO, "Um Estadista do Império", vol. III, pág. 239.**

mente subjetiva, sôbre o *pathos do único*); a diplomacia imperial a entendia, baseada no Direito e na Cultura. As armas utilizadas pelos dois lados eram bem diferentes. Tejedor era o arroubo da eloqüência, a exaltação do temperamento, a agudização do sentido da honra. As armas do Visconde do Rio-Branco seriam outras: seriam o conhecimento profundo dos assuntos, a cultura política e histórica, o saber de experiências feito. Objetivo, metódico e lógico, o Visconde do Rio-Branco, como negociador, era incomparável. Não se perderia em divagações nem explosões temperamentais. Sereno e objetivo, deslindava assuntos difíceis com a paciência de um matemático diante de um cálculo complicado.

Os processos diplomáticos do Visconde do Rio-Branco primavam sobretudo por lisura, honestidade e dignidade.

Muito interessados, os demais países hispano-americanos seguiam o desenvolvimento do conflito diplomático entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. Em diferentes capitais da América hispânica, o assunto era deturpado e pintado mesmo com matizes sombrios. Não faltaram comentadores apressados que predissessem a possibilidade de uma guerra sôbre o mesmo teatro de operações da anterior, de 65. Os ataques contra a diplomacia brasileira eram duros, revelando também aspectos falsos e caluniosos. Inventaram-se ambições desmedidas do Império sôbre o Paraguai. A tese de Tejedor encontrava resonância. Não se discutia se a Argentina tinha ou não direito ao Chaco. Discutiam-se, isso sim, as "ambições imperialistas" do Brasil quanto ao Paraguai. Por conseguinte, a ação diplomática do Visconde do Rio-Branco teria de ser desenvolvida num plano que transcendesse o ambiente platino: — teria de abranger o panorama internacional da América do Sul. Qualquer passo errado no Prata acarretaria ao Brasil dificuldades sem conta, nos demais países latino-americanos. Nessa quadra difícil, o temperamento de estadista do Visconde do Rio-Branco excedeu-se em vitórias diplomáticas admiráveis.

MISSÃO DE MITRE AO RIO DE JANEIRO

Depois da resposta da Chancelaria imperial, Tejedor sentiu que o conflito diplomático com o Brasil necessitaria uma saída — uma composição amistosa.

Nem na Argentina, nem no Brasil se pensava doutra forma. O sentimento dos povos era favorável a um entendimento, que apagasse o efeito desagradável das notas de Tejedor. Estas notas foram criticadas, mesmo na Argentina.

O presidente Sarmiento, um estadista no verdadeiro sentido da palavra, entendia que a diplomacia tinha recursos para suavizar quartos-de-hora difíceis, sarar feridas e abrir novos caminhos que possibilitassem um franco entendimento entre dois povos vizinhos e amigos.

Era sabido que Cotegipe e Tejedor estiveram a pique de uma solução. A idéia partira de Cotegipe. Contudo, Tejedor não formalizou oficialmente a idéia do Enviado especial do Império, devido à paixão de que estava possuído. Nas conferências mantidas entre ambos, Cotegipe, muito mais plástico que o ministro das relações exteriores da Argentina, lembrou a possibilidade da ida de enviado especial argentino ao Rio de Janeiro. Por conseguinte, havia um caminho novo a trilhar. Sarmiento aproveitou a "deixa" lançada por Cotegipe. Lembrou-se novamente do seu adversário, o general Mitre. As relações pessoais entre ambos haviam esfriado. Mitre era atacado por elementos do govêrno de Sarmiento. Tal foi, porém, o apêlo feito pelo presidente da República, tão instante e pôsto em têrmos tão elevados, que Mitre aceitou, tendo sido nomeado Enviado em missão especial ao Rio de Janeiro, em 4 de junho de 72.

As instruções passadas a Mitre, devidamente sumariadas, consistiam no seguinte: — diligenciar pelo reconhecimento, por parte do Brasil, do Tratado da Tríplice Aliança, em tôdas as suas cláusulas, fôsse para efeitos da guerra, fôsse para efeitos da paz; diligenciar pelo reconhecimento, por parte do Brasil, de uma negociação separada da Argentina com o Paraguai, respeitando-se, porém, as cláusulas do Tratado; diligenciar para que os governos aliados retirassem suas tropas do território paraguaio dentro do prazo de três meses após a assinatura dos tratados definitivos, isto de acôrdo com o estipulado nas conferências de Buenos Aires; reconhecimento dos tratados celebrados por Cotegipe que não estivessem em oposição às bases estipuladas anteriormente; desocupação pelas fôrças brasileiras da ilha de Atajo.

Incidentalmente, é preciso assinalar que, nessas instruções, havia uma novidade: a Argentina, renegando a doutrina anteriormente estabelecida, queria negociar em separado com o Paraguai; e, ademais, já reconhecia certa validade aos tratados celebrados por Cotegipe...

Diferentemente de Tejedor, Mitre era homem de nervos calmos. Ademais, conhecia muitos políticos, diplomatas e estadistas brasileiros. Afeito a ser atacado, e violentamente, por vêzes, — Mitre tinha uma inteireza de caráter que se traduzia em dignidade aristocrática. Sendo homem do povo, sabia *dar grandeza* a tudo quanto fizesse. Lhano e generoso, benévolo e humano, Mitre tinha rasgos de altivez quando sua sensibilidade fôsse ferida. À sua volta, sabia criar um ambiente de dignidade, derivado de sua pessoa e do conhecimento amplo que tinha dos problemas políticos do movimentado cenário platino. Sabendo que teria de enfrentar o Visconde do Rio-Branco, Mitre tomou a decisão de munir-se de todos os trunfos possíveis: aliciou a concordância do govêrno uruguaio de não tratar separadamente com o Paraguai, neutralizando a ação do Barão de Araújo Gondim, Ministro do Império em Montevidéu. Nas conversações, mantidas em Montevidéu, com o presidente Tomás Gomensoro e com o ministro das relações exteriores Velazco, — afirmou León Suárez em sua *"Diplomacia universitária americana"* —, Mitre teria tratado de assunto de rara delicadeza: a neutralização do Uruguai, na possibilidade de um conflito armado entre a Argentina e o Brasil. Fôra também portador de importante carta do presidente Sarmiento ao presidente Tomás Gomensoro, a respeito do papel que a Argentina iria assumir nos negócios do Prata. Gomensoro devia a Sarmiento uma dívida de gratidão: a intervenção do presidente da Argentina pusera têrmo à revolução "blanca", de Aparício e outros caudilhos.

À chegada de Mitre ao Rio de Janeiro (6 de julho), deu-se uma falta de cortezia lamentável. Não se sabe bem por que motivo, Mitre não foi recebido oficialmente. Êste fato foi explorado em Buenos Aires por inimigos do Império e, anos depois, por Zeballos. Como quer que seja, Correia o recebeu com fidalguia e é bem possível que a acolhida do Ministro dos negócios estrangeiros do Império houvesse apagado o ressenti-

mento do Enviado especial da Argentina. Nas conversações com Correia, iniciadas a 9, discutiram-se vários problemas. Mitre revelou as instruções de que era portador. Atalhou o efeito das notas de Tejedor, afirmando que sua missão era de amizade e de paz. Por isso mesmo, entendia que se o Império tivesse ressentimentos ou agravos, causados pela última nota de Tejedor, estava autorizado a declarar pelo presidente Sarmiento não ter sido propósito de seu govêrno ofender o Govêrno ou o povo do Brasil. Correia declarou que a referência feita à batalha de Ituzaingo ofendera, de fato, a susceptibilidade do povo. Achava que se tornaria necessário uma comunicação escrita com os dizeres, verbalmente referidos por Mitre.

Quando se entendeu com o Visconde do Rio-Branco, visitando-o em sua residência, o Presidente do Conselho de Ministros declarou a Mitre que o govêrno argentino deveria responder à última nota da Chancelaria imperial em têrmos que restabelecessem um ambiente de inteligência. Rio-Branco defendeu a necessidade de o Uruguai e a Bolívia *serem partes* nas negociações. Êste ponto de vista surpreendeu Mitre, que enfileirou argumentos para rebatê-lo. Estava, pois, criado um motivo importante de futuras divergências.

O PAPEL DO IMPERADOR DOM PEDRO II

Entra nestas negociações admiráveis um fator importantíssimo: a ação pessoal do Imperador Dom Pedro II.

Êste excepcional homem de Estado havia chegado ao apogeu do seu reinado e de sua gloriosa carreira.

Sua altíssima memória, tão cara a todos os brasileiros, enobrecida pelo culto do patriotismo e dignificada por imensos serviços prestados à Pátria, exalta-se tanto neste passo que comove o historiador.

Momento extraordinário êsse em que, ao lado do Imperador, se encontra o Visconde do Rio-Branco.

Ambos são personificações da majestade e da *statesmanship*. Completam-se maravilhosamente em dignidade, realeza e sentido político.

O Conde de Gobineau (o famoso escritor francês), ministro de Napoleão III no Rio de Janeiro, numa de suas cartas assina-

lou que, durante a Procissão do Corpus Christi, era motivo de enlêvo ver o Imperador e o Visconde do Rio-Branco, dois homens muito altos e de rara nobreza, um com suas barbas fluviais e outro com suas suiças brancas, a segurarem as varas do andor pelas ruas do Rio de Janeiro. Davam ambos uma impressão definitiva de majestade e nobreza.

Mitre foi recebido, a 13 de julho, pelo Imperador Dom Pedro II em audiência solene.

O Imperador entreteve-se com o Enviado especial da Argentina. Pode ser que a audiência tivesse sido convencional. Como quer que seja, deveriam ter ambos trocado idéias que houvessem ultrapassado o convencionalismo da ocasião.

Na verdade, Pedro II estava profundamente empenhado em seguir de perto as negociações. Sua ação pessoal, no assunto, era muito importante.

Dirá Nabuco: "As notas trocadas, de govêrno a govêrno, eram uma dificuldade preliminar que Mitre, o qual chegando ao Rio de Janeiro em começo de julho (1872), levará três meses a resolver, tal era o escrúpulo e exação com que Rio-Branco, e, pode-se dizer, o Imperador, ofendido pela linguagem da imprensa portenha contra o Império, apura cada alusão, cada intenção de Tejedor". Em nota de rodapé, Nabuco acrescenta que o Imperador procedeu a rigorosa análise de "cada palavra, cada reticência da correspondência entre Tejedor e Correia".

O patriotismo do Imperador está à prova. Não se trata de um patriotismo beligerante ou belicista. É um patriotismo elevado, sereno, orientado para a paz.

O Imperador sabe quanto havia custado a Guerra da Tríplice Aliança ao Brasil: — além da grande crise bancária de 64, que subverteu no seu maelstrom 117 bancos e importantes firmas comerciais, que acarretaram um prejuízo de mais de 100.000 contos fortes (será o momento em que o Conselheiro Furtado procederá com soberana energia e rápida decisão); as despesas totais da guerra ascenderam a 613.183:262$695, pagas pelo Tesouro Nacional, segundo informou o Visconde de Ouro Prêto. "O câmbio, que em 1865 oscilava entre 25 e 27, baixou a 22 e 23 e nesse nível se manteve até 1868, ano em que decaiu ràpidamente até 14, momentâneamente, reerguendo-se logo a 17 e 19 até a terminação da luta, época em que readquiriu as taxas de

22 e 23", assinalou com orgulho o Visconde de Ouro Prêto. O Império tivera de criar uma marinha de 79 navios de batalha e levara aos campos de pelêja do Paraguai cêrca de 139.000 soldados. (1)

De tudo isso, o Imperador sabia e não desejava querelas com um país vizinho e amigo que pudessem criar um conflito armado. Contudo, êle punha acima de tudo o sentimento de dignidade nacional. Seu papel seria, pois, no sentido de resguardar os altos interêsses nacionais, e ao mesmo tempo, acautelar a dignidade do Império, — sem tronitroâncias, antes com o emprêgo dos recursos tradicionais da diplomacia, magistralmente postos em prática.

*
* *

Um dos maiores secretários dos negócios estrangeiros da Inglaterra afirmou certa vez: *"logic is of no use in diplomacy"*. (2) Mitre deveria ter sentido a justeza do conceito do diplomata inglês, durante sua missão no Rio de Janeiro. Mitre, amigo de Dom Pedro II, do Visconde do Rio-Branco, do Visconde do Uruguai, do Conselheiro Francisco Otaviano e de tantos outros brasileiros, — com Alsina, Avellaneda e Quintana — era, na ocasião, um nome prestigioso para a eleição presidencial. Alsina, Quintana e Avellaneda seriam candidatos à presidência da República pela primeira vez. Acontece, porém, que Mitre, durante sua missão à Côrte do Rio de Janeiro, deveria ter sentido certa má vontade por parte de Tejedor. Em afirmações públicas,

---

(1) TASSO FRAGOSO, **"História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai"**, vol. V, pág. 220, Rio, 1934. — Perlustrando as páginas da história do reinado de Dom Pedro II, causa espanto que, no período 80-89, a campanha republicana houvesse dito tanta mentira a respeito do regime monárquico, do Imperador e dos homens que o cercavam. Se nem todos foram gênios ou grandes estadistas, tiveram sempre honestidade e patriotismo. Uma das coisas mais lamentáveis da história do Brasil consiste na leitura dos artigos e artiguetes dos propagandistas republicanos, sistemàticamente embebidos no fel do ódio e na peçonha da mentira. Chegou-se mesmo a negar patriotismo a Dom Pedro II e a seus ministros...

(2) R. W. SETON-WATSON, **"Britain in Europe"**, pág. 1, Cambridge, Inglaterra, 1937.

elementos do govêrno de Sarmiento haviam criticado abertamente a política internacional do Presidente Mitre. Já se verificou, nestas páginas, que Tejedor praticou uma série de erros no trato dos assuntos derivados da Guerra da Tríplice Aliança, — erros iniciais, que teriam influência profunda sôbre o rumo dos acontecimentos. Por isso mesmo, cometeu manifesta injustiça histórica Zeballos, ao escrever, no famoso ensaio polêmico — "*Diplomacia desarmada*" —, os seguintes conceitos

> "Luego demostraré que al insistir la diplomacia brasileña, en 1870, en sacar las negociaciones de Buenos Aires obedecia á un plan simulado de grande amistad internacional, que quedó pronto descubierto. El Brasil desconoció lo pactado en 1865 y en 1870 en Buenos Aires, hizo presión sobre el Paraguay y el Uruguay, que le dieron su apoyo contra la Argentina y abrió una seria de dificultades, verdadera **via crucis** para nuestros diplomáticos, sin excluir, como se sabe, al general Mitre, que terminó en 1876, cuando armada la diplomacia argentina, el doctor Irigoyen obtuvo los tratados finales".

Em seu devido lugar, ver-se-á que não assiste razão histórica às afirmações de Zeballos.

Na conferência, mantida a 14, com o Conselheiro Correia, Mitre sustentou o ponto de vista de que convinha esperar a resposta de Tejedor à última nota da Chancelaria imperial. Nessa conversa, o Ministro dos negócios estrangeiros do Império insistiu em que a nota argentina fôra ofensiva e que seu efeito deveria ser mitigado ou apagado. Contudo, Mitre estribou-se na opinião de que não fôsse necessária a reparação solicitada por Correia.

Tejedor respondeu, de fato, pela nota de 15 de julho, às notas da Chancelaria imperial, de 20 e 27 de junho. Fê-lo, no entanto, num teor pálido, que parecia dar a impressão de que se esquivava a uma reparação pela linguagem ofensiva usada em sua nota de 27 de abril. Quando, mais tarde, Mitre estêve em nova conferência com o Conselheiro Correia, êste lhe disse que o ministério entendia que a nota de Tejedor fôra ofensiva. Nenhum dos ministros pusera em dúvida a representação de Mitre. Entendiam, porém, todos os ministros que a explicação defini-

tiva, em prol da boa inteligência de govêrno a govêrno, deveria proceder diretamente de Buenos Aires. Passaram-se os dias. Mitre informou seu govêrno de tudo quanto ia acontecendo; entendia que convinha ceder à argumentação da Chancelaria imperial. A 26 de agôsto, Mitre estêve de novo com Correia. Novas explicações do Enviado especial argentino, que, no entanto, já havia recebido comunicação desagradável de Tejedor, de 10 de agôsto. Diz Zeballos que êsse despacho foi "importantíssimo e severo". E acrescenta o eminente jurista argentino: "Se refiere á las tendencias condescendientes del plenipotenciario con motivo del incidente de la *satisfacción* previa. Expone que el general Mitre había comunicado la pretensión de Rio-Branco, sin darle trascendencia oficial "en el carácter de quejas y confidencias que debían quedar entre los dos" ".

Tejedor escreveu a Mitre naquela comunicação: "La cuestión, pues, de forma, presentada como aparece de las últimas notas de V.E., ha debido sorprender el Gobierno Argentino, que no puede aceptar la solución que en ella se indica, por más que desee abundar en sentimientos amistosos. Esa solución estaria en contradicción con las instrucciones dadas á V.E. que decían categóricamente "si con el mismo objeto (obtener ó ayudar al resultado de la negociación) se encontrase necesário dar por no pasadas las notas últimas, queda igualmente autorizado el señor ministro para convenirlo, siempre que la declaración comprenda las notas brasileñas que á ellas contestan; y que el acto importe solamente la mutua resolución de apartalas en espíritu amistoso, para facilitar la negociación, teniendo presente que la primera publicación de estos documentos fué iniciada por el gobierno brasileño" ".

Em sua nota de 10 de agôsto a Mitre, Tejedor opôe-se ao ponto de vista sustentado pelo Enviado especial da Argentina. Por sua vez, o Barão de Araguaia (Gonçalves de Magalhães), Ministro do Império em Buenos Aires, mantivera conferências com Tejedor, com o fito de persuadi-lo a uma atitude amistosa e franca. A 26 de agôsto, Tejedor expediu novas instruções a Mitre. A 9 de setembro, nova audiência de Mitre com o Ministro dos negócios estrangeiros do Império.

Nessas novas instruções, Tejedor parecera haver cedido um pouco. Aceitava mesmo as sugestões de Mitre e de Correia

quanto à *forma* das notas a serem trocadas. Ainda assim, encontrava motivos para fazer imposições: o Brasil deveria responder nos têrmos que fôssem indicados, em suma, a nota brasileira seria uma paráfrase da argentina; e ambos os governos deveriam entrar no mérito da questão (ou das questões, o que seria mais certo).

Nova conferência de Mitre com o Conselheiro Correia. Novas queixas a respeito da ação da diplomacia imperial. Novas contra-queixas por parte de Correia. Mitre volveu às bases de Cotegipe, comunicadas a Tejedor e que êste não aceitara em Buenos Aires. As bases de Cotegipe estavam já servindo para alguma coisa... Mitre alegou que essas bases poderiam ser aproveitadas. Seria inconveniente que não fôssem aproveitadas. Correia respondeu que as bases de Cotegipe poderiam ser aceitas para servirem de fundamento das negociações sôbre as questões pendentes. Contudo, ressalvou (e o fêz com habilidade) que o Império não tinha responsabilidade alguma nesses tropeços, relativos à questão de fundo. Tampouco, poderia aceitar a imposição de Tejedor, quanto aos dizeres das notas a serem trocadas. Ao reler o projeto de nota, levado por Mitre à audiência, afirmou que o comunicaria ao ministério. Mitre insistiu em que estava disposto a tudo fazer para apagar o efeito da nota de 27 de abril, pretendendo mesmo solicitar uma audiência ao Visconde do Rio-Branco.

De fato, a 12 de setembro, Mitre visitou o Visconde do Rio-Branco. Mitre desabafou, discorrendo longamente sôbre os propósitos de sua missão bem como sôbre os motivos de queixa do govêrno argentino, tais como a presença de tropas brasileiras no Paraguai (a Argentina também as tinha), os tratados celebrados pelo Barão de Cotegipe e a ocupação da ilha de Atajo. Claro era que o Visconde do Rio-Branco enumerou argumentos que militavam a favor do Brasil. Alegou que Tejedor perdera diversas oportunidades excelentes e que a nota de 27 de abril, tal como redigida, causara impressão estranha ao Govêrno imperial. Com seu admirável temperamento político, o Visconde do Rio-Branco declarou que entrevia possibilidade de um acôrdo, por meio de troca de notas convenientemente redigidas, no recente projeto de nota, entregue por Mitre ao Conselheiro Correia.

Grande devera ter sido a alegria de Mitre ante a declaração do Visconde do Rio-Branco. A 17 de setembro, nova conferência de Mitre com Correia. Partiu então de Correia a iniciativa de entregar ao Enviado especial da Argentina o "borrão" de como deveriam ser redigidas as notas. A 18 e 19, novas conferências.

Afinal, a 25 de setembro, a Chancelaria imperial recebeu nota de Tejedor, na qual, referindo-se às declarações feitas pelo Imperador do Brasil e pelo Presidente da Argentina, o ministro das relações exteriores argentino afirmava não ter existido a intenção de irrogar ofensa ao amor próprio e à dignidade do Brasil. O govêrno argentino pensava que, transferida a discussão para os atos diplomáticos, seria mais fácil manter as cordiais relações, que poderiam ficar prejudicadas pela troca de notas diretas, ultrapassando, sem prévias explicações, as intenções benévolas de ambos os governos.

A 2 de outubro, a Chancelaria imperial, acusando recepção da nota de Tejedor, de 25 de setembro, externou aprazimento pelas declarações do ministro das relações exteriores argentino e manifestou a opinião de que se devia dar por terminada a correspondência direta de govêrno a govêrno e confiar à boa vontade e prudência dos plenipotenciários quaisquer explicações, por uma e outra parte. Os plenipotenciários deveriam tratar de sua principal missão, "que será a mais perfeita inteligência ou o melhor acôrdo entre os dois govêrnos sôbre os direios e obrigações do pacto de aliança de 1.º de maio de 1865".

Ficara, pois, terminado o incidente diplomático, motivado pela nota de Tejedor, de 27 de abril.

Entrava-se, novamente, em importantes negociações diplomáticas.

Mitre revelara nessas negociações um equilíbrio perfeito. Vencera resistências, derivadas de amor próprio ferido. Encontrara a imprensa do Rio de Janeiro de candeias atravessadas com o govêrno de Buenos Aires. A dignidade, a probidade e o talento do negociador argentino, postos à prova, souberam vencer um assunto delicado, qual fôsse o da nota ofensiva dirigida ao Govêrno imperial. O Imperador, o Visconde do Rio-Branco e os demais ministros não puderam ocultar o desgôsto à réplica de Tejedor. O assunto estava encerrado e o conceito do Enviado especial da Argentina subira muito na Côrte do Rio de Janeiro.

Os que o guerreavam, ostensiva ou embuçadamente, em Buenos Aires *n'étaient pas dignes de délier les cordons de la chaussure* de Mitre...

O enviado especial da Argentina encontrou, nas novas negociações diplomáticas, um velho amigo, o Marquês de São Vicente (Pimenta Bueno), plenipotenciário do Império. A Chancelaria imperial convidou o Uruguai, como aliado, a participar das conferências. A nota uruguaia (1.º de outubro de 72) entendeu que o Uruguai deveria estar ausente, porquanto a matéria só poderia interessar ao Império e à Argentina.

Várias e importantes conferências foram realizadas entre Mitre e São Vicente. Por vêzes compareciam às reuniões o Visconde do Rio-Branco e o Conselheiro Correia.

A 19 de novembro de 72, foi assinado o Acôrdo Mitre-São Vicente. De conformidade com êsse importante acôrdo, a Aliança foi restabelecida no pé em que se encontrava antes dos tratados celebrados por Cotegipe. O Brasil se manifestava disposto a cumprir tôdas as obrigações recíprocas que o Tratado de 1.º de maio de 65 impunha aos aliados e a dar e aceitar tôdas as garantias que êle assinava. Os tratados de Cotegipe declaravam-se *aprovados*. A Argentina negociaria com o Paraguai seus tratados. O govêrno imperial cooperaria eficazmente com sua fôrça moral, quando os aliados julgassem oportuno, para que a Argentina e o Uruguai chegassem a acôrdo amigável com o Paraguai, a respeito dos tratados definitivos, aos quais se referia o tratado de aliança. Se o Paraguai não se prestasse a um acôrdo amigável, o Brasil, Argentina e Uruguai examinariam a questão e combinariam, de mão comum, os meios mais apropriados ao fortalecimento da paz, superando as dificuldades. As tropas brasileiras e argentinas seriam retiradas do Paraguai três meses depois de celebrados os tratados, ou antes se os aliados assim o entendessem. As tropas brasileiras seriam retiradas da ilha de Atajo. Além de referências à dívida do Paraguai para com os aliados, revigorou-se o acôrdo preliminar de paz, de 20 de junho de 70.

O acôrdo Mitre-São Vicente foi aprovado pelo Brasil em 20 de novembro de 72 e pela Argentina em 27 de novembro do mesmo ano. O Uruguai aderiu ao acôrdo em 9 de dezembro.

CRÍTICAS AO ACÔRDO MITRE-SÃO VICENTE

A Missão de Mitre ao Rio de Janeiro fôra terminada por um êxito diplomático, que teria desconcertado seus inimigos. A diplomacia é a ciência do *compromisso*. Disraeli e Bismarck o disseram. Quando negociadores se encontram sôbre uma *área crítica*, sujeita a controvérsias, e quando os interêsses de dois governos estão melindrados por interpretações diferentes,— então, o bom negociador é aquêle que sabe obter proveitos imediatos com a solução da questão. Desde que ambas as partes não se entendem no máximo, devem entender-se no mínimo, se pretenderem resolver a questão.

Foi o que aconteceu entre negociadores da estatura moral e intelectual de Mitre e São Vicente.

Tinham ambos o propósito fundamental de apagar uma desavença séria entre o Império e a Argentina. Conseguiram-no, à custa de cultura, honestidade e espírito crítico.

Com sua alta autoridade de historiador, Nabuco declarou que "o Acôrdo Mitre-São Vicente não era um repúdio da política dos tratados em separado; tirava-lhe, porém, tôda a gravidade que podia resultar da desarmonia em que, depois dêles, ficaram os Aliados". Nas páginas admiráveis de Nabuco, há uma referência à *afoiteza* de Cotegipe. Esta referência é injusta. Cotegipe procedeu de acôrdo com as circunstâncias. Soube tirar o máximo proveito delas. Revelou-se um negociador audaz e enérgico. E tanto sua obra teve validade que seus tratados subsistiram. Em Buenos Aires, num golpe de gênio diplomático, Cotegipe propôs a Tejedor uma fórmula que teria sanado dificuldades e evitado o prosseguimento da desavença diplomática entre o Império e a Argentina. Tejedor, estribado em motivos subjetivos, não teve a plasticidade política necessária para aproveitar-se da idéia de Cotegipe. Êsse foi o maior êrro de Tejedor. Depois, o ministro das relações exteriores da Argentina, tendo perdido um ensejo de primeira ordem, ficou magnetizado pelas dificuldades que criara.

Afirmou Nabuco que, nessas negociações, Mitre sempre pensou, como signatário do Tratado da Tríplice Aliança, que a linha do Pilcomayo satisfazia completamente as aspirações

nacionais (ofício confidencial de Mitre ao seu govêrno, de 30 de junho de 73).

Por conseguinte, nas negociações do Rio de Janeiro, Mitre procedera com admirável coerência, consigo próprio e com a política feita pela Argentina de 65 em diante.

Zeballos, ao defender Quintana e Tejedor, faz uma crítica severíssima (e injusta) a Mitre.

Em 26 de agôsto, em despacho confidencial a Mitre, Tejedor dizia-lhe:

> "El Gobierno Argentino cree, señor Ministro, que no debe al Imperio satisfacción particular. Esa satisfacción no estaría conforme con la protesta fundada en razones justisimas, ni con la situación respectiva creada por los hechos del Brasil y notas últimas. Lo que la nota argentina pudiera exceder á la brasileña en vehemencia, está compensado con usura por hechos abusivos del Brasil".

Essa era a tecla fundamental da argumentação de Tejedor. Êle reconhecia a veemência da nota de 27 de abril; mas, justificava-a com os "fatos abusivos" do Império...

Há um fato curioso, que convém ser explorado: — Mitre já era candidato à presidência da República. Sarmiento e Tejedor encaravam essa aspiração com suspicácia. E mais que isso: contrariavam-na, tanto quanto podiam. Por conseguinte, no seu fôro íntimo, desejariam a *derrota* de Mitre em sua missão especial ao Rio de Janeiro... A diplomacia também tem alçapões como a Tour de Nesle, do drama romântico...

Zeballos entende que pelo artigo IV do Acôrdo Mitre-São Vicente (que estatuía: "O Govêrno imperial cooperará eficazmente com sua fôrça moral, quando os Aliados julguem conveniente, para que a República do Paraguai, Argentina e o Estado Oriental cheguem a um acôrdo amigável com o Paraguai a respeito dos tratados definitivos, a que se refere o pacto de Aliança"), o Brasil se esquivou à prestação da cooperação moral e militar.

A opinião de Oneto y Viana é todavia mais drástica, e por isso mesmo mais injusta:

> "El general-embajador se vió obligado á suscribir su derrota, en el protocolo Mitre-San Vicente de 19 de noviembro de 1872. Pimenta Bueno, representante del gabi-

> nete Rio Branco en la negociación, ofrecióle el restablecimiento de la alianza, comprometiéndose el Brasil á prestar su concurso moral (artículo 4.º), á la diplomacia argentina en las tratativas que se abrirían en la Asunción, pero quedaron en pleno vigor los tratados celegrados por Cotegipe, que señalaban la derrota de la cancillería de Buenos Aires y habían dado mérito á la misión encomendada á Mitre" (pág. 334).

A sentença de Oneto y Viana é injusta. Desde o primeiro instante, Mitre compreendeu os erros que Tejedor iria cometer. A despeito de estar sendo atacado pelo govêrno de Sarmiento, que procurava inutilizar sua obra diplomática, Mitre aceitou ser Enviado especial ao Rio de Janeiro. Sua ação diplomática fôra brilhante. Conseguira apagar o incidente diplomático entre os governos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. O Tratado de 1.º de maio de 65 fôra desmantelado por Quintana e Tejedor. O Acôrdo Mitre-São Vicente revigorou-o. A política taquicárdica de Tejedor fôra modificada pelo Acôrdo Mitre-São Vicente.

O ESTERIOTIPO POLÍTICO DO VICE-REINADO DO PRATA

Uma das acusações de Tejedor à política imperial consistiu na presença de tropas brasileiras no Paraguai (também as havia, argentinas). Durante a campanha de 69, chefiada pelo Conde d'Eu, as tropas aliadas constituíam efetivos num total de quase 30.000 homens, dos quais 24.885 eram brasileiros. Quando as operações militares terminaram com a morte de López em Cerro-Corá, a pedido do govêrno provisório do Paraguai ficou no território paraguaio uma fôrça brasileira, que não chegou a constituir uma *brigada completa*. Quando essas tropas do Império se retiraram definitivamente do torrão paraguaio em 22 de junho de 76 representavam 3.593 homens. Era com êsse efetivo que o Brasil pretendia estabelecer protetorado — ou ocupar definitivamente o Paraguai...

Referindo-se ao Acôrdo Mitre-São Vicente, Zeballos declarou que, à luz de documentos por êle conseguidos, "la política del doctor Tejedor estaba en lo cierto y del general equivocada; que el arreglo de Río de Janeiro no era sino un *nuevo recurso para ganar tiempo*, y que haciendo fracasar las futuras negociaciones

del Paraguay, el Brasil podía asegurarse dos años, contando con la prevista guerra civil argentina, que en efecto estalló en 1874, con motivo de la campaña presidencial, mientras Chile nos apremiaba por el otro flanco. Qué objeto perseguia el Brasil *al ganar tiempo?* Ya lo he dicho: asegurar la carrera, seguida por las dos naciones, en la construcción ya comenzada de sus nuevas escuadras. El Brasil preveía que recibiendo los grandes acorazados *Solimões, Javary* y *Netuno,* las negociaciones diplomática serían resueltas de acuerdo con sus intereses".

Curioso processo de escrever História... A diplomacia imperial, *dois anos antes,* estava informada de uma revolução que se verificaria na Argentina em 74... A diplomacia imperial esperava navios de guerra, que só chegariam em fins de 74 e começos de 75... No entanto, o govêrno de Sarmiento se dedicara afanosamente à compra de navios e armamentos, que chegaram sem demora. E Zeballos, no final do seu estudo, reconhece que foi a "diplomacia armada" que permitiu a Bernardo de Irigoyen assinar os tratados com o Paraguai...

A verdade é inteiramente outra. Sarmiento, em 67, com sua *Argirópolis,* escrevera:

> "Es probable que el Brasil mire al principio de mal ojo la idea de formar una federación de las tres repúblicas españolas del Plata; pero una **mediación** tendria el feliz resultado de compeler por el final arbitramiento á **todos** los beligerantes á hacerse recíproca la justicia. El Brasil con nueve millones de habitantes y los dos quintos de la América del Sur, mostraría muy mala gracia en alarmarse por la formación de un estado de dos ó tres millones con território que no es el quinto del suyo. En todo caso no puede pretender aumentar territorio ni habitantes á los que ya posee. El momento es favorable para urgir por este plan. La institución **imperial** está en disfavor en la América. Las antipatías de las repúblicas del Pacífico que se tocan con sus territorios, le indican peligros futuros. La reunión de pequeños estados por **nacionalidades** en cuerpos fuertes, es la evolución de nuestro siglo, como lo muestran la Italia, Alemania y la proyectada confederación de las provincias inglesas del Canadá. Si tal resultado pudiera obtenerse, la República Argentina saldría gloriosamente de la guerra, y apartaría para el futuro la preponderancia brasileña en el Río de la Plata, y las guerras entre las repúblicas".

Os conceitos de Sarmiento dispensam comentários. São tão transparentes que não podem suscitar dúvidas. Contudo, os homens que o cercavam no govêrno estavam imbuídos de suas idéias. O final da Guerra da Tríplice Aliança constituiria o momento oportuno para a montagem da "grande ópera", para a realização da "grande política", que poderia ser o sonho de Sarmiento, como poderia ser outra coisa ainda maior. Outra coisa em que Rosas houvera pensado. O grande plano se adequaria ao momento. O momento parecia ser favorável a Sarmiento, como já fôra considerado favorável por Elizalde anos antes.

Quando, a 28 de janeiro de 1782, Carlos III d'Espanha expediu a Real Ordenança, que estabeleceu os limites do Vice-Reinado do Prata, — em conseqüência das lutas havidas em tôrno da Colônia do Sacramento —, criou concomitantemente as Intendências de que o mesmo ficaria compôsto.

Essas Intendências foram as de Buenos Aires, Paraguai, Tucumán, Mendoza, Santa Cruz de la Sierra, La Paz, Charcas e Potosi. Era, por conseguinte, um grande domínio.

Verificadas as guerras da independência, o Vice-Reinado do Prata, grandemente abalado por elas, fragmentou-se. Ambições caudilhescas, competições localistas, imperativos econômicos, demagogia infrene e a falta de uma grande *visão totalizadora* de alto sentido político (no que os Portuguêses se avantajaram soberbamente aos Espanhóis) propiciaram o desmoronamento da grande obra de Carlos III.

O extraordinário *sentido diplomático* dos Portuguêses (revelado por Dom João V, Dom Luís da Cunha, Conde de Tarouca, Gusmão, Marquês de Pombal, Dom João VI, Conde de Linhares e Duque de Palmela), no decorrer dos séculos XVIII e primórdios do XIX, se impôs de maneira magistral a inglêses e franceses, desconcertando-lhes os planos de possíveis *encroachments* no território brasileiro. À diplomacia portuguêsa deve, por conseguinte, o Brasil sua unidade política.

Os Espanhóis não tiveram grandes diplomatas. Esta carência transmitiu-se aos povos hispano-americanos. Cada diplomata português era sempre um geógrafo, um jurista e um

político. A diplomacia do Império herdou essas qualidades e as pôs em jôgo.

Com seu extraordinário dinamismo, Rosas pensou na ressurreição do Vice-Reinado. Faltou-lhe, contudo, o amplo sentido diplomático. Falhou, porque jamais teve diplomatas e diplomacia.

Sarmiento e Tejedor pensaram na criação de algo que pudesse lembrar a arquitetura do Vice-Reinado do Prata. Seria uma forma mitigada. Mas, o estereotipo, a matriz, se encontraria na organização de Carlos III. Elizalde sonhou com a expansão através do Chaco paraguaio. Daí, a cláusula XVI do Tratado da Tríplice Aliança. Tejedor perseverou na trilha de Elizalde, não abandonando a idéia do Chaco. Esta idéia passou a ser motivo de cuidados para a chancelaria argentina.

Contudo, os três grandes baianos — o Visconde do Rio-Branco, o Barão de Cotegipe e o Conselheiro Saraiva — estavam atentos à marcha dos acontecimentos políticos e diplomáticos do Prata. Eram analistas implacáveis dêsses acontecimentos. E mais que isso: eram profundos observadores, dotados de argúcia e previsão.

Cotegipe, em sua Carta dirigida ao Conselheiro Correia, fêz observações profundas a respeito do que colheu de seus contactos com Quintana e Tejedor. "Admiro-os, mas, por Deus, peço-lhes que não nos tomem por cegos ou ignorantes..." Referindo-se aos manejos de Tejedor, disse Cotegipe: "A ingenuidade com que S. Excia. procura convencer-nos de que o Chaco deserto, o Chaco, que o Paraguai nunca poderia colonizar, é nada em comparação da imensa dívida proveniente da guerra, traz à lembrança a tática de certos mercadores que depreciam o objeto que almejam por adquirir..." Era possível aos diplomatas platinos, daquele tempo, arcar com a sagacidade e a cultura de estadistas como o Visconde do Rio-Branco, o Marquês de São Vicente, o Barão de Cotegipe e o Conselheiro Saraiva? Eis a pergunta que se faz. A resposta está dada pelos fatos: só poderá ser negativa.

Surge então a questão do Chaco. Ver-se-á, dentro em pouco, o desenvolvimento de nova questão diplomática, muito importante.

XIII

QUESTÃO DO CHACO. — MISSÃO DE MITRE A ASSUNÇÃO. — MISSÃO DE TEJEDOR AO RIO DE JANEIRO. — LANCES DE COTEGIPE. — LINHA DO PILCOMAYO E ARBITRAGEM DO PRESIDENTE HAYES

"Why not call things by their right names?".
(LORD MORLEY)

REGRESSANDO a Buenos Aires em 5 de janeiro de 73, depois de brilhante ação no Brasil, foi Mitre incumbido, em 21 de março, de negociar os tratados com o Paraguai, previstos no Acôrdo Mitre-São Vicente, de 19 de novembro de 72, mercê do qual êstes negociadores cuidaram de estabelecer uma *amizade sacra e nua,* como diz Camões, entre o Império e a Argentina.

É preciso assinalar que Mitre estêve a pique de declinar o honroso convite do govêrno de sua pátria. Contudo, tais argumentos foram postos em prática e tal a atmosfera de aliciante sugestão criada em tôrno de sua pessoa que Mitre acabou cedendo. Em 2 de abril já se encontrava em Assunção.

O Império despachou ao Paraguai, em missão especial, o Barão e logo depois Visconde de Araguaia, antes ministro em Buenos Aires. Gonçalves de Magalhães, uma das figuras da trindade romântica da literatura brasileira, desenvolvera notável ação diplomática na Argentina, tornando-se, assim, credor de louvores e honrarias. Ademais, o Imperador o distinguia com sua amizade, como fazia com tantos outros agentes diplomáticos.

O Imperador tinha real interêsse por seus representantes no estrangeiro e sabia premiá-los na proporção dos serviços prestados. A missão de Araguaia defluia do artigo IV do Acôrdo Mitre-São Vicente: Araguaia iria prestar a Mitre o concurso moral do seu govêrno. Iria ajudá-lo, pois, no desempenho de sua importante missão. Araguaia chegou a 11 de abril, apresentando credenciais logo depois.

Jovellanos, presidente do Paraguai, desde o primeiro instante, apresentou uma atitude quadrada: enquanto a Argentina não revogasse o decreto sôbre o govêrno do Chaco, não entraria em negociações. Essa foi a primeira dificuldade que Araguaia teve de atalhar.

As instruções, passadas a Mitre por Tejedor, continham um mandato expresso:

> "La ocupación violenta de Misiones después de la Independencia y aprovechando las guerras civiles de las Provincias Unidas, tampoco podia conferirle derechos que solo se adquieren en guerra abierta y leal.
>
> El Chaco, pues, en toda la extensión fijada por el tratado, como las Misiones, pertenece á la República Argentina de un modo indudable; y uno de los deberes principales del señor Ministro será sostener estos derechos con todos los datos y argumentos que le sugiera su conocida ilustración.
>
> El debate que va á abrirse, y á que adquirió derecho el Paraguay por el generoso acuerdo del 20 de junio de 1870, nunca importó poner en tela de juicio estos límites en toda su extensión. Nacido de la cuestión de la Vila Occidental, es á ella solamente, ú á cualquiera otra posesión de hecho del Paraguay, después del año 10, en la margen derecha del río desde Pilcomayo hasta Bahía Negra, que debe reducirse la discusión; estándole inhibido al señor Ministro aceptar a respecto de los demás territorios".

Evidentemente, as instruções de Tejedor tinham um caráter decisivo.

A ação de Araguaia estabeleceu-se, desde logo, com o fito de convencer o presidente Jovellanos a entrar em negociações com Mitre. A 10 de abril, Mitre teve a primeira entrevista com José de Rosário Miranda, ministro das relações exteriores e plenipotenciário paraguaio. Desde logo surgiram dificuldades quanto à exata conceituação do problema. O problema era o

Chaco. Quais os limites argentinos nessa área? Os assuntos discutidos foram reduzidos a um protocolo. O representante paraguaio afirmou que a linha sôbre o rio Paraná deixava as Missões bem como a ilha de Apipé à Argentina, ao passo que a ilha Jaceretá seria da soberania paraguaia.

Zeballos diz que: "llegado el general al Paraguay notó inmediatamente que el terreno estaba ganado por la acción brasilera. E 7 de abril fué reconocido en su carácter oficial y el primer hecho sintomático que debió preocuparlo, fué el de la revolución que estaba en ese momento en campaña, promovida por el Brasil, para desalojar la influencia del ministro del interior, general Benigno Ferreira, que era indicado como amigo resuelto de la República Argentina".

A revolução, verificada no Paraguai, não começou no dia 7 de abril. Começou antes e nela Araguaia não teve a menor interferência: pelo contrário, essa revolução prejudicou interêsses do Brasil.

No entanto, Mitre não comunicou a Araguaia um resumo de suas instruções. Daí, pois, a observação de Oneto y Viana ao dizer: *"El embajador inició sus gestiones sin la cooperación del ministro brasileño y hasta ocultándole sus propósitos de intentar la conquista hasta Bahía Negra"*.

Nesse tempo, as fôrças brasileiras no Paraguai eram comandadas pelo general Auto Guimarães; e as argentinas pelo general Vedia.

A 7 de maio, depois de três conferências, foi assinado o protocolo n.º 1, por Mitre e Miranda, que estabeleceu limites consagrados pela tradição histórica, mas que não tocou nos problemas difíceis: o Chaco e a ilha de Atajo. A revolução do general Caballero interrompeu as negociações durante um mês, só reiniciadas em maio.

A questão da linha divisória sôbre o rio Paraguai suscitou debates entre os negociadores. Pela primeira vez, o Paraguai apresentou como limite setentrional na área do Chaco o rio Pilcomayo. Manteve-se firme quanto à posse da ilha de Atajo. E pela primeira vez surge a questão dos direitos *reais* da Bolívia ao Chaco. Mitre alarmou-se com a possibilidade de enfrentar um novo *contrincante*: a Bolívia; e, por isto, teve longa conferência com o presidente Jovellanos, em 22 de junho. A opinião

de Mitre foi que a Bolívia nada tinha que ver no problema. No entanto, os direitos da Bolívia remontavam a época distante. Em 1832, haviam-se iniciado no Chaco — em terras jamais disputadas pelo Paraguai — as primeiras emprêsas colonizadoras bolivianas ("sin oposición del Gobierno del Paraguay y dentro de una jurisdicción plenamente reconocida como boliviana por convenios celebrados con el Brasil", diz o Relatório ("Memoria") do Ministro das Relações Exteriores boliviano, 1928-29, pág. 25). O presidente Jovellanos respondeu que, surgindo uma nova parte, um novo *opposite number*, a questão seria então entre a Argentina e a Bolívia. Mitre dividiu o problema do Chaco em duas etapas: o território entre o Pilcomayo e o Bermejo; e o território que se estendia acima do rio Pilcomayo. Quanto ao primeiro território, o direito da Argentina era líquido. Quanto ao segundo, aceitaria a discussão, ressalvando, contudo, os possíveis direitos da Bolívia. Miranda continuou firme em sua resistência a respeito da ilha de Atajo.

Através dessas negociações, há um ponto importante a esclarecer; e os esclarecimentos serão proporcionados por Mitre em seu ofício confidencial de 16 de abril:

> "Como lo manifesté al señor Magalhães (isto é, o Barão de Araguaia), el Gobierno del Paraguay pensaba que la revolución de Caballero y Barreiro que estalló en el Paraguay y á cuyo manifiesto adjunto me he referido, era obra de la influencia argentina, atribuyéndome personalmente á mi alguna parte en ella. Así es que en la víspera de mi llegada el mismo presidente Jovellanos sostenia que yo no vendría, esperando el resultado de la revolución. Mi llegada al dia seguiente destruyó esta imputación gratuita; pero el mal estaba hecho y á esto se debe que este gobierno no me recibiese con las demonstraciones que estaba dispuesto á hacer y aunque fué bien recibido se habia producido ya cierta frialdade y desconfianza, que recién se va disipando".

Êste depoimento de Mitre é altamente curioso e demonstra que a revolução do general Caballero não poderia ser de "inspiração" brasileira...

Diferentemente do que sustentaram Zeballos e outros publicistas platinos, o Barão de Araguaia *apoiou* a representante argentino em suas andanças e negociações diplomáticas. De

uma feita, Araguaia, ao debater com Mitre as propostas por êste apresentadas quanto ao Chaco, salientou, com inteira franqueza, que os paraguaios não aceitariam essas idéias, porque, antes de mais nada, pleiteavam a desocupação imediata de Vila Ocidental. Eis o que disse Araguaia ao Visconde de Caravelas, Ministro dos negócios estrangeiros do Império: "Concluí amigàvelmente declarando ao plenipotenciário argentino que daria conhecimento ao meu govêrno do ocorrido naquela conferência (isto é, de 22 de junho); que me não opunha a que o Paraguai tratasse com êle como melhor lhe conviesse, mas, pela relutância com que o Sr. Jovellanos cedera até o canal meridional do Pilcomayo, receiava que êle repelisse essa base, que teria por fim dar à República Argentina a posse indefinida do resto do Chaco e o direito de permanecer na Vila Ocidental".

O presidente do Paraguai alarmara-se com as pretensões de Mitre. Por isso, fizera finca-pé. Houve uma conferência, a que compareceram Jovellanos, Mitre, Miranda e Araguaia. Procedendo com muita cautela, Mitre aventou a idéia de estabelecer-se o limite sôbre o canal principal do rio Pilcomayo. Contudo, se fixaria um prazo para uma arbitragem, que dissesse respeito ao Chaco até Baía Negra, com as duas alternativas: a continuação do *statu quo* — ou a cessação do *statu quo*.

Miranda encarou essa proposta com suspicácia. Entendia que a ilha de Atajo deveria ser neutralizada pela Aliança. A linha do Pilcomayo poderia ser aceita. A 26 de junho, Araguaia disse a Mitre que se a Argentina "na falta de tratados, por exigências imoderadas, se julgar com direito de permanecer ocupando uma grande parte do território paraguaio, poderá o Brasil, para fiel execução dos seus tratados, continuar a ocupar a outra parte". Era a primeira divergência *potencial* entre Araguaia e Mitre.

Não era cômoda a posição de Mitre. Embora houvesse apresentado propósitos de conciliação, o negociador argentino era obrigado, pelas instruções recebidas, a colocar-se num papel de exigir o máximo, tornando-se, por isso, antipático por vêzes ao govêrno de Assunção. Num ofício, bastante iluminativo, de Araguaia a Caravelas, de 8 de julho, existe o relato dessas vicissitudes de Mitre. Jovellanos declarou que só aceitaria arbitragem para o Chaco até o rio Bermejo. O ambiente em Assun-

ção era trepidante de boatos a respeito de maiúscula pendência entre o Paraguai e a Argentina, de um lado; e o Império e a Argentina, do outro.

Existe uma informação muito curiosa de Mitre a Tejedor (citada por Zeballos) que convém reproduzir neste passo:

> "... ...que el Brasil desearia que no pasásemos el Pilcomayo para que quedando el Paraguay dueño del resto del Chaco pudiese, haciendo presión sobre Bolivia y apoyando al primero á aprovechando una oportunidad favorable como en los tratados Melgarejo, extender sus posiciones en el Chaco por la margen derecha del Alto Paraguay, hasta encontrarse de nuevo con la República Argentina al norte, en el Pilcomayo, plan que se fundaria en que Bolivia tardará siglos en extender su población hacia los canales que descienden al Atlântico, y en que el Paraguay será impotente para poblar esos desiertos, y no seria difícil que los cediese en cambio de su deuda de guerra, lo que, si bien es plausible en un sentido, no puede ser la idea que inspire su política actual para con nosotros, la que tiene otras causas conocidas que explican su actidud en el estado presente de cosas y que ya dejo apuntadas".

Êstes conceitos de Mitre desconcertam. Demonstram as suspicácias de que estava enfronhado o negociador argentino. Diz Zeballos que Mitre, tendo em vista as miras políticas "atribuidas al Brasil en cuanto á extenderse hasta el Pilcomayo" — palavras de Zeballos —, aconselhara seu govêrno a prescindir da aplicação rigorosa da cláusula XVI do Tratado da Tríplice Aliança, isto é, "no pretender del Paraguay sino el límite del Pilcomayo aún á riesgo de que el território fuera después incorporado á la soberanía del Imperio" (palavras do mesmo Zeballos). Assim sendo, Mitre estaria desobedecendo às instruções recebidas.

Em Buenos Aires, havia impaciência em tôrno das negociações. Mitre não era poupado pela linguagem da imprensa de cunho nacionalista e partidária de uma "solução máxima". Araguaia, excelente observador, transmitiu a Caravelas: "O Sr. Jovellanos, comunicando-me as novas bases propostas pelo plenipotenciário argentino, disse-me que estava surpreendido com tais exigências; que só por atenção ao Brasil, e por conselho meu, havia concordado na linha do Pilcomayo, que está resoluto

a não ceder mais nada, qualquer que seja o resultado e se fôsse constrangido a ceder mais do que já tem cedido, preferiria retirar-se da presidência".

Assim, Araguaia continuava a *apoiar M*itre; e o Paraguai já havia chegado ao máximo das concessões. A crise processa-se ràpidamente. Em agôsto, ambas as partes suspendem as negociações. Tejedor responde a Mitre, em têrmos claros e por vêzes duros, entendendo que o arbitramento deveria ser sôbre Vila Ocidental e os territórios ao norte até Bahía Negra. Na resposta de Tejedor a Mitre, de 2 de agôsto, há uma referência mordaz: "...a menos que, fazendo o govêrno paraguaio um esfôrço de patriotismo e o govêrno brasileiro outro de *lealdade*..." Em 31 de agôsto, Mitre partiu para Buenos Aires, para consultas.

Miranda, em nota a Mitre, de 2 de setembro, declarou claramente que o tratado de limites não se alcançou, por causa da exigência apresentada pela Argentina de "se conservar em Vila Ocidental, o que seria a ruína do Paraguai, sujeitando-se à arbitragem o terreno que se estende do Pilcomayo á Bahia Negra".

Tejedor continuava desconfiado de que o presidente Jovellanos estivesse sob a influência da diplomacia imperial. Êsse pensar será uma idéia fixa. Mitre, no entanto, mais plástico e mais realista, praticava uma política de *dignidade*. Em seu fôro íntimo, Mitre sabia que a tese de Tejedor era insustentável. Continuava, porém, a pelejar contra vento e maré.

Pensando que as negociações se malograssem, Araguaia foi a Buenos Aires, onde se avistou com Tejedor, em outubro. O ministro das relações exteriores disse-lhe então que a proposta paraguaia era inceitável. No entanto, pensava que Vila Ocidental devesse ficar com a Argentina. Araguaia encontrou a imprensa argentina escaldada por uma linguagem belicista. Os jornais, que apoiavam Alsina, atacavam Mitre com rudeza. Os argumentos de Araguaia não demovem Tejedor. Contudo, o ministro das relações exteriores argentino põe em ação o acôrdo de 19 de novembro de 72. O artigo 6.º do mesmo prevê a retirada das fôrças brasileiras três meses depois de assinados os tratados definitivos.

Tanto em Assunção, como em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, a situação se torna densa de perigos. Fatôres desencontrados atuam sôbre o panorama internacional do Prata,

dando-lhe feição sombria. Reune-se o Conselho de Estado. Debate-se a questão sob diferentes ângulos. As dificuldades entre Assunção e Buenos Aires crescem, devido à intransigência de Tejedor. Araguaia aparece, nessa situação emaranhada, como o fiel da balança.

Afirmou Oneto y Viana que "el plenipotenciario argentino resignóse á la derrota, viéndose impotente y en territorio enemigo ocupado por el ejército del Imperio, aliado del Paraguay. Disgustado, abandonó la Asunción en septiembre, no sin antes dirigirse al barón de Araguaya haciendo sus reservas sobre la eficacia del concurso brasileño ofrecido por Pimenta Bueno y estipulado en el convenio de 19 de noviembre".

O mesmo historiador uruguaio reconhece com agudeza que a missão de Mitre a Assunção levava em si uma contradição. Foi o general Mitre quem sustentou as exigências de Tejedor. No entanto, intimamente se persuadia de que a Argentina devia limitar suas aspirações. Chegou a repudiar o Tratado da Tríplice Aliança e a interpretar com grandes restrições a cláusula XVI, sustentando que jamais fôra aspiração argentina o limite longínquo de Baía Negra (nota de Mitre a Tejedor, 15 de agôsto de 73). Dizia então Mitre: "Como signatario de la alianza, puedo declarar que las pretensiones de la República parecían no ir más allá del Pilcomayo, que colmaba las aspiraciones nacionales, cuadrando nuestro territorio... ...evitando cuestiones y guerras futuras com limítrofes por desiertos que no necesitamos". Respondendo a Mitre, Tejedor declarou que a margem direita do Pilcomayo, em seu braço principal em frente a Assunção, proposta pelo plenipotenciário argentino, nada garantia, porquanto importaria no abandono de Vila Ocidental, único lugar povoado no deserto. "Os desertos defendem-se com os desertos", — afirmou Tejedor em sua vaidade política. Era evidente que Mitre, como negociador, estava sendo debilitado pela intransigência do ministro das relações exteriores. No entanto, acontecimentos imprevistos complicam o panorama internacional. No Paraguai, Caballero tomou novamente das armas. As fôrças brasileiras e argentinas defendem a capital e o govêrno. A imprensa de Buenos Aires afirma que a nova revolução é *obra* da diplomacia imperial.

REVOLUÇÃO NA ARGENTINA

Regressando de Assunção, Mitre voltou à política. Sendo chefe do partido liberal ou nacionalista, o grande argentino era muito popular. Seu maior reduto político e eleitoral estava em Buenos Aires. Para contrariar a ação do partido liberal, surgira o partido autonomista de Adolfo Alsina. O partido autonomista constituira uma dissidência verificada nas fileiras do de Mitre. Nos primeiros anos de sua presidência, Mitre pensou federalizar Buenos Aires. O partido autonomista foi criado para defender a autonomia da capital.

Alsina era um grande tribuno. Mitre era um grande estadista. Em 74, verificou-se a renovação do Congresso e da presidência da República. A eleição de deputados, na província de Buenos Aires, foi particularmente áspera. Os dois partidos julgaram-se vencedores. A solução do pleito foi entregue ao Congresso. Quanto à presidência da República, apresentaram-se três candidatos: Mitre, Avellaneda e Alsina. Pelo vigor dos comícios, poderia ter-se idéia de que a popularidade de Mitre crescia. De repente, porém, Alsina e Avellaneda uniram-se, de maneira que Avellaneda ficou com possibilidades de vencer. Contudo, o partido liberal fêz acusações de corrupção política muito sérias. A indignação do partido liberal foi enorme. Mitre, então, proclamou a revolução, como único meio de combate à fraude eleitoral.

Fôrças militares das províncias apoiavam Mitre. As figuras mais prestigiosas do exército estavam ao lado do ex-presidente da República. Saindo de Montevidéu, onde se encontrava, Mitre desembarcou na costa sul de Buenos Aires em 24 de setembro de 74, dando início ao levantamento geral.

Em La Verde travou-se o encontro decisivo. À testa de 10.000 homens mal armados, Mitre foi engajado em peleja por um corpo de exército de 800 holdados, sob o comando do coronel José I. Arias. As fôrças do exército entrincheiraram-se e, dispondo de armas automáticas e artilharia eficiente, fizeram grande dano às hostes de Mitre. Compreendendo que seria inútil prosseguir no derramamento de sangue, Mitre capitulou, pedindo apenas garantias de vida para seus correligionários.

Submetido a conselho de guerra, Mitre foi condenado à pena de morte. Logo depois, houve comutação para pena de destêrro e expulsão do exército, o que durou pouco.

Êsse drama interno causou profunda impressão em todos os partidos. Maximè, porque fizera dano a uma grande personalidade, como era Mitre, um dos mais notáveis cidadãos da América, então dedicado a uma obra de renovação cultural e política da Argentina, pelas colunas de *La Nación,* jornal que êle havia fundado. Um desconhecido coronel do exército derrocara o ídolo da mocidade nacional. A impressão de tudo isso foi a inutilidade das guerras civis... A corrupção política teria de ser combatida pela educação e pela cultura. Avellaneda sobe ao poder. Terá dificuldades sérias com o Chile por causa do pleito de limites da Patagônia e arcará com a revolução de 80, em que Mitre aparece de novo como emissário dos revolucionários. Exigiram êstes, entre outras coisas, a renúncia de Tejedor, então governador de Buenos Aires e candidato próprio à presidência da República, opôsto ao general Roca. O govêrno de Tejedor tornara-se desagradável ao povo de Buenos Aires. (1)

*

* *

Nas conversações de Buenos Aires, Tejedor tentara fazer manobra de "envolvimento" em relação a Araguaia. Isso foi em outubro de 73. O representante diplomático brasileiro informara a Chancelaria imperial de tudo quanto se passara. A 24 de fevereiro de 74, Araguaia passou nota a Tejedor. Rebatendo os argumentos de Tejedor, Araguaia nessa comunicação recapitulou tôdas as negociações encetadas e prosseguidas até aquela data. Alegou que o remédio para a situação se encontrava no artigo 5.º do Acôrdo Mitre-São Vicente; e que o Brasil estaria disposto a valer-se dêle, bem como a participar de uma reunião, que anelava fôsse celebrada no Rio de Janeiro. Araguaia sugeriu então que se deveria modificar o compromisso de arbitragem,

(1) ISMAEL BUCICH ESCOBAR, "História de los Presidentes argentinos", Buenos Aires, 1927, pág. 149. — JULIO ARAMBURU, "Historia argentina", Buenos Aires, 1949, tomo II, pág. 345 (7.ª edição).

já aceito em princípio por ambas as partes contratantes, "com a diferença de querer uma que seja geral e a outra limitada ao território ao norte do Pilcomayo". Aceitando o govêrno paraguaio como definitiva a linha do Pilcomayo, desiste, nessa hipótese, de tôda a oposição ao restante território do Chaco e ao das Missões. A seu turno, o govêrno argentino desistiria da arbitragem, se o Paraguai concordasse em traçar a divisória de maneira que Vila Ocidental ficasse com a Argentina. Por conseguinte, o fulcro da questão era Vila Ocidental.

Vê-se por essa nota de Araguaia o esfôrço de conciliação que a diplomacia imperial estava fazendo. No entender de Araguaia, a arbitragem ficaria, pois, limitada a Vila Ocidental e seu território circundante.

A resposta de Tejedor apresenta matizes curiosos, que dão idéia de sua personalidade. Começa descrendo do êxito da proposta do Brasil. Entende que o Govêrno imperial deveria *ensaiar* (é a palavra) as novas bases junto ao govêrno paraguaio, "antes de comprometer a República Argentina numa quarta e inútil negociação". Com uma falta de visão extraordinária, Tejedor prejulgava; e, mais que isso, fechava as portas a um entendimento... Curioso processo de *falso* diplomata... Acha que o artigo 6.º seja o que deva ser aplicado e não o 5.º. Insiste na desocupação da ilha de Atajo, dizendo: "Se concordando no arbitramento sôbre a Vila Ocidental, se há de pôr fora de questão o resto dos territórios ao norte em favor do Paraguai e ao sul para a República Argentina, mais lógico seria fazer definitivamente êste reconhecimento desocupando desde já o Brasil a ilha de Atajo, mencionado como território argentino no acôrdo de 19 de novembro".

Araguaia insistiu junto ao govêrno de Assunção para que abandonasse a idéia do arbitramento e aceitasse a linha do Pilcomayo, proposta por Mitre. Esta sugestão brasileira foi aceita pelo govêrno de Assunção, o qual, por nota de 18 de agôsto de 74, convidou o govêrno argentino para uma reunião no Rio de Janeiro, destinada a deslindar tôdas as questões. A nota de resposta, de Tejedor, de 31 de agôsto, estabeleceu o seguinte: — instada pelo Brasil, a Argentina aceitara o arbitramento modificado. Era a fórmula de Araguaia. A êsse arbitramento só se submeteria o território de Vila Ocidental, reco-

nhecendo-se pertencer à Argentina o território ao sul do Pilcomayo e ao norte dêste rio o território pertenceria ao Paraguai, com ressalva dos possíveis direitos da Bolívia. O Brasil deveria desocupar imediatamente o território paraguaio e entregar a ilha de Atajo à Argentina. O govêrno argentino não aceitaria convite, enquanto o govêrno paraguaio não admitisse qualquer das duas propostas acima formuladas.

O govêrno de Assução respondeu, a 15 de setembro, declarando que não rejeitava o arbitramento proposto pelo govêrno brasileiro. Quanto à desocupação do território paraguaio por fôrças brasileiras e à entrega da ilha de Atajo, era assunto que só poderia ser discutido pelos plenipotenciários respectivos.

Tejedor manteve-se intransigente. Contudo, a diplomacia brasileira trabalhava intensamente no sentido de que o ministro das relações exteriores argentino fôsse ao Rio de Janeiro.

Assim, a situação do panorama do Prata era a seguinte: — as propostas de Tejedor haviam criado grande confusão. Prestavam-se a interpretações especiosas, quando tanto podiam ser contra o Tratado da Tríplice Aliança, como a favor. Era evidente o propósito de engrandecimento territorial, à custa do Paraguai. Sentindo tal possibilidade, a diplomacia do Império, desde os tratados celebrados por Cotegipe, compreendeu que era preciso *amparar* o Paraguai. Como? Eis a pergunta, a ser feita à luz do Tratado da Tríplice Aliança.

Quando o Conselho de Estado (Secção dos Negócios Estrangeiros) se reuniu a 20 de novembro de 73, o assunto foi magistralmente estudado por homens como Nabuco de Araújo, o Visconde de Jaguari e o Visconde de Niterói. Vários quesitos foram propostos; mas os mais importantes foram os seguintes, aglutinados sob o n.º 4:

> "Convirá que o Govêrno imperial, de conformidade com o seu desejo de que a pendência se resolva amigàvelmente, e sem a menor quebra de dignidade, aconselhe o arbitramento e, para que êste se realize, empregue sua influência junto das duas partes dissidentes, solicitando para êsse fim o concurso do terceiro aliado, o Estado Oriental?
>
> Exigindo o govêrno paraguaio o arbitramento geral e o argentino o parcial, por qual dos dois se deve decidir o Brasil?

Como convirá que o Govêrno imperial proceda no caso de se frustrarem todos os meios conciliatórios?

Deverá abandonar ou sustentar o Paraguai, mesmo com o risco de provocar a guerra?"

Nessas importantes questões de política internacional, o Imperador tinha o hábito de deferir-se ao Conselho de Estado. Por isso, quando, em 24 de janeiro de 74, o Conselho de Estado se reuniu em sessão plena para tomar conhecimento do parecer da Secção dos Negócios Estrangeiros, o Imperador, presidindo, teve ensejo de ouvir os votos do Marquês de São Vicente, Visconde de Muritiba, Conselheiro Nabuco de Araújo, Visconde de Jaguari, Visconde de Bom Retiro, Visconde de Niterói e Duque de Caxias. A opinião geral foi do seguinte teor: as fôrças brasileiras não deveriam ser retiradas do torrão paraguaio. O arbitramento, se possível, deveria ser geral. Nabuco de Araújo, em seu parecer de 20 de novembro de 73, dissera de maneira lapidar: "Essa conservação de fôrças, por parte do Brasil, é tanto mais justificável quanto o propósito da República Argentina manifestado ao Ministro do Brasil (ofício de 28 de junho) de que manterá a ocupação de Vila Ocidental, *ainda que os demais aliados retirem as suas fôrças*". Nesse parecer, Nabuco entendeu que o arbitramento deveria ser parcial. O árbitro natural seria o Presidente dos Estados Unidos.

O segundo ponto, neste resumo, refere-se às relações entre a Argentina e o Paraguai. À vista das ambições de Tejedor, era evidente que o govêrno de Assunção procurava *apoiar-se* no Brasil. O Império não tinha reivindicações territoriais a fazer. Com rara habilidade, Cotegipe resolvera a questão de limites paraguaio-brasileira.

Tejedor procedera com inabilidade ao alienar as simpatias do govêrno de Assunção. Apresentara-se com ares de prepotência, exigindo todo o Chaco. Mitre, o grande negociador, convencera-se do despropositado das pretensões de Tejedor. Logo, era lógico que o Paraguai, surprêso com as manobras de Tejedor, procurasse apoio no Brasil. O terceiro ponto refere-se à linguagem da imprensa de Buenos Aires, de ataques sistemáticos ao Império, ao Imperador e à diplomacia brasileira. Ataques rudes e por vêzes grosseiros. Parecia que a imprensa por-

tenha houvesse perdido sua tradicional finura. À vista de tais ataques, a imprensa do Rio de Janeiro replicou. O próprio *Jornal do Commercio,* estomagado com os ataques da imprensa argentina, adotou uma linguagem viril, altiva e por vêzes belicista. Por conseguinte, o tom da imprensa argentina criara um ambiente desagradável.

O quarto e último ponto dizia respeito à aquisição de navios e material bélico de vária casta, feita pela Argentina. Isso era conhecido no Rio de Janeiro. Tratava-se de mais um fator de molde a complicar o panorama internacional.

A diplomacia imperial não queria guerras. Queria resolver as questões, decorrentes da Guerra da Tríplice Aliança, por meios pacíficos. Mas, sentia que as manobras de Tejedor estavam criando, em capitais sul-americanas, reações contra o Império. O terreno diplomático estava semeado de minas. Por conseguinte, tôda a cautela era pouca. Antes da guerra de 70, Bismarck, falando no Reichstag, disse:

> "Não tenho a guerra na conta de absolutamente inevitável. Não vejo nem para a França nem para nós razão alguma séria de recorrer às armas. Sòmente a honra do país — não confundí-la com o **soi-disant prestige!** —, seus interêsses vitais justificariam que se devesse começar uma guerra. Nenhum estadista tem o direito de fazê-la, simplesmente porque, de conformidade com motivos subjetivos, a considera inevitável dentro de certo prazo".

A diplomacia imperial parecia adotar êsses conceitos de Bismarck. Havia questões a resolver. Infelizmente, devido à intransigência de Tejedor, a paz se tornava precária ou custava a consolidar-se. A linguagem da imprensa portenha complicava o panorama platino, porque espalhava venenos pelos ares. Ensimesmado em desconfianças quanto ao proceder do Brasil, Tejedor perdera um aliado, o Paraguai, alheiara o Uruguai; e teria de jogar uma cartada difícil com a diplomacia imperial.

Essa era a situação em fins de 74.

NEGOCIAÇÕES NO RIO DE JANEIRO. — MISSÃO TEJEDOR

Com a subida de Avellaneda à presidência da República Argentina, o panorama internacional do Prata apresentou certo grau de distensão.

Avellaneda é favorável a uma solução definitiva de todos êsses problemas. Por isso, Tejedor foi, em 2 de abril de 75, nomeado Enviado em missão especial à Côrte do Rio de Janeiro.

O Império será representado nas conferências pelo Visconde do Rio-Branco, Presidente do Conselho de Ministros, e pelo Visconde de Caravelas.

O Paraguai nomeou Jaime Sosa, Enviado em missão especial ao Rio de Janeiro.

Tejedor partiu para a capital brasileira, cheio de prevenções. Foi "bem avisado", como se costuma dizer familiarmente. Afirmou Nabuco que a missão de Tejedor "parece a réplica da diplomacia argentina ao *coup d'éclat* de Cotegipe. Tejedor também traz no bôlso o seu *veni, vidi, vici,* pronto para ser despachado para Buenos Aires pelo primeiro correio, depois de algumas conferências com os negociadores brasileiros".

Nessas negociações, iniciadas a 28 de abril, se verificarão surprêsas consideráveis. Tejedor, procurando demonstrar muito ímpeto, atacou desde logo o problema da desocupação do Paraguai pelas fôrças brasileiras. O negociador argentino levou bases novas à conferência. Pareceu aos negociadores do Império que Tejedor fazia ponto-de-honra da evacuação imediata do território paraguaio pelas tropas brasileiras. O Visconde do Rio-Branco explicou-lhe, então, que a presença das fôrças do Império em nada influia sôbre a demarcação das fronteiras entre o Paraguai e a Argentina. Segundo Tejedor, era necessário que o Brasil desocupasse a ilha de Atajo. Sosa explicou as razões pelas quais o govêrno paraguaio se havia interessado pela presença de tropas do Império no Paraguai. Tejedor declarou que a Argentina sempre solicitara a desocupação da ilha de Atajo; ao que os representantes brasileiros replicaram que tal problema fazia parte do quadro geral. Tejedor *deu um passo adiante* (expressão sua), quando, na conferência de 4 de maio, aceitou a base oferecida pelo Visconde do Rio-Branco e pelo Visconde de Caravelas: "Ficou conseqüentemente acordado que, no caso de entenderem-se a República Argentina e a do Paraguai, quer fixando por transação a linha definitiva de seus limites, quer submetendo-os a um arbitramento, a desocupação terá sempre lugar nos têrmos que se estipularem nos respectivos protocolos".

O assunto dos limites foi tratado em nova reunião. Tejedor levou ao debate duas propostas, uma base de transação e uma base de arbitramento. Pela base de transação, mediante o cancelamento imediato da dívida de guerra, o Paraguai aceitaria como limite o Pilcomayo em seu braço fronteiro a Assunção e cedia à Argentina a Vila Ocidental, sôbre a margem esquerda do rio Confuso, com um território de duas léguas ao sul, quatro ao norte e quatro a oeste. A ilha de Atajo (Cerrito) seria de domínio argentino. Quanto à base de arbitramento, Argentina e Paraguai conviriam em sujeitar à decisão de um árbitro (ou árbitros), nomeados de comum acôrdo, o território de Vila Ocidental, com duas léguas ao sul, quatro ao norte e quatro a oeste. Esta base de Tejedor apresentava seis regras para o processo de arbitragem, a ser pôsto em prática. Os direitos da Bolívia ficariam ressalvados pelas três partes deliberantes e presentes ao acôrdo.

Sosa declarou que o Paraguai tivera lucro com a presença das tropas brasileiras em Assunção. Afirmou, ademais, que deveria ser tomado como limite sôbre o Pilcomayo o braço principal dêste rio, que sai em frente de Vileta. Achou que a fórmula transacional (a primeira base de Tejedor) oferecia, em seu entender, melhores vantagens, porque poderia liquidar ràpidamente o assunto. Quanto à cessão de Vila Ocidental, entendeu que seria prejudicial ao Paraguai. Fêz comentários às regras de arbitragem, apresentadas por Tejedor. Manifestou-se, contudo, favorável à fórmula de transação, declarando aceitar, *ad referendum,* uma solução de acôrdo com essa base.

Para vencer os abatises verbais de Tejedor na defesa de suas bases, os representantes brasileiros muito tiveram de pelejar nessa reunião. Mas, o que mais os impressionou foi a atitude *inesperada* do representante paraguaio. Essa atitude desconcertou os plenipotenciários do Império. Pela primeira vez, Tejedor apresentara uma proposta *nova*. Tratava-se de Vila Ocidental e de *mais* um território com determinada superfície. Sem mais detença, o representante paraguaio aceitava o cancelamento da dívida de guerra (ainda não computada) em troca de um pedaço do torrão paraguaio...

Os plenipotenciários brasileiros alegaram que "o Govêrno imperial e o da República do Uruguai não poderiam ver essa

transação pecuniária sem reclamar contra ela, como ofensiva do pacto de Aliança ou, pelo menos, terão o direito de exigir para si a mesma forma de pagamento. Até hoje não tem o govêrno do Brasil recebido um real como indenização de guerra e nem mesmo a importância total dos auxílios que *prestou* ao govêrno provisório do Paraguai, a título de empréstimo. Os ajustes celebrados pelo governo do Brasil com o do Paraguai, no tocante a indenizações de guerra, respeitaram as estipulações da Aliança e tiveram muito em vista nada pretender que não fôsse inteiramente aplicável aos aliados".

Tejedor alegou então que, à vista do pronunciamento do representante paraguaio, o assunto estava encerrado.

Estabeleceu-se debate entre os plenipotenciários brasileiros e o argentino. Declarou êste que, ocupando Vila Ocidental, a Argentina estava ocupando território seu; ao passo que os brasileiros ocupavam Assunção.

Sosa afirmou que, aceitando a base de transação, pôsto suas instruções não cogitassem do caso, o Paraguai se aliviaria de uma grande dívida de guerra.

Na última reunião, Sosa afirmou que procurara evitar o processo de arbitragem, lento e demorado; e que, por isso propunha a *divisão* do território em litígio acima do Pilcomayo. Uma parte ficaria com a Argentina — e outra com o Paraguai. Terminante foi a resistência dos plenipotenciários brasileiros. Era-lhes impossível aceitar semelhantes idéias, que estavam em desacôrdo com todos os precedentes históricos.

Desde logo avulta o estranho proceder de Sosa. Pôsto suas instruções não cogitassem da aceitação da base de transação, Sosa a havia endossado sem grande demora...

A diplomacia imperial compreendeu então que estava sendo burlada por um títere, Sosa, — títere nas mãos de Tejedor. Dirá Oneto y Viana com todo o vigor:

> "El nombramiento del plenipotenciario paraguayo que debia trasladarse á la Corte, para negociar el tratado con Tejedor y el gabinete, los antecedentes de su gestión, su desenvolvimiento, etc., constituyen una página vergonzosa para la diplomacia argentino-paraguaya, atenuada un tanto por el propósito que guiaba á ésta de poner término á la avasalladora acción del Brasil, que ejercia en la Asunción,

> un influjo incompatible con la dignidad nacional y peligroso para los destinos de los pueblos del Plata" (**"La diplomacia del Brasil en el Río de la Plata"**, pág. 342).

Afirma Oneto y Viana que as instruções passadas a Sosa foram de autoria de J. B. Gill, ministro das relações exteriores, "redactadas — diz o mesmo historiador uruguaio — en la propia legación brasileña por el ministro Gondim y destinadas á infligir nueva derrota á la cancilleria de Buenos Aires". Diz Oneto y Viana que Araújo Gondim, Ministro do Império, exercia grande influência em Assunção. Mas, se exercia influência, devia-se isso ao fato de a Argentina haver *abandonado* Assunção, onde apenas tinha um cônsul. Ademais, à luz das marchas e contra-marchas de Tejedor, era perfeitamente explicável que o govêrno do presidente Jovellanos se doesse das pretensões argentinas — e procurasse apoio, e mesmo defesa, no Brasil.

As intruções passadas a Sosa diziam claramente que êle (o plenipotenciário paraguaio) deveria exigir que os argentinos limitassem suas pretensões à linha do Pilcomayo, com o abandono de Vila Ocidental, e solicitar a permanência do exército brasileiro em território paraguaio. "Se le recomendió especialmente *ponerse en todo prevenidamente de acuerdo con el gobierno imperial"*, diz Oneto y Viana, ao citar o parágrafo final das instruções de Gill a Sosa (*Ibidem*, pág. 343).

Sosa era, porém, Jano bifronte. Ao mesmo tempo que era amigo de Araújo Gondim, era amigo de Tejedor e aspirava a representar papel político muito importante em sua pátria. Diz Oneto y Viana que, à última hora, Jovellanos escreveu a Sosa, autorizando-o a tratar com a Argentina sôbre a base da desocupação imediata do Paraguai pelas tropas brasileiras; e a opor-se às intruções oficiais, "que, como V. Excia. sabe, han sido redactadas en la legación brasileña" (Oneto y Viana, pág. 344).

Note-se que as despesas do govêrno provisório do Paraguai e mesmo do govêrno de Jovellanos estavam sendo custeadas pelo Império do Brasil. Ao mesmo tempo que o Brasil defendia o território paraguaio das exageradas pretensões de expansionismo territorial, alimentadas por Tejedor; ao mesmo tempo que custeava as despesas do govêrno de Jovellanos; o mesmo Jovel-

lanos instruia seu representante no Rio de Janeiro, por portas travessas, a aceitar a base de transação, proposta pelo plenipotenciário argentino, mercê da qual o Paraguai perderia grandes terras... Jovellanos, amargurado e impotente, servira-se de um títere, Sosa. Mas, como dizem os inglêses *"a sharp tool may prove a sharp weapon"*... À revelia do seu ministro das relações exteriores, Jovellano dera ordens secretas a Sosa para entender-se com Tejedor... Era uma verdadeira comédia, não amável, mas cínica.

Desmascarado o jôgo de Tejedor e Sosa, a diplomacia imperial entendeu que a melhor solução seria a arbitragem. Quanto à divisão do território acima do Pilcomayo — proposta de Sosa —, a atitude da diplomacia brasileira seria de expectativa. O Visconde de Caravelas teve entendimentos com Tejedor para lhe provar que a solução proposta contravinha a tudo quanto os aliados haviam estipulado. A Chancelaria imperial teria de pôr em ação elementos novos de contrastúcia, para desmanchar o péssimo afeito da ação de Tejedor.

No entanto, outro acontecimento surpreendeu a Chancelaria do Império. A 20 de maio, Tejedor e Sosa redigiram um tratado de limites argentino-paraguaio, de acôrdo com as opiniões que ambos haviam sustentado na conferência do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, assinaram uma Convenção Adicional de Danos e Prejuízos, pela qual a Argentina renunciou à cobrança de qualquer despesa de guerra ou despesa decorrente de danos públicos. A 2 de junho, Tejedor cometeu a grosseria de deixar o Rio de Janeiro sem se despedir de Dom Pedro II. Passou nota à Chancelaria, a 31 de maio, dizendo que ia partir a 2 de junho. Nada mais...

Ao saber-se disso, houve verdadeiro estupor na Côrte. Tejedor agravara a situação reinante entre o Império e a Argentina.

Examinando todos êsses acontecimentos, Nabuco afirmou:

> "As conferências entre Rio-Branco (acompanhado do Visconde de Caravelas), Tejedor e Sosa tinham começado em abril e continuavam, quando se soube que o Enviado argentino e o paraguaio haviam celebrado entre si um acôrdo a

despeito dos plenipotenciários brasileiros; e logo depois o Dr. Tejedor retirava-se do Rio de Janeiro, sem despedir-se do Imperador. Havia alguma coisa nesse rasgo que lembrava o de Cotegipe; mas, por outro lado, ao passo que Cotegipe tinha feito uma obra definitiva, o Dr. Tejedor contentava-se com pouco, celebrando com o agente paraguaio um acôrdo, que êle devia presumir não seria ratificado pelo govêrno de Assunção. O que êle conseguia era, assim, não um triunfo, mas um simúlacro de triunfo, a que sua atitude para com o chefe da nação brasileira tirava o desembaraço cavalheiroso que tivera o lance de Cotegipe. À futilidade do resultado efêmero que obtivera, Tejedor acrescentava a incorreção e dureza da forma".

Tejedor estava certo de que houvesse obtido assinalada vitória. Mal chegado a Buenos Aires, deitou Manifesto (18 de junho), no qual procurou provar que não cometera descortezia com o Imperador do Brasil. No entanto, a descortezia fôra profunda. O subconsciente traira Tejedor: — sua saída do Rio de Janeiro constituira uma explosão gaúchesca de estabanamento. Contudo, a vitória de Tejedor seria aparente. Nada mais que aparente.

O Barão de Araújo Gondim, sucessor de Araguaia em Assunção, desde 19 de setembro de 73, tomou providências para neutralizar o efeito do proceder de Sosa. Pôsto avançado da diplomacia brasileira, Araújo Gondim sentiu-se crivado de balas e desprezos por parte de elementos do govêrno de Assunção. Em 12 de novembro de 74, Araújo Gondim já havia conseguido que Gill fôsse apresentado à presidência da República. Jovellanos será afastado temporàriamente em missão a Buenos Aires. Que o jôgo de Sosa seria desmanchado, a respeito não podiam subsistir dúvidas. Em ofício de 27 de março de 75, dirigido a Jovellanos, Sosa dizia (excelente pano-de-amostra de sua personalidade): "Los hombres del Imperio están intimamente convencidos que harán de mí lo que quieran, y tan cierto es, que ni siquiera me hacen caso no me conceden importancia alguna..." Teria sido a vaidade ferida que houvesse levado Sosa a proceder de maneira tão doble? Sentindo a ação do Ministro do Império, Sosa procurou apoio em Buenos Aires, e êste também lhe faltou...

Por decreto de 17 de junho de 75, Gill e Facundo Machain desaprovaram o Tratado de limites argentino-paraguaio e a Convenção adicional de Danos e Prejuízos; bem como por outro decreto Sosa foi demitido do cargo de Enviado especial à Côrte de São Cristóvão. Se Tejedor deitou Manifesto, Sosa também publicou um folheto anêmico, em Buenos Aires, no qual, a seu modo, procurou defender-se; mas, não conseguiu explicar que houvesse contrariado frontalmente as instruções passadas por Jovellanos em 31 de agôsto de 74.

Mais uma vez, devido à ação enérgica de Araújo Gondim, Tejedor perdera tempo e feitio — e perdera uma vaza muito importante. Em Assunção, a diplomacia brasileira alcançara uma vitória de singular efeito.

A 18 de junho de 75, o Govêrno imperial dirigiu nota à Chancelaria argentina. Nesse documento foram minuciadas as negaciações realizadas na Côrte, bem como houve referências ao proceder insólito de Tejedor: "Retirou-se o Sr. Tejedor desta Côrte apressadamente sem comunicar ao Govêrno imperial os ajustes que assinara com o representante do Paraguai e sem pedir uma audiência de despedida a Sua Majestade o Imperador, junto ao qual fôra acreditado, nem motivar a dispensa dessa formalidade, nunca preterida nas relações diplomáticas. O Sr. Tejedor, que não recebeu do Govêrno imperial senão mostras de maior consideração, retirou-se sem despedir-se do chefe dêste Estado, junto ao qual fôra acreditado e nem sequer procurou justificar de alguma sorte tão notável omissão".

A Chancelaria argentina respondeu por nota de 20 de julho, na qual alegou motivos para justificar o proceder de Tejedor. Contudo, insistiu nos direitos argentinos aos limites estabelecidos na cláusula XVI do Tratado da Tríplice Aliança. Alegou que o Brasil não dera concurso à Argentina, de maneira que o Império havia obtido tudo quanto desejara, ao passo que o govêrno de Buenos Aires ficara à espera de satisfação de suas pretensões. "A República Argentina, pelo contrário, ainda não regulou seus limites e V. Excia. até pretende que ela o não pode fazer, nem mesmo renunciando à maior parte dos territórios que lhe pertencem, segundo aquelas cláusulas, e apesar de não exigir do Paraguai o pagamento das despesas de guerra". As exigências argentinas ficavam limitadas à Vila Ocidental.

Por nota de 19 de junho, o govêrno de Assunção comunicou ao Império a desaprovação do tratado Tejedor-Sosa, bem como lhe informou que o Paraguai estaria disposto a abrir novas negociações com vistas à liquidação do assunto. Para tanto, acreditara junto à Côrte do Rio de Janeiro Facundo Machain, ministro das relações exteriores.

Existe um precedente importante, aduzido por Mitre, em informação confidencial a Tejedor, que convém seja aqui reproduzido:

> "Caída la tiranía de Rosas, el gobierno provisorio del general Urquiza negoció con el Paraguay con respecto á límites, fué, sobre la base del Bermejo... El gobierno del general Urquiza y su negociador el doctor Derqui comprometieron y sacrificaron el derecho y las conveniencias argentinas, entregando la embocadura del Bermejo al dominio exclusivo del Paraguay y renunciando á todo dominio por parte de la República Argentina de la margen del río de ese nombre desde las Tres Bocas hasta la embocadura del Bermejo, la cual se declaraba neutralizada..." (citado por Zeballos).

Por conseguinte, segundo o depoimento oficial de Mitre, o Bermejo *já era o limite* entre a Argentina e o Paraguai. Com a vitória alcançada de estabelecer o limite sôbre o rio Pilcomayo, a Argentina se engrandeceria com o quadrilátero territorial que hoje é a Gobernación de Formosa... Ninguém mais fala a respeito disso, o que convém salientar por amor à História.

A "admirable duplicidad" de Sosa, segundo Oneto y Viana, na conferência do Rio de Janeiro, teve uma vantagem: — revelou à plena luz os manejos urdidos entre êle e Tejedor. A situação, descoberta na Côrte, faria pensar naqueloutra em que foram partes Bismark e o embaixador de França Benedetti, no período de 1866. Engels disse então o seguinte: "A coisa tem isto de bom: agora tôdas essas sujeiras aparecem à luz meridiana e os *tripotages* entre Bismarck e Bonaparte acabaram por ter fim".

Afirmou Oneto y Viana que "el rechazo de los tratados Sosa-Tejedor impuso á cancillería argentina el convencimiento de que no podía luchar con la diplomacia brasileña y que se volvía problema tan difícil como necesario de resolver, la anulación del protectorado imperial sobre el Paraguay" (*ibidem,* pág. 357).

No Brasil, o desfecho da missão Tejedor causou uma sensação de espanto. No discurso pronunciado na sessão do Senado imperial de 20 de julho de 75, o Visconde Caravelas lançou luz sôbre o assunto, dizendo:

> "O Sr. Tejedor, porém, trazia certas exigências, que êle mesmo reconheceu, segundo os nobres senadores terão lido no manifesto, que surpreenderiam o Govêrno imperial, sendo que o mesmo Sr. ministro argentino desconfiava que não seriam admitidas. Foi na terceira conferência que êle, segundo as frases do manifesto, descobriu suas armas, ou despejou o seu saco... ...Dizia o Sr. Tejedor, segundo me escreveram de Buenos Aires, que não ficando bem ao govêrno argentino aceitar hoje aquilo que recusara ao general Mitre, era preciso algum fato novo para se aceitar um dêsses alvitres. Mas, o Sr. Tejedor trazia proposta, que alterava profundamente aquêles alvitres. Uma das condições novas era a desocupação prévia do território que êle indicava na sua correspondência ao Govêrno imperial, e que se lhe prometeu logo que houvesse ajustes celebrados com fôrça definitiva. Queria a desocupação imediata da ilha de Cerrito, dado o ajuste de arbitramento, que êle cercava de condições inexequíveis".

Na sessão do Senado do dia seguinte, 21 de julho, o Visconde do Rio-Branco pronunciou admirável discurso sôbre a "negociação encetada na Côrte do Rio de Janeiro". Constantemente aparteado pelos sarcasmos de Zacarias, mas apoiado pelo Marquês de São Vicente, pelo Visconde de Niterói e pelo Barão de Cotegipe (Ministro dos negócios estrangeiros), o Visconde do Rio-Branco afirmou:

> "O govêrno argentino, por exemplo, poderia exigir do Paraguai o reconhecimento de todo o território do Chaco até a Baía Negra. O Brasil não tinha direito de opor-se a tal exigência, desde que não excedia à declaração expressa no tratado de aliança; mas, não estava obrigado a reconhecê-la como justa e a prestar-lhe seu apoio moral e material, se outra fôsse sua convicção".

Argumentando com fatos importantes, o Visconde do Rio-Branco acrescentou:

> "O govêrno argentino já tinha tomado posse do território de Missões, que constitui uma província importante

entre o Paraná e Uruguai, território de que sempre estivera de posse o Paraguai, por onde, quando Rosas lhe fechou os rios, se comunicava conosco; era por êsse território que o Paraguai respirava para o exterior, desde o tempo de Francia. A República Argentina tomou logo posse dêsse território; tinha ocupado a Vila Ocidental; não havia para ela, portanto, motivo urgente para concluir os ajustes definitivos de paz. O Brasil, porém, não tinha ocupado território, que lhe fôsse disputado pelo Paraguai; pediu durante a guerra os mesmos limites que antes demonstrou cabalmente que eram de seu incontestável direito, e de que estava de posse, com exceção da linha do Igureí".

Quanto aos desígnios de Tejedor, o Visconde do Rio-Branco foi positivo em marcar a posição da diplomacia imperial:

"O Sr. Tejedor sabia que não podia obter do Govêrno imperial êsse concurso cego, essa responsabilidade ofensiva de sua consciência para pretender do Paraguai todo o Chaco até Baía Negra; êle queria parar na Vila Ocidental. Como a solução proposta pelo ilustre general Mitre não foi aceita, quando devia sê-lo e teria pôsto têrmo a esta questão, evitando novas e graves apreensões entre os aliados, pretendia-se o que da parte do govêrno argentino se chamava algum fato novo. Não queriam aceitar o que tinham recusado ao general Mitre; e então, ao traçar a linha pelo Pilcomayo, fazia-se de modo, como se vê da proposta, que realmente o limite não era a margem esquerda do Pilcomayo, era a margem esquerda do Confuso, ou antes algumas léguas ao norte do Confuso, que é um pequeno afluente ou braço do Pilcomayo, segundo algumas cartas o figuram. Desprezava-se a margem esquerda do Pilcomayo, divisa natural e bem assinalada, queria-se, ainda mesmo no caso da chamada solução definitiva por êsse rio, algumas léguas dêsse território ao norte; de maneira que, dado o arbitramento, êste não recaíria precisamente sôbre a Vila Ocidental ou sôbre todo o território que fica ao norte do Pilcamayo, separavam-se sempre para a República Argentina algumas léguas quadradas ao norte dêsse rio".

O Visconde do Rio-Branco, com lógica, precisão e conhecimento seguro dos precedentes históricos, *desencantara* os "tesouros" de Tejedor: além da posse das Missões, a Argentina aspirava a assenhorear-se de todo o Chaco até Baía Negra. Pouco... E queria mais, mercê dos argumentos especiosos, contraditórios e falsos de Tejedor, péssimo diplomata, político

acostumado a sutilezas e deturpações até mesmo do que fôra escrito nos entendimentos de Buenos Aires... Por isso mesmo, a derrota diplomática de Tejedor será escandalosamente maior, porque tôda a trama de má fé ficará a descoberto...

O Barão de Cotegipe, na sessão do Senado, de 23 de julho, respondendo aos sarcasmos de Zacarias, fêz defesa magistral da política do Brasil. Depois de Caravelas e Rio-Branco, Cotegipe, Ministro dos negócios estrangeiros do gabinete Duque de Caxias, num estilo mordaz e incisivo, ampliará a argumentação do Visconde do Rio-Branco. Eis um trecho dêsse discurso:

> "A que veio o Sr. Tejedor a êste país? Negociar com o ministro paraguaio, sendo o govêrno do Brasil medianeiro, senão mediador, para fazer os dois Estados chegarem a acôrdo a respeito da questão de limites. Qual era a base dessa negociação? A base era o arbitramento aceito de antemão por ambas as Repúblicas, o que, entretanto, seja dito, não as privava de propor outro qualquer alvitre, que julgassem conveniente para resolver definitivamente a questão. Reunidos os plenipotenciários, ao invés de se tratar da questão entre o Paraguai e a República Argentina, a primeira proposta do plenipotenciário argentino foi para que o Brasil imediatamente desocupasse o Paraguai. Não se está vendo, Senhores, que se quer fazer da desocupação do Paraguai pelas fôrças do Brasil questão principal, deixando de parte a que, na realidade, é a principal, isto é, a negociação de limites e o tratado definitivo de paz com o Paraguai? Quem é que procura complicar as relações dos dois Estados?"

Rebatendo as acusações, então correntes no Prata, de que a política do Império parecia fazer uma política de guerra, Cotegipe foi claro:

> "Tem-se reproduzido no Rio da Prata com a maior improcedência o eco de que o gabinete atual foi organizado sob um pensamento de guerra. Todos sabem a razão por que o gabinete atual teve de assumir as rédeas da administração. Porque tem à frente o nosso primeiro homem de guerra, segue-se que seja isto motivo para querermos guerra? Ao contrário: quando quiserem paz, coloquem um militar à frente do govêrno".

Depois, explicando sua posição e sua política, o Barão de Cotegipe afirmou com ênfase:

"O que eu não sou, porque nunca fiz profissão nem fui criado nessa vida, é para fazer diplomacia de tortuosidades. Procurarei sair das dificuldades por esta ou aquela forma, dizendo desde logo o que sinto, porque a verdade e a franqueza são os melhores meios para chegar à conclusão dos negócios. Digo sim, sim; não, não; posso, não posso".

Salientou o mérito da ação diplomática do Império, clara, contínua e precisa, explicando:

"O estudo desapaixonado e calmo dos documentos oficiais levará todo o espírito desprevenido a tirar a mesma conclusão que tenho tirado, — isto é, que, ao invés de erros constantes, cometidos pela diplomacia brasileira no Rio da Prata, temos procurado sempre dar uma execução legítima e lógica aos compromissos contraídos, evitando sempre ofender interêsses alheios. Tanto mais dignos somos de elogios, quanto corremos perigo em querermos ser fiel à nossa palavra".

Depois da "falsa vitória" de Tejedor, tanto em Buenos Aires como no Rio de Janeiro se sentiu a necessidade urgente de liquidar a questão platina. Afirmou Nabuco com muita razão que "a questão argentina tinha durado de mais e perdido a sua fôrça". Contudo, o efeito desastroso dos manejos de Tejedor estava tão patente que criara uma atmosfera de descrédito, desânimo e mesmo irritação, quanto ao encontrar-se um caminho novo que pudesse desfazer o efeito da sua obra. A diplomacia imperial demonstrara muita paciência em lidar com o ministro das relações exteriores argentino. Essa paciência chegara à extrema baliza. Mais longe não era possível ir. Os grandes diplomatas do Império haviam pôsto à mostra a política contraditória de Tejedor. Aos olhos da diplomacia imperial, Tejedor estava desmoralizado, desacreditado, como um ilusionista que esgotara todo o repertório... Não havia mais surprêsas... Por conseguinte, não era mais possível negociar com êle. Em Buenos Aires sentiu-se isso e muita gente de prol era de opinião que Tejedor devesse ser alijado do govêrno. Tornara-se um personagem incômodo.

No Paraguai, o ministério de Urdapilleta, Barreiro e Saguier estava ansioso por ver encerrados os litígios e dedicar-se à obra de reconstrução nacional, depois de vencida a nova revolução chefiada pelo general Serrano.

Machain, na comunicação de 24 de julho de 75, dirigida ao Barão de Cotegipe, disse que o Paraguai estava disposto a negociar para poder viver tranqüilo; mas, que não podia tolerar a ocupação de Vila Ocidental.

Tejedor fôra substituído por Bernardo de Irigoyen, homem requintado e tolerante e de quem Octávio R. Amadeo fês êste belo retrato psicológico: "Don Bernardo no tenía formación de caudillo, le faltaba "muñeca", no era un "buen gaucho", no sabia "servir a los amigos", le repugnaba postular, no habiéndolo hecho ni para sí ni para los suyos. No era el hombre que necesita la multitud, el jefe de las patotas ruidosas que asalta las posiciones para repartir los despojos entre los vencedores. No era político de clientela; era un mal padrino, un mal cumpadre y un mal caudillo; pero era un gran ciudadano" (*"Vidas Argentinas"*, pág. 62).

Nesse ano de 75, Bolívia e Peru haviam feito diligências para que a Argentina aderise ao Tratado Defensivo, assinado em 73, entre os governos de Lima e La Paz. Se em 73 o Peru tivera grande interêsse em obter a adesão da Argentina, em 75 uma crise econômica muito séria impedia o govêrno de Lima de olhar para fora do país. De fato, nesse ano de 75 A. V. de la Torre, ministro das relações exteriores do govêrno peruano, em comunicação a seu representante diplomático em Buenos Aires afirmava que, no momento, não convinha ativar as negociações do tratado (comunicação de 2 de agôsto). O tratado defensivo de 73 peruano-boliviano tinha um enderêço: o Chile. Nesse ano de 75, correram notícias em Lima de que haveria em Santiago o propósito de celebrar uma aliança com o Império. Por conseguinte, um possível tratado triangular defensivo poderia tanto servir contra o Chile, como contra o Brasil. A Argentina jamais aderiu ao tratado de 73, que acabou por perder sua eficácia. A guerra do Pacífico começou em 79 e representou para a Bolívia a perda de seu extenso litoral sôbre aquêle oceano.

Irigoyen era um homem diferente de Tejedor. Por isso mesmo, tratou de abrir um caminho novo. Cotegipe conhecia perfeitamente os problemas derivados da Guerra da Tríplice Aliança. Estava também disposto a encontrar uma solução que apagasse o efeito dos tratados Tejedor-Sosa. *"Facts do not cease to exist because they are ignored"*, disse Aldous Huxley.

Os fatos existiam e militavam contra a diplomacia de Buenos Aires. Oneto y Viana afirmou:

> "Hasta los sucesos conspiraban contra la cancillería de Buenos Aires. Cotegipe sentía por la Argentina cierto desdén unido al convencimiento de la superioridad brasileña sobre los pueblos del Plata. Su preocupación era la prevalencia constante del Brasil, la gloria, el poderío y el engrandecimiento de la monarquía en medio de la ruina de estas **democracias inorgánicas**, envilecidas por el militarismo, por el escándalo y la orgía de sangre y latrocinio en que vivían" (**Ibidem**, pág. 359).

Irigoyen, muito diferente de Tejedor e Quintana, era homem que sabia lidar com realidades. Havia, pois, uma confluência de vontades, tendentes à realização de obra útil e definitiva. Se o ambiente era propício, convinha aproveitá-lo. Novas negociações foram abertas em Buenos Aires, onde o Paraguai foi representado por Machain; o Império, pelo Barão Aguiar d'Andrada e a Argentina por Irigoyen. Durante o mês de janeiro de 76 realizaram-se em Buenos Aires várias e longas conferências, num ambiente de suma plasticidade, criado por Irigoyen. Aguiar d'Andrada acompanhou com alto tino diplomático o desenrolar das negociações, informando cabalmente a Chancelaria imperial de tudo quanto ia acontecendo na reunião de Buenos Aires. Se a crise no Prata perdera intensidade devido à ação, de certo modo curativa, do tempo, — ainda assim subsistiam dificuldades em Assunção, onde o Barão de Araújo Gondim secundava as diligências do Ministro Pereira Leal. Quando Machain partiu para Buenos Aires, suas instruções rezavam que "por los gastos de guerra no puede pasar el território paraguayo á manos extrañas". Na conferência de 28 de janeiro de 76, Machain afirmou que "la deuda jamás será total ó parcialmente satisfecha con territorio". Nessa conferência, Machain falou longamente sôbre a difícil situação financeira de sua pátria. Salientou que o govêrno batalhava contra ela, disposto a vencê-la. Afirmou Oneto y Viana que a tese de Machain demonstrava a prevalência da doutrina diplomática do Império. Por outro lado, o Barão Aguiar d'Andrada bateu-se pela consagração dos tratados celebrados por Cotegipe, o que conseguiu.

Tal vitória representou o malôgro da missão dada pelo presidente Avellaneda a Dardo Rocha, no sentido de obter o apoio do presidente Gill. Dardo Rocha chegou a Assunção no mesmo dia em que foram desaprovados oficialmente os tratados Tejedor-Sosa.

A 3 de fevereiro de 76, foram assinados em Buenos Aires os três tratados definitivos entre a Argentina e o Paraguai: — o tratado definitivo de paz, o tratado de amizade, comércio e navegação e o tratado de limites. Tudo isso sob o olhar vigilante do Barão Aguiar d'Andrada.

O Pilcomayo é o limite definitivo entre a Argentina e o Paraguai, o que desfizera o compromisso solenemente assinado no tempo de Urquiza. O novo ajuste dera à Argentina uma área de quase 60.000 quilômetros quadrados. A ilha de Atajo (Cerrito) fica pertencendo à Argentina. Quanto ao Chaco, estabelece-se o seguinte: — o território compreendido entre o braço principal do Pilcomayo e a Baía Negra fica dividido em dois setores: o primeiro, compreendido entre Baía Negra e o rio Verde, que se encontra a 23° 10' de latitude sul, segundo o mapa de Mouchez; e o segundo, compreendido entre o rio Verde e a bôca principal do Pilcomayo, inclusive Vila Ocidental. O govêrno argentino renuncia definitivamente a qualquer pretensão ou direito sôbre aquêle primeiro setor. O segundo setor será submetido à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos da América.

O Congresso argentino aprovou os tratados Irigoyen-Machain. O mesmo foi feito pelo Paraguai. As tropas brasileiras, num total de 3.593 homens, foram retiradas a 22 de junho de 76.

O Presidente Rutherford Hayes deu, a 12 de novembro de 78, laudo favorável ao Paraguai. À vista dos têrmos do laudo do Presidente Hayes, o território situado entre o rio Verde e o braço principal do Pilcomayo, inclusive Vila Ocidental (depois, Vila Hayes) ficou pertencendo ao Paraguai.

Mais tarde, surgiram dúvidas quanto à definição do "braço principal do Pilcomayo". Celebraram-se os protocolos de 1905 e 1907 para resolvê-las. Examinaram-se os mapas de Mouchez e de Brayer. Em 1921, Puyerredón, ministro das relações exteriores, sustentou que o braço principal era o assinalado naqueles mapas. O tratado de 1939 liquidou o assunto (César Diaz Cis-

neros, *"Límites de la República Argentina"*, págs. 105 e segs., Buenos Aires, 1944).

*
* *

É preciso assinalar a posição da Bolívia em face do problema do Chaco, que Tejedor havia criado com suas aspirações expansionistas. Devido à ação da diplomacia imperial, os direitos da Bolívia ficaram ressalvados na conferência de Buenos Aires, donde surgiu o Tratado da Tríplice Aliança. As reversais de 12 de maio, trocadas entre os Aliados, haviam consagrado os direitos bolivianos, em face de possível litígio com o Paraguai. Os protocolos assinados em Buenos Aires em 70 e 71, pelo Visconde do Rio-Branco, insistiram formalmente no assunto. No entanto, Zeballos afirmou com manifesto exagêro:

> "Sin embargo, el Brasil hizo en esos momentos su aparición en Bolivia aguijoneando recelos y susceptibilidades contra la República Argentina. Nosotros habíamos descuidado ese tablero diplomático, y fácil fué al plenipotenciario del Imperio inducir á Bolivia á decidirse á obstaculizar la acción argentina. El Brasil hizo dos promesas à Bolivia para atraerla y se las cumplió, á saber: a) hacer valer ante la cancillería de Chile la influencia brasileña para que esta República hiciera concesiones á Bolivia en la cuestión de límites atacameños; b) apoyarla juntamente con el Paraguay contra la República Argentina, en la cuestión del Chaco (Memoria del Ministério de Relaciones Exteriores, 1873, págs. 602 a 614)".

Essa a linguagem de Zeballos. No entanto, o eminente publicista argentino reconheceu que Buenos Aires se descuidara do taboleiro diplomático da Bolívia... Diz também que, ao voltar Quintana, *vencido* (adjetivo de Zeballos) a Buenos Aires em 72, "encontró á un plenipotenciario boliviano de coturno, doctor colonial, de ceño adusto y cogotudo, hombre de pocas palabras y de escasísima amabilidad para nuestro país, á quien tuve la honra de tratar: el doctor Mariano Reyes Cardona". É preciso assinalar que Reyes Cardona foi um dos maiores opositores em sua pátria ao grande Tratado de 67, celebrado pelo

Barão de Lopes Netto com o govêrno de Melgarejo... Em 14 de setembro de 72, Reyes Cardona apresentou ao govêrno argentino uma nota de protesto contra os atos do Congresso de Buenos Aires a respeito do Chaco. Tejedor replicou àquela nota por outras de 25 e 30 do mesmo mês. A 3 de outubro, Reyes Cardona partiu para o Rio de Janeiro. Diz Zeballos que Reyes Cardona procedera de acôrdo com sugestões da diplomacia imperial... O representante boliviano chegou à Côrte, quando Mitre aí se encontrava em negociações. No entanto, o mesmo Mitre comunicara a Tejedor: "Este gobierno parece estar á obscuras de los objetos de la misión boliviana y aun algo receloso de ella, pues como V. Excia. sabe, el señor Reyes Cardona es conocido por sus opiniones contra el última tratado de límites entre el Brasil y Bolivia, contra el cual publicó un folleto violento, hallándose emigrado en Taeres, durante la administración de Melgarejo". Mitre, em sua comunicação de 22 de agôsto a Tejedor, dizia a verdade: de fato, a ida de Reyes Cardona ao Rio de Janeiro *intrigara* o Govêrno imperial. Contudo, Zeballos torce as palavras de Mitre ou deduz coisa inteiramente diferente do que elas queriam dizer em seu estilo de água corrente. Afirmou o jurista argentino que, na primeira semana de novembro de 72, Mitre teve uma conferência com o Marquês de São Vicente. Manifestou-lhe êste o desejo de que a Bolívia participasse das negociações com o Paraguai. Parece a Zeballos algo de escandaloso, de ilegal, de pérfido que o Marquês de São Vicente houvesse sugerido que a Bolívia (que tinha um litígio com o Paraguai, no Chaco) participasse das conferências no Rio de Janeiro... No entanto, o mesmo Mitre tivera, pelo menos, duas conferências com Reyes Cardona: uma a 28 de outubro e outra em 3 de novembro. No dia 5 de novembro, Mitre escreveu a Tejedor: "El plenipotenciario brasileño, ha mostrado mucho empeño en incluir en el arreglo nuestra cuestión de límites con Bolivia; pero yo me he negado á ello, reservándome tratar únicamente estas cuestiones en cuanto se refiere á las garantias que se deben los aliados entre sí, por lo cual tanto lo anterior como esto no consta en el primer protocolo para no alterar el orden de la discusión". Estas palavras de Mitre são reproduzidas por Zeballos. São Vicente havia recebido, a 30 de outubro, uma nota de Reyes Cardona na qual pedia participar da con-

ferência. O Govêrno imperial havia respondido a essa nota a 4 de novembro. Zeballos considera êsse fato como prova de proceder malicioso do Império. No dia 5, Mitre *foi inteirado particularmente pelo próprio Marquês de São Vicente* de que o plenipotenciário boliviano passara nota á Chancelaria na qual solicitara, de acôrdo com a interpretação das reversais, fôsse parte nas conferências do Rio de Janeiro. São Vicente fêz mais: *mostrou o texto* de nota boliviana ao general Mitre. Diz Mitre em despacho confidencial, de 6 de novembro, dirigido a Tejedor: "El señor Marqués de San Vicente volviendo á leer con atención los puntos de la nota boliviana que le indiqué, se convenció que estaba equivocado y convino conmigo en cuanto á su oportunidad y alcance, así como *en apartar esta cuestión de nuestras dicusiones*".

Zeballos faz dêsses fatos um verdadeiro maremoto de intrigas, atribuindo tudo isso à ação da diplomacia imperial. "La prueba de la intriga, comenzada por la cancillería brasileña en Bolivia y consumada en Río de Janeiro, es decisiva. El gobierno brasileño había logrado su objeto: echar sobre la República Argentina una dificuldad más cuando él negociaba con ella sobre el Paraguay". Tudo isso seria verdade, se o plenipotenciário boliviano *houvesse participado* das conferências do Rio de Janeiro, com o Marquês de São Vicente e o general Mitre. Reyes Cardona *jamais* participou dessas conferências. O próprio Zeballos reconhece que as notas trocadas entre a Chancelaria imperial a 7, 13 e 15 de novembro são documentos *pro forma,* "en los cuales se glosa el contenido de las anteriores de 30 de octubre y de 4 de noviembre". Então, onde está a perfídia, a felonia, o crime da Chancelaria imperial? Os argumentos de Zeballos constituem um novêlo de contradições absurdas. A 14 de novembro, Reyes Cardona teve *nova* conferência com Mitre, ao qual deu francas e cordiais explicações. Eis a linguagem de Mitre (citada por Zeballos) que convém reproduzir de seu despacho de 14 de novembro, dirigido a Tejedor: "El señor Ministro Boliviano me dió, de buena voluntad, las más francas y cordiales explicaciones, manifestándome que él se había dirigido à los aliados y no al Gobierno del Brasil, como se habría dirigido al del Estado Oriental, ó á la República Argentina, si allí se hubiese hallado en ocasión de tratar enter si, dichos aliados,

cuestiones que afectasen á su país, como entendía se trataba aquí en este momento, referiéndose expresamente á la cuestion limites..." No entanto, a despeito dessas palavras de Mitre, Zeballos afirma que Reyes Cardona "pudo representarle la repugnante intriga desarrollada en Río, cuando los intereses y la dignidad de Bolivia debían inclinarla por todos conceptos á cultivar fraternal amistad con la República Argentina". Contudo, Zeballos não tem razão, porque, em 76, a Bolívia fêz reservas formais ao tratado de limites argentino-paraguaio.

Por uma questão de paciência histórica, dessas de trabalhar e fossar em papéis velhos de arquivos, é preciso assinalar que a Bolívia tinha verdadeiros títulos ao Chaco, títulos realmente fortes. Em primeiro lugar, é interessante citar a concessão Oliden de 1832, determinada pelo govêrno de Sucre (então capital da Bolívia), sôbre vasta região do Chaco, onde depois se construiu o fortim Vanguardia, por ordem do govêrno boliviano. Mais ou menos a partir de 1840, começou um trabalho de pioneirismo e mesmo de colonização de vários pontos do deserto do Chaco, fomentados pelo govêrno boliviano. Os velhos mapas da Bolívia, especialmente o de 1859, feito por geógrafos inglêses, assinalam o Chaco como pertencente a êsse país. As imensas dificuldades de comunicação entre o altiplano andino e a zona tropical do Oriente boliviano impediram que as autoridades de La Paz dessem atenção permanente ao problema de colonizar o Chaco. Contudo, os títulos históricos da Bolívia eram incontestes. Se, no século XIX, havia poucos bolivianos no Chaco, muito menor, ou inexistente, era o número de paraguaios. Em 1885, os bolivianos fundaram Puerto Pacheco à margem do rio Paraguai. Em 1888, os paraguaios tomaram à falsa fé êsse povoado. Quase se criou sério conflito entre ambos os países, aplacado pelo Ministro do Império em Assunção, Ribeiro de Aguilar, que obteve promessa do govêrno paraguaio de que o assunto seria examinado com o fito de fazer justiça a quem a tivesse. [1] Tal porém, não aconteceu. O Paraguai reteve o lugarejo de Puerto Pacheco até a Guerra do Chaco. A jurisdição boliviana estabeleceu-se claramente sôbre o Chaco a partir de 1832. É também interessante assinalar que abundante prova cartográfica sempre militou em prol da Bolívia desde aquela data, bem como foi a favor da Bolívia a contribuição não menos importante de via-

jantes que cruzaram o Chaco no decorrer do século XIX. São fatos que não podem ser postos em controvérsia. No entanto, o govêrno de La Paz perdeu tempo precioso não apenas em colonizar intensivamente o Chaco, mas ainda em entrar numa composição definitiva com o Paraguai na quadra de 70 a 80 do século passado. Depois das reservas formais apresentadas em 76 ao tratado de limites argentino-paraguaio, o govêrno boliviano descuidou-se de dar andamento a diligências diplomáticas que fixassem definitivamente a fronteira sôbre o Chaco. Foi sem dúvida alguma, uma *falha insanável* de que os paraguaios se prevaleceram para alegar títulos que històricamente não tinham.

Em 15 de julho de 1932, fôrça paraguaia, composta de 12 oficiais e 338 soldados, atacou o fortim "Mariscal Santa Cruz", defendido por 180 homens. Não houve declaração de guerra; mas, a guerra do Chaco tivera início, violentamente. Mello Franco, Ministro das relações exteriores do Brasil, previu a calamidade e aconselhou a Bolívia a não se empenhar num conflito armado com o Paraguai. O presidente Daniel Salamanca, da Bolívia, entendeu, porém, que teria de repelir a ofensa feita, não dando ouvidos às palavras prudentes do Chanceler brasileiro, que preferia qualquer solução pacífica a um conflito armado. E o conflito armado, no entender de Mello Franco, só poderia ser desfavorável à Bolívia, por causa das imensas distâncias a vencer, bem como do teatro estranho das operações. A guerra durou e foi feita sob a impressão de que houvesse imensos lençóis petrolíferos nesse deserto. Na Paz do Chaco (21 de julho de 1938), alcançada devido à energia do Chanceler Macedo Soares, o Paraguai não chegou a Vila-Montes nem ao Parapeti, — zona de petróleo de grande riqueza.

A Bolívia perdeu a guerra, a despeito do heroísmo dos seus soldados. Perdendo-a, o chamado "direito de conquista" encerrou, na paz de Buenos Aires, de 1938, a última questão decorrente da Guerra da Tríplice Aliança, sòmente resolvida neste século, não pela diplomacia, — mas pelas armas...

---

(1) "Segun avisos recebidos el 1.º de Diciembre, supimos yá que el Exmo. señor Ministro de Relaciones de S.M. el Emperador del Brasil, habia dejado sentir su consejo ó su deseo en la Asunción porque se mantuviesen las pacíficas relaciones de las dos repúblicas" (Memória do Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, 1889, pág. 8).

XIV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"The past is always present: yet it is not what was, but whatever seems to have been".

(G. K. CHESTERTON, "Orthodoxy")

ATRAVÉS dessa quadra de 65 a 76, brilhantíssima para a diplomacia brasileira, há ensinamentos proveitosos. Ensinamentos fecundos de lições para o estadista, o diplomata e o político. A grande diplomacia é sempre função de *cultura*. Quanto mais adiantados os povos, maior a *resourcefulness* diplomática. A diplomacia brasileira aprimorou-se através do tempo. Aprimorando-se, exaltou o legado recebido dos Portuguêses, que foram sempre notáveis diplomatas. Portugal lutou contra tudo e contra todos para resguardar seu imenso império colonial. Depois da Restauração em 1640, Portugal defendeu-se de inimigos poderosos, Espanha, Holanda e Inglaterra, opondo à fôrça uma notável contrastúcia. Esta contrastúcia foi eminentemente diplomática. Por isso, acabou vencendo.

A História também prova que os povos, que não são possuídores de grande poderio militar, encontram na diplomacia a razão de ser de sua política externa. Defendem-se, exercitando com sobeja desenvoltura os recursos diplomáticos de que forem senhores — e mestres. Um estado mediano ou pequeno pode defender-se de uma política de prepotência de um país forte, pondo em movimento os recursos da diplomacia. Muitas vêzes, a peleja pode ser áspera. Contudo, há sempre possibilidades

de o estado mediano ou pequeno poder enfrentar uma potência mais forte militarmente, utilizando-se dos instrumentos da diplomacia. A História apresenta numerosos exemplos a respeito. Volvendo ao exemplo de Portugal, após 1640, dir-se-á que o govêrno de Lisboa, a braços com uma guerra com Espanha e Holanda, traído por Mazarino e hostilizado por Cromwell, isto é, inteiramente só no concêrto internacional, tais recursos pôs em prática, tais medidas tomou, tal vigilância exerceu sôbre diferentes setores que acabou por triunfar. Admirável, pois, o exemplo dado pela diplomacia portuguêsa nesse período dramático de 1640 a 1668.

O Império recebeu um legado precioso de Portugal em ciência política. Mal depois da independência, o Império sentiu a hostilidade, ora rosnante ora surda, das repúblicas hispano-americanas. Bolivar, Sucre, Rivadavia, Dorrego e outras personalidades da América hispânica miravam o Império com profunda desconfiança. E o faziam, porque, na atmosfera política, levedavam os velhos venenos derivados das lutas seculares entre Portugal e Espanha. Há um provérbio na língua que traduz pitorescamente essas desinteligências: "De Castela, nem bom vento nem bom casamento".

A diplomacia do Império, desde o primeiro instante, trabalhou com intensidade por desfazer tais prevenções. Fê-lo com tenacidade e procurando provar que os propósitos fundamentais da Côrte do Rio de Janeiro eram a amizade e a justiça internacional. Às abertas da diplomacia imperial, os vizinhos replicaram sempre com desconfianças e mesmo com deturpações. O Império, no entender dêles, era "imperialista". Por conseguinte, haveria necessidade de, cedo ou tarde, concertar uma liga multilateral contra o govêrno do Rio de Janeiro.

Desde Dom João VI até o fim do glorioso reinado do Imperador Dom Pedro II, a diplomacia imperial deu sobejas provas de querer viver dentro da América e cultivar a amizade com todos os países americanos. Sendo um Império, o Brasil jamais concertou uma aliança extra-continental. Suas realidades políticas estavam no continente americano. Por conseguinte, o Brasil não poderia fugir a essas realidades. Teria de lidar com elas. Teria de integrá-las à sua política internacional.

Mesmo neste particular, a diplomacia imperial não escapou à campanha de deturpações dos países vizinhos. Atribuiram-se ao Império propósitos embuçados ou ostensivos de expansão territorial. Acusou-se o Império de fomentar uma política de intervenções armadas em países vizinhos e de tentar, por uma habilidade diplomática notável (pelo menos, esta justiça foi feita à diplomacia imperial...), expandir-se em detrimento dos estados limítrofes.

Claro era que a diplomacia imperial teve de defender-se. Cauta e previdente, laboriosa e tenaz, a diplomacia do Império soube utilizar-se admiràvelmente do ambiente hostil criado em diferentes capitais hispano-americanas. Neste particular, é preciso render um tributo de comovida admiração aos agentes diplomáticos brasileiros que souberam honrar o nome do Brasil e elevar os foros da diplomacia imperial.

Esta foi a grande vantagem que o Brasil teve sôbre os demais países hispano-americanos. A vantagem de um "estilo diplomático" perfeito, baseado na cultura, na aguda observação política, nas realidades geográficas e nos dotes pessoais dos agentes despachados ao estrangeiro. A Chancelaria imperial conhecia mais minuciosamente as realidades geográficas com os vizinhos que êstes mesmos... A diplomacia brasileira soube sempre utilizar um conhecimento profundo das realidades geográficas da América e um conhecimento não menos profundo do Direito internacional. Assim, a doutrina transformou-se em política e a política transformou-se em ação.

Diretrizes seguras orientaram sempre os agentes diplomáticos do Império nas capitais hispano-americanas: outra notável vantagem que levaram os diplomatas brasileiros no lidar com governos e personalidades hispano-americanas.

Um Império imenso (e o Brasil republicano continua a ser um "império"), desprovido de fôrças militares ou econômicas, se notabilizou por uma admirável tradição diplomática. *A diplomacia, tanto no Império como na República, tem sido o escudo do Brasil.* No século passado, os agentes diplomáticos brasileiros tiveram de arcar com tarefas pesadas, onde se entreteciam perfídia, embuste, mentira e traição... Os déspotas hispano-americanos eram homens que gostavam de ver jorrar sangue, espadanando pelas ruas e pelos patíbulos. Confiavam

ùnicamente na fôrça. Tiveram o culto da fôrça. Julgaram que tudo poderiam resolver por meio da fôrça. Mas, como a fôrça se corrompe inevitàvelmente, esqueceram-se de criar uma diplomacia... Ainda neste particular, os agentes diplomáticos do Império foram notáveis. Bandarilheiros eméritos, souberam esquivar-se aos assomos dos touros fardados de déspotas. Cansaram-nos com a desenvoltura de suas "verônicas" e "meias verônicas". Esfalfaram-nos à custa de uma esgrima diplomática de primeira ordem. Imprevistamente, a espada floreteou no ar, brilhou ao sol, para cravar-se no dorso do ditador...

Se os déspotas hispano-americanos confiaram ùnicamente na fôrça, o Império confiou na diplomacia. À medida que foi passando o tempo, os ditadores hispano-americanos se convenceram de que não podiam lidar, em jôgo limpo (e por isso, recorreram à patranha, à perfídia e à mentira), com os diplomatas do Império.

*

* *

A diplomacia brasileira nobilitou o Brasil e nobilitou-se em feitos admiráveis de pura ciência política. Jamais descaiu do seu estilo. Jamais replicou com a burla à burla. Confiou sempre na inteireza de seus propósitos e na prova documental. Essa inteireza foi, porém, em vários lances, interpretada por déspotas, Rosas, por exemplo, como prova de fraqueza... Atente-se para a ação silenciosa e tenaz do Barão da Ponte Ribeiro na Bolívia, Peru e Argentina. Ponte Ribeiro teve de lidar com Rosas e seus ministros. Conteve-lhes assomos de grosseria com uma frieza inteiriça. Replicou-lhes com dureza. Jamais se curvou ao déspota de Palermo. Por isso, a camarilha dos sabujos de Rosas chamou-lhe "el ministro sangrador"... Oribe, no Uruguai, sedento de vingança lavando as mãos no sangue dos seus inimigos que mandava castrar, degolar e eventrar, foi outro déspota que deu trabalho à diplomacia imperial. Dizendo-se de "boa gente", praticou as ações mais miseráveis contra seus patrícios. No entanto, teve certo "requinte" com os brasileiros residentes na campanha uruguaia: não os degolou, fuzilou-os. Francia e os dois López, com seu proceder tortuoso, deram trabalho de mor vulto à diplomacia brasileira. Com te-

nacidade e paciência, a diplomacia do Império se esmerou em cultivar relações com êsses déspotas. Por vêzes, os agentes diplomáticos do Império tiveram a impressão de que, saídos de uma conferência com um déspota dêsse talhe, seus uniformes constelados de condecorações houvessem ficado maculados pela baba do ditador... Senhores de um estilo diplomático e passuídores de "maneiras", os agentes diplomáticos do Império tiveram de viver em cenários no estrangeiro, onde o crime se estadeava em nome de uma falsa legalidade... Quarteladas, motins, revoluções, assassinatos de ditadores, novos ditadores no poder, proscrições, latrocínios, um estendal de misérias físicas e morais, tudo isso faz parte do viver diário do diplomata brasileiro. Ademais, a versatilidade, a burla, a perfídia também foram outros elementos que constantemente trabalharam sôbre a imaginação dos agentes diplomáticos do Império...

Contudo, êles sabiam lidar soberbamente com as realidades políticas dêsses países. Observadores cautos e seguros, não se iludem com as situações políticas, quase sempre efêmeras. Mesmo que Rosas continue por longas anos no poder, a diplomacia imperial sabe que a ditadura se corrompe no crime e na devassidão. Em 47, o Visconde de Abaeté responde desta forma a Guido, ministro de Rosas no Rio de Janeiro:

> "O Govêrno imperial está convencido de que seus deveres capitais exigem que êle não continue nessa neutralidade inativa, que o torna mero espectador da guerra no Prata; que o obriga, sem recorrer a hostilidades, a porfiar na pacificação do Prata empregando os meios que as leis das nações e a sua prática oferecem com tanta vantagem aos povos cultos".

Guido interpretou essa nota como mais uma prova de fraqueza do Govêrno imperial... O estilo e os dizeres dessa nota eram avessos à concepção que Guido fazia da política internacional do Império. Os ditadores hispano-americanos não conheciam êsses requintes de linguagem. Se o Império os empregava, era porque se sentia impotente em conter os assomos de Rosas.

Ora, não existe situação mais ilusória que a ditadura de fôrça. A galeria sinistra dos déspotas hispano-americanos

prova claramente que, em geral, êles duraram pouco; e se duraram muito, caíram na lama, derrocados por outros poderes ou fôrças. E muitas vêzes, fugiram vergonhosamente, como aconteceu com Rosas. No entanto, o mesmo Guido, serviçal instrumento de Rosas, quando em 50 voltou a Buenos Aires, o ditador nem o recebeu. Foi então que Guido acordou para a realidade, ao dizer: "Desgraçado país que tem à testa do seu govêrno um louco", conforme contou Pelliza. Guido levou muitos anos a fazer essa descoberta...

À medida que se complicam os acontecimentos no Prata, o Império se convence de que mesmo os chamados "aliados" do Brasil são personalidades de estranhos repentes. A atitude de Urquiza com Caxias é prova evidente. Antes de Caseros, Urquiza, aliado do Império, escreve a Oribe: "Capitule comigo, antes que venham os Brasileiros..." E acrescenta: "Nós nos entenderemos..." No dia em que Francia morreu, em 20 de setembro de 40, seu corpo, levado para a catedral, espavoriu o povo paraguaio. Ninguém acreditou que Francia, o *divino*, pudesse ter morrido. No entando, o ditador do Paraguai, solitário e introvertido, gostava de presenciar o chicote de várias pontas ser aplicado nas costas dos infelizes, no famoso "Quarto da justiça". Francia era tão pontual a essas solenidades que jamais perdeu uma. Depois do azorrague, o fuzilamento. Carlos Antônio López assinou tratados com o Império, mas não os cumpriu. O sucessor de Francia despotizou o Paraguai como se fôsse feitoria sua. Traiu sistemàticamente os compromissos assumidos com o Império.

O Govêrno imperial forneceu subsídios a presidentes uruguaios e argentinos. A recompensa dessa política foi a mais escandalosa denegação da verdade. Êsses subsídios, solicitados por êles, foram depois deturpados como instrumento de corrupção da diplomacia brasileira. É verdade que Byron disse:

> *"Every loan*
> *is not merely a speculative hit,*
> *but seats a nation, or upsets a throne"*.

Passante o tempo, a diplomacia imperial convence-se de que terá de fazer planos a largo alcance. E então surgem os

cuestiones que afectasen á su país, como entendía se trataba aquí en este momento, referiéndose expresamente á la cuestion limites..." No entanto, a despeito dessas palavras de Mitre, Zeballos afirma que Reyes Cardona "pudo representarle la repugnante intriga desarrollada en Río, cuando los intereses y la dignidad de Bolivia debían inclinarla por todos conceptos á cultivar fraternal amistad con la República Argentina". Contudo, Zeballos não tem razão, porque, em 76, a Bolívia fêz reservas formais ao tratado de limites argentino-paraguaio.

Por uma questão de paciência histórica, dessas de trabalhar e fossar em papéis velhos de arquivos, é preciso assinalar que a Bolívia tinha verdadeiros títulos ao Chaco, títulos realmente fortes. Em primeiro lugar, é interessante citar a concessão Oliden de 1832, determinada pelo govêrno de Sucre (então capital da Bolívia), sôbre vasta região do Chaco, onde depois se construiu o fortim Vanguardia, por ordem do govêrno boliviano. Mais ou menos a partir de 1840, começou um trabalho de pioneirismo e mesmo de colonização de vários pontos do deserto do Chaco, fomentados pelo govêrno boliviano. Os velhos mapas da Bolívia, especialmente o de 1859, feito por geógrafos inglêses, assinalam o Chaco como pertencente a êsse país. As imensas dificuldades de comunicação entre o altiplano andino e a zona tropical do Oriente boliviano impediram que as autoridades de La Paz dessem atenção permanente ao problema de colonizar o Chaco. Contudo, os títulos históricos da Bolívia eram incontestes. Se, no século XIX, havia poucos bolivianos no Chaco, muito menor, ou inexistente, era o número de paraguaios. Em 1885, os bolivianos fundaram Puerto Pacheco à margem do rio Paraguai. Em 1888, os paraguaios tomaram à falsa fé êsse povoado. Quase se criou sério conflito entre ambos os países, aplacado pelo Ministro do Império em Assunção, Ribeiro de Aguilar, que obteve promessa do govêrno paraguaio de que o assunto seria examinado com o fito de fazer justiça a quem a tivesse. [1] Tal porém, não aconteceu. O Paraguai reteve o lugarejo de Puerto Pacheco até a Guerra do Chaco. A jurisdição boliviana estabeleceu-se claramente sôbre o Chaco a partir de 1832. É também interessante assinalar que abundante prova cartográfica sempre militou em prol da Bolívia desde aquela data, bem como foi a favor da Bolívia a contribuição não menos importante de via-

longos anos. E naquele tempo, o ouro brasileiro era, de fato, ouro metálico. E através dessa longa campanha, lutando com um inimigo bravo e aguerrido, o Império enfrentou 180.000 paraguaios; tomou ou destruiu 600 canhões de posição e de campanha; venceu em Riachuelo, Curuzu, Lomas Valentinas, Tebicuari e Angostura; tomou e destruiu a fortaleza de Humaitá; desbaratou e meteu a pique uma esquadra inimiga de 23 navios; arrostou prevenções e inimizades de vários países hispano-americanos e lutou com uma "imprensa" estrangeira, desafeiçoada ao Brasil, cujos cordéis foram puxados em Assunção e outras capitais da América do Sul.

Infelizmente com o advento da República, durante certo tempo foi vêzo denegrir a Guerra da Tríplice Aliança, considerando-a um êrro da diplomacia imperial, quando o Brasil fôra agredido à falsa fé. Houve mesmo a tendência de menoscabar os méritos dos grandes chefes, Caxias, Herval, Pôrto Alegre, Tamandaré, Barroso, Inhaúma, Polidoro, Mena Barreto, Câmara e outros. A audácia chegou ao ponto de negar merecimento de organizador, de chefe e de estrategista a essa figura incomparável, o Duque de Caxias, o autor da "marcha de flanco", o organizador da vitória, o chefe humaníssimo, que chegara aos campos de batalha já envelhecido e dêles sairá enfêrmo para o resto da vida. Enquanto Francisco Solano López mandava fuzilar todos os brasileiros que caíssem prisioneiros, Caxias poupava os prisioneiros paraguaios e arrecadava famílias paraguaias aterrorizadas e vagueantes pelas matas, pântanos e florestas. Resgatava inúmeras vidas de soldados e civis. Francisco Solano López que transformou o Paraguai num imenso campo de concentração, não contente de haver mandado matar ministros e generais, mandou matar a lançaços mulheres da sociedade de Assunção.

Não, o Brasil nada tem que envergonhar-se nem dos seus diplomatas nem dos seus chefes militares e navais na Guerra da Tríplice Aliança. O Brasil reagiu contra uma contingência dramática, imposta pelo ditador do Paraguai. No entender dos detratores, depois de 89, que vegetaram no torrão brasileiro e escreveram folhetos anêmicos, o Brasil deveria ter-se curvado ao ditador do Paraguai. Nunca o sentimentalismo foi tão injusto como nesses opúsculos para denegrir os grandes chefes que

comandaram soldados de todos os recantos do Brasil — gaúchos audazes, cearenses bravos, baianos intrépidos, alagoanos duros, paulistas escaldados — Voluntários da Pátria —, gente do pampa, gente das montanhas, gente do Nordeste — gente do Brasil. Se os soldados e marujos foram dignos dos chefes, êstes, por seu aprumo moral e altas qualidades de comando, foram dignos da marinha, da infantaria, da cavalaria, da artilharia do Brasil, que militou naqueles terríveis campos de batalha. A fatal Necessidade, como diz Camões, ceifou vidas preciosas do exército e da marinha do Império, que, em terra alheia, cumpriram o dever, empapando com seu sangue o nobre solo paraguaio.

Não é patriotada proclamar tudo isso. É patriotismo. É verdade. Lutando num áspero teatro de operações, distante de suas bases, os chefes, soldados e marinheiros brasileiros foram grandes — porque encontraram grandes soldados pela frente, os paraguaios, infelizmente comandados por um chefe que não era digno dêles. Enquanto as tropas batalhavam, a diplomacia imperial perscrutava o horizonte e defendia a retaguarda: Buenos Aires e Montevidéu, onde lavrava o derrotismo. Tarefa ingente, a dos diplomatas do Império, num meio onde a imprensa e políticos inimigos de Mitre e inimigos do Brasil, os "blancos", lhes eram adversos, sinuosa ou ostensivamente. No entanto, a Argentina e o Uruguai eram aliados do Império... A guerra cansava e impacientava os demagogos; mas, enriquecia os maiores mercadores de Buenos Aires com o ouro metálico do Império.

*
* *

E êsses diplomatas eram o Visconde do Rio-Branco, o Marquês de São Vicente, o Barão de Cotegipe, que, nas negociações da paz, se revelaram incomparáveis. E eram auxiliados por uma segunda linha, de brilhantes "segundos", como o Barão de Lopes Netto, o Visconde de Pôrto Seguro, o Barão de Jauru, o Barão de Javari, o Barão de Araújo Gondim, o Barão de Aguiar d'Andrada, o Visconde de Arinos, o Visconde de Araguaia. Nunca será de mais exaltar o mérito dêsses diplomatas do Império. Nunca será de mais minuciar as vicissitudes que arros-

taram, transformando condições adversas em fatôres de triunfo. Nunca será de mais salientar que, nas conversações e conferências diplomáticas da paz, souberam orientar e dominar, como verdadeiros vencedores à custa de sagacidade, honestidade e cultura. Por que, então, denegrí-los? Porque venceram? E venceram incontestàvelmente, porque foram negociadores dignos, perfeitos, magistrais.

Não, o Brasil não tem que se envergonhar de sua diplomacia, antes deve agradecer-se a si próprio dos serviços que ela lhe prestou. Nesse período extraordinário, de 70 a 76, não é o Brasil o imperialista, não é o Brasil que se beneficia com território paraguaio. Ninguém se lembra mais disso. Que o seja, pois, avivado à luz da História. O Brasil defende o inimigo da véspera, de ambições territoriais alheias. O Brasil ressalva os direitos incontestes da Bolívia ao Chaco. O Brasil desbarata o jôgo de Tejedor. Vencedor na guerra, o Brasil poupa o vencido, dá-lhe o primeiro govêrno democrático organizado por Paranhos (Visconde do Rio-Branco), ajuda-o financeiramente, esquece ódios. E, depois de tudo isso, num gesto de desdém olímpico vira as costas ao Prata... Seguem as revoluções, seguem as quedas de govêrno, seguem as perturbações. Ninguém mais poderá acusar o Império de ser instigador ou motor de tôdas essas convulsões...

Tem-se escrito muita mentira sôbre a ação da diplomacia do Império no Rio da Prata. Os erros de historiadores hispano-americanos, escritores apressados e destituídos de crítica histórica, seguem seu curso. São repetidos de livro para livro com a intenção infamente de responsabilizar o Império pela desordem que lavrou na casa alheia. Se os tempos felizmente mudaram muito, também êsses historiadores deveriam ter mudado de processo. A História é coisa muito séria para ser deformada por artífices, rudes no processo de falsificação. Se é verdade que o Brasil "fala" e os demais "hablan", não menos verdadeiro será afirmar que, através de sua história diplomática, o Brasil deu reiteradas provas de amor pela grande causa americana e prezou sempre a amizade dos países hispano-americanos. Procurou-a. A História também prova que, no decurso do século passado para o atual, o Brasil criou uma diplomacia, dotada de doutrina una e única. Por isso, o prestígio internacional do Brasil é

decorrência fluida de uma bela tradição diplomática. Êsses grandes diplomatas serviram o Império

pelo trabalho imenso que se chama
caminho da virtude, alto e fragoso,
mas, no fim, doce, alegre e deleitoso.

*
* *

Os campos de batalha, transformados em cemitérios, são todos iguais. As cruzes brancas indicam nominalmente os que morreram de armas nas mãos. Flores silvestres amparam essas cruzes sagradas. No seio revolto da terra, onde ontem fôra o campo de batalha, se encontram lado a lado a Cruz e a Espada, o rosário e a carta de amor. Nos campos de batalha da Guerra da Tríplice Aliança, — nas matas, nos pântanos, nas florestas, nos descampados —, ficaram para sempre milhares de soldados do Paraguai, do Brasil, da Argentina e do Uruguai. Cumpriram seu dever. Muitos morreram anônimamente em paragens incertas. O Paraguai transformou-se naquele *ossuário,* a que se referiu Olegário Andrade, poeta argentino, desafeto do Império.

Os tempos mudaram. A clangorante sinfonia do trabalho e do progresso enevôou êsses episódios dramáticos. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai dedicaram-se à tarefa de criar riquezas e incentivar o progresso. O sangue, que se derramou no passado, plasmou amizades e abriu caminhos luminosos para o futuro.

O Autor dêste livro rende uma homenagem sincera aos bravos soldados paraguaios, brasileiros, argentinos e uruguaios que tombaram no imenso campo de batalha da Guerra da Tríplice Aliança. Rende-lhes esta homenagem singela, animado do desejo de que, pelo fato de haverem morrido heròicamente, seu exemplo imorredouro constitua penhor de paz seguro e sagrado para todos os povos da América do Sul; e pede a Deus que vele pela grandeza destas nações, desencontradas no passado, — mas, unidas hoje pela amizade limpa que procede das intenções limpas.

RIO DE JANEIRO, 24 DE OUTUBRO DE 1953
LA PAZ, 7 DE SETEMBRO DE 1955

ANEXOS

A QUESTÃO DAS MISSÕES. — ANTECEDENTES. — AS VÁRIAS PROPOSTAS. — O DESFECHO COM A VITÓRIA DO BARÃO DO RIO-BRANCO

"La Politique de toutes les puissances est dans leur géographie".

(NAPOLEÃO)

O PRIMEIRO e importante assunto internacional da República surgiu com grande intensidade dramática, apaixonando a opinião pública brasileira: — a questão do território litigioso das Missões, com a Argentina. Outro assunto que, embora com menor repercussão, apaixonará a imprensa, será o Acôrdo aduaneiro com os Estados Unidos da América, de 31 de janeiro de 1891.

A 5 de novembro de 1889, verificou-se a promulgação do Tratado assinado a 9 de setembro dêsse ano em Buenos Aires, entre o Império e a República Argentina, para a pronta solução da questão de limites pendente entre os dois países. Essa promulgação foi o último ato importante da Chancelaria imperial. O Tratado de 7 de setembro estabelecia que, falhado o recurso dos entendimentos diretos, a questão seria submetida à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos da América: e se êste se excusasse, as altas partes contratantes escolheriam outro árbitro, na Europa ou na América.

Quintino Bocayuva foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores da República. Personalidade sumamente sedutora, apresentava as galas de um talento de primeira ordem, florescido no jornalismo e nas peças de teatro, escritas em momento de lazer. Quando entrou para a imprensa em 1860, já levava consigo dois elementos preciosos: uma personalidade e um estilo que se tornaria fluido. A propaganda republicana absorvera-o. Ela contou com seu estilo claro, plástico, convincente. Na imprensa, Quintino Bocayuva era verdadeiro Ariel entre confrades que, por via de regra, só escreviam mofinas ou derrancavam

os adversários com sovas abundantemente adjetivadas. O companheiro e amigo de Machado de Assis, sendo grande idealista, não era temperamento fadado, por sua independência, a adaptar-se aos meandros, às sutilezas, ao jôgo da política internacional. Não que lhe faltasse talento ou ilustração; faltar-lhe-ia talvez certo apêgo às realidades e ao câmbio e intercâmbio de fatos e tendências políticas, com a inevitável preponderância ocasional de personalidades ou de interêsses em jôgo. Na trama dos assuntos políticos, de natureza internacional, será também necessário tomar em consideração o que André Gide chamou certa vez a **malignidade dos acontecimentos**. Faltar-lhe-ia talvez a faculdade de saber esperar, contemporizar, ladear, — uma das armas mais importantes da diplomacia. O caso de Quintino Bocayuva demonstrou quão amargo é o conflito entre um temperamento profundamente idealista e nobre, vendo os homens e as questões de muito alto, e as ações de políticos interessados, por um lado, em derrocar tudo quanto lembrasse as instituições monárquicas; e, por outro lado, em procurar provar que os métodos republicanos eram melhores, ou na pior das hipóteses, menos sonolentos que os imperiais...

*
* *

Velha era a questão do território litigioso das Missões. Depois que o Barão do Rio-Branco a estudou exaustiva e magistralmente, quem voltar ao assunto terá forçosamente de ser sintético.

Remontando-se ao passado, verificar-se-á que pelo Tratado de Limites, de 14 de dezembro de 1857, assinado em Paraná, entre o Império e a Confederação Argentina, reconheceu esta os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, identificados pelos demarcadores do Tratado de Madrid, de 1750, como verdadeiros. Êsses rios seriam, pois, os limites.

O art. 2.º do Tratado dizia: "As duas Altas Partes Contratantes declaram, para evitar qualquer dúvida, pôsto que as designações do artigo 1.º sejam bem conhecidas, que os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio de que fala o dito artigo, são os que foram reconhecidos em 1759 pelos demarcadores do Tratado de 1750, celebrado entre Portugal e Espanha".

Ramón Cárcano afirmou que Paranhos, o negociador do Tratado de Limites de 1857, encontrara, em suas negociações com o govêrno da Confederação, duas personalidades bem diferentes: Santiago Derqui, Ministro do Interior, e Barnabé López, Ministro das Relações Exteriores. O primeiro tinha talento; mas, o segundo era completamente falto do mesmo. Iniciou-se a discussão sôbre as bases, redigidas e apresentadas por Paranhos. O exame do Tratado de limites foi precedido de memorial, elaborado pelo representante do Império, apresentado aos ministros federais, "fundamentando os direitos do Brasil. Breve e denso, hàbilmente elaborado, estava destinado a impressionar e assegurar o

espírito bem predisposto dos contendores, que careciam de preparação sôbre a matéria e de fontes onde estudá-la", afirmou Cárcano em sua obra "**Del sitio de Buenos Aires al campo de Cepeda**", pág. 477. A fronteira referida pelo negociador brasileiro — assinala Cárcano — era, ademais, a mesma traçada no mapa da Confederação, elaborado pelos engenheiros Allan e Alexander Campbell e mandado imprimir em 1855 pelo govêrno argentino, o qual demonstrava sua conformidade.

Em seu "Memorial", Paranhos dizia estas nobres palavras: "O Império repugnou e repugnará sempre a deslindar suas diferenças com os Estados vizinhos por outros meios que não sejam os da amizade e persuasão. Êle não carece de extender suas fronteiras além dos limites atuais, determinados pelas suas posses e jurisdição, tácita ou expressamente reconhecidas. Sua única aspiração é regular sôbre esta base e pelo mais amigável acôrdo, com os Estados confinantes, as raias que devem extremar os respectivos territórios".

O mesmo Cárcano refere que o govêrno argentino podia, sem vacilar, aceitar a demarcação; era a mesma que sustentava pelo Tratado de Santo Ildefonso. "O triunfo da diplomacia brasileira e a condescendência culpável da diplomacia federal" — expressões textuais do referido historiador — registraram-se na cláusula II do Tratado de limites, porquanto jamais existira conformidade das partes a respeito da posição dos rios mencionados nesse artigo (o Pepiri-Guaçu e o Santo Antônio). E assinala Cárcano que "duma coisa indeterminada e discutida, o tratado fazia uma coisa terminada e indiscutida em proveito do Império" (**ibidem**, pág. 482).

Devidamente ratificado pelo Brasil e aprovado pelo Senado e Câmara da Confederação Argentina, o tratado causou sensação. O general Urquiza manifestou depois a intenção clara de anular os tratados celebrados, o de limites e o de extradição. A 14 de junho de 1859, Elías Bedoya, ministro das relações exteriores, dirigiu nota ao Conselheiro José Maria do Amaral, Ministro junto ao Govêrno da Confederação, dizendo-lhe o seguinte: "Inteirado S. Excia o Sr. Vice-Presidente da mencionada nota de V. Excia., ordenou-me que lhe diga que, a fim de que a ratificação dos tratados pendentes sôbre extradição e limites tenha o êxito favorável que o govêrno da Confederação vivamente deseja, julga conveniente não abrir por ora nova negociação para a indispensável prorrogação do tempo em que se deva verificar aquêle ato, adiando-o para depois da conclusão da questão em Buenos Aires. V. Excia., que conhece a lealdade do meu govêrno e os seus sentimentos de benevolência para com o de S.M. o Imperador do Brasil, e que conhece também a excitação que a sanção daqueles tratados produziu em todo o país, saberá fazer-lhe justiça, reconhecendo o nobre espírito que esta resolução encerra e as razões de prudência que a aconselham. V. Excia. não pode deixar de notar que, alterado, como se acha hoje o pessoal das câmaras, e agitada a opinião pública pelas produções da imprensa contra aquêles tratados, seria muito inconducente a sua próxima rati-

ficação. Êste desfavorável resultado, que o govêrno deseja prevenir, se apresentará a V. Excia. com maior grau de probabilidade, se se recordar da séria oposição que o govêrno encontrou nas câmaras, apesar de ter tido lugar a discussão sob a impressão de que a sanção daqueles tratados levava em si a implícita condição de que o govêrno de S.M.I. prestaria ao da Confederação a sua cooperação moral e material para obter a reincorporação de Buenos Aires ao seio da nação".

Urquiza ressentira-se, pois, com o Império pelo fato de não lhe haver dado apoio moral e material para conseguir a volta de Buenos Aires à Confederação, o que só se realizaria depois da batalha de Cepeda, em 1859. Pereira Pinto, comentando a nota de Bedoya a Amaral, diz: "A argumentação desleal, desta nota, suas frases especiosas e sem nexo, não resistem à mais ligeira análise" (**"Apontamentos para o Direito internacional"**, vol. IV, pág. 59).

A Chancelaria imperial perseverava, no entanto, no propósito de liquidar a questão. Em março de 60, uma comissão chefiada pelo tenente-coronel José Maria Pereira de Campos procedeu ao reconhecimento da linha divisória entre o Império e a República Argentina. Através de 443 léguas, foram reconhecidos todos os afluentes do Uruguai e referidos pelas diferenças de longitude. Compararam-se as posições geográficas encontradas com as estabelecidas pelos demarcadores de 1759. Verificaram-se divergências insignificantes, resultantes possìvelmente de aparelhos imperfeitos ou da diversidade de localização das observações levadas a cabo.

Loureiro (Barão de Javari), quando esteve em missão especial em Buenos Aires, tratou do assunto, mas sem êxito. Em 1876, o Barão de Aguiar d'Andrada, Ministro em Buenos Aires, recebeu instruções para retomar as negociações. A questão mudava de figura: o govêrno argentino sustentava então que os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio eram os atuais rios Chopim e Chapecó, infletindo para leste e correndo paralelos nessa direção. Malogrou-se o esfôrço de Aguiar d'Andrada.

Em 1882, o Govêrno imperial estabeleceu as colônias militares de Chapecó e Chopim, cuja fundação fôra determinada por decreto de 1855. Luís Domínguez, ministro da Argentina no Rio de Janeiro, fêz em 1881 observações ao Conselheiro Pereira de Souza, Ministro dos negócios estrangeiros do Império. Dessa diligência diplomática não surgiu protocolo ou troca de notas; mas, repontou uma medida administrativa do govêrno argentino: a criação do Território ("Gobernación") das Missões.

Dada a delicadeza do assunto, o Barão de Araújo Gondim, Ministro em Buenos Aires, recebeu instruções em 1882 para retomar as negociações, na base do tratado de 1857. Victorino de la Plaza, ministro das relações exteriores, não aceitou a proposta brasileira. Em 1884, o Barão de Alencar, Ministro em Buenos Aires, apresentou uma proposta interessante (baseada em memorandum do Visconde de Cabo Frio): como os rios discutidos jamais houvessem sido reconhecidos ou levan-

tados por brasileiros ou argentinos, cumpria que tal trabalho fôsse feito por uma Comissão mista. A idéia era prática e engenhosa. Daí surgiu o tratado de 28 de setembro de 1985. A Comissão mista operou no terreno, procedendo a minucioso levantamento. Em 1888, a Comissão mista verificou que o rio Jangada (chamado Santo Antônio Guazu pelo demarcador Oyarvide em 1789) era o contravertente do Chapecó. O Govêrno imperial teve então uma decisão curiosa: permitiu que se procedesse ao levantamento do rio Jangada, muito mais para leste e dando, assim, possível trunfo aos argumentos argentinos. Os comissários brasileiros haviam-se recusado a atender ao pedido dos seus colegas argentinos; mas a ordem viera, de maneira que se fêz o levantamento de um rio que distava cêrca de 200 quilômetros do rio Chopim.

*
* *

A propósito das Missões, Dom Pedro II dizia: "Não cedo uma polegada de território, enquanto não me convencerem do direito que reclama a República Argentina; logo que me provem, cederei tudo" (depoimento do Barão de Capanema, em carta ao **Jornal do Comércio,** citado na obra, **"Questão territorial com a República Argentina"**, do Conselheiro Nascentes de Azambuja, vol. I, pág. 113, Rio, 1891).

Era claro que, nessa altura dos acontecimentos, o govêrno de Buenos Aires se considerava possuidor de todos os títulos de domínio do assunto. Enrique Moreno, ministro argentino no Rio de Janeiro, que tivera com o Barão de Cotegipe um incidente bastante desagradável (relatado em recente biografia dêsse diplomata, publicada em Buenos Aires), procurava ativar uma solução para o território das Missões. Em 1889, Rodrigo Silva, Ministro dos negócios estrangeiros do Império, recebeu de Moreno a proposta confidencial de partilha do território contestado. Rodrigo Silva prefere, não se chegando a um acôrdo direto, a arbitragem. Moreno insiste. Quer ligar seu nome à solução dêsse importante assunto. Ao tempo do gabinete Visconde de Ouro Prêto, Moreno procurou alcançar uma declaração formal do Conselheiro Diana, Ministro dos negócios estrangeiros, de solução do litígio. Fala na possibilidade de ir Diana a Montevidéu encontrar-se com Norberto Quirno Costa, ministro interino das relações exteriores e efetivo do interior, para concertarem uma solução de divisão do território ou, na falta desta, recorrerem à arbitragem. Tal é, porém, a impressão reinante em Buenos Aires de que se trata de assunto ganho que Norberto Quirno Costa pensa ir ao Rio de Janeiro, caso o Conselheiro Diana não possa chegar a Montevidéu.

A 7 de setembro de 1889 é assinado em Buenos Aires o tratado para pronta solução do território das Missões. Zeballos assume pouco depois a pasta das Relações Exteriores.

Proclamada a República no Brasil, Enrique Moreno não perde de vista o assunto. Insiste na divisão do território. Prefere o acôrdo

direto. Prescinde, pois, do arbitramento. Quintino Bocayuva, naquele ambiente tumultuoso dos primeiros dias da República, em que as ambições pessoais andam assanhadas, aceita a proposta de Zeballos-Moreno. Assenta-se que os dois ministros das relações exteriores se encontrarão em Montevidéu. Quintino Bocayuva partiu a bordo do cruzador "República", a fim de entrar em entendimento direto com os delegados argentinos. Assim, ao invés da arbitragem do Presidente dos Estados Unidos da América, Quintino Bocayuva assinou, juntamente com o Barão de Alencar, em Montevidéu, a 25 de janeiro de 1890, o tratado de partilha do território das Missões, com os delegados argentinos Estanislao S. Zeballos e Enrique B. Moreno.

No Rio de Janeiro, porém, êsse ato internacional provocou protestos e debates. O velho Conselheiro Nascentes de Azambuja, antigo Oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, ex-ministro em Washington, Lima e em missão especial a Bogotá, saiu a campo com uma memória na qual procurou provar, como de fato o fêz, que o tratado não era favorável aos interêsses e títulos brasileiros. Ademais, afastava-se nitidamente do que fôra pactuado no tratado de 7 de setembro de 1889. Na Câmara dos Deputados, organizou-se uma comissão especial para lavrar parecer sôbre o assunto. A comissão manifestou-se pela recusa do tratado e a volta à arbitragem. A 10 de agôsto de 1891, por 142 votos contra 5, o tratado foi rejeitado definitivamente. A decisão foi comunicada ao govêrno argentino. O assunto fôra repôsto em seus antigos e devidos têrmos.

O Embaixador Pimentel Brandão contou ao Autor dêste livro, certa vez em Montevidéu, com aquêle seu "saber de experiências feito" que, à vista dos debates verificados, Quintino Bocayuva aconselhara elementos prestigiosos da Câmara a impugnarem o tratado. Com seu nobre espírito de compreensão e patriotismo, Quintino Bocayuva convencera-se de que o tratado não atendia os verdadeiros interêsses do Brasil. Renunciando à obra feita, Quintino Bocayuva revelara a grandeza de sua personalidade. Se perdera, se mudara de rumo, demonstrara, no entanto, que o supremo interêsse da pátria encontrava em seu nobre caráter um lutador destemido. Teria sido estranho que Quintino Bocayuva perseverasse no caminho que se traçara. O fato de haver trocado de rota indicava plenamente que êle, melhor que ninguém, julgava oportuno a mudança de diretriz. Nessa batalha diplomática, verificou-se uma vítima: pouco tempo depois, Enrique Moreno era transferido do Rio de Janeiro para Roma.

Zeballos não desistiu do propósito da partilha do território litigioso. Carlos V, em suas instruções a Filipe II, disse que "a fortuna tem algo da natureza da mulher; se a cortejais de perto, é então que ela está mais longe de vós". Zeballos estava certo de lavrar um tento decisivo na questão das Missões. Tinha mesmo uma antevisão do triunfo. Agustin Arroyo, ministro no Rio de Janeiro, recebeu instruções para declarar à Chancelaria brasileira que a Argentina não alimentava ne-

nhum interêsse em retardar a arbitragem. Arroyo avistou-se com Fernando Lôbo, ministro das relações exteriores no govêrno Floriano Peixoto. Lôbo pede a Salvador de Mendonça para apurar o que há a respeito do interêsse do govêrno argentino pela urgência da arbitragem. Salvador de Mendonça acompanha com interêsse a ação de Quesada, ministro da Argentina na capital americana. Nesse momento, criara-se uma situação grave entre os Estados Unidos e o Chile. Blaine queria tirar partido da crise, em proveito do seu govêrno. Houve mesmo certo assanho nos círculos diplomáticos de Washington em vista da atitude de Blaine. O "New York Herald", de 20 de março de 1892, divulgou os boatos que corriam a respeito de uma aliança ofensiva e defensiva dos Estados Unidos da América com certa república sul-americana, não confirmados pelos fatos. Felizmente, a situação chileno-norte-americana se desanuviou com a solução por acôrdo direto. Salvador de Mendonça teve certa parte pessoal na distensão diplomática entre os dois países. Quintino Bocayuva tivera a idéia de propor, em 1890, uma aliança com os Estados Unidos. Salvador de Mendonça, que a 4 de novembro de 1890 partira de Washington para o Rio de Janeiro em viagem autorizada, chegou a receber instruções. Estava êle nessa ocasião empenhado na negociação do Acôrdo aduaneiro com os Estados Unidos. Quintino Bocayuva, receiando que a idéia da aliança com os Estados Unidos pudesse incompatibilizar o Presidente daquele país para as funções de árbitro na questão das Missões, sobresteve acertadamente em sua decisão. A idéia da aliança não foi por diante.

A 17 de março de 1892, Serzedelo Correia, substituto de Fernando Lôbo, respondeu à nota de Arroyo, entendendo que as disposições do tratado de 7 de setembro de 1889 estavam de pé. Por conseguinte, a idéia de um Protocolo, aventada por Zeballos, não tinha razão de ser. A 9 de maio de 1892, Salvador de Mendonça entregou ao Departamento de Estado a Carta de Gabinete pela qual o Vice-Presidente da República, marechal Floriano Peixoto, pedia fôsse o Presidente dos Estados Unidos, então Benjamin Harrison, árbitro do litígio das Missões. A 5 de julho de 1892, o Presidente Harrison aceitou o convite: informação transmitida pelo Departamento de Estado ao ministro do Brasil em Washington. Em novembro de 1892, Cleveland venceu as eleições presidenciais, o que provocou satisfação na América latina, porquanto a política agressiva de Blaine, como aconteceu no caso do navio "Baltimore", no pôrto de Valparaiso, — ponto de partida da crise com o Chile —, causara sensação mesmo nos Estados Unidos (consultar **"A diplomatic History of the American people"**, de Thomas A. Bailey, Nova York, 1944, págs. 452 e segs.).

Não poderia haver melhor árbitro. Era o primeiro democrata que subia à presidência da República desde a Guerra civil. Fôra dinâmico prefeito de Buffalo, donde sairia para a curul presidencial. Diz o historiador Thomas A. Bailey: "His interests were narrow and his mental visibility low; in fact, he had never been to Washington before he went there to be inaugurated President. He did, however, bring to the

administration of foreign affairs a rugged honesty and a determined opposition to imperialism, protectorates, and other foreign entanglements" (obra citada, pág. 437).

O Brasil tratou logo de escolher advogado. Recaiu a escolha no Barão de Aguiar d'Andrada, diplomata de carreira, antigo ministro em Buenos Aires e ùltimamente em Berna, na qualidade de primeiro plenipotenciário, sendo os demais integrantes da comissão o general Dionísio Cerqueira e o contra-almirante José Cândido Guillobel. Muito animado pela importante comissão que lhe fôra cometida pelo govêrno da República, o Barão de Aguiar d'Andrada dedicou-se com entusiasmo ao estudo da questão. Pouco tempo depois, faleceu em Washington, a 25 de março de 1893, em momento bastante crítico, porque faltavam menos de cinco meses para se chegar à data da expiração do prazo para a apresentação das memórias pelas representações especiais da Argentina e do Brasil.

Viu-se então o Govêrno brasileiro em dificuldade para escolher novo advogado. Já muito se escreveu a respeito de saber quem sugerira ao marechal Floriano Peixoto o Barão do Rio-Branco para tal pôsto. O Autor dêste trabalho teve ensejo de ver no arquivo Rio-Branco, no Itamaraty, uma velha fotografia de Floriano, afetuosamente oferecida ao futuro grande diplomata. Que a opinião do Visconde de Cabo Frio, a **éminence grise** da Chancelaria, então o verdadeiro ministro das relações exteriores, tenha pesado no conceito de Floriano, não há dúvida. No período governamental de Floriano muitos foram os ministros das relações exteriores, nada menos que dez, e duraram pouco.

Na delegação especial argentina, verificou-se o falecimento de Nicolás Calvo, ministro em Paris, quando pretendia sair para o novo pôsto. Estanislau Zeballos, que deixara o ministério das relações exteriores, foi nomeado para chefiar a delegação argentina. Em Washington, Salvador de Mendonça dedicava ao assunto das Missões real importância, como prova sua correspondência diplomática para o Rio de Janeiro.

*

* *

Magistral foi a vitória de Rio-Branco na defesa dos direitos do Brasil ao território das Missões. Dois fatôres fundamentais concorreram para ela: primeiro, um conhecimento profundo, exaustivo, minucioso e completo das fontes históricas e cartográficas a respeito do território litigioso. Aproveitando-se de tudo quanto já existia, Rio-Branco, como verdadeiro mineiro da História, descobrira, no entanto, filões novos que o levaram a **strata** da questão, naquele tempo desconhecidos. Segundo: um articulado sóbrio, lógico, preciso e vigoroso dos direitos do Brasil. Não se perdeu em divagações ou lateralidades documentais. Num estilo, sem exagêro, cartesiano, articulou e concatenou premissas, provas e conclusões. Quem se der ao trabalho de ler a "Memória", de

Rio-Branco, referente às Missões, colherá a impressão de uma peça inteiriça, entretecida de provas sôbre provas, argumentos sôbre argumentos, alicerçados na história e na cartografia. A impressão geral é a de um monolito esmagador.

Realizando surpreendente trabalho de pesquisas nas principais capitais européias, com faro de verdadeiro Sherlock Holmes no domínio da antiga cartografia americana, Rio-Branco descobriu o famoso exemplar do "Mapa das Côrtes", como Leverrier descobriu Saturno, localizando-o, sem no entanto havê-lo visto, e ordenando a um dos seus secretários que o procurasse exaustivamente, porque o encontraria. Estribou seu alegado em documentação abundante e preciosa, pouco conhecida, ou mesmo desconhecida, bem como nos textos autênticos dos tratados de 1750, 1761, 1777, 1857, 1885, 1889, e 1890 e em numerosas instruções passadas aos comissários portuguêses e castelhanos através do século XVIII. Documentação abundante e minuciosa, mas cabal e decisiva para o êxito do Brasil. Tudo isso foi sàbiamente aproveitado por um técnico; hàbilmente concatenado e entretecido por um historiador; admiràvelmente expôsto, com perfeito sentido político, por um grande diplomata. O caso de Rio-Branco vem provar exaustivamente que, na diplomacia, além de personalidade, bom senso e previsão, se faz mister **cultura**. Na diplomacia moderna, em seu sentido lato, raramente há lugar para improvizados. Não fôra fácil a vitória do advogado brasileiro. Tivera de demolir verdadeira montanha de documentos. Fizera o trabalho paciente e duro do canteiro, que, além de atacar a pedreira a dinamite ou alvião, tem depois de talhar e retalhar os fragmentos pesados, restantes do desmonte.

Naqueles primeiros dias da República, a confusão fôra enorme. O Brasil dera um salto perigoso no escuro: passara do dia 14 para o dia 15 de novembro de 89, de Império unitário, parlamentarista e latifundiarista, para uma República federal, democrática e congressista. Tudo isso sem transições, sem o efeito de freios amortecedores. E com muita teoria e muita cópia de direito contstitucional norte-americano. Logo depois, começaram a repontar desinteligências deploráveis entre os construtores do novo regime. Com as desavenças, a inquietação surgiu. Os jornais europeus davam constantemente notícias de possível surto restauracíonista no Brasil. Os republicanos receiavam maus ventos. Tirante o **Jornal do Comércio,** fiel a uma tradição de estilo, a imprensa se desmandava na linguagem. No Rio Grande do Sul, a situação começou a complicar-se. A questão das Missões correu um pouco os azares de um panorama de desordem interna. No entanto, através da procela e da desordem, vozes esclarecidas não perderam de vista os verdadeiros interêsses do Brasil no pleito das Missões. Quintino Bocayuva, então ministro das relações exteriores, fizera na sessão secreta de 7 de agôsto de 1891, na Câmara, as seguintes declarações: "O árbitro que tiver de julgar a questão, há de ler tudo isso (documentos de um lado e outro) e, no meio das contradições de que

está cheio o histórico da questão, dificilmente poderá formar uma opinião decisiva em nosso favor" (Ver na "Rev. da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomo LII, 1945, pág. 62 do estudo do Sr. Fonseca Hermes). Assim, em certos círculos governamentais, havia apreensão quanto a um desfecho favorável ao Brasil.

Rio-Branco aceitou a defesa dos direitos do Brasil num instante histórico, psicològicamente difícil. Com incrível tenacidade, trabalhando dia e noite, deslindou os problemas parciais do assunto. Pôs em ação extraordinária capacidade de trabalho. Como um general atacando extensa frente de batalha, não perdeu nenhum dos setores da questão. Assim, as Instruções de 27 de junho de 1758 foram o cavalo de batalha de Zeballos. A Chancelaria argentina delas se utilizara, especialmente porque Diego de Alvear havia insinuado que a bôca do Pepiri-Guaçu sôbre o rio Uruguai se conhecia desde 1759, descrevendo-lhe mesmo as características físicas. Rio-Branco ficara muito intrigado com êsse ponto da argumentação argentina. Depois de muita busca, descobriu o texto espanhol das Instruções no Arquivo das Índias em Sevilha e o texto português na Biblioteca Nacional de Lisboa. Essa descoberta fôra tão importante que Rio-Branco dissera que a Instrução Particular de 27 de julho de 1758 aparecia "pela primeira vez para fazer triunfar a causa da verdade e da justiça e vingar a memória dos demarcadores portuguêses e espanhóis de 1759". Rebateu também as invenções feitas pelos comissários castelhanos, encarregados da segunda demarcação (a primeira fôra feita em 1759 e 1760, a segunda em 1788, depois do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777). A situação, defendida pela argumentação argentina, dos rios Pepiri e Uruguay-Pitán foi também rebatida pelo Barão do Rio-Branco sôbre cartas geográficas, o que revelava um conhecimento verdadeiramente extraordinário da cartografia da época. Êsses papéis mortos foram dinamizados pela argúcia e tenacidade infatigável de Rio-Branco, na defesa dos direitos do Brasil. Elucidando êsse e outros pontos, o advogado brasileiro valeu-se da literatura histórica do tempo, especialmente dos Jesuítas, que, como se sabe, foram notáveis geógrafos na América do Sul. Também os pretensos "achados" de Gundin, em 1788, e de Oyarvide, em 1791, de certos rios, perfilhados pela defesa de Zeballos, foram destruídos pela argumentação de Rio-Branco. E assinala: "O govêrno espanhol não os encarregou (isto é, os demarcadores de 1789-91) de corrigir erros da demarcação anterior, mas sim de reconhecer e demarcar os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, designados no Tratado, rios que eram incontestàvelmente os demarcados em 1759". De escala em escala, estabelecendo elos de uma lógica irrespondível, Rio-Branco provou exaustivamente que o pretenso direito da argentina não se encontrava estribado nos Tratados de 1750, 1761, 1777; nem no "Mapa das Côrtes", nem nas instruções dos demarcadores, nem na própria tradição histórica dos viajantes e dos roteiros. A argumentação de Zeballos, arquitetada com muita habilidade (forçoso se torna reconhecê-lo), desmo-

ronou-se ante as provas magistrais do grande advogado do Brasil. Dessa forma, 30.621 quilômetros quadrados foram definitivamente incorporados ao território brasileiro, em conseqüência do laudo favorável ao Brasil, do Presidente Grover Cleveland, de 6 de janeiro de 1895.

A respeito do laudo de Cleveland, moderno publicista e jurista argentino escreveu êstes justos conceitos:

> "La República Argentina perdió, pués, la cuestión con el Brasil, aunque es evidente que habia litigado con buena fe; que muy poderosas razones de derecho abonaban su tésis; y aunque en este caso no podia pensarse, como en el del Paraguay, que se juzgaba teniéndose presente las necesidades de un pais débil, de menor extensión territorial y en desvantaja frente a la naturaleza y al comercio internacional. No eran esas las circunstancias del Brasil. Pero la Argentina respetó y cumplió la sentencia, dando nuevo ejemplo de que en el continente americano, lo primero es y debe ser el mantenimiento del derecho, tal como sea declarado por el Tribunal al que se somete la controversia. Esa fué la victoria que alcanzó el vencido; como fué su beneficio, que compensa con creces las pérdidas territoriales, la amistad sin recelos del grand pueblo brasileño, de la nación hacia la cual nos vinculan la economia, la comunidad de intereses y el afecto que se fortalece con el mejor conocimiento recíproco". (1)

(1) CÉSAR DIAZ CISNEROS, **"Limites de la República Argentina"**, Buenos Aires, 1944, pág. 118. Ver Álvaro Lins, **"Barão do Rio-Branco"**; Nascentes de Azambuja, **"Questão territorial com a República Argentina"**; Renato Barbosa Rodrigues Pereira, **"O Barão do Rio-Branco e o traçado das fronteiras do Brasil"**; opúsculo do Barão do Ladário sôbre as Missões; e editorial do "Jornal do Comércio", de 4 de agôsto de 1891, intitulado — "A questão das Missões".

ANEXO B

OS CRIMES DE FRANCISCO SOLANO LÓPEZ

É ABUNDANTE a documentação existente a respeito dos crimes cometidos por Francisco Solano López. Trata-se de fatos que não podem ser motivos de controvérsias.

O coronel Carneiro de Campos, presidente da Província de Mato Grosso, é encercerado, submetido a sevícias, quando o Paraguai ainda não havia declarado guerra ao Império. Carneiro de Campos foi constante e brutalmente espancado pelos algozes paraguaios. Os demais tripulantes do **Marquês de Olinda**, vítimas inocentes, foram seviciados por "chasques" guaranis.

Resquin, na invasão de Mato Grosso, obedecendo às ordens de López, mandou fuzilar peões de fazendas desarmados e velhos fazendeiros da zona de Aquidauana. Tudo isso com violação das leis de guerra.

Estigarribia, na invasão da Província de São Pedro do Rio Grande, para aterrorizar a população brasileira, permitiu o assassinato de homens e mulheres indefesos, bem como o saque brutal de estâncias brasileiras. Também em obediência a ordens de López.

López, irritado com os defensores de Curuzu, que se haviam batido bravamente, mandou **dizimar** essas fôrças (isto é, mator o décimo homem sorteado de dez em dez). Assim, quase 100 oficiais e soldados paraguaios foram fuzilados para **escarmento**.

Depois de Curupaiti, que foi vitória dos paraguaios, os "sableadores" de López **assassinaram** friamente todos os feridos brasileiros e argentinos existentes no campo de batalha. De Curupaiti não resultou um ferido. Os feridos foram assassinados...

Os oficiais e soldados, que se salvaram após a queda de Humaitá, a Sebastopol paraguaia, foram fuzilados, ou melhor assassinados por ordem pessoal de López.

Meza e as figuras mais importantes da marinha paraguaia foram fuzilados por ordem de López.

Generais, juízes e antigos ministros foram fuzilados por ordem de López.

O Marquês de Caxias presenciou em San Fernando e Tebicuari quatro grandes valas donde saíam braços e pernas, que, depois de reabertas, exibiram cadáveres inteiramente desnudos e já em estado de putrefação. Entre os mortos estavam o vice-presidente da República Sánchez, o velho e valente general Bruguez, amigo e conselheiro do tirano; Antônio de las Carreras, o infeliz político uruguaio e um dos intrigantes "blancos", que teve as mãos esmagadas a pilão antes de ser fuzilado; Rodríguez, secretário do agente diplomático uruguaio, também fuzilado; oficiais do exército paraguaio, mostrando o pescoço brutalmente cortado a arma branca; e algumas mulheres.

Em Ipané, as tropas brasileiras encontraram os corpos de oficiais, civis e mulheres paraguaias, fuzilados por ordem de López.

Depois da rendição de Angostura, heròicamente defendida por Jorge Thompson e Lucas Carrillo, em 30 de dezembro de 68, o ditador López mandou fuzilar vários oficiais, após torturas incríveis.

Quando o general Fonseca Hermes entrou em Assunção, a 1.º de janeiro de 69, à testa de 1.700 homens transportados por navios da Marinha imperial, encontrou a capital desolada e erma. Os 200 soldados paraguaios, encarregados da defesa, debandaram à aproximação das fôrças brasileiras. Os brasileiros ouviram relatos de incríveis brutalidades cometidas por López.

Em San Estanislau, as tropas brasileiras encontraram mais de 100 crânios soltos e muitas ossadas de oficiais e soldados paraguaios, fuzilados por ordem do ditador.

Thompson, que foi testemunha de muitos fastos bélicos, contou que López mandou fuzilar de 19 de junho a 14 de dezembro de 1868, 596 homens e mulheres, pertencentes à sociedade de Assunção.

López mandou fuzilar seu irmão Venâncio, Hilário Marcó, chefe da **Maioria**, uma espécie de guarda especial, e a espôsa dêste Bernarda Bárrios.

O ditador mandou prender e maltratar sua mãe, D. Joana Carrillo de López e suas irmãs viúvas, Rafaela e Inocência. D. Joaquina Carrillo de López escapou ao fuzilamento.

Depois de haver transformado o Paraguai num imenso **campo de concentração**, López obrigou cêrca de 800 mulheres a acompanharem suas fôrças na retirada para a cordilheira. Estabeleceu um critério monstruoso: — havia famílias **traidoras**, objeto de perseguições implacáveis; e famílias **destinadas**, isto é, destinadas a destêrro. Muitas dessas mulheres eram amarradas às carretas militares e seguiam aos tropeções pelos atalhos e veredas através da floresta... O escritor paraguaio Héctor Francisco Decoud relatou êsse padecer horroroso das pobres infelizes.

A alma danada de López, Mme. Lynch, antiga aventureira transformada em primeira dama do país, teve participação saliente no fuzilamento e tortura de muitas senhoras da sociedade de Assunção. De uma cupidez de "aproveitadora", Mme. Lynch apoderou-se das jóias

e alfaias de famílias de Assunção, dispondo a seu talante dos bens e das pessoas que ela considerava inimigas suas ou inimigas de López. Dona de extensas glebas, pérfida e cruel, Mme. Lynch muito contribuiu para que López se transformasse no carrasco do seu povo e no algoz de sua pátria.

Em suma, Francisco Solano López, depois de haver malbaratado o tesouro acumulado pelo pai, Carlos Antônio López, superior a 20 milhões de esterlinos (ouro), precipitou o Paraguai num conflito armado desnecessário, atacando à traição o Império e a Argentina. Transformou o Paraguai num campo de concentração e martirizou seu povo com brutalidades impressionantes, prova de desequilíbrio mental.

BIBLIOGRAFIA

O Autor do presente trabalho recomenda a leitura das obras constantes da presente lista, muito úteis para o conhecimento das atividades políticas, diplomáticas e militares da quadra de 1865 a 1876.

ALVAREZ, Juan — "Las guerras civiles argentinas", Buenos Aires, 1937.

ALBERDI, Juan B. — "Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina", Buenos Aires, 1915.
"Escritos póstumos".

ARAMBURU, Júlio — "História Argentina", Buenos Aires, 1949, 7.ª edição.

BÁEZ, Cecilio — "Resúmen de la historia del Paraguay", Assunção, 1910.
"Historia diplomática del Paraguay", Assunção, 1932.
"La tirania em el Paraguay".

BLOMBERG, Héctor P. — "La dama del Paraguay", Buenos Aires, 1942.

BILBAO, Manuel — "História de Rosas", Buenos Aires, 1918.

BUCICH ESCOBAR, Ismael — "Hstoria de los Presidentes argentinos", Buenos Aires, 1934.

BORMAN, J. B. (general) — "A campanha do Uruguai", Rio de Janeiro, 1907.

BARÃO DE COTEGIPE — "Discuso pronunciado no Senado imperial" (23 de julho de 1875).

CÁRCANO, Ramón J. — "Juan Facundo Quiroga", Buenos Aires, 1943.
"Guerra del Paraguay", Buenos Aires, 1941.
"Del sitio de Buenos Aires al campo de Cepeda", Buenos Aires, 1921.

CARDOZO, Efraím — "Vísperas de la guerra del Paraguay", Buenos Aires, 1954.

CORVALÁN MENDILAHAHARZU, Dardo — "Rosas", Buenos Aires, 1929.

DECOUD, Héctor Francisco — "Una década de vida nacional", Assunção, 1925.

DRAGO, Luís Maria — "Discursos y escritos", Buenos Aires, 1938.

CROUSSAC, Pablo — "Las Malvinas", Buenos Aires, 1937.

HERRERA Y OBES, Manuel — "Correspondencia diplomática", Montevidéu, 1901.

HERRERA, Luís Alberto de — "La clausura de los rios".
"El drama de 65".
"La diplomacia oriental en el Paraguay/Correspondencia oficial y privada del doctor Juan José de Herrera, ministro de relaciones exteriores en los gobiernos de Berro y Aguirre", Montevidéu, 1908.

IRIARTE, General Tomás de — "Memórias", vários volumes, Buenos Aires, 1930.

IBARGUREN, Carlos — "Juan Manuel de Rosas", Buenos Aires, 1930.

LAFONT, Julio B. — "História de la Constitución Argentina" Buenos Aires, 1935.

LAMAS, Andrés — "Estudios históricos".

LAMAS, Pedro S. — "Etapas de una gran política", Paris, 1908.

KENNEDY, A.J. — "La Plata, Brazil and Paraguay during the present war", Londres, 1869.

LÔBO, Hélio — "Antes da guerra", 1914.
"Às portas da guerra", 1916.

LEVENE, Ricardo — "Historia de la Nación Argentina", Buenos Aires, 1936.

LUGONES, Leopoldo — "Historia de Sarmiento", Buenos Aires, 1911.

MANSILLA, Lúcio V. — "Rosas. Ensayo histórico-psicológico", Buenos Aires, 1925.

NERVAL, Gaston — "Autopsy of the Monroe Doctrine", Nova York, 1934.

ONETO Y VIANA, Carlos — "La diplomacia del Imperio en el Rio de la Plata", Montevidéu, 1903.

PALCOS, Alberto — "Sarmiento", Buenos Aires, 1938.

PEREYRA, Carlos — "Francisco Solano López y la guerra del Paraguay, Madrid, 1919.

PELLIZA, Mariano — "La organización nacional", Buenos Aires, 1928.

QUESADA, Ernesto — "La época de Rosas", Buenos Aires, 1926.

RENNIE, Ysabel F. — "The Argentine Republic", Nova York, 1945.

ROJAS, Ricardo — "El profeta de la Pampa/Vida de Sarmiento", Buenos Aires, 1945.

RESQUIN, General Francisco Isidoro — "Datos históricos de la guerra del Paraguay con la Triple Alianza", Buenos Aires, 1896.

RAMOS MEJIA, José Maria — "Rosas y su tiempo", Buenos Aires, 1918.

RAMOS MEJIA, Héctor — "Historia de la Nación Argentina", Buenos Aires, 1945.

RIVERA INDARTE, José — "Rosas y sus opositores", Buenos Aires, 1929.

SALDIAS, Adolfo — "Historia de la Confederación Argentina", Buenos Aires, 1945.

SCHNEIDER — "A guerra da Tríplice Aliança contra o govêrno da República do Paraguai" (trad. do Barão do Rio-Branco), Rio, 1878.

SOUSA DOCA — "Causas da guerra com o Paraguai" 1919.

SAROBE, General José Maria — "Urquiza", Buenos Aires, 1941.

TEJEDOR, Carlos — "Bosquejos sobre la conjuración de 1838", Buenos Aires, 1879.
"La defensa de Buenos Aires, 1979 a 1880", Buenos Aires, 1937.

THOMPSON, George — "The war in Paraguay", Londres, 1869.

VISCONDE DE TAUNAY — "A retirada da Laguna".
"Dias de guerra e de sertão".
"Em Mato Grosso invadido".

VISCONDE DE OURO-PRÊTO — "A Marinha d'outrora", Rio, 1894.

VISCONDE DO RIO-BRANCO — "A Convenção de 20 de fevereiro".
"Discurso no Senado imperial".

VISCONDE DE CARAVELAS — "Discurso no Senado imperial".

VON VERSEN, Max — "História da guerra do Paraguai e episódios da viagem na América do Sul" (trad. do Dr. Manuel Tomás Alves Nogueira).

WASHBURN, Charles A. — "The History of Paraguay", Boston, 1871.

MARECHAL MARQUÊS DE CAXIAS — "Diário do Exército em operações", 1867-1869.

RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO IMPÉRIO.

RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO, DA BOLÍVIA

BRAY, Arturo — "Solano López, soldado de la gloria y del infortunio", Buenos Aires, 1945.

ÍNDICE